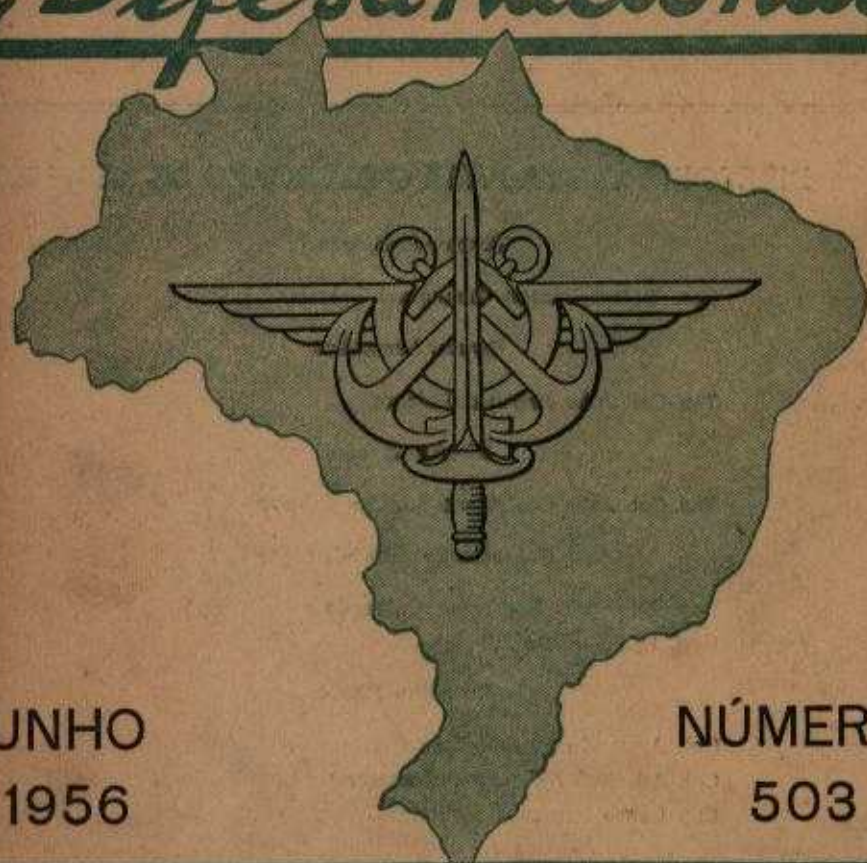


Defesa Nacional



JUNHO
1956

NÚMERO
503

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

E

ESTUDOS BRASILEIROS

Ministério da Guerra

RIO DE JANEIRO

BRASIL

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Âno LXIII	BRASIL — RIO DE JANEIRO, JUNHO DE 1956	N. 503
-----------	--	--------

SUMÁRIO

	Página
A lição de Blachuelo — Gastão Penhalva	5
CULTURA PROFISSIONAL	
Conceitos básicos da defesa — Maj. Ferdinando de Carvalho (Transcrição da revista "Coleânea")	7
O serviço de motomecanização nos corpos de tropa (Tradução da revista "Ejército" — Espanha) — Ten. André Aragon Robles	23
Ensinaamentos tirados da História pelas Escolas alemã e soviética — General Itapuan Polyguara	29
Normas padrões de ação — Instruções reguladoras para os períodos de adaptação e de formação (Continuação de publicações anteriores) — Coronel Manoel Joaquim Guedes	37
CULTURA GERAL	
A conjuntura nacional — Discursos dos Srs. João Di Pietro e Eduardo Salgh, antigo e novo Presidente da Associação Comercial do S. Paulo	53
Geografia Política e Geo-política — Estudos e ensaios — Prof. Delgado de Carvalho e D. Theresinha de Castro	69
Rodovia Pan-americana — Artigo do Engenheiro Philvivo de Cerqueira Rodrigues, transcrito da revista "Rodovia"	79
O momento histórico que determinou a intervenção portuguesa na Banda Oriental do Uruguai, em 1811 — F. Contreiros Rodrigues	101
DIVERSOS	
Significado do trabalho — Artigo do Prof. Luciano Lopes	115
Discurso do Exmo. Sr. Gen. Floriano Brayner, na ECEME	125
Monumento único para o soldado desconhecido — Parecer do Exmo. Sr. General Floriano F. Keller, quanto ao monumento aos mortos na 2ª G.M.	129
General Alcides Gonçalves Elchegoyen	131
O 67º aniversário do Colégio Militar do Rio de Janeiro — Discurso do Coronel Darcy Leal de Menezes	133
Plano de expansão de 9 bilhões de cruzeros no setor de energia elétrica — Programa das "Empresas Elétricas Brasileiras" filiadas à American and Foreign Power Company	139
Aspectos da grande indústria brasileira, focalizados pelos "Inquéritos econômicos do IBGE"	145
BRASILIANAS	
Conselho do Desenvolvimento Econômico — Produção de asfalto — Refinação do petróleo — Interiorização das linhas da usina de Paulo Afonso — Duplicado em dez anos o nosso potencial elétrico — Produção de carvão nacional em 1955 — Vão ser construídas no Brasil mais três usinas siderúrgicas — Transporte rodoviário: movimento da rodovia Presidente Dutra — Nasceram 2.400.000 brasileiros por ano — Japoneses no Brasil	149
NOTICIÁRIO MILITAR	
Autorizado o empréstimo de submarinos ao Brasil — Anticarro "Skoda" G-13 — 1º Grupo de aviação de caça — Subordinação do 1º Grupamento de Engenharia e da Comissão Construtora do Nordeste à Diretoria de Engenharia — O exercício de militares em função do serviço público	157
ATOS OFICIAIS	
Resenha de Leis, Decretos, Portarias e Avisos, de interesse geral para o Exército, publicados durante o mês de abril no "Diário Oficial"	165

A LIÇÃO DE 'RIACHUELO

GASTÃO PENALVA

Decorre mais um Onze de Junho.

Dia de festa para a Armada Nacional. Dia de gala para as armas marujas que ora de sensarilham na atalaia da Pátria. Página resplendente da nossa história em que cruzam, com lampejos de astros, os lanceis de uma batalha e os clangores de uma vitória. Jornada épica da Marinha patricia, ao relembra-la, surgem de roldão, a par de nobres vultos, grandes feitos, por entre nódoas sangrentas, troféus de glória, louros esotraalhados, no mesmo chão redentor onde se desenrolam as tristes horas da tragédia máxima.

Por muito, comentado e mui descrito, o combate sem par das nossas armas reside em todos os espíritos, inebria tôdas as almas, inunda de gratidão e deslumbramento todos os corações. Dêle se colhem aprendizagens, como se nutrem lúcidos exemplos. Bíblia sonora e tutelar de um nobre sacerdócio, tudo se encontra nos seus parágrafos de luz, tudo se concretiza nas suas capitulares de sangue.

Lição de fé, a quem mais ela aproveita é justamente a vós, comunidade do Brasil-Nação que por si mesma se renova como para mais dignamente receber as luminosas messes do futuro.

Vós que agora, num gesto enternecedor, em bandos plenos de alegria e coragem, como quem galga os degraus floridos de um templo aberto em claras aleluias; percorreis as belonaves, invadís os labirintos da Marinha onde se ostenta uma cordialidade sadia ao serviço de um dever bem cumprido.

Belo de ver-se êsse espetáculo invulgar de jovens de hoje a adornar os remansos de tradição onde se aprende a defender a Pátria. Belo de se auscultar êsse surto de promessa — quando

tudo se espera e promete do Brasil dos nossos dias — a se infiltrar como uma essência santificada pelas casernas afanosas onde viceja a flôr de um credo e se alcandora u'a missão sublime. E mais ainda, de se contemplar a efusão de carinho fraterno, o amplexo de generoso acolhimento, a palavra untuosa de crença com que a Armada festeja os bravos de manhã.

Pois bem, juventude eleita do destino: nessas visitas cordiais, tranqüilas, que costumais fazer a bordo de um couraçado, no recesso fecundo de uma oficina, deveis vos aperceber que paira acima de tudo, como iluminação de regosijo em arraiais de fanáticos, a rútila constelação de Riachuelo — sidéreo colar de glórias, fascinante setestrela de audácias.

Riachuelo, moços, vibra no olhar do marinheiro como adeja na consciência dos chefes. Riachuelo aclara os límpidos arrebóis da esquadra destemida como uma longa alvorada de bênçãos. Riachuelo anicha-se nos tabernáculos imperecíveis das ondas onde se ergue uma oração e se cumpre um dever sagrado. Riachuelo é a cruz solene de uma espada cuja lâmina estremece de brio e se ilumina de pundonor. Pelo seu corpo de aço imaculado libou-se a comunhão dos heróis em hora amiga de prece. Riachuelo, "alma de ferro em nave de madeira", é o rumo de tôdas as singraduras, a saudação matinal de todos os corações marinheiros. Fôrça estranha e suprema na divina eclosão de todos os milagres ou, na expressão marmórea de Farragut, "coração bravo capaz de transformar o lenho em aço".

E sabeis, mocidade brasileira, que a invencível Riachuelo, velha armadura de combate que se acasala no fundo nebuloso das idades, foi também o holocausto dos jovens. Adolescente era Guilherme Greenhalgh, quando tombou aos golpes inimigos. Jovem era Marcílio Dias, ao sagrar o convés da Parnaíba com o seu escaldante sangue mártir. Uma criança o aspirante Nascimento, que perpassa na batalha-padrão como um bufêjo de esperanças e vai empós sucumbir, aureolado e transmutado em símbolo.

Vêde, portanto, que o porvir é todo de vossas mãos construtoras, como já o foram os monumentos passados. Que é convosco que melhor se traduzem as esplêndidas bandeiras que pro-



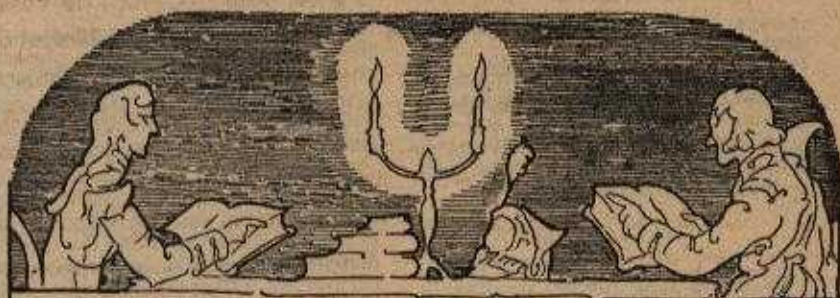
BATALHA NAVAL DO RIACHUELO
Reprodução do quadro do genial pintor Vitor Meireles

clamam a glória de Barroso. E hoje, pelo empenho de vossa cultura e os prodígios de vossas energias, conheceis a Marinha mais de perto, perscrutais a alma errante do marujo nos lugares de honra onde êle vive, ora e labuta, sondaís o espírito descomunal das grandes máquinas em trabalho, da nau de guerra em momento de crença, no seu profundo misticismo de culto.

O rumo do Brasil hodierno, mocidade, é êsse remoto eopalado oeste. E o oeste da Marinha, como fonte inspiradora, é Riachuelo. Lá, na fronteira incandescente que ainda hoje nos orienta aos arroubos da jornada de sacrifícios, foi que êle se travou, o prélio ingente dessa possante Trafalgar dos trópicos. E como à espera dos pioneiros vindouros que lhe hão de reviver os panoramas de suor e sangue, regas benditas das searas novas, ela se implanta como um farol magnífico sôbre o imponente desfilar das centúrias.

Eis a grave lição de todo um século.

Falando aos seus heróis, naquele dia cristão da Santíssima Trindade, Barroso pensou em vós, herdeiros do Brasil novo, profetizou para os vossos dias a ressurreição messiânica dêsse torrão bem fadado que é todo de vosso amor e todo fruto da vossa heróica vontade.



CULTURA PROFISSIONAL

CONCEITOS BÁSICOS DA DEFESA

Major FERDINANDO DE CARVALHO
Instrutor da ECEME

CONHECIMENTOS FUNDAMENTAIS

Define-se a defesa como o "emprêgo de todos os meios e processos disponíveis para impedir, deter ou destruir o ataque inimigo".

Considerado esse segundo conceito, defender não significa, absolutamente perder a iniciativa. Caracteriza a atitude defensiva o fato de a tropa ser disposta "pronta para enfrentar o ataque inimigo". Essa condição pode ser concretizada pela manutenção de acidentes capitais do terreno ou pela atuação ofensiva contra as forças adversárias.

É natural que o defensor, inferior em meios, tenha de sacrificar parte de sua liberdade de movimento em proveito da deliberada escolha de um terreno favorável à sua manobra. Mas, de nenhum modo, a defensiva implica em imobilidade e submissão à vontade do inimigo.

Constituem fatores básicos para o sucesso da defesa a utilização hábil do terreno, a surpresa e a ação bem coordenada e vigorosa das re-

servas e dos fogos de apoio, que podem proporcionar ao defensor uma superioridade, pelo menos local e momentânea, tendo em vista a vulnerabilidade a que se expõe uma tropa em operações ofensivas. Sem essas condições essenciais, a defesa se arrisca ao aniquilamento que só o valor moral poderá retardar.

A surpresa que desejamos obter, mas à qual não nos queremos sujeitar, envolve os aspectos da dissimulação e da segurança. A dissimulação tem por objetivo iludir o inimigo sobre nossos planos, dispositivos e possibilidades, induzindo-o a atuar em condições desvantajosas. A segurança abrange o conjunto de medidas indispensáveis para prevenir a surpresa, preservar a liberdade de ação e evitar que o inimigo obtenha informações sobre nossas forças.

O terreno, criteriosamente escolhido e preparado, amplia a eficiência dos meios defensivos.

É, entretanto, pelo emprêgo de suas reservas e de seus fogos que a defesa exerce função ativa, de-

sempenhando papel decisivo na destruição do inimigo.

A defensiva não proporciona a vitória. Seu emprêgo judicioso é, porém, capaz de assegurar um desgaste acentuado sobre o adversário e é, muitas vezes, fundamental para a consecução dessa vitória.

FINALIDADES

Duas são as principais finalidades da defensiva :

— *Ganhar tempo para aguardar o desenvolvimento de condições favoráveis a uma ofensiva.*

— *Economizar forças a fim de concentrar os meios necessários a uma ação ofensiva, desencadeada em outro local ou oportunidade.*

A defensiva pode ser adotada voluntariamente ou ser imposta pela inferioridade de meios.

Em qualquer caso, a missão da tropa defensora poderá ser impedir ao inimigo a posse de determinada área, conter as suas forças ou realizar, sobre elas, o máximo de desgaste e desorganização.

É essa missão que deve condicionar o tipo de defesa a ser adotado, embora outros fatores, como o terreno e as características dos meios disponíveis possam influenciar favorável ou desfavoravelmente, a escolha de determinado tipo de ação defensiva.

A manobra defensiva procura, em síntese, obrigar o inimigo a atacar em circunstâncias desfavoráveis, entre as quais se incluem a inferioridade local, a vulnerabilidade dos fogos e o desconhecimento sobre o dispositivo e os meios do defensor. Nessas condições, a defesa poderá desorganizar e destruir o inimigo mediante ação ofensiva violenta e decisiva.

Só através de um planejamento cuidadoso, coordenado e adaptado às necessidades da manobra, conseguirá a defesa alcançar esse objetivo.

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA AÇÃO DEFENSIVA

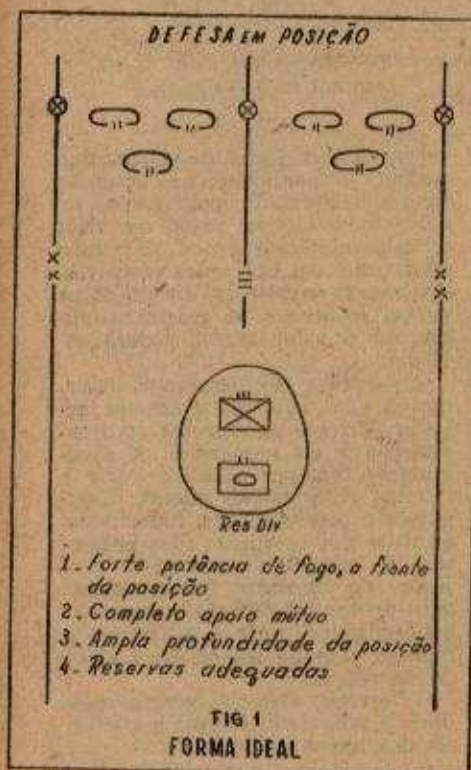
Os seguintes tópicos constituem os princípios básicos da ação defensiva :

a. *Utilização apropriada do terreno* — A defesa deverá tirar o maior partido do terreno para ampliar o poder de fogo e a eficiência combativa das tropas.

b. *Segurança* — Medidas de segurança devem contrapor-se à iniciativa do inimigo, para desvendar as condições de seu ataque e para proteger os defensores contra a surpresa.

c. *Apoio mútuo* — Pelo apoio mútuo, a defesa ganha integridade e solidez, impedindo a destruição, por partes, de seus elementos.

d. *Defesa em todas as direções* — Conquanto orientada segundo uma frente principal, os elementos da defesa devem estar em condições de se baterem em qualquer direção.

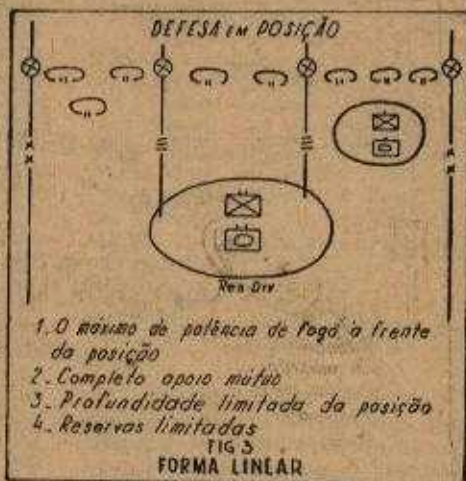


e. *Profundidade* — Precavendo-se contra a possibilidade de penetrações inimigas de vulto, a defesa deve possuir conveniente profundidade.

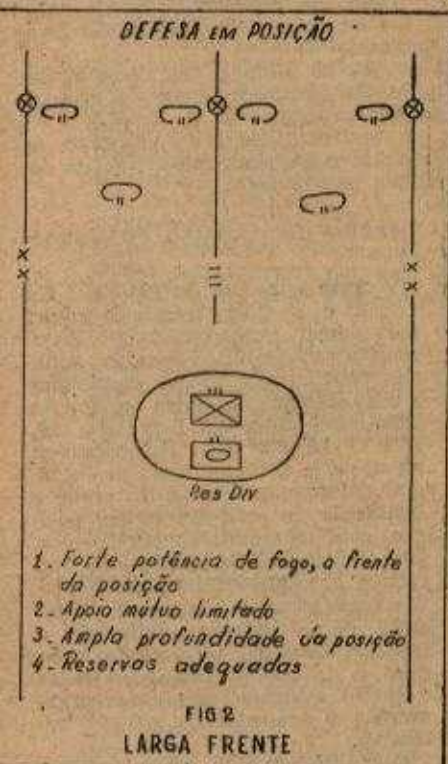
f. *Plano de fogos* — Através de um plano de fogos bem coordenado, a defesa tem possibilidades de submeter o inimigo a fogos, cujo potencial se amplia à medida que ele se aproxima da posição, e de apoiar os contra-ataques, para expulsá-lo ou destruí-lo.

g. *Plano de barreiras* — O plano de barreiras constitui uma suplementação dos obstáculos naturais, para limitar, ao máximo, a mobilidade do inimigo, retardando-lhe a ação e submetendo-o mais demoradamente à ação dos fogos da defesa.

h. *Flexibilidade* — A flexibilidade que o defensor deve manter, depende de sua mobilidade e da



existência de reservas a empenhar no momento decisivo.

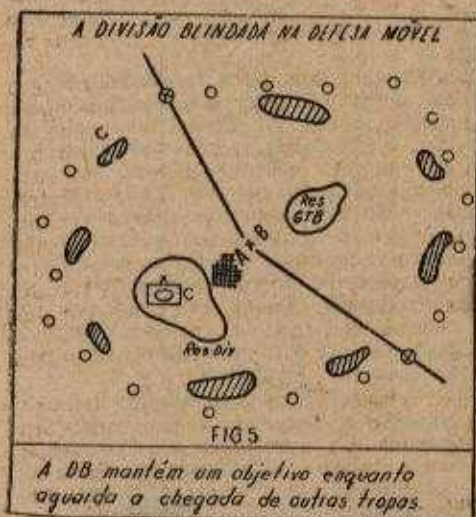


TIPOS DE DEFESA

Existem dois tipos fundamentais de defesa: defesa em posição e defesa móvel. Na defesa em posição, o grosso das forças instala-se em regiões selecionadas do terreno; as preocupações fundamentais são a manutenção dessas regiões e o controle dos intervalos entre as mesmas. Na defesa móvel, o grosso das forças defensoras é mantido em reserva, como um potencial móvel de contra-ataque, para golpear o inimigo na região e no momento favoráveis.

No primeiro tipo, as reservas destinam-se a bloquear a penetração inimiga e a aprofundar ou restaurar a posição, seja pela ocupação de regiões preparadas, seja pela execução de contra-ataques. No segundo caso, porém, a idéia do contra-ataque predomina sobre a da integridade da posição. As reservas abrangem a maior parte das forças defensoras. O restante é disposto em uma posição avançada, composta de postos de observação, pontos fortes ou ilhas de resistência, que se podem ou não apoiar mutuamente.

A escolha do tipo defensivo a ser adotado não é uma questão de sim-



ples preferência ou temperamento do comandante da defesa. É condicionada por um conjunto de fatores que devem ser criteriosamente balanceados.

São condições que favorecem à defesa em posição:

(1) A missão exige que se mantenha uma certa região.

(2) O terreno restringe a manobra inimiga e propicia linhas naturais de resistência.

(3) As forças disponíveis são predominantemente de infantaria, com mobilidade limitada.

(4) O terreno e a situação aérea limitam a liberdade de movimento das reservas defensoras.

(5) Há tempo bastante para organizar a posição.

(6) O escalão superior possui adequadas reservas.

São condições que favorecem à defesa móvel:

(1) A missão facilita o combate em profundidade suficiente.

(2) O terreno facilita a manobra pelo defensor.

(3) O defensor possui mobilidade superior à do atacante.

(4) A situação aérea permite movimento livre das reservas.

(5) Não há tempo suficiente para organizar a posição defensiva.

(6) As reservas de que o escalão superior pode dispor são limitadas.

(7) O inimigo tem possibilidades de empregar armas de destruição em massa.

As figuras de 1 a 5, ilustram as várias modalidades dos tipos de defesa mencionados.

ESTUDO DE UM CASO CONCRETO

A 9 de setembro de 1946, o I Ex (1º, 2º e 3º C Ex) recebeu ordens para passar, temporariamente, à defensiva, enquanto o escalão superior concentrava forças destinadas a uma ofensiva em outra região. As 0800 horas desse dia, o 1º C Ex (2ª, 7ª e 5ª DI e 3ª DB) encontrava-se na situação esquematizada na fig. 6.

O planejamento do C Ex prevê a instalação de uma defesa em posição, com três divisões em 1º escalão. O Cmt do I Ex determinou que cada C Ex apresentasse suas propostas sobre a localização da posição de resistência, definindo o traçado geral da LPR. Esta nada mais é do que a linha que balisa o limite avançado das áreas organizadas e ocupadas da posição defensiva.

O 1º Gpt Rec Mec, unidade de reconhecimento do C Ex, que se acha

em contacto com o inimigo na linha do Rio Negro, informa que a resistência inimiga se vem intensificando em toda a frente, nas últimas 24 horas. O reconhecimento aéreo identificou numerosas colunas inimigas de tropa a pé, artilharia e blindados, em deslocamento para oeste, provenientes das regiões de Savana e Tijuco Preto. O tempo está bom e seco.

O Rio Marabá, ao norte do Banhado Verde é navegável por tropa a pé; entretanto, em virtude das margens escarpadas e do fundo lodoso, é, sem obras adicionais, invadível por veículos de qualquer natureza. Todos os arroios permitem a travessia a vau, por tropa a pé. O Banhado Verde, o Banhado Grande e o Rio Marabá, ao Sul do Banhado Verde, são invadíveis por tropas e veículos. A trafegabilidade do terreno é boa em todas as demais regiões. As condições de campos de tiro, de cobertas e abrigos e de observação variam entre boas e excelentes.

Ao adotar uma atitude defensiva, por imposição da ordem recebida do I Ex, o Cmt do 1º C Ex não tem dúvida de que estará sacrificando uma fator primordial no sucesso da batalha: a liberdade de movimento. É preciso, entretanto, conservar uma dose de iniciativa. Além disso, a inferioridade que o conduz à defensiva, pode ser compensada, pelo menos parcialmente, por uma escolha prévia do terreno mais favorável a suas operações.

O Gen estuda a situação e o terreno, visando a selecionar a posição de resistência a ser proposta ao I Ex. Para realizar esta seleção, considera os fatores clássicos do terreno:

— Acidentes capitais do terreno — que deverão ser mantidos para assegurar a integridade da posição.

— Observação e campos de tiro — A observação dominante é importante para o controle dos fogos e para identificação das atividades inimigas. Os campos de tiro são essenciais, particularmente para as armas de tiro rasteiro.

— Obstáculos — que retardem a progressão do inimigo, levando-o a

colocar-se em situação desfavorável, sob os fogos observados da defesa.

— Cobertas e abrigos — para assegurar a proteção da defesa contra a observação e o fogo do inimigo.

— Vias de acesso — A defesa deverá bloquear as vias de acesso inimigas que penetram na posição, à frente e no interior da mesma.

— Vias de transporte — destinadas a facilitar o emprego das reservas e o apoio logístico das unidades avançadas.

Na zona de ação do C Ex, seu comandante encara três soluções possíveis e as analisa do seguinte modo:

1º) Linha do Rio Negro: É a posição atual do 1º Gpt Rec Mec. Apoiar-se em um bom obstáculo. Proporciona condições favoráveis quanto à profundidade e às vias de transporte. Não nos obriga, além disso, a ceder terreno ao adversário. Entretanto, acha-se sob a observação do inimigo em contacto, o que irá dificultar extraordinariamente sua organização.

2º) Divisor entre os Rios Negro e Marabá: A vantagem predominante dessa linha é a de não se achar sob as vistas diretas do inimigo, permitindo maior tempo para a organização da defesa. Entretanto, embora possa apolar-se nos arroios da Ema e das Damas, não possui a proteção de um obstáculo de vulto. Além disso, o Rio Marabá poderá embarçar os movimentos na retaguarda do C Ex.

3º) Linha do Rio Marabá: Dispõe de um obstáculo, além da boa observação e bons campos de tiro. A rede rodoviária é adequada. Sua maior desvantagem é a de obrigar a cessão de uma extensa faixa ao inimigo. Ainda assim, haverá um ganho de tempo, favorável à melhor organização da posição.

Em consequência da análise exposta, o Cmt do C Ex decide propor o Rio Marabá como o traçado geral da LPR do C Ex. Conquanto não exista região perfeita, sob todas as condições desejáveis em uma posição defensiva, a do Rio Marabá é, incontestavelmente, a que reúne, no caso concreto, o maior número de vantagens.

SEGURANÇA DA POSIÇÃO DE RESISTÊNCIA

A defesa é normalmente protegida pelo emprego de elementos de segurança, entre a posição de resistência e o inimigo, destinados a proporcionar informações e a retardar, desorganizar, canalizar e iludir o atacante.

Esses elementos devem ser altamente móveis e agressivos. Sua atuação exige a existência de um adequado espaço de manobra. Em seu dispositivo mais completo, compreendem os seguintes escalões sucessivos, da frente para a retaguarda:

- Aviação de reconhecimento e combate.
- Força de cobertura (F Cob).
- Postos avançados gerais (PAG).
- Postos avançados de combate (PAC).
- Elementos de segurança local.

O Cmt do 1º CEx passa a considerar o emprego dessas forças de segurança. Cabe-lhe acionar, diretamente, a F Cob e os PAG. A força aérea tática é responsável pelo controle das unidades aéreas

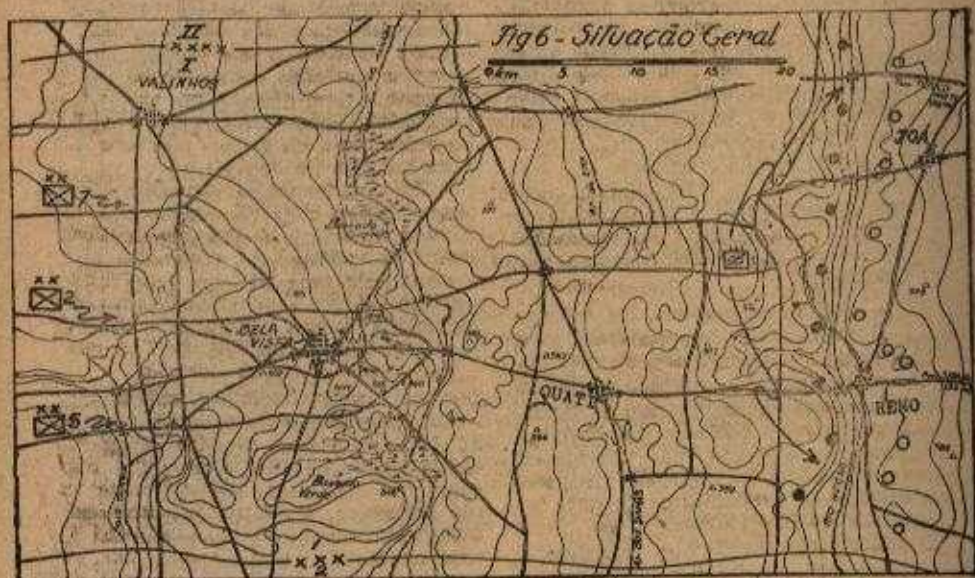
de apoio. Os escalões subordinados encarregam-se dos PAC e dos elementos de segurança local (Ver fig. 6).

A aviação de reconhecimento e combate proporciona informações com grande oportunidade e pode realizar ataques bastante profundos. Pode, além disso, dificultar a localização da posição defensiva pelo adversário atacando a aviação de reconhecimento deste.

A F Cob tem por missão estabelecer contacto com o inimigo, à frente dos PAG, e assegurar o máximo retardamento nessa faixa do terreno. A mobilidade e a potência características dos blindados, fazem-nos especialmente aptos para essa missão.

É normal que as unidades integrantes do grosso da F Cob sejam colocadas em reserva, após o acolhimento na posição. Um conveniente planejamento e medidas preparatórias adequadas, tornam-se necessários para esse posterior emprego.

No caso em estudo, o Cmt da C Ex pretende lançar a 3ª DB como F Cob do C Ex; a existência de outras forças, com missão semelhante



na frente do Ex. exigem uma certa coordenação.

A situação do 1º Gpt Rec Mec em contacto na linha do Rio Negro, sugere ao General a ideia de colocá-lo, "in loco", em reforço à 3ª DB (Fig 6). Onde estabelecer, entretanto, a posição inicial da F Cob?

A presente posição do 1º Gpt Rec Mec permite:

- manter o contacto com o inimigo;
- não ceder terreno sem necessidade;
- assegurar um espaço à retaguarda para a ação retardadora;
- aproveitar um bom obstáculo;
- utilizar as boas condições de observação proporcionadas pelo terreno, na margem W do Rio Negro.

A posição de cobertura deve permitir sua ocupação em condições favoráveis e situar-se o mais à frente possível, pois é preciso considerar-se o tempo que essa força deve ganhar à frente dos PAG, a fim de assegurar suficiente espaço de manobra para a ação retardadora. Algumas vezes, a F Cob poderá ser obrigada a atacar, a fim de obter esse espaço de manobra. Em nosso caso concreto, o Gen Cmt do 1º C Ex considera satisfatória a linha do Rio Negro para posição inicial da cobertura; resta-lhe encerrar o problema da localização dos PAG.

Esses elementos de segurança proporcionam informações sobre o avanço inimigo e devem permitir prazo suficiente para que a posição defensiva se prepare para o combate. Constitui ponto de relêvo em sua missão, obrigar o adversário a desdobrar-se prematuramente e iludi-lo sobre a verdadeira localização da posição. Cabe-lhes, ainda, proteger o retraimento da F Cob e impedir ao inimigo, inicialmente, a observação terrestre direta, da posição principal.

O comandante do C Ex examinando a região entre os Rios Negro e Marabá, conclui que a linha de alturas norte-sul, balizada de modo

geral, pelas cotas 371, 363 e 356, satisfaz às condições exigidas pois:

- impede ao inimigo a observação terrestre aproximada da posição defensiva;
- coloca a posição defensiva fora do alcance do grosso da artilharia do adversário;
- tira partido dos arroios da Ema e das Damas, como obstáculos à progressão inimiga;
- possui bons observatórios e bons campos de tiro; e
- assegura um espaço de manobra à retaguarda.

Embora calba normalmente às divisões de primeiro escalão fornecer os elementos da linha dos PAG, sua localização é prescrita pelo C Ex que fixa os pontos limites e estabelece prescrições para a conduta desses órgãos de segurança, tendo em vista coordenar suas operações em toda frente do Corpo.

A POSIÇÃO DE RESISTÊNCIA

O plano de operações do 1º C Ex estabeleceu as seguintes prescrições de interesse para a 2ª DI:

"A 2ª organizará e defenderá o setor indicado no calco n. x (Ver fig. 7)".

A F Cob manterá o inimigo à frente dos PAG até a noite de 11 para 12 de setembro.

Estamos agora às 1000 horas de 9 de setembro, no PC da 2ª DI, onde seu Cmt, após ter realizado o reconhecimento pormenorizado, aéreo e terrestre, de sua zona de ação, e recebido os estudos da situação por seu estado-maior, estabelece as bases para a montagem da defensiva no setor divisionário.

O planejamento de uma defesa em posição desenvolve-se normalmente na seguinte sequência:

- 1º — Determinação das regiões a serem ocupadas.
- 2º — Determinação dos efetivos a empregar em sua ocupação.
- 3º — Seleção inicial dos limites.
- 4º — Organização das áreas a defender pelas unidades, nas respectivas zonas de ação.
- 5º — Reconhecimento pelas unidades, das regiões de ocupação.

6º — Ajustamento de limites e áreas, se necessário.

7º — Preparação dos planos de contra-ataque.

Em uma defesa em posição, a posição defensiva compreende um conjunto de áreas de defesa, dispostas em largura e profundidade, organizadas nuclearmente e visando a manutenção, dos acidentes capitais do terreno.

Ao coordenar suas idéias, o Gen Cmt da 2ª DI tem em mente que as unidades a considerar como base para o planejamento da defesa são os batalhões, que recebem zonas de defesa compatíveis com suas possibilidades, normalmente de 1.200 e 2.400 metros de frente e de 800 a 1.400 metros de profundidade.

A frente defensiva da 2ª DI é de, aproximadamente, 10 km. O terreno permite que os batalhões possam organizar suas posições na LPR, assegurando o apoio mútuo entre as mesmas, em toda a frente.

Concordando com os argumentos apresentados pelo E3, durante o estudo da situação, o Cmt da 2ª DI encara, em sua zona de ação, duas vias de acesso principais, balisadas pelas duas rodovias penetrantes.

Assim, sua concepção dos núcleos de 1º escalão é formulada do seguinte modo (Ver fig 8):

— Ao norte, um núcleo de batalhão (1) barra a via de acesso inimiga, balisada pela rodovia, nessa região.

— No centro, um núcleo (3) é estabelecido, a cavaleiro do compartimento do Córrego Belo, barrando a via de acesso que provém de Quati.

— Entre os núcleos (1) e (3), um terceiro núcleo (2) barra a via de acesso secundária, balisada pela estrada que se orienta para as alturas 408.

— Ao Sul, finalmente, localiza-se o núcleo (4), em contra encosta, mantendo as alturas 360.

O terreno, como no presente caso, nem sempre permite a instalação de núcleos na encosta avançada, em toda a frente. É usual alternarem-se e na contra-encosta, mesmo dentro dos batalhões.

A organização da defesa em contra-encosta é aconselhável quando a posse da crista à frente não é essencial para a observação do tiro e quando a encosta avançada é muito vulnerável. Esse tipo de defesa proporciona proteção e facilita a surpresa, embora, sob o ponto de vista de campos de tiro, apresente inconvenientes.

Estabelecidos os núcleos da PR, encara agora, o Cmt da DI, o problema dos limites entre os regimentos de 1º escalão.

Os limites definem responsabilidades para a defesa dos acidentes capitais e para o bloqueio de vias de acesso. Devem ser estendidos para a frente da LPR, no mínimo a uma distância que permita a observação terrestre eficiente dos postos avançados de combate, e, no máximo, à exigida para a coordenação dos fogos da artilharia de apoio aos regimentos de 1º escalão. Para a retaguarda, são fixados de forma a distribuir áreas de responsabilidades de defesa e proporcionar espaço para as instalações de comando e de serviços regimentais.

Limites de retaguarda de regimento poderão ser, também, designados quando há necessidade de estabelecer uma segura defesa contra guerrilhas, infiltrações e ataques aeroterrestres, inimigos.

No presente caso, o Cmt da DI aprovou o limite consignado na figura 8, ao norte do Córrego Belo, localizando, em seguida, os núcleos defensivos (5) e (6) a serem ocupados pelos batalhões reservas dos regimentos de 1º escalão.

Sobre o limite, nas proximidades de acidentes do terreno facilmente identificável, deve ser localizado um ponto limite, que indica o lugar onde o comandante deseja que unidades subordinadas adjacentes coordenem sua defesa. No caso em estudo, o E3 da 2ª DI propõe uma localização, aprovada pelo Gen Cmt, a 100 metros ao norte da ponte sobre o Rio Marabá, como está indicado na fig. 8.

ORGANIZAÇÃO DA DEFESA EM PROFUNDIDADE

A necessidade de absorver a impulsão do ataque inimigo e elimi-

7. Zona de Ação da 2ª DI

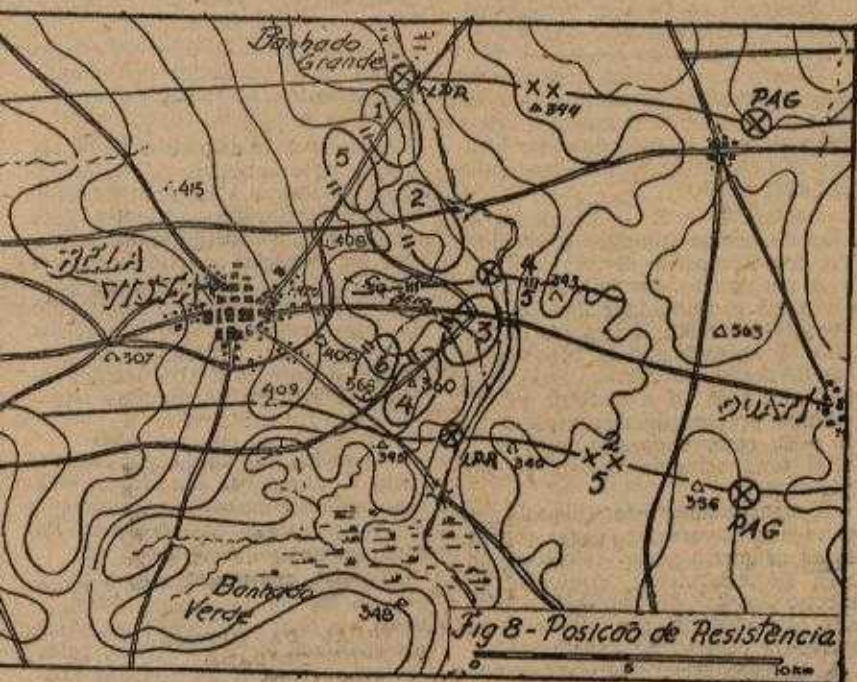
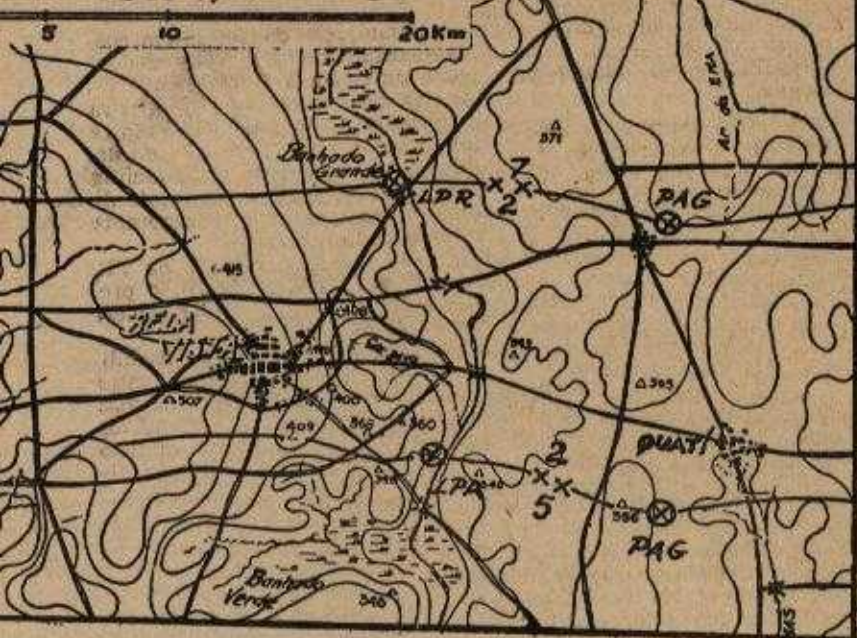


Fig 8 - Posição de Resistência

nar suas penetrações exige que a defesa seja organizada em profundidade pela preparação de posições no interior da área dos regimentos de 1º escalão e à retaguarda destes. Essa organização se fundamenta essencialmente na posse de regiões críticas do terreno e no bloqueio de vias de acesso favoráveis ao inimigo. Dentro desse conceito e consoante um planejamento de conjunto, cada escalão prepara uma ou várias posições a serem ocupadas, sob determinadas circunstâncias.

Os planos de contra-ataque devem ser estreitamente correlacionados com essa preparação.

A fig 9 apresenta a localização desses núcleos defensivos no planejamento defensivo da 2ª DI, cuja justificativa é a seguinte:

Núcleo A — Assegura profundidade ao setor do 4º RI. Bloqueia a via de acessos inimiga, ao norte da zona de ação. Garante as possibilidades de observação das alturas 408 e pode servir como base de fogos para um contra-ataque nessa região.

Núcleo B — Domina o compartimento do Córrego Belo que é a região mais fraca do setor.

Núcleo C — Domina duas vias de acesso inimigas, uma provinda do flanco Sul e outra segundo a crista balizada pela estrada que, das alturas 360 se dirige para a localidade de Bela Vista.

Núcleos D e E — Dominam as vias de acesso inimigas provenientes dos flancos da divisão.

A preparação dos núcleos defensivos em profundidade deve obedecer a uma certa ordem de urgência. A necessidade de bloquear a via de acesso do Córrego Belo, leva o Cmt da 2ª DI a atribuir prioridade à preparação dos núcleos A, B e C, reservando aos núcleos D e E uma segunda ordem de urgência.

A reserva deverá ser disposta em condições favoráveis para ocupar esses núcleos, seja inicialmente, seja posteriormente, conforme as circunstâncias do combate. Uma vez ocupados, passam eles a fazer parte da posição de resistência.

A defesa anticarro é estabelecida em toda a profundidade da posição.

Para esse fim, as unidades regimentais de cargos podem ser dadas em reforço aos batalhões de 1º escalão ou à reserva regimental. A cia. de caros do regimento reserva aumenta a profundidade dessa defesa.

Normalmente, o batalhão de caros divisionário é disposto em reserva, sendo o contra-ataque sua missão primordial.

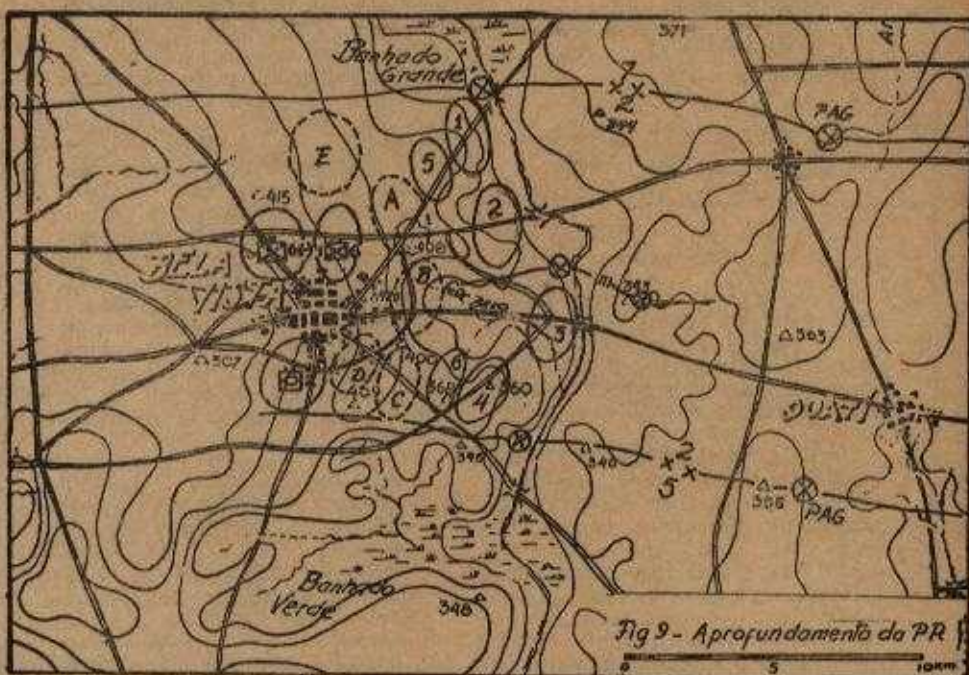
A manutenção das reservas em zonas de reunião ou ocupando, desde o início, posições preparadas, depende da situação e constitui importante decisão do comandante. A ocupação inicial pode, por exemplo, oferecer maior proteção contra armas de destruição em massa e proporcionar melhor aproveitamento das cobertas e abrigos. Em contraposição, nesse emprego, as posições defensivas são mais identificáveis pelo reconhecimento aéreo, as tropas ocupantes tornam-se mais facilmente fixadas por fogos maciços de artilharia, as condições de suprimento são mais dificultadas e os deslocamentos para outras regiões tornam-se mais demorados.

Nas condições do caso em estudo, o Cmt da 2ª DI decide não ocupar, previamente, as posições organizadas.

A reserva divisionária deve ser dotada de mobilidade e, sua localização assegurar a máxima flexibilidade de emprego, podendo este consistir na substituição de unidades em posição, participação em contra-ataques, preparação de posições defensivas ou aprofundamento da defesa pela ocupação de núcleos à retaguarda. Estudando o problema, o Cmt da 2ª DI decidiu localizar a reserva na seguinte situação (Ver fig 9):

— 1/6º RI, em uma região desafiada, à retaguarda das alturas 400, em condições de ocupar sem perda de tempo uma das posições de aprofundamento A, B ou C.

— 6º RI (-1 Btl), imediatamente a noroeste da localidade de Bela Vista, em boas condições para atuar em qualquer parte da frente, pelas vantagens da rede de estradas existente.



— 2º BCC, em zona desafiada, aproveitando, também, as vantagens da rede de estradas.

Em cada zona de reunião, os elementos da reserva divisionária poderão assegurar o necessário repouso, conduzir a instrução e a manutenção, e receber recomplementos, fora do alcance do grosso da artilharia inimiga.

POSTOS AVANÇADOS GERAIS E DE COMBATE

Os PAG são ocupados, normalmente, por forças divisionárias não empenhadas na PR. O valor e a composição dessas forças dependem da situação e os inúmeros fatores que o conduzem o Cmt da DI a uma decisão a esse respeito incluem:

- possibilidades do inimigo;
- meios disponíveis;
- terreno;

— prazo exigido para organizar a PR;

— número e extensão das posições a serem organizadas à retaguarda.

De qualquer forma, as forças dos PAG devem atender às seguintes condições:

- existência de um comando, ou comandos, capazes de controlar e coordenar suas operações;
- mobilidade;
- capacidade de retardamento;
- potência suficiente para a condução das ações à frente da posição;
- apoio logístico adequado.

Os PAG são, em geral, organizados à base de infantaria, artilharia, blindados, engenharia e elementos de serviços, incluindo meios de transporte. Na situação considerada, o Cmt da DI decidiu consti-

tuir a força lançada para os PAG, do seguinte modo:

— 6º RI (2 Btl)

Reforços:

2 BCC

2º Esqd Rec Mec

3ª/2ª BE Cmb

6º GO 105 AR (+ 3ª/2º Go

155 Ar, + 3ª/2º G Can

Au AAé 40 AR)

O reforço em artilharia média explica-se pela necessidade que terão os PAG de se empenharem em fogos afastados para desorganizar o avanço inimigo e obrigar o adversário a um desdobramento prematuro.

Os dois batalhões do 6º RI que permanecem na reserva, desde o início, serão empregados na organização dos núcleos da retaguarda.

Os PAC, como vimos anteriormente são, via de regra, prescritos pelos comandos regimentais de primeiro escalão, entretanto, o Cmt da DI poderá fixar o ponto limite onde deseja a coordenação entre os regimentos. A localização dos PAC deve assegurar a observação à frente da LPR e impedir ao inimigo a observação aproximada da posição. A distância dos PAC à frente da LPR variam de 800 a 2.000 metros. Assim, os da 2ª DI poderão ser instalados na linha de alturas balisadas pelas cotas 344, 343 e 340 (Ver fig. 9). O Cmt da DI decidiu estabelecer o ponto limite relativo aos PAC nas alturas 343.

Normalmente, convém que os PAC sejam fornecidos pelos batalhões de 1º escalão; quando provêm da reserva, deverão ser postos em reforço aos batalhões de 1º escalão. Seu valor não excede, normalmente, a um pelotão reforçado, por batalhão.

PLANEJAMENTO DE CONTRA-ATAQUES

As penetrações inimigas na posição de resistência são eliminadas mediante uma combinação de fogos e de contra-ataques.

Os planos de contra-ataques são montados na base das penetrações prováveis. O preparo da operação inclui, além do planejamento, os ensaios realizados pelos elementos principais da força de contra-ataque. As circunstâncias da situação determinam as modificações que esses planos deverão sofrer, por ocasião de sua colocação em vigor.

São princípios básicos no planejamento e execução dos contra-ataques, a unidade de comando na zona de ação respectiva e o emprego da reserva como um todo.

O Cmt da 2ª DI determina que seu E3 estude um plano de contra-ataque para eliminar a penetração inimiga indicada na fig. 10. O E3 considera os seguintes dados e problemas:

- penetração suposta,
- objetivo do contra-ataque,
- posição (ou posições) de ataque,
- linha de partida,
- direção de ataque,
- medidas de controle,
- previsões para reorganização do setor após o contra-ataque.

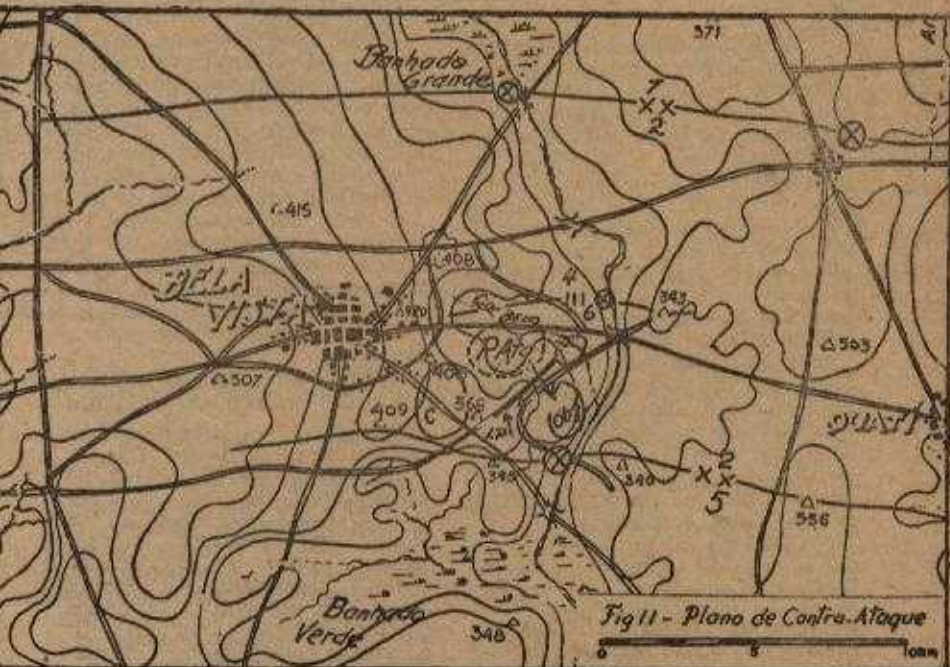
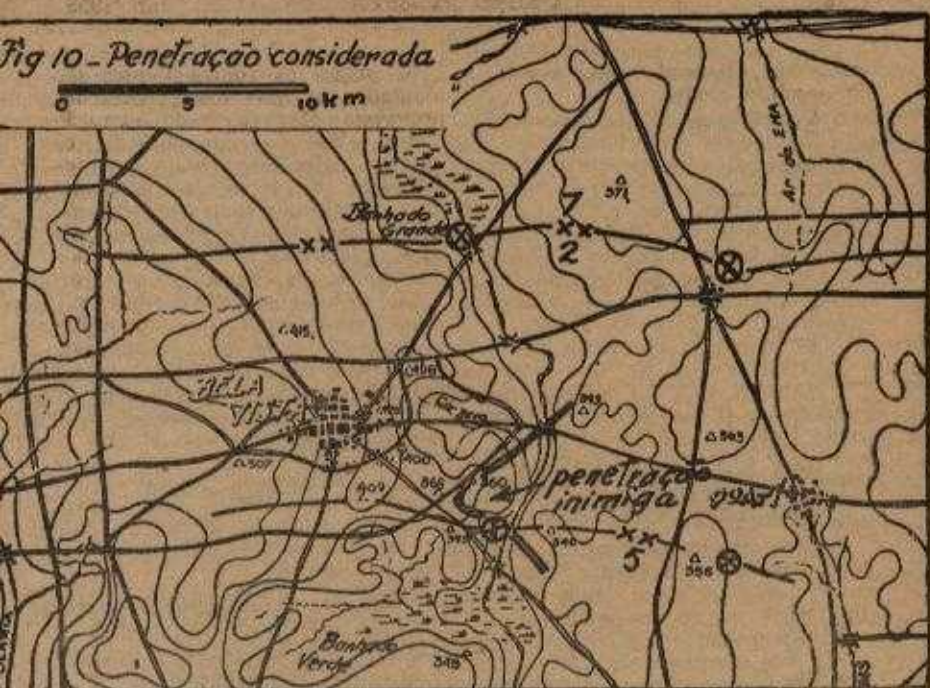
A penetração figurada deve ser suposta como o limite extremo que o ataque inimigo pode atingir. Assim, um plano de contra-ataque deve ser preparado para desenganamento quando essa profundidade for alcançada, ou mesmo antes que tal aconteça.

A solução desse problema irá depender das informações sobre o inimigo, da supervisão e controle exercidos pelo comando divisionário e do oportuno acionamento das reservas da DI.

O objetivo deve ser selecionado por forma a assegurar o restabelecimento da posição. O E3 divisionário encara esse objetivo nas alturas SE da cota 360 (Ver fig. 11).

A posição de ataque deve ser acessível, mais ou menos perpendicular à direção de ataque, e bastante próxima das forças inimigas para evitar que as forças de contra-ataque se desorganizem antes de atingi-la. Deve também assegurar certa proteção contra as armas individuais e outras de tiro rasteiro. No caso em apreço, a estrada que

Fig 10 - Penetração considerada



passa imediatamente a W das alturas 360 apresenta boas condições para essa finalidade.

A direção de ataque deve golpear o inimigo de preferência sobre um de seus flancos, permitir observação dominante e favorecer a utilização de blindados, no caso de sua participação no contra-ataque. A direção balizada pela crista que das alturas 360, se orienta para sudeste, foi considerada a mais vantajosa, pelo E3.

A força de contra-ataque será constituída pelo 6º RI (1º BI) e 2º BCC. O 1º/6º RI ocupa o núcleo defensivo C para limitar a penetração inimiga.

Uma série de medidas de controle deve integrar o planejamento, englobando, principalmente:

- designação de limites,
- coordenação para evitar a interferência em áreas defendidas por forças amigas,
- ocupação de núcleos defensivos à retaguarda,
- coordenação do apoio de fogos,
- previsão de unidade de comando na área do contra-ataque.

Essa última condição é atendida, no caso do plano em estudo, pela colocação de todos os elementos na zona de ação do contra-ataque, sob o comando da força contra-atacante e pela atribuição ao 6º RI da responsabilidade da antiga zona de ação do 5º RI, como indicado na fig. 11. Essa definição de responsabilidade exprime outrossim uma idéia básica para reorganização do setor, após o contra-ataque. O 6º RI assumirá a defesa das posições anteriormente atribuídas ao 5º RI.

O 2º BCC que será dado em reforço ao 6º RI para o contra-ataque, reagrupar-se-á após este, revertendo ao controle da DI. A reserva divisionária será constituída, por conseguinte, pelos 5º RI e 2º BCC, que deverão ser convenientemente reorganizados e reabilitados.

No período crítico do contra-ataque e antes da reconstituição da reserva, a DI ficará praticamente com todos os meios empenhados. As unidades de serviços, à exceção do batalhão de saúde, devem permane-

cer em alerta para pronta reunião em locais previamente designados, e possível entrada em ação.

Em princípio, nenhum contra-ataque deve ser desencadeado sem prévio conhecimento do escalão superior. Assim, no caso da 2ª DI, o 1º C Ex deve ser cientificado de que essa GU irá empregar todas as suas reservas.

Um contra-ataque só poderá obter sucesso se a impulsão do ataque inimigo for detida ou bastante limitada. O quando desencadear a operação de um contra-ataque é uma das mais importantes decisões que um comandante poderá ser chamado a tomar.

DEFESA MÓVEL

Para o estudo da defesa móvel vamos supor uma evolução de acontecimentos:

Estamos agora às 0800 horas de 10 de setembro.

O Cmt da 2ª DI está de posse das seguintes informações:

— Uma das divisões mecanizadas do inimigo foi assinalada na frente do II Exército.

— O 1º C Ex recebeu, do 1º Ex, ordens para liberar, dentro de 48 horas, duas divisões de infantaria que serão deslocadas para o norte.

— O Cmt do 1º C Ex determinou à 2ª DI e à 3ª DB que preparassem planos para uma defesa móvel nas respectivas zonas de ação (Fig. 12).

— A 3ª DB deixará um GT disponível como reserva do C Ex. Esse GT, reforçado pelo 1º Gpt Rec Mec, constituirá a F Cob.

— A 2ª DI receberá meios de transporte para sua completa motorização.

— Um BCC e um GO 105 AP serão dados em reforço à 2ª DI.

Cumprindo a determinação do C Ex o Cmt da 2ª DI encarou o planejamento da defesa móvel no setor divisionário, segundo o esquema representado pela fig. 12.

Essa solução baseia-se na consideração de que, a região mais importante do terreno a ser defendida pela 2ª DI é a crista norte-sul que se estende segundo as alturas 415, 420 e 409.

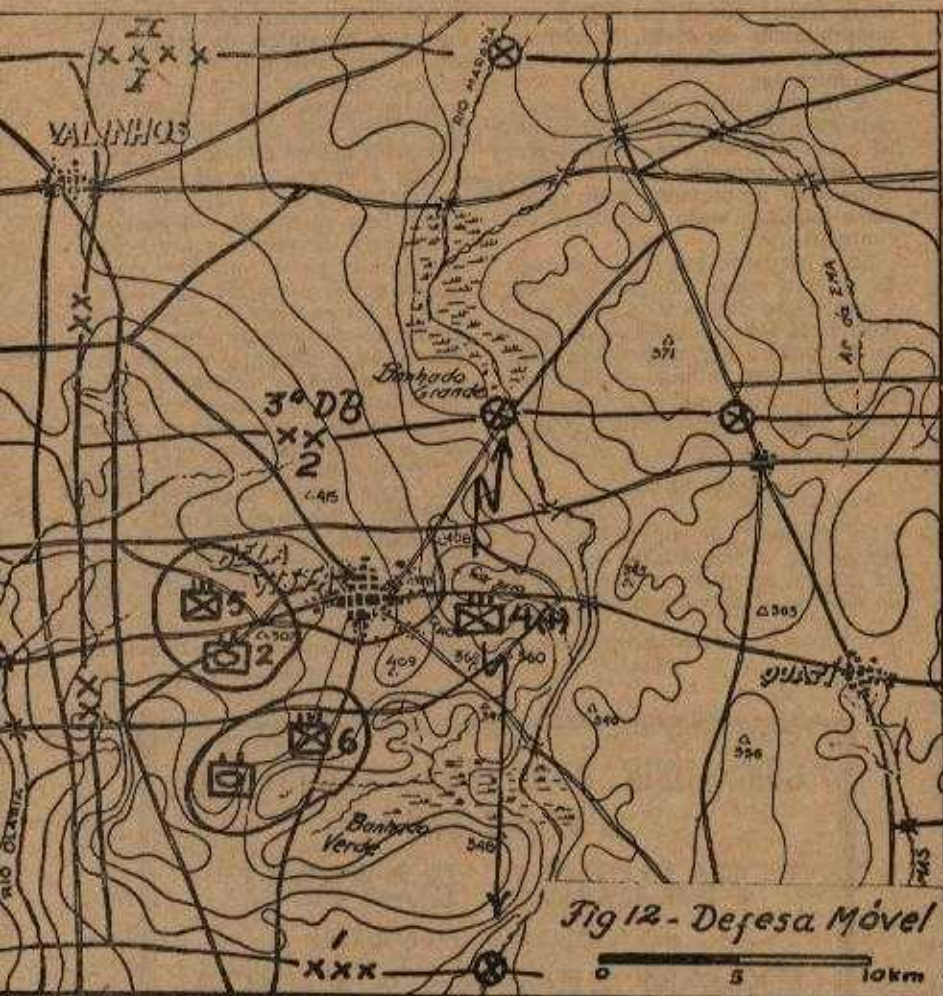


Fig 12 - Defesa Móvel

O estabelecimento dos PAG é semelhante ao realizado na defesa em posição.

A largura do setor e as forças disponíveis não permitem, evidentemente, organizar todas as regiões capitais da posição em "ilhas de resistência" e manter ainda uma reserva potente.

O 4º RI, reforçado pelo 2º Esq Rec Mec, receberá a missão de ocupar a posição avançada. Esta é composta de postos de observação (postos de escuta, à noite) e pon-

tos fortes, de valor variável, conforme a missão, o inimigo e o terreno. Os postos de observação são destacados pelos pontos fortes, com a missão de observar e informar sobre as atividades do inimigo. Os pontos fortes são localizados em acidentes críticos do terreno, com a missão de iludir, retardar e canalizar o atacante para regiões que lhe sejam menos favoráveis.

Os pontos fortes são fracamente mantidos e devem preparar planos para seu retraimento, em caso de

necessidade, e mediante ordem do escalão superior. Em razão da extensa frente que ficará sob a responsabilidade do 4º RI, haverá necessidade de reforçar os meios de comunicações.

A reserva divisionária foi localizada em duas áreas diferentes, um RI e um BCC em cada uma. Além de assegurar maior dispersão, esse dispositivo proporciona boas cobertas e facilita a ação da reserva em contra-ataques.

Se a situação exigir o emprêgo da reserva como uma força única, a localização dessas forças e a rede rodoviária favorecem-no. A reserva da DI poderá ser empregada para contra-atacar o inimigo ou bloquear sua penetração, cabendo ao C Ex, nesse último caso, realizar o contra-ataque.

CONCLUSÃO

Os manuais de operações, que consagram e metodizam as lições da guerra, acentuam a importância do espírito ofensivo, mesmo quando

os fatores da situação obrigam à adoção de uma defensiva. Esse conceito se concretiza, não só através das ações dinâmicas da defesa, que são os contra-ataques e as concentrações maciças de fogos, como também na resistência moral dos defensores.

O princípio de que só a ofensiva conduz à vitória não significa que toda defensiva leva à derrota. Uma defesa bem planejada e organizada pode acarretar perdas tão elevadas ao atacante que o coloquem em situação moral e material difícil.

Em todos os tipos de defesa o fator básico de sucesso, como acentuamos anteriormente, consiste em se tirar o melhor partido possível das situações de vulnerabilidade a que se expõe o atacante, em diversas fases de suas operações.

E nessa ocasião que a defesa deve desencadear seus golpes de violência, valendo-se dos meios que a utilização conscienciosa do terreno e o conhecimento das possibilidades inimigas lhe permite economizar.

**COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL
DO BRASIL**

FABRICA BANGÚ

TECIDOS FINOS

EXIJAM SEMPRE A MARCA



QUE GARANTE:

CÔRES FIRMES, PERFEIÇÃO E DURABILIDADE

O SERVIÇO DE MOTOMECANIZAÇÃO NOS CORPOS DE TROPA

Ten. de Inf., especialista em Motomecanização,
ANDRÉS ARAGON ROELES. Da publicação espanhola "Ejército" n. 189, de outubro de 1935 (Traduzido pelo Maj. ANTONIO CARLOS TABORDA E SILVA).

Ainda que não haja sido especificado em sentido geral ou regulamentar, deve ser regra que as viaturas motorizadas dos Corpos, qualquer que seja sua designação ou emprego, devem agrupar-se, para efeito de manutenção e reparações, sob o comando de um Oficial Especialista de Motomecanização, subordinado direto do Cmt. da Unidade, sendo essa centralização indispensável e fundamental para a conservação e funcionamento do material rodante nas melhores condições.

É bem verdade que nem todos os Corpos possuem Oficiais Especialistas, porém o trabalho de ensino que levar a cabo a "Escola de Automovilismo do Ejército", organizando e desenvolvendo cursos periódicos em todas as Regiões Militares, fará que uma destacada maioria de nossa oficialidade se ache possuidora do título de Especialistas (Moto), tão necessário hoje em nosso Exército, cuja evolução mecânica está em vias de desenvolvimento.

E, no entretanto, a necessidade imperante obriga a muitos Corpos a pôr à frente de seus serviços Moto a Oficiais não especializados, os quais cumprem seu mister com a melhor boa vontade. A eles, e também aos especialistas, dirijo estas linhas com ânimo de pavimentar a rota a seguir em nosso trabalho.

MISSÕES DO OFICIAL ESPECIALISTA NOS CORPOS DE TROPA

O material moto dos Corpos, pode estar em melhor ou pior estado de conservação e uso, porém resulta indubitável que o que mais influe na manutenção do mesmo é o estado de preparação e grau de conhecimento dos motoristas. Por isto, a principal missão do Oficial Moto nos Corpos é o ensino e vigilância deste pessoal.

A "Escola de Automovilismo del Ejército" ensina as missões dos Oficiais Especialista Moto, que no que diz respeito aos Corpos pode concretizar-se no seguinte:

Seleção do pessoal motorista e mecânico que debaixo de seu comando há de levar a cabo a manutenção e reparação das viaturas motorizadas, no grau que a importância dos meios postos à sua disposição permita.

Dirigir a instrução do pessoal designado para as viaturas motorizadas, em suas diversas categorias e especialidades.

Vigiar as operações de manutenção e reparação, baixando NGA para as primeiras, especialmente no que se refira a lubrificação.

Distribuir o pessoal especialista e cuidar de seu comportamento, propondo as recompensas ou punições a que se achem merecedores.

Conservar consigo os livros registro das viaturas, nos quais constará:

- serviços que prestem;
- lubrificação periódica;
- reparações efetuadas;
- mudança de pneus.

Conhecer a qualquer momento a situação, estado e possibilidade de cada viatura Mtz.

Estar ao corrente do estado em que se encontram as reparações que se efetuam nas viaturas avariadas e que hajam sido mandadas às Bases ou Oficinas de Automobilismo (em nosso caso Cia. de Manutenção ou Pq. de M.M.), assim como os prazos aproximados em que podem ser postas novamente à disposição da Unidade, informando constantemente ao Cmt. do Corpo da situação do material.

Auxiliar ao Cmt. da Unidade na preparação e execução dos movimentos motorizados executados com as viaturas orgânicas.

Informar ao Cmt. do Corpo das necessidades de peças, combustível e lubrificantes que se necessite, procedendo a sua distribuição na forma estabelecida pelo Cmt.

Atuar como ligação entre o Cmt. da Unidade e o Serviço de Motomecanização da Região ou Divisão.

Executar quantas revistas de material moto lhe sejam ordenadas ou creia convenientes, exigindo as responsabilidades que se devem do não cumprimento das instruções por ele baixadas.

Recapitular as NGA que sobre o uso das viaturas baixem os órgãos competentes com caráter geral e os particulares do Cmt. da Unidade.

Fácil é notar que com esta complexidade de missões faz-se necessário a técnica do Oficial Especialista, o qual, com seu reconhecido critério, dirigirá e impulsará o desenvolvimento das mesmas, resolvendo sem demora as dificuldades que podem apresentar-se.

PLANO DE TRABALHO

a) Seleção de motoristas.

São as "Escuelas Regionales del Automovilismo" as que se encarregarão de instruir os motoristas, logo devolvidos aos Corpos com a aptidão para o desempenho de sua incumbência.

Em todo caso, o Oficial Especialista proporá ao Cmt. da Unidade os soldados procedentes de recompletamentos normais que devem ser matriculados nos Cursos de motoristas, escolhendo entre aqueles que mostram preferência pela mecânica, conheçam algo de automóveis, etc., excluídos os que são indecisos, irresolutos, vacilantes, nervosos ou tímidos em sua maneira de ser ou caráter. Há de se constituir, além disso, em instrutor permanente dos motoristas, efetuando nos Corpos uma continuação dos trabalhos desenvolvidos nas Escolas Regionais e aproveitando para isto a maior disponibilidade de tempo.

SOLUÇÃO DE CONTINUIDADE

Técnicamente quando se licencia um contingente e vão embora os motoristas correspondentes, chega um novo com outros motoristas que os substituem; porém na prática não sucede assim e há um lapso de tempo no qual as Unidades ficam sem motoristas, com as respectivas dificuldades, para atender as mínimas necessidades de transporte e abastecimento, que se agravam se o Corpo tem elementos destacados que há de atender com meios próprios. Este lapso de tempo é precisamente o compreendido entre o total licenciamento do contingente e a chegada do novo contingente, que na "Escuela de Automovilismo de la Región" haja estado aprendendo no curso de motoristas.

Para que não haja solução de continuidade podem fazer-se motoristas que procedam de recrutamento voluntário. Nas Forças Especiais (Legiões e Regulares) não há problema; pois as Legiões dispõem destes voluntários e os "Grupos de Regulares" do elemento in-

dígena, que, bem instruído, cumpre sua tarefa com toda a perfeição. Notar bem: o soldado indígena, por sua indiosinerasia especial, há de receber uma instrução mais metódica, mais lenta e eminentemente prática.

O Oficial Especialista dos "Grupos de Regulares" poderia desenvolver um Curso de Preparação de Motoristas com os elementos indígenas, ao término do qual seriam mandados as "Escolas de Automóveis de las Comandancias Generales" os que resultarem aptos para revalidações e obtenção da Carteira de Habilitação de Motorista.

O dito Curso haveria de compreender:

- a) seleção do pessoal;
- b) instrução teórico-prática;
- c) instrução de motoristas.

A seleção do pessoal indígena (não mais de dez por Unidade tipo Regimento), levar-se-ia a cabo entre os que possuem certas qualidades elementares e básicas (saber ler e escrever, inteligência, aptidão para motorista, etc.). Depois da primeira seleção, pode fazer-se uma segunda seleção, submetendo os escolhidos às provas psicotécnicas, a fim de comprovar a capacidade físico-psíquica de cada um, em colaboração com a Escola. Efetuada a seleção final, começará o Curso propriamente dito.

A instrução teórico-prática deve compreender:

- 1 — Conhecimento elemental do motor.
- 2 — Cuidados e manutenção das viaturas.
- 3 — Reparações de pequenas avarias.

A instrução de conduta-auto abarcará:

- 1 — Conhecimento do Código de Trânsito.
- 2 — Conduta correta e econômica da viatura.

Este curso desenvolver-se-á num mínimo de seis meses, e durante esse tempo os instruídos servirão como ajudante de motoristas,

em viaturas que no futuro lhes possam ser entregues.

Ao término do curso, os que forem considerados aptos serão propostos para assistir ao Curso da Escola Regional, a qual dará sua aprovação definitiva, proporcionando aos que terminarem o curso o diploma correspondente. As vantagens que isto dá aos Corpos são muitas, podendo citar-se, dentre outras, as seguintes:

- 1 — Possuir um "plantel" de motoristas fixos.
- 2 — Maior rendimento das viaturas, que são manejadas por poucas mãos.
- 3 — Evitar que a prática na conduta-auto dos motoristas de contingentes incorporados sejam conseguidas a custo de avarias nas viaturas.
- 4 — Diminuição de acidentes. Isto nos leva também a demonstrar a necessidade do Oficial Especialista nos Corpos, não já só como um continuador pedagógico, senão como colaborador e auxiliar nas missões de instrução e de educação das Escolas Regionais.

b) Conservação e manutenção das viaturas motorizadas. A maioria das avarias que se originam nas viaturas moto dos Corpos, são devidas a duas causas principais:

- 1 — Falta de cuidado;
- 2 — Ignorância por parte dos motoristas e encarregados de viaturas no que refere ao material motomecanizado.

É missão do Oficial Especialista suprimir a primeira das causas e diminuir no possível a segunda.

Para isto:

a) Há de estabelecer um programa de manutenção e conservação, que sobre a base de aumentar consideravelmente os cuidados do motor, tenha como consequência diminuir o número de avarias, evitando grandes gastos de oficinas e custosas reparações, conseguindo um rendimento maior e uma duração dupla do material das Unidades:

- 1 — Organizar e estabelecer um ciclo de cuidados diários.

2 — Organizar e estabelecer um ciclo de cuidados periódicos.

3 — Revisar e inspecionar com regularidade o desenvolvimento de ambos os ciclos.

4 — Manter em dia um livro registro de viaturas para cada viatura, anotando revistas e inspeções, assim como as lubrificações, reparações, carga de bateria, quilometragem, serviços, etc. (Independente das fichas).

No que respeita ao item 1, o melhor ciclo que pode adotar-se é a que se detalha no "Manual de Automóveis", de Arias Paz (17 — ed., pág. 503). Este ciclo é quinzenal e está dividido em tarefas numeradas de 1 a 12, com a indicação do tempo máximo de duração de cada uma delas.

A duração do ciclo pode diminuir-se ou aumentar-se como só diminuir ou aumentar o tempo de cada tarefa e dos trabalhos a realizar em cada uma. Tomando este ciclo por base, o autor do presente artigo pôz em prática um ciclo semanal de cuidados diários, que se detalha adiante:

b) O dito programa deve ser estudado para poder ser desenvolvido pelos próprios motoristas, os quais não de efetuar as operações necessárias sem mexer nem desmontar inecessariamente as peças, aprendendo ao mesmo tempo a nomenclatura, função dos órgãos e peças fundamentais do motor.

c) Há de ser ao mesmo tempo cômodo, simples de realizar e compatível com o serviço diário que os condutores hajam de prestar nos Corpos, sem que exceda de uma hora o tempo que diariamente se dedique à sua realização.

Por tudo isto, e argumentando por experiência própria, detalha-se um Programa que parece cobrir os requisitos expostos:

2ª feira — Revisão do motor e dos órgãos de alimentação (duração 1 h).

3ª feira — Revisão dos órgãos de lubrificação e arrefecimento (duração 1 h).

4ª feira — Revisão dos órgãos de inflamação e tudo o relacionado com a instalação elétrica (duração 1 h).

5ª feira — Revisão da embreagem e caixa de mudança (duração 1 h).

6ª feira — Revisão da transmissão, eixos e semi-árvores e suspensões (duração 45 minutos).

Sábado — Revisão dos freios e direção (duração 45 minutos).

Os trabalhos de revisão desenvolvem-se conforme se detalham no ciclo quinzenal antes ditado e se levam a cabo independentemente para cada viatura ao término de seu serviço diário.

Como ao terminar um ciclo volta-se a realizar outro na semana seguinte que, a sua vez, repete-se nos sucessivos, os realizadores vão adquirindo prática em seu desenvolvimento, e ao término de várias semanas, já o realizam de uma forma precisa e automática, diminuindo em muito o tempo máximo de uma hora que se fixa para seu começo, notando-se no pessoal motorista um aumento de sua capacidade técnica, que antes apenas tinham, e traduzido tudo em uma considerável diminuição das avarias, e ao fim em um maior rendimento das viaturas que dirigem.

Uma hora antes da saída de uma viatura em seu serviço diário, apresentam-se na garagem o motorista e o ajudante de motorista. Enquanto o ajudante realiza a limpeza e lavagem externa da viatura, o motorista comprova e efetua:

a) Recompresetamento de água no radiador.

b) Nivel de óleo (comprovando também o bujão e dispositivos de ventilação do Carter).

c) Buzina, luzes, seta de sinalização, etc.

d) Pressão dos pneus.

e) Aperto das porcas de fixação das rodas.

f) Mecanismo de freio e direção.

g) Ferramentas.

h) Lubrificação da bomba d'água.

i) Recompresetamento do tanque de combustível.

Os demais ciclos realizam-se conforme as instruções especiais nos dias, horas e lugares que se determinem, e conforme as ordens superiores.

O Oficial Especialista deve dispor de um Auxiliar com a graduação de Sgl. (preferentemente que seja diplomado em Motomechanização), para que o secunde em seu trabalho e vigilância e dirija os trabalhos na ausência daquele.

Esta parte dos ciclos diários é em realidade a mais importante das tarefas correspondentes ao Plano de Trabalho nos Corpos. Se examinarmos os trabalhos destes ciclos, tal como vem exposta na obra citada, observamos que, por sua simplicidade e método pedagógico, estão feitos para que sejam desenvolvida pelos próprios motoristas. Estes só revisam os órgãos fundamentais do motor, sem remexer nem desmontar sem necessidade as peças, e assinalam a anomalia ou defeitos no Oficial, o qual decidirá se elas devem ser objeto de uma solução própria ou dependente dos escalões superiores de manutenção.

Não é difícil para o Oficial saber distinguir um caso de outro, pois os Corpos somente devem efetuar as reparações da parte externa dos motores (limpeza de carburadores, bombas d'água, filtros, radiador, Carter, lubrificações, mudança de junta, etc.), e todas as avarias de ordem externa (ruptura de bielas, pneus, êmbolos, caixas de mudança, etc.), é assunto dos serviços de reparações dos escalões superiores; pelo que devemos proibir que os motoristas realizem experiências de consertos de supostas avarias nos órgãos internos do motor.

Nossa missão nos Corpos é mais manutenção preventiva que a corretiva, evitando os possíveis acidentes e as onerosas reparações que uma avaria interior não descoberta a tempo pode ocasionar na viatura.

Devemos chamar sempre a atenção do pessoal sobre a necessidade de realizar os trabalhos com a devida atenção e esmero, fazendo-lhes ver a responsabilidade que se contrai por negligência ou abandono de um material tão caro como são

as viaturas motorizadas, cujo mal uso ou abuso, por ser propriedade do Estado, é quase crime segundo nosso Código de Justiça.

O OFICIAL DE MOTO EM RELAÇÃO COM O ACIDENTE

De maneira geral considera-se que a maioria dos acidentes que se produzem nas viaturas são devidas a:

1 — Falta de habilitação dos motoristas.

2 — Ignorância, pelo que a eles toca, do Código de Circulação (equivalente ao nosso Código Nacional de Trânsito).

3 — Estradas difíceis ou defeituosas.

4 — Falhas orgânicas da viatura considerada como máquina.

A falta de habilitação dos motoristas é devido a uma disposição de fator humano (pouca prática, embriaguês, fadiga, sono, mal-estar interno, etc.) e a um excesso de confiança na preparação.

Assim um motorista confiado em sua perícia crê poder ultrapassar um obstáculo realizando uma certa manobra atrevida que permita a passagem justa da viatura; essa manobra pode sair-se bem, dez, vinte vezes, porém na vigéssima primeira, atira-se um décimo de segundo, pela confiança adquirida, ocasionando o acidente.

A ignorância do Código de Circulação dá origem a muitos acidentes, embora as vezes não só é a ignorância real, senão a premeditada, ou melhor, a intencionada desobediência das Leis do Tráfego de parte de motoristas desembaraçados.

Esse último mal, se a ele somos alheios, é inevitável, e, só temos de fazer compreender a nossos motoristas o perigo de fazer o mesmo (suposta prioridade de passagem, ofuscamentos por faróis altos, omissão de sinais, etc.) e o dever de denunciar os infratores às autoridades competentes.

As estradas difíceis ou defeituosas não são em realidade as causas diretas do acidente, a verdadeira causa está na velocidade de trân-

sito por elas. Se a estrada é má, ande-se devagar; e se é estreita, põe-se a viatura para permitir a passagem do contrário.

O motorista militar deve ceder, sempre, porque assim, haverá garantias de segurança. Hoje em dia vê-se motoristas que rodam a velocidades vertiginosas, para trasladar-se ao lugar onde não tem nada a fazer. Os motoristas nossos devem ter presente que mais vale chegar tarde que não chegar nunca. Mesmo em estradas de 1ª Categoria não se devem ultrapassar 40kmh, não só pela própria segurança e porque assim aumenta-se o rendimento de nossa viatura senão porque só a essa velocidade, a um segundo de distração, correspondem onze metros percorridos sem controle, durante os quais pode ocasionar o acidente.

As faltas de origem orgânica podem ocasionar acidentes. Em nossa viatura são devidas estas faltas, principalmente, ao desgaste natural da máquina, que está submetida a um uso prolongado. A ruptura dos freios no momento que é preciso, por exemplo, traz como consequência o acidente. O ciclo de cuidados diários anteriormente expostos contribuem a fazer desaparecer tal perigo; eis aqui a necessidade presente de exigir sua realização completa.

Da análise destes fatores podemos tirar uma consequência importantíssima: que os acidentes somente são produzidos por causas devidas ao fator humano, por falta de habilitação ou por ignorância real ou premeditada do Código de Trânsito (imprudência); pois tanto o estado da estrada como as falhas orgânicas, são causas indiretas que influem só por falta de previsão dos motoristas. É, portanto, nosso dever de instruir, prevenir e aconselhar aos mesmos com exagerada insistência, chegando até o extremo de fazer escrever máximas relativas a prudência nas paredes das garagens e inclusive colocar fotografias de acidentes nos "boxes" das viaturas, para que desta forma a vista, quando não a memória, re-

memore no motorista confiante o senso de responsabilidade.

Os nossos motoristas haverão de estar instruídos para toda classe de acidentes, devendo, quando ocorrer proceder do seguinte modo:

a) Avisar pelo meio mais rápido ao oficial de Serviço da Polícia do Exército.

b) Avisar igualmente a Delegacia do Serviço de Trânsito da Polícia Civil.

c) Participar o caso ao conhecimento de seus superiores imediatos.

E como instruções complementares, não permitirão que sejam tocadas as viaturas até que sejam vistoriadas oficialmente, devendo evitar que o motorista contrário efetue manipulações no interior ou exterior de seu veículo, salvo risco de incêndio ou vida humana, e abstendo-se igualmente de discutir ou fazer comentário do caso que só serão adequados quando interrogados pelas autoridades competentes, com acatamento e subordinação, dando em tudo mostra de sua boa instrução e capacidade técnica.

BIBLIOGRAFIA

Manual de Automóviles, de M. Arias — Paz — Transportes motorizados, de la Escuela de Automovilismo, Del Ejército.

NOTA DO TRADUTOR

Deste artigo, além dos ensinamentos particularizados, tiramos as sugestões:

Organização de Cursos Regionais de Formação de Motoristas, à semelhança dos Cursos Regionais de Comunicações e de SMB.

Constar nos programas de instrução horas diárias para a Manutenção de 1º escalão das viaturas motorizadas (uma hora antes da saída da viatura e de uma hora ou 45 minutos na parte da tarde).

Nosso Manual (C 25-10) e Instruções da DMM, fichas, livros registros de viaturas, etc., detalham muito bem o assunto de manutenção.

ENSINAMENTOS TIRADOS DA HISTÓRIA PELAS ESCOLAS ALEMÃ E SOVIÉTICA

Gen. Div. IRAPOAN POTYGUARA

Breveté pela Escola Superior de Guerra de Paris.

Este trabalho é uma síntese dos apontamentos tomados nas conferências feitas pelos Coronel Carrias e Major Andolensko da Escola Superior de Guerra de Paris.

A ESCOLA SOVIÉTICA

"A injustiça é sempre má e falsa política e a melhor maneira de aperfeiçoar e criar os recursos, não está nos insultos, mas sim na observação" — Gen. De Brack.

"As idéias que terão muitas vezes de serem formuladas, surpreenderão e talvez chocarão. Elas não têm por objetivo fazer a apologia nem do velho exército russo, nem do poder militar soviético" — Comandante Andolensko, da Escola Superior de Guerra de Paris."

Como se disse no artigo anterior este assunto é muito vasto e em se tratando da Escola Soviética, para compreendê-la é indispensável não só conhecer as bases da doutrina do Marechal Suvorov, como os ensinamentos essenciais obtidos pelos russos na 1ª guerra mundial.

O Alto Comando Soviético afirma que as conclusões tiradas daqueles ensinamentos revelaram-se perfeitamente justificadas pela guerra 1941-1945 e que eles continuam válidos.

Os elementos atualmente conhecidos do poder do Exército Soviético são diretamente oriundos dos ensinamentos da guerra 1914-1918.

Estudar-se-á as questões cruciais do número, do material, das retaguardas, do moral e da conduta da guerra.

Vistos sob esses ângulos confirmar-se-á a opinião de que os estudos históricos, bem conduzidos, aumentam sensivelmente o poder de um país, e que nada de sólido se faz fora dos ensinamentos do passado.

Para a Rússia a guerra de 1914-

1918 foi a primeira conduzida pela nação em armas, isto é, que interessou todos os ramos da atividade nacional, as anteriores ou foram por exércitos profissionais ou foram guerras coloniais.

Exame impiedoso imposto ao país e ao regime e sob o qual os dois sossobraram.

Não é de se admirar a importância que os russos concederam aos ensinamentos desta guerra e a sua influência na organização da defesa nacional e das forças armadas da U.R.S.S.

Já durante a guerra de 1914-1918 o Gen. Brousilov com o apoio dos marxistas, convencidos de que a luta armada entre o capitalismo e o comunismo era inevitável, tinha criado no seio da 3ª seção dos Estados-Maiores um pósto particular.

Um oficial escolhido tinha por missão registrar todos os ensinamentos tirados das operações em curso, amigas ou inimigas, na zona de ação da sua unidade. Esses documentos secretíssimos eram em se-

guida examinados por uma comissão do Estado-Maior Geral que codifica os ensinamentos.

"Não deixar cair no esquecimento a experiência adquirida, é um dever imperioso para todo chefe" diz o regulamento soviético.

Só agora começam a aparecer as obras que permitem fazer luz sobre os trabalhos conscienciosos e profundamente bem fundamentados, produzidos pelos chefes soviéticos desde a primeira guerra até esta última.

Esses trabalhos ou foram desconhecidos pelos principais chefes dos exércitos europeus ou deformados pela crítica alemã.

A gênese do drama russo aparece agora com toda nitidez, assim a guerra surpreende, em 1914, o país em flagrante delito pela falta de preparação intelectual e material.

Nenhum dos problemas e planos para colocar em pé de guerra a economia nacional tinham sido pensados.

A ação anti-nacional aproveitou o ensejo, apesar do elevado padrão moral do soldado, de estar o regime absorvido pela guerra externa e não dar a atenção desejada a situação interna. Ele nada opõe a ação subversiva e a propaganda insidiosa que solapa os alicerces do Estado. As retaguardas desmoralizadas preparam o caminho para a revolução. Esta contamina o Exército, condena-o a destruição e priva a Rússia do benefício da vitória comum que parece desde já certa.

Desde então, o ensinamento essencial deste drama será, que fora de uma sólida defesa nacional, apoiando-se num moral elevado — todo o resto é vão.

O governo soviético estima que a segurança de um país exige a seguinte ordem de urgência:

- A solidez da retaguarda;
- O moral;
- O número e o grau de instrução;
- O material;
- Os quadros.

O MORAL E AS RETAGUARDAS

Si o moral, o número, o material e os quadros, são constantes eternas, a "solidez das retaguardas" é uma

nova noção que decorre dos ensinamentos da guerra de 1914-1918.

Durante a guerra, o valor do exército russo foi influenciado por duas forças opostas, uma, exaltante, o moral elevado, outra deprimente, a falta de material. Enquanto a primeira se manteve elevada, ela contrabalançou a segunda e o exército se manteve, mas desde que o moral desmoronou, ele foi seguido pela queda e a desagregação, não obstante a abundância de material.

Nas "Nações Armadas", essas duas forças são fornecidas pelo país, seu valor depende essencialmente da solidez das retaguardas.

Mas, entre o moral e o material não se hesita, é o moral que prima sobre o material.

As retaguardas russas caracterizaram-se em 1914-1918 pela desorganização econômica e pela queda progressiva do moral.

Não houve previsão, em consequência o país não estava preparado não só para atender as necessidades provenientes da guerra, como desenvolver a produção ao nível compatível com as exigências.

A falta de uma direção firme impossibilitou a distribuição equitativa entre o interior e a frente.

As requisições exageradas dos meios de transporte pelo exército, impediu a chegada de grãos e carne existentes nas regiões mais longínquas do império.

Não houve sincronização entre a produção, o consumo e o transporte, em consequência tanto a população como o exército foram vítimas da escassez de alimentos.

Esse descabro não tardou em se fazer sentir no encarecimento da vida e no moral. Um e outro foram habilmente explorados pela revolução há muito pregada e latente nos últimos tempos.

Além disso nenhuma medida havia sido prevista para preservar o moral e este a medida que se afastava da frente mais se decompunha.

As perdas excessivas sofridas pelo exército, levaram a população do interior a pensar em traição e o descontentamento que a propaganda revolucionária aproveitou com o auxílio da imprensa e da Dieta provocou a queda da monarquia.

Os rumores cada vez mais sombrios circulavam em todas as camadas e o governo impassível nenhuma medida tomava para sufocar no nascedouro os focos da rebelião.

Nada foi previsto nem mesmo para se opor a uma insurreição armada.

Quase todas as tropas tinham sido enviadas para a frente e a Guarda Imperial sobre quem repousava a manutenção da monarquia e da ordem na capital, além de desfalcada, tinha tido o melhor de suas tropas disimadas nos combates.

Não é preciso evidenciar os ensinamentos tirados pelos soviets; eles estão implicitamente contidos linhas acima.

Eles ultrapassavam o quadro militar, mesmo o da defesa nacional; eles influem mesmo sobre a estrutura do Estado.

As transições abaixo melhor traduzem o pensamento e a maneira de agir dos responsáveis pelos destinos dos soviets.

Diz Lenine: "O melhor exército será destruído, se ele não apoia a sua força em retaguardas sólidas e organizadas". E Staline concluiu: "A força primordial do Exército Vermelho é de possuir entre todos os exércitos do mundo, as retaguardas mais sólidas".

As finanças, a economia e a indústria, dirigidas pelos ditadores, obedecem a um outro ditador sempre pronto para esmagar, sem levar em conta, nem a hierarquia, nem os serviços prestados. Um chefe de retaguarda, adjunto do Ministro da Guerra, um Ministro do Interior dispondo de uma força de 600.000 homens destinada exclusivamente a frente interna, está sempre vigilante e pronta para manter o moral e a disciplina.

É de notar que nos momentos mais críticos da guerra de 1941-1945, nenhuma unidade da M. V. D. foi enviada para a frente.

Retaguardas e um moral inquebrantável, eis os ensinamentos tirados pelos soviets da guerra 1914-1918.

O NÚMERO

Não se pode avaliar o número pela simples cifra que representa

a população de um país. É necessário levar-se em consideração, a extensão territorial, a rede de comunicações, o desenvolvimento industrial e o aperfeiçoamento cultural.

A Rússia em 1914-1918 tinha 180 milhões de habitantes e no entanto mobilizou menos soldados que os seus inimigos e os seus aliados.

Não resta dúvida que ela foi surpreendida em plena fase de recuperação econômica. Apesar dos resultados serem grandemente satisfatórios e terem surpreendido a Europa, ainda muito necessitava capitais estrangeiros e de um grande aumento da população.

O General Laguiche diz: "Quanto mais o tempo passa menos a Rússia terá necessidade das outras Nações".

O esforço do país exercendo-se sobre o desenvolvimento econômico, o poder militar ficou descuidado. Eterna oposição entre a manteiga e o canhão.

A preocupação de desenvolver a instrução pública e a economia nacional, além da compressão draconiana feita no orçamento na parte relativa à defesa nacional, levou o governo a dispensar 50 % das classes de recrutamento.

Dêsse modo o "rôlo compressor" e o "inexgotável reservatório humano", expressões correntes repousavam sobre uma ficção.

Apelando para todas as suas disponibilidades, a Rússia mobilizou durante toda a duração da guerra 15 milhões de homens, porém devido as grandes baixas nunca o número de combatentes ultrapassou 3 milhões, com receio de desorganizar totalmente a vida do país. Já em 1916 as primeiras unidades femininas surgiram na frente de combate.

O problema do efetivo não podia deixar de preocupar os soviets e somente uma política excepcional e impiedosa podia melhorar a situação.

Os resultados de tal política não tardaram a se apresentar, o exército ativo que em 1914 tinha apenas 1.400.000 homens passou a 4.500.000 em 1951. Durante a guerra 1941-1945, toda a população de 16 a 55

anos, mulheres compreendidas, foi mobilizada.

Nenhuma isenção, as classes são mobilizadas por inteiro nos exércitos e nos serviços da retaguarda ou de trabalho, não existe diferença entre mongóis, uzbeks, turquestão, etc., todos aparecem sob o uniforme soviético.

As obrigações militares atingem a população de 19 a 50 anos, a duração do serviço foi aumentado, a educação pré-militar e convocações frequentes tornaram as classes soviéticas de alta qualidade.

O MATERIAL

A crise econômica financeira que assolava a Rússia em 1914 e que motivou a economia feita no organismo da defesa nacional, teve repercussões sob todos os aspectos desastrosos nas decisões do comando.

Ver-se-á que a deficiência dos quadros, o preparo das reservas por falta de convocação, a qualidade e quantidade de armas e material e os estoques eram muito precários.

O contraste entre as artilharias Alemã e Russa era chocante. A dotação das Grandes Unidades em artilharia estava reduzido em 50 %. A artilharia pesada era inexistente. O número de tiros por peça, enquanto para os alemães era de 3.000, para os russos era de 850.

Desde o início da guerra os exércitos russos enfrentaram uma superioridade inimiga esmagadora em meios de fogo. Para citar apenas dois exemplos: em Gounbinnem, existem 55 baterias russas contra 95 alemães, em Tannenberg 70 contra 150.

A medida que os meios russos, insubstituíveis, diminuíam, essa superioridade tomava proporções inquietantes. Ela devia ser inevitavelmente paga ao preço de sangue.

As reduções orçamentárias se fizeram sentir desastrosamente na indústria de armamentos, que durante a guerra não estava em condições de suprir as faltas. No que diz respeito a cartuchos, o rendimento das usinas era de 550 milhões por ano, enquanto as necessidades somavam a 250 milhões por mês, a produção de fuzil era de 170 mil por ano, en-

quanto as substituições exigiam 250 mil por mês.

A falta de fuzis tornou-se dramática e durante a ofensiva Brousilov em 1916, só os três primeiros batalhões dos regimentos eram armados, o quarto não possuía arma.

Assim tudo se encadeia. Para preencher os claros o exército necessitava mensalmente 300 mil homens, ora por falta de quadros, se instrui apenas 200 mil.

Desde o fim de 1914, os combatentes por falta de armas e munição, foram levados a escolher entre os dois termos do dilema: fugir ou oferecer o seu peito ao inimigo. Eles escolheram o segundo.

A falta de material e armamento é responsável pelas espantosas perdas humanas, que foram a causa mais direta do desmoronamento moral que conduziu à revolução.

Não é para causar admiração a atenção dispensada pelos militares soviéticos ao problema, não só em relação ao material, como a deficiência em artilharia.

Os dirigentes da U.R.S.S. levaram a questão a sério e com determinação e constituíram uma poderosa artilharia.

Si a sociedade burguesa tinha reservado o último lugar para o exército, a ditadura do proletariado vai colocá-lo no primeiro plano das suas cogitações, não se importando com os gastos que isso acarretará.

Não adianta dar manteiga aos homens si ela não é defendida pelos canhões.

Desde 1918 Lenine proclama: "A história é implacável, ela nos apresenta a questão sem subterfúgios, perecer ou alcançar os países industriais".

A história ensina que os governos que não dão importância primordial as questões de defesa nacional, conduzem seus países à destruição.

O Exército é a força de um país e a garantia da sua liberdade, todos os recursos devem ser postos à sua disposição, todas as atividades orientadas em seu proveito.

"Graças aos planos quinquenais de Staline, escreve Tchouvikov, o nosso país construiu uma indústria

socialista, base material segura para a organização das forças armadas." É inútil, penso, eu diz o Cmt. Adolensko, lembrar a riqueza em material de qualidade que caracterizou o Exército Soviético, na última guerra.

A CONDUTA DA GUERRA

A conduta da guerra pelo regime imperial deixou muito a desejar. Não havia sincronização na vasta máquina que era o império Russo. Cada um trabalhava um pouco por sua própria conta, não se tinha ainda compreendido que a conduta da guerra não era do domínio dos personagens, mas do Estado soberano, tomado na sua totalidade.

Este ensinamento deu lugar a teoria soviética do "Generalíssimo Universal", brilhantemente desenvolvida pelo Marechal Chapochinikov na sua obra clássica "O cérebro do Exército" e onde a U.R.S.S. se inspirou para conduzir a guerra 1941-1945.

O alto comando do Exército Russo não satisfeito, ele estava mais preparado para conduzir as operações no domínio da tática do que no estratégico. As duas maiores vitórias de 1916, Loutsk e Erzeroum, foram impostas ao alto comando por subalternos enérgicos.

Em 1914 um grande esforço tinha sido feito na seleção dos quadros, baseada no mérito, havia generais, para citar apenas os generais Kornilov e Denikine, de origem bastante modestas.

Os soviets empenharam-se a fundo no problema da formação e seleção dos quadros. O alto comando soviético, produto de uma seleção impiedosa, parece muito homogêneo.

A INFORMAÇÃO

A informação e a conservação do segredo mantiveram tanto mais o seu valor, quanto insuficientes se mostraram as 2^{as} secções dos Estados-Maiores durante o desenrolar das operações.

Os vários erros cometidos na apreciação das situações vieram demonstrar essas insuficiências. Em 1914 a apreciação errada do desdobra-

mento do exército austro-hungaro, causou a derrota de Krasnik, em consequência desse erro, 16 divisões russas foram engajadas contra 28 e derrotadas.

Do lado austriaco não foi assinado na ordem de batalha russa a presença do 8º Exército, erro que acarretou a perda definitiva da batalha da Galícia.

A 2ª secção alemã atribuiu 24 divisões a Rennenkampf, quando ele só dispunha de 6 e os russos por sua vez entrando na Prússia Oriental sub-estimaram o inimigo. Essas estimativas erradas levou o Gen. Von Prittwitz a evacuar a Prússia e provocou a surpresa de Tannenberg onde os russos com apenas 9 divisões defrontaram-se com 14 alemães.

Durante toda a guerra os erros de parte a parte motivaram sérios desastres que os soviets bem compreenderam o seu alcance. Hoje não se exagera afirmando que o Serviço de Informações Soviético, é um dos melhores organizados e tem sabido infiltrar-se profundamente em todos os países ocidentais, enquanto não existe país tão impermeável aos serviços de informação estrangeira quanto a U.R.S.S.

ELEMENTOS DE FORÇA E SUA RESTAURAÇÃO

Nem tudo o que existia no passado do velho exército era constituído de fraqueza, os soviéticos discriminaram elementos de força que era preciso conservar e restaurar.

O moral elevado das tropas ocupa o primeiro lugar. Durante todo o período da campanha de 1915, o moral do combatente russo impressionou a todos em face da disproporção entre o seu armamento e o do inimigo.

Todos são acordes em proclamar e hoje lê-se no histórico do 16º Regimento de Artilharia Alemã, o seguinte: "Era de admirar-se a bravura da infantaria russa, suportando sem ajuda de sua artilharia, diariamente, o tiro massivo e mortal de nossas baterias".

Faltando armas e munições, privado do apoio da artilharia, sem máscaras contra-gás e sem aviação,

o exército russo enfrenta o assalto geral de um inimigo superior em número e abundantemente reabastecido.

A rutura de Makense oferece um exemplo surpreendente das condições de desigualdade nas quais se desenrola a luta. Contra dois corpos russos esgotados pelos combates precedentes e já quase sem munições, os austro-alemães reúnem diante de Gorlice, a maior parte dos seus dezesseis corpos frescos e ricamente dotados.

Durante a campanha de 1915, as perdas russas ultrapassaram 3.200.000 homens. Após uma tal sangria o exército parecia esfacelado. Mas, com surpresa geral, seis meses mais tarde, este exército alcançava a vitória mais espetacular da guerra, quando em julho de 1918 o General Brusilov ataca sem superioridade numérica numa frente de 400 km um inimigo solidamente intrincheirado.

Parecia evidente que operações excepcionais, como a batalha em retirada de 1915 e a ofensiva de 1916, não podiam ser realizadas por um exército de moral periclitante. Entretanto ele dominou a crise de material.

Depois de janeiro de 1915, a produção de canhões de campanha aumentou oito vezes, de fuzil quatro vezes, de obus vinte vezes, de explosivos quarenta. E neste momento que explode a revolução. O exército é apunhalado pelas costas. Seu moral desmorona. O poderoso material que agora ele dispõe nada vale.

A guerra perdeu todo o sentido para a massa popular que compõe o exército.

Privado dos símbolos familiares, intoxicado pela propaganda, este exército recusa a combater.

Esses acontecimentos prenderam toda a atenção dos dirigentes e chefes soviéticos, que unânimes são acordes em reconhecer o excepcional valor moral do velho exército e sua necessidade de restaurá-lo e transmiti-lo ao nascente exército vermelho.

Postas de lado as qualidades da raça, evidenciou-se inicialmente o patriotismo. Mas, nas massas rurais

esse sentimento estava adormecido. Era preciso um sistema de educação apropriado para despertá-lo e exaltá-lo. Esta missão foi confiada com êxito ao exército.

O sistema militar russo concedia um lugar cada vez mais importante à educação religiosa nacional e militar, ao desenvolvimento do complexo de superioridade, do orgulho de pertencer a uma grande nação, ao sentimento do dever.

No plano militar um dos estimulantes mais ativos era o espírito de corpo do qual o exército estava profundamente compenetrado.

As particularidades dos uniformes, a diversidade e abundância das distinções honoríficas ganhas no campo de batalha, as insígnias regimentais, os cantos, as marchas, as tradições próprias a certos corpos, as comemorações diárias dos fatos históricos, os museus militares suntuosos e cheios de recordações, as palestras freqüentes dos oficiais, agiam intensamente sobre o espírito dos jovens soldados e lhes davam a convicção da grandeza do seu papel.

Verificou-se que os regimentos mais ricos em tradições eram os que melhor se portavam no fogo.

O exército soviético consagrou-se ao restabelecimento das tradições militares, que precisavam ser restauradas em suas minúcias.

Mas, tendo percebido o alcance moral dessas medidas, os soviéticos não podiam decididamente educar o Exército da III Internacional, no espírito cristão russo. A "Pátria" simplesmente, foi substituída pela "Pátria Socialista". Estimou-se possível educar o soldado russo no ideal do partido. E para isso uma rede de educação política dobrou em todos os escalões, a rede de comando.

A extensão do erro devia aparecer em 1941. A falta de combatividade das tropas soviéticas e as rendições massivas no início da guerra, testemunharam que a obra de educação tinha sido falsa e que o camponês russo se mostrava inacessível ao ideal comunista.

Os soviets mudaram de rumo com determinação, no que foram ajuda-

dos pela falta de psicologia dos alemães.

Depois dessa época os regulamentos soviéticos consignam: "O fortalecimento, a conservação e o desenvolvimento das tradições militares da grande Nação Russa tornam-se para o Exército Vermelho um dever sagrado".

Foi reconhecido o sucesso da educação do velho exército e indispensável rever o processo dos seus quadros cujo mérito foi constatado.

As qualidades morais dos oficiais era preciso acrescentar as qualidades profissionais indispensáveis, já reconhecidas pelo próprio inimigo. Pouco a pouco o exército soviético procura elevar o nível intelectual dos seus oficiais aos do antigo exército.

Na procura da explicação do valor, os soviets foram ainda mais longe. Eles estabeleceram uma classificação do valor comparado das tropas do antigo exército e dela tiraram uma lição. Uma curiosa estatística mostra que sobre 100 baixas, só havia seis prisioneiros nas tropas Cossacas, nove na Guarda Imperial, dezoito nos Regimentos de Atiradores, vinte e um na Cavalaria, trinta e cinco na Infantaria de Linha e cinquenta e oito nas Unidades Territoriais.

Constatação que se traduziu por medidas que podem parecer singular, como mostra a seguinte declaração: No futuro, todos os regimentos de infantaria soviético tomaram o nome de Regimentos de Atiradores e adotaram a cor framboeza, outrora distintivo da arma.

Vejamos agora as idéias que os soviets tiraram do emprêgo da Cavalaria e da Artilharia durante a 1ª guerra mundial.

Porque os soviets mantiveram as grandes unidades de cavalaria e se obstinam em conservá-las?

Em 1914, numerosos eram os generais russos que pensavam que a cavalaria não tinha mais lugar nos campos de batalha modernos.

Entre os muitos exemplos que fizeram modificar esta opinião, citaremos dois.

Em novembro de 1914 a carga do 17º Dragões decide da sorte da batalha de Lodz. Espalhando-se como

uma avalanche, os dragões semeiam o pânico longe sobre as retaguardas do inimigo, se apoderam de duas baterias de artilharia pesada e espalderam a infantaria alemã. Por suas conseqüências, esta carga tem um alcance estratégico.

Em junho de 1915, a frente russa é rompida em Gorlice. Uma carga violenta do III Corpo de Cavalaria, desdobrando os seus 93 Esquadrões detem, retarda a marcha das colunas de Mackensen, ganha dois dias e salva da destruição o exército Radko-Dimitriev.

Parecia que uma Cavalaria animada de um moral elevado, decidida a empenhar-se contra o inimigo sem levar em consideração o preço a pagar, era capaz de vencer todos os obstáculos. Sua aparição repentina agia sempre de maneira deprimente sobre o moral do inimigo.

Os soviets decidiram conservar a Cavalaria a Cavalô. Eles reconheceram entretanto que para fazer face a potência de fogo, era preciso empregá-la em massa e apoiada por blindados rápidos. Essa conclusão foi confirmada pela última guerra e hoje fazem parte do Exército Soviético 15 Divisões de Cavalaria.

Outra questão que vinha apaixonando os artilheiros desde a campanha da Manchúria, era o emprêgo da Artilharia em massa e a concentração dos fogos.

Sómente no fim da guerra de 1914-1918 os russos puderam fazer experiência do emprêgo de grandes unidades de Artilharia.

Em outubro de 1946 foi criado o 48º Corpo de Exército constituído somente de Artilharia. Seis Brigadas de Artilharia, um Destacamento de aerostatos, uma Escola de Aperfeiçoamento e numerosas oficinas.

Uma obra capital "O emprêgo das massas de Artilharia no ataque" lançou ao mesmo tempo as bases de uma nova doutrina de emprêgo.

Outras Divisões de Artilharia, à imagem do 48º Corpo, foram organizadas.

Desde 1915 foi reconhecido a necessidade de dotar a Infantaria de canhões, porém a falta de material retardou a solução.

Todas as obras recentes soviéticas insistem sobre o valor tático da Ar-

tilharia russa e sobre o grau elevado de sua instrução. Os autores estimam que a herança recebida pelos artilheiros soviéticos era rica e que era necessário mantê-la e desenvolvê-la.

As características da atual doutrina soviética do emprego da Artilharia depreende-se da descrição do emprego da Artilharia na rutura de Loustk.

Eis o resumo dos tópicos principais:

- 1) Preparação numa larga frente, quatro Exércitos ao mesmo tempo;
- 2) Evitar a determinação da direção do esforço principal;
- 3) Cooperação estreita entre a Infantaria e a Artilharia;
- 4) Centralização do Comando da Artilharia;
- 5) Dispositivo da Artilharia o mais avançado possível;

6) Reconhecimento minucioso dos objetivos e registro nas cartas distribuídas aos Comandos;

7) Repartição com precisão minuciosa das missões;

8) Cooperação realizada por justaposição dos observatórios;

9) Progressão dos oficiais de ligação de Artilharia com as unidades de testa.

Um grande interesse representa ainda hoje a ação da Artilharia do 9º Exército na batalha de Loustk.

O curto espaço torna impossível descrever o fruto do trabalho empreendido pelos soviets, entre a 1ª e 2ª guerra mundial. Entretanto serve de advertência aos que acreditam, que fora de uma organização militar eficiente, possa haver paz e os apetites expansionistas de certas nações possam ser detidos com boas maneiras e belas frases.

CONFETARIA COLOMBO



A casa tradicional do Rio de Janeiro para almoços, lanches, chás

Fornecimento a domicílio de banquetes

Coquetéis, recepções

ANEXO

Grande armazém de bebidas e comestíveis finos

RUA GONÇALVES DIAS, 32-36

FILIAL

AVENIDA COPACABANA, 890

Esquina de Barão de Ipanema

O mesmo serviço impecável e os mesmos preços razoáveis da casa matriz

NORMAS PADRÕES DE AÇÃO

Cel. M. JOAQUIM GUEDES

A — INSTRUÇÕES REGULADORAS PARA OS PERÍODOS DE ADAPTAÇÃO E FORMAÇÃO

I — OBJETIVO

- A) Orientar os comandantes de sub-unidades e frações, quanto ao modo de conduzir a instrução para os incorporados no corrente ano, de acôrdo com as Diretrizes Gerais de Instrução, da Infantaria Divisionária/2.
- B) Estabelecer normas que permitam a unidade de doutrina dentro do RI.

II — PERÍODOS DE INSTRUÇÃO

A) *Período de Adaptação :*

1 — *Duração — 4 semanas.*

Início : 7 Fev 55.

Término : 5 Mar 55.

2 — *Organização da Sub-unidade :*

a) *Companhia de Fuzileiros :*

3 Pels Fuz : 30 recrutas por pelotão.

1 Pel Ptr Leve (menos 2 peças, sendo 1 de Mrt e 1 de Mtr) : 18 recrutas.

1 Sec Cmto : 14 recrutas.

Os soldados da Secção de Comando receberão a instrução comum na própria sub-unidade e a instrução especializada nos respectivos cursos.

b) *Companhia de Petrechas Pesados :*

2 Pels de Mtr : 32 recrutas por pelotão.

1 Pel Mrt Bl : 32 recrutas.

1 Sec Cmto : 14 recrutas.

Os soldados da Sec Cmto receberão instrução como a Secção de Comando das Cias de Fuzileiros.

c) *Companhia de Comando :*

1 Pel Sap-Remun : 17 recrutas.

1 Pel Com Bl : 19 recrutas.

1 Sec Cmto Bl : 12 recrutas.

1 Sec Saúde : 11 recrutas.

1 Sec Cmto Cia : 11 recrutas.

As Secções de Cmto do Bl e da Cia terão instrução idêntica a da Secção Cmto das Cias Fuzileiros.

d) *Companhia de Canhão Anti-carro :*

2 Pels Canhão A C (menos 1 peça) : 1º Pel com 29 recrutas e o 2º Pel com 20 recrutas.

1 Pel Minas A C mais um 4º grupo : 29 recrutas.

1 Secção Cmdo : 15 recrutas.

O Pel de Minas foi acrescido de mais um grupo, em virtude de não existir na Cia material A C.

Os soldados da Sec Cmdo terão instrução idêntica as secções de comando das Cias de Fuzileiros.

e) *Companhia de Comando e Serviços :*

1 Pel Cmdo Regtal : 22 recrutas.

1 Pel Comunicações : 29 recrutas.

1 Pel Reconhecimento : 13 recrutas.

1 Pel Transp Regtal : 24 recrutas.

1 Sec Saúde Regtal : 12 recrutas.

1 Sec Cmdo da Cia : 20 recrutas.

Todas as praças terão instrução idêntica a da Secção de Cmdo das Cias de Fuzileiros.

3 — *Assuntos a ministrar :*

Os constantes do PP 21-1-2ª Parte e mais o necessário do Período de Formação, de modo que os recém-incorporados estejam em condições de fazer todo o serviço do RI, a partir de 7 de março, do corrente ano.

4 — *Métodos e processos de instrução :*

a) Os métodos a empregar serão o sintético e o analítico ; no primeiro o homem vê a execução e depois repete o que viu praticando ; no segundo, apresenta-se o problema ao homem e a êle cabe solucioná-lo ;

b) O processo a empregar será o de oficinas e por turmas, dividindo-se o numero de instruendo pelo número de monitores, ficando o Oficial instrutor como supervisor de toda a instrução, assim, no Pel de Fuzileiros teremos :

Monitor	Monitor	Monitor	Monitor	
15'	15'	15'	13'	= 60'
7 sds	7 sds	8 sds	8 sds	
O U (19) S/arma	O U (19) C/arma	Cont (18)	A. Geral (16)	
7 sds	7 sds	8 sds	8 sds	= 60'
24	23	25	25	
7 sds	7 sds	8 sds	8 sds	= 30'
Assuntos : 16, 17 e 22				
7 sds	7 sds	8 sds	8 sds	= 60'
19	19	18	21	
7 sds	7 sds	8 sds	8 sds	= 60'
25	25	24	23	

Restantes 30 minutos :

Assuntos 16, 17 e 22, a critério do Cmt da Cia.
Do exposto verifica-se que as sessões serão de 15 minutos, reduzindo-se os assuntos para não fatigar os homens. O PP não é contrariado, pois no dia executa-se o total de horas previsto, com exceção de alguns assuntos, cujo tempo é realmente desnecessário.

- c) Os sábados, a partir do Período de Formação, serão destinados a competições esportivas e tiro, exceto o último dos Períodos, que se destina a verificações do Cmt do Regimento.
- d) A medida tomada foi posto em execução porque o PP foi feito para um Corpo possuidor de todos os meios materiais necessários e não para os meios realmente existentes em cada Unidade.

5 — *Distribuição do tempo e dos assuntos :*

Para o Período será obedecido o seguinte :

a) *Manhã :*

Das 07,00 às 08,00 h — Assunto 20.

Das 08,00 às 09,00 h } demais assuntos do PP 21-1.
Das 09,00 às 10,00 h } 2ª Parte.
Das 10,00 às 11,00 h }

b) *Tarde :*

Das 12,30 às 16,00 h : os diferentes assuntos do PP.

c) *Distribuição pela sub-unidade :*

Os últimos 15 minutos dos tempos da manhã e da tarde, serão destinados a execução de canções, hinos, etc.
Para a execução das sessões dos diferentes assuntos, disporão os Cmts de sub-unidades e frações do fichário já existente no Regimento. As sessões não serão sistematicamente de 15 minutos, poderão ter maior ou menor duração, porém, obedecerão ao processo utilizado.

6 — *Quadro de trabalho :*

Serão organizados de acôrdo com o modelo adotado.

7 — *Verificações :*

Além das inopinadas, serão realizadas no último sábado do Período.

8 — *Prescrições diversas :*

Para a realização do processo de instrução empregado, serão organizadas as fichas e demais documentos necessários pelos oficiais ou sargentos instrutores, mediante orientação dos Cmts de sub-unidades e do Btl.

B) *Período de Formação :*1 — *Objetivo :*

O mesmo fixado para o Período de Adaptação.

2 — *Duração — 20 semanas :*

Início : 7 Mar 55.

Término : 23 Jul 55.

3 — Organização das Sub-unidades :

Como foi fixado para o Período de Adaptação.

4 — Assuntos :

Os previstos no PP 21-1-3ª Parte e PP 7-1, atacando, porém, o que fôr realmente prático e deixando para data posterior o que fôr meramente teórico.

5 — Normas a obedecer :

a) Marchas :

Executadas nas 2ª, 4ª, 6ª, 8ª, 12ª e 19ª semanas do período, sendo as 2 primeiras, a quarta e décima segunda, diurna, a terceira noturna e a décima nona mista.

As Companhias farão a marcha reunidas sob o comando do Cmt do Btl. Formarão com os seus TC, completos. A partida das marchas diurnas será às 07,00 horas. Dispositivo pronto nos locais de formatura 10 minutos antes da partida.

O Cmt do Btl, nas semanas anteriores as marchas, farão o reconhecimento do itinerário e entregarão ao Cmt do RI a sua ordem de movimento e dos Cmts de Cia.

Data de entrega : as 4ªs feiras das semanas anteriores as das marchas. Deverá também ser entregue a parte e o croquis do reconhecimento.

Marcha Noturna : dispositivo pronto às 18,00 horas. Partida às 18,10 horas. Normas a obedecer : as mesmas estabelecidas para as marchas diurnas e os especificados no Manual de Campanha, para as noturnas.

b) Bivagues e Acampamentos :

Executados nas 2ª, 8ª, 12ª e 19ª semanas. Reconhecimento dos locais, realizado nas semanas anteriores pelos Cmts de Btl. Entregar nessa semana as ordens para o bivague e acampamento (inclusive croquis com a repartição do estacionamento). No estacionamento será verificado, pelo Cmt do RI, o trabalho do EM Btl, funcionamento dos estacionadores e dos elementos do Pel Sapadores do Btl e o modo pelo qual será executado o estacionamento, dentro das Sub-unidades.

c) Guerra Química :

Serão realizados 2 exercícios por Sub-unidade na "câmara de gás", um com enxofre e outro com gás lacrimogêneo. Preparação dos locais de execução pelos Cmts de Btl. Câmaras prontas e material em condição de funcionar, uma semana antes da data fixada pelo PP. Comunicação ao Cmt do RI, uma semana antes. O pedido do material necessário será feito no início do Período.

d) Minas e Armadilhas :

Execução dos exercícios práticos nas condições fixadas para o de Guerra Química, porém a cargo do Cmt da CCAC. Providências a tomar por este, idênticas as dos Cmts de Btl, na letra c). Planejamento entregue ao Cmt do RI na primeira semana do Período de Formação.

e) Tiro :

- (1) Os conscritos executarão com o Mosquetão .30, os tiros das tabelas I, II, III e IV, das I-7-1.
- (2) *Tiros de Combate* : serão executados obedecendo às prescrições do RTAP e os homens deverão atirar com as armas que lhes couberem, de acôrdo com as funções que exercerem.
- (3) *Tiros de Mtrs — Mrts — Lança-rojão e Pistola* : os homens atirarão com as armas que lhes couberem e de acôrdo com suas funções, seguindo-se o que prescreve o regulamento.
- (4) *Oficiais* :
 - a) Haverá em data a fixar, um concurso de tiro de fuzil ou mosquetão e de revólver para todos os oficiais.
 - b) Os oficiais subalternos deverão executar todos os tiros com as armas com que a sua tropa é armada.
- (5) *Subtenentes e Sargentos* :
Executarão dois tiros à distância real (RTAP), com o mosquetão .30 e dois tiros de combate (RTAP), com as armas que lhes são próprias.
- (6) *Cabos e Soldados engajados* :
Reiniciarão a instrução, de acôrdo com o seu adiantamento na mesma.
- (7) A instrução de tiro de Mosquetão .30, será iniciada na primeira semana do Período de Formação, de 7 a 12 de março, e a de armas automáticas, a partir da 7ª semana, de 18 a 23 de abril. O local será o Estande do RI, sendo somente utilizável até a distância de 200 metros.
- (8) *Distribuição do Estande* :
 - a) I Btl : Tôdas as segundas-feiras e os sábados das semanas pares.
 - b) II Btl : Tôdas as têrças-feiras e os sábados das semanas ímpares.
 - c) CCS : Parte da manhã das quintas-feiras das semanas pares e parte da tarde das quintas-feiras das semanas ímpares.
 - d) CCAC : Parte da manhã das quintas-feiras das semanas ímpares e parte da tarde das quintas-feiras das semanas pares.
- (9) Os Cmts de Btl apresentarão ao Cmt do RI, 15 dias antes do início da instrução dos tiros de combate, um quadro discriminativo dos tiros que irão ser realizados, locais e necessidades de material decorrente para a execução, com eficiência e utilidade dos mesmos. Idem quanto as granadas de mão e de fuzil, metralhadora, morteiro e revólver ou pistola.

6 — *Quadro de Trabalho* :

Organização, como estabelecido para o Período de Adaptação. Os sábados continuarão destinados as competições esportivas e ao tiro.

7 — *Verificações :*

Nas mesmas condições fixadas para o Período de Adaptação.

8 — *Prescrições diversas :*

- a) A partir da 2ª semana do Período de Formação, as sub-unidades deverão realizar, no mínimo, uma jornada por quinzena, na qual haverá, inclusive, instrução noturna.
- b) Nos 4º e 7º meses de instrução, o RI realizará acampamentos de 4 dias, com o efetivo mais completo possível, inclusive repartições.
- c) Sem prejuízo das horas normais previstas para a instrução, o Cmt do Pel Transportes deverá prever, diariamente, uma hora para a manutenção de 1º e 2º escalões, das viaturas auto.
- d) O encarregado do Estande providenciará para que, a partir de 20 de fevereiro, estejam prontos 15 alvos para início do tiro, bem como, todo o material necessário a esse ramo de instrução. Providenciará também quanto ao preparo do Estande do RI e medidas de segurança para execução do tiro.

B — INSTRUÇÕES REGULADORAS PARA O FUNCIONAMENTO DOS CURSOS DE FORMAÇÃO

I — *Objetivo :*

- A) Orientar os diretores dos diferentes Cursos ao modo de conduzir a instrução.
- B) Estabelecer normas que permitam a unidade de doutrina dentro do Regimento.

II — *Curso de Formação de Graduados de Infantaria :*

- A) *Duração :* 20 semanas.

Início : 7 Mar 55.

Término : 23 Jul 55.

- B) *Divisão :*

1 — 1ª Fase : Formação de Cabos.

2 — 2ª Fase : Formação de Sargentos.

- C) *Exames :*

1 — 1ª Fase : Semana de 23 a 28 de maio.

2 — 2ª Fase : Semana de 18 a 23 de julho.

- D) *Direção :*

1 — *Diretor do Curso :* Ten-Cel Sub-Cmt do RI.

2 — *Instrutor-Chefe :* Capitão Sérgio.

- E) *Desenvolvimento da Instrução :*

Para efeito de instrução as praças matriculadas no CFGI serão grupadas sob a orientação do Instrutor-Chefe.

Entretanto para um melhor aproveitamento dos meios, tendo em vista que existem assuntos comuns ao graduado e ao soldado, os candidatos receberão no âmbito das sub-unidades as seguintes instruções : Ordem Unida, Marchas, Tiro e Educação Física.

- F) *Quadro de Trabalho* : de acôrdo com o PP 7-1.
- G) *Verificações* : de acôrdo com o PP.
- H) Todos os candidatos aprovados com o grau igual ou superior a 5 (cinco), automaticamente ficarão considerados matriculados na segunda fase do Curso, e os que obtiverem grau inferior a 5 (cinco) serão desligados do Curso.

III — CF Pessoal do Serviço Burocrático :

- A) *Duração* : 23 semanas.

Início : 14 Fev 55.

Término : 23 Jul 55.

- B) *Divisão* :

- 1 — 1ª Fase : Formação de Cabos e Soldados burocratas.
- 2 — 2ª Fase : Formação de Sargentos burocratas.

- C) *Exames* :

- 1 — 1ª Fase : Semana de 23 a 28 de maio.
- 2 — 2ª Fase : Semana de 18 a 23 de julho.

- D) *Direção* :

- 1 — *Diretor do Curso* : Ten-Cel Sub-Cmt do RI.
- 2 — *Instrutor-Chefe* : Cap Faustini.

- E) *Desenvolvimento da Instrução* :

- 1 — 1ª Fase :

- a) Visa a formação de Cabos e Soldados burocratas.
- b) Na formação de dactilógrafos deverão ser obedecidas as prescrições da Portaria n. 460, de 4 de novembro de 1953 (DO de 5 Nov 53).
A prova de suficiência de que trata a letra d), do n. 1, da referida Portaria, deverá ser feita obedecendo integralmente ao que prescreve a Portaria n. 128, de 2 de março de 1953 (BE n. 11, Suplemento n. 1, de 1953).
- c) Nesta fase os homens exercerão suas funções nas Repartições ou sub-unidades em que foram distribuídos e receberão nas sub-unidades a que pertencerem a Instrução Comum, ficando a dosagem da instrução a cargo do Instrutor-Chefe do Curso, não devendo porém serem prejudicadas, particularmente, as seguintes instruções : Tiro, Marchas, Ordem Unida e Educação Física.
- d) Na última semana desta fase os candidatos serão submetidos aos exames de QM Particular e de Instrução Comum.
- e) O grau de instrução comum terá coeficiente 1 (um) e o da qualificação, coeficiente 3 (três).
- f) Todos os candidatos aprovados com o grau igual ou superior a 5 (cinco) serão considerados matriculados na 2ª Fase, os demais serão desligados do Curso.

- 2 — 2ª Fase :

- a) Visa a promoção do Sargento burocrata.
- b) Os candidatos ficarão distribuídos pelos diferentes órgãos de serviços, desempenhando as funções para os quais foram formados na 1ª Fase.

- c) A instrução comum será ministrada junto com o CF Graduados.
- d) *Quadro de Trabalho* : De acôrdo com o PP 21-2.

IV — CFPS Rancho :

- A) *Duração* : 23 semanas.
Início : 14 Fev 55.
Fim : 23 Jul 55.
- B) *Divisão* : Duas fases.
- C) *Exames* :
 - 1 — 1ª Fase — Cabo : Semana de 23 a 28 de maio.
 - 2 — 2ª Fase — Sgt : Semana de 18 a 23 de julho.
- D) *Direção* :
 - 1 — *Diretor do Curso* : S/4 do RI.
 - 2 — *Instrutor-Chefe* : 1º Ten Marcondes.
- E) *Desenvolvimento da Instrução* :
 - 1 — 1ª Fase :
 - a) Visa a formação de soldados e cabos para exercerem uma das funções do Rancho, aproveitando-se a habilitação que os mesmos trazem da vida civil.
 - b) Desde o 1º dia de incorporação os homens exercerão suas funções no Rancho.
 - c) Deverão ser divididos em 2 turmas para a Instrução Comum.
Estas turmas terão instrução em dias alternados e na parte da tarde, compreendendo os seguintes assuntos : Educação Física, Ordem Unida, Continência e Sinais de Respeito, Higiene e Educação Moral.
 - d) A Instrução Comum terá coeficiente 1 (um) e a de Qualificação 3 (três).
 - e) Os candidatos aprovados com o grau igual ou superior a 5 (cinco) serão matriculados na 2ª Fase do Curso.
 - 2 — 2ª Fase :
 - a) Visa a formação do Sargento do Rancho.
 - b) A instrução dos conhecimentos comuns será ministrada no CF Graduados.
- F) *Quadro de Trabalho* : De acôrdo com o PP 21-3.
- G) *Verificações* : As previstas no PP.

V — CFP Bandas :

- A). *Duração* : 23 semanas.
Início : 14 Fev 55.
Término : 23 Jul 55.
- B) *Divisão* : Duas fases.
- C) *Exames* :
 - 1 — 1ª Fase : Semana de 23 a 28 de maio.
 - 2 — 2ª Fase : Semana de 18 a 23 de julho.

D) *Direção :*

- 1 — *Diretor do Curso :* Ten-Cel Sub-Cmt do RI.
- 2 — *Instrutor-Chefe :* Cmt da CCS.

E) *Desenvolvimento da Instrução :*1 — *1ª Fase :*

- a) Visa a formação de Soldados e Cabos Corneiteiros, dentro da classificação própria para essa qualificação : primeira e segunda classes.
- b) Na 15ª semana do Curso os candidatos serão submetidos a exames que constarão de duas partes : Uma correspondente a instrução de qualificação, com coeficiente 3 (três). Outra das demais matérias, com coeficiente 1 (um).
- c) Todos os candidatos que obtiverem grau igual ou superior a 5 (cinco) serão matriculados na segunda fase.

2 — *2ª Fase :*

- a) Visa a formação do 3º Sargento Corneiteiro.
- b) A instrução comum, nesta fase, será ministrada no CFGI.

F) *Verificações :*

De acôrdo com o PP 21-4.

G) *Quadro de Trabalho :* PP 21-4.VI — *CFP Oficinas :*A) *Duração :* 15 semanas.

Início : 14 Fev 55.

Término : 28 Mai 55.

B) *Exames :* Semana de 23 a 28 de maio.C) *Direção :*

1 — *Diretor do Curso :* Major S/4 do RI.

2 — *Instrutor-Chefe :* 1º Ten Marcondes.

D) Os homens que demonstrarem possuir habilitações para as diferentes funções existentes nos quadros de efetivos da Unidade, serão distribuídos pelas mesmas desde a incorporação.

E) A instrução de qualificação será essencialmente prática. Os matriculados neste Curso serão divididos em duas turmas, para efeito de instrução comum, cujas sessões serão ministradas por turma e em dias alternados, na parte da tarde, sobre os seguintes assuntos : Educação Moral, Educação Física, Ordem Unida, Continência e Sinais de Respeito e Tiro, que será nas Cias.

F) *Verificações :* As previstas no PP.G) *Quadro de Trabalho :* PP 21-5.

H) O grau da Instrução Comum terá coeficiente 1 (um) e o de qualificação, coeficiente 3 (três).

VII — *CFP Comunicações :*A) *Duração :* 20 semanas.

Início : 7 Mar 55.

Término : 23 Jul 55.

B) *Divisão* : Duas fases.

- 1 — 1ª Fase : Formação de Cabos e Soldados.
- 2 — 2ª Fase : Formação de 3ª Sargentos.

C) *Exames* :

- 1 — 1ª Fase : Semana de 23 a 28 de maio.
- 2 — 2ª Fase : Semana de 18 a 23 de julho.

D) *Direção* :

- 1 — *Diretor do Curso* : Ten-Cel Sub-Cmt do RI.
- 2 — *Instrutor-Chefe* : 2º Ten Zomignani.

E) *Desenvolvimento da Instrução* :

1 — 1ª Fase :

- a) Para efeito de instrução de qualificação e devido a falta de monitores, os candidatos serão grupados sob a orientação do Cmt do Pel Com da CCS, tendo como auxiliares os Cmts dos demais Pels e respectivos monitores.
A instrução comum será ministrada nos próprios Pelotões, pelos respectivos comandantes.
- b) *Verificações* : As previstas no PP 21-13ª Parte e 7-1.
- c) Os candidatos aprovados com o grau igual ou superior a 5 (cinco), serão matriculados na 2ª Fase.

2 — 2ª Fase :

A instrução sobre conhecimentos comuns será no CFGI.

F) *Quadro de Trabalho* : PP 21-13ª Parte e PP 7-1.VIII — *CFP Minas e Munições (Sapadores-Remun-Mineiros)* :A) *Duração* : 20 semanas.

Início : 7 Mar 55.

Término : 23 Jul 55.

B) *Divisão* :

- 1 — 1ª Fase : Formação de Cabos e Soldados.
- 2 — 2ª Fase : Formação de 3ª Sargentos.

C) *Exames* :

- 1 — 1ª Fase : Semana de 23 a 28 de maio.
- 2 — 2ª Fase : Semana de 18 a 23 de julho.

D) *Direção* :

- 1 — *Diretor do Curso* : Ten-Cel Sub-Cmt do RI.
- 2 — *Instrutor-Chefe* : Capitão Tristão.

E) *Objetivo* :

Formar praças QMG Infante, QMP Minas e Munições AC da Cia de Canhão Anti-carro, Grupo de Munições da Secção de Suprimentos do Pel Cmo Regimental e Sapadores-remuniciadores dos Pels das Cias de Cmo de Btlis.

F) *Desenvolvimento da Instrução* :

- 1 — A instrução será ministrada nos próprios Pelotões (CCI, CCH e CCAC), sob a orientação do Instrutor-Chefe.

- 2 — Todos os candidatos aprovados com grau igual ou superior a 5 (cinco) serão matriculados na 2ª Fase do Curso.
- 3 — Na 2ª Fase a instrução comum será ministrada no CFGI.
- 4 — *Quadro de Trabalho* : PP 21-1-3ª Parte e PP 7-1.

IX — CFP Saúde :

A) *Duração* : 20 semanas.

Início : 7 Mar 55.

Fim : 23 Jul 55.

B) *Divisão* :

1 — 1ª Fase : Formação de Cabos e Soldados.

2 — 2ª Fase : Formação de 3ºs Sargentos.

C) *Exames* :

1 — 1ª Fase : Semana de 23 a 28 de maio.

2 — 2ª Fase : Semana de 18 a 23 de julho.

D) *Direção* :

1 — *Diretor do Curso* : Ten-Cel Sub-Cmt do RI.

2 — *Instrutor-Chefe* : Cap Méd Chefe do Serviço de Saúde RI.

E) *Objetivo* :

Formar as praças QMP Pessoal de Saúde das Secções de Saúde dos Btls e do RI.

F) *Assuntos — Q T e Verificações* : PP 21-1-3ª Parte e PP 7-1.

G) *Desenvolvimento da Instrução* :

1 — 1ª Fase :

A instrução de Qualificação será ministrada no âmbito das Secções de Btl e do RI, sob a orientação do Capitão Médico.

A instrução de Tiro, Marcha, Ordem Unida e Educação Física, nas Sub-unidades.

Todos os candidatos aprovados com o grau igual ou superior a 5 (cinco), serão matriculados na 2ª Fase.

2 — 2ª Fase :

Nesta fase a instrução comum será ministrada no CFGI.

H) *Coeficiente* :

O grau da instrução comum terá coeficiente 1 (um) e o de qualificação 3 (três).

X — CFP Informações (Observadores-Esclarecedores) :

A) *Duração* : 20 semanas.

Início : 7 Mar 55.

Término : 23 Jul 55.

B) *Divisão* : Duas fases.

1 — 1ª Fase : Formação de Cabos e Soldados.

2 — 2ª Fase : Formação de 3ºs Sargentos.

C) *Exames* :

1 — 1ª Fase : Semana de 23 a 28 de maio.

2 — 2ª Fase : Semana de 18 a 23 de julho.

D) *Direção :*

- 1 — *Diretor do Curso :* Ten-Cel Subcmt do RI.
- 2 — *Instrutor-Chefe :* Major S/2 do RI.

E) *Objetivo :*

Formar praças QMG Infante, QMP Pessoal de Informações para o Pel Reconhecimento do RI, Grupo de Observação das Cias de Cmdo de Btls e Auxiliares de Reconhecimento das CPP e CCAC.

F) *QT e Verificações :* De acôrdo com os PP 21-1-3ª Parte e PP 7-1.

G) Na 2ª Fase a instrução comum será ministrada no CFGI.

XI — *CF Motoristas :*A) *Adaptação de Motoristas :*

- 1 — *Duração :* Uma semana, de 14 a 18 de fevereiro.

B) *1ª Turma do CF Motoristas :*

- 1 — *Duração :* 4 semanas.
Início : 24 Fev 55.
Término : 19 Mar 55.
- 2 — *Exames :* Semana de 14 a 19 de março.

C) *2ª Turma do CF Motoristas :*

- 1 — *Duração :* 4 semanas.
Início : 23 Mar 55.
Fim : 23 Abr. 55.
- 2 — *Exames :* Semana de 18 a 23 de abril.

D) *Direção :*

- 1 — *Diretor do Curso :* Ten-Cel Subcmt do RI.
- 2 — *Instrutor-Chefe :* Cmt do Pel Transportes do RI.

E) *Objetivo :*

Formar praças aptas a receberem a QMP — Motorista, adaptar os motoristas civis, dar habilitações complementar de motoristas à conscritos possuidores de outras qualificações.

F) *2ª Fase do CF Motoristas :*

- Início :* 30 maio 55.
Término : 23 Jul 55.
Exames : Semana de 18 a 23 de julho.

G) *Quadro de Trabalho e Verificações :* PP 21-1-3ª Parte e PP 7-1.

H) Todos os candidatos aprovados com o grau igual ou superior a 5 (cinco) serão matriculados na 2ª Fase do Curso.

I) Na 2ª fase a instrução comum será ministrada no CFGI.

XII — *Prescrições diversas :*

- A) A instrução da Secção de Saúde será ministrada com os seus próprios elementos. O Cmt da Cia regulará os assuntos no seu QT, mediante entendimento com o Chefe do Serviço de Saúde Regimental.
- B) A instrução do Pel Comunicações será ministrada no próprio pelotão sob a orientação do Cmt do Pel Com da CCS.

- C) O efetivo de praças a matricular nos Cursos de Formação, será regulado em documento a parte.
- D) Os monitores para os Cursos de Formação serão designados oportunamente.
- E) O material necessário a instrução dos Cursos, deverá ser pedido pelos Instrutores-Chefes, com antecedência de uma semana da data a ser utilizado.

C — PROGRAMA DE INSTRUÇÃO DE OFICIAIS DA ATIVA

I — *Objetivo :*

Manter e aperfeiçoar os conhecimentos táticos e técnicos dos oficiais, colocando-os em condições de comandar os elementos correspondentes aos seus postos e os imediatamente superiores.

II — *Organização :*

De acordo com o RPIQT e DGI/55-ID/2, ficam constituídos dois sub-grupamentos, um de oficiais superiores e capitães e outro de tenentes. O 1º sub-grupamento será dirigido pelo Cmt do Corpo, auxiliado pelo S/3 do RI e o 2º sub-grupamento ficará a cargo dos Cmts de Btls e S/3 Btls, orientados pelo RI, tendo em vista a unidade de doutrina.

III — *Assuntos a ministrar e processos a empregar :*

A) *Assuntos :*

Os constantes do § 4º, item 3, das DGI/55-ID/2, na seguinte sequência :

1 — *Tática :*

- a) Marchas em segurança.
- b) Estacionamentos.
- c) Preliminares do Combate Ofensivo (Aproximação — Ataque).
- d) Defensiva : Nos PAG, PAC, PR e Movimentos retrógrados.
- e) Os assuntos da letra d), poderão ser intercalados com os assuntos a), b) e c), conforme as modificações das situações particulares, no decorrer das diferentes sessões de instrução.

2 — *Instrução Técnica :*

- a) Armamento.
- b) Direção Auto.
- c) Comunicações.

3 — *Cultura Geral :*

Será dado por elementos civis de notável cultura e na impossibilidade desses, pelos oficiais da Unidade.

4 — *Estudo e aplicação dos Regulamentos :*

Serão ministrados durante a execução do tema estudado, na parte tática, e, em sessões demonstrativas, na parte referente a Administração da Unidade.

B) *Processos :*

Para a instrução tática será adotado o de "discussão dirigida" e durante as sessões, serão abordados os regulamentos que regem cada assunto. Todos os oficiais, além da parte de co-

mando, exercerão as funções do EM nos escalões estudados, a do próprio posto e dos postos imediatamente superiores.

IV — Distribuição do tempo :

A instrução será ministrada, às quartas-feiras, das 10,00 às 11,00 horas e às sextas-feiras, das 11,00 às 12 horas.

V — Período de instrução :

A instrução dos oficiais iniciar-se-á com o Período de Adaptação e prolongar-se-á por todo o Ano de Instrução.

**D — PROGRAMA DE INSTRUÇÃO DOS SUBTENENTES
E SARGENTOS**

I — Objetivo :

Manter e aperfeiçoar os conhecimentos táticos e técnicos dos Sub-tenentes e Sargentos, colocando-os em condições de comandar os elementos correspondentes as suas graduações e os imediatamente superiores.

II — Organização :

De acordo com o RPIQT e as DGI/55-ID/2, ficam constituídos dois Sub-grupamentos. Um dos subtenentes e 1^{os} sargentos e o outro dos 2^{os} sargentos e 3^{os} sargentos. O primeiro Sub-grupamento poderá ser acrescido dos 2^{os} sargentos antigos e que venham exercendo função de 1^o sargento. O 1^o Sub-grupamento será dirigido pelo Cmt do Corpo, auxiliado pelo S/3 do RI e o 2^o Sub-grupamento ficará a cargo dos Cmts de Btl's, auxiliados pelos Subcmts de Btl's e respectivos S/3 e orientados pelo RI, tendo em vista a unidade de doutrina.

III — Assuntos a ministrar e processos a empregar :

A) Assuntos :

Os constantes da alínea c), do n. 2, das DGI/55-ID/2, obedecendo a seguinte orientação :

1 — Tática :

Será elaborado um tema simples de Companhia, dentro da situação do tema do RI, onde, os instruídos poderão trabalhar dentro de suas graduações e imediatas.

Seqüência a observar :

- a) Marcha em Segurança.
- b) Estacionamentos.
- c) Ofensiva (Aproximação e Ataque).
- d) Defensiva (Nos PAG, PAC, PR e Movimento retrógrado).
- e) Os assuntos da letra d), poderão ser intercalados com os assuntos das letras a), b) e c), conforme as modificações das situações particulares no decorrer das diferentes sessões de instrução.

2 — Instrução Técnica :

- a) Armamento.
- b) Tiro.
- c) Direção Auto.
- d) Comunicações.

3 — *Cultura Geral* :

Assistirão as realizadas para a instrução de oficiais.

4 — *Estudo e aplicação dos Regulamentos* :

Serão ministrados durante a execução do tema estudado, na parte tática, e, em sessões demonstrativas, na parte referente a administração da Subunidade.

B) *Processos* :

Para a instrução tática será adotado o de "discussão dirigida" e durante as sessões serão, abordados os regulamentos que regem cada assunto.

IV — *Distribuição do tempo* :

A instrução será ministrada às 3^{as} e 5^{as} feiras, das 15,30 às 16,10 horas.

V — *Período de Instrução* :

A instrução iniciar-se-á com o Período de Adaptação e prolongar-se-á por todo o Ano de Instrução.

E — FORMATURA MATINALI — *Objetivo* :

Permitir uma rígida integração dos homens na vida militar e uma constante e eficiente verificação da disciplina e de execução militar dos quadros e da tropa, e bem assim, desenvolver entre superiores e subordinados a confiança recíproca que constitui uma das forças morais das Classes Armadas (ns. 181 e 182, do R-2).

Tais objetivos se conseguem :

- a) Pela severa obediência aos preceitos regulamentares.
- b) Pela pontualidade.
- c) Pela observância do cerimonial militar diário.
- d) Pela acurada apresentação da tropa.

II — *Exceto aos sábados, todo o RI formará diariamente antes do primeiro expediente e de acordo com as disposições abaixo* :

- a) *Local* : vide croquis anexo.
- b) *Hora* : dispositivo pronto, 10 minutos antes do início do expediente.
- c) *Uniforme* : O da primeira instrução do dia.
- d) A formatura constará de canto de canções e hinos e de um desfile que se fará de acordo com o croquis anexo.
- e) As terças-feiras e quintas-feiras o RI fará em acelerado o mesmo desfile, suprimindo-se a parte do canto e repetindo o percurso se assim o determinar o Cmt do RI.

III — *Prescrições diversas* :

- a) Em caso de baixa temperatura as Companhias que não possuírem agasalhos, formarão com a blusa de instrução, nos dias que a primeira instrução for de Educação Física.
- b) Aos sábados será realizada a Parada Geral, de acordo com o que estabelece o R-82 (IIRD) e instruções regulando o assunto.

F — DIRETRIZES PARA A VERIFICAÇÃO DA INSTRUÇÃO DO PERÍODO DE ADAPTAÇÃO

I — Objetivo :

Aquilar o grau de instrução dos novos conscritos.

II — Dia :

5 de março de 1955.

III — Horário :

de 07,00 às 11,00 horas.

IV — Pontos a verificar :

- a) Assunto 16 — Canções Militares.
- b) Assunto 18 — Continência e Sinais de Respeito.
- c) Assunto 19 — Ordem Unida.
- d) Assunto 20 — Educação Física.
- e) Assunto 21 — Higiene Individual e Coletiva.
- f) Assunto 22 — Uso do fardamento e equipamento.
- g) Assunto 24 — Armamento individual.

V — Execução e verificação :

- a) Assuntos 16, 19, 20 e 24.

De acordo com as fichas particulares anexas.

- b) Assuntos 21 e 22.

Pela observação do recruta por ocasião das apresentações das escolas.

VI — Comissão Verificadora :

Cel Cmt do RI — Subcmt do RI.

Comandantes e Subcomandantes de Batalhões.

VII — Julgamento :

- a) Expresso nos conceitos MUITO BEM — BEM — REGULAR — ACEITÁVEL e MAU, correspondendo aos seguintes valores :

SÍMBOLOS	CONCEITOS	INDIVIDUAL
MB	Muito Bem	Entre 8 e 10
B	Bem	Entre 7 e 6
R	Regular	Entre 5 e 4
A	Aceitável	Entre 4 e 2
M	Mau	Entre 1 e 2

- b) Para o julgamento coletivo devem ser respeitadas as seguintes restrições :

Muito Bem : 10 % de aceitáveis.

Bem : 10 % de maus.

Regular : 20 % de maus.

Aceitável : 30 % de maus.

É considerado MAU o pelotão que exceder a última percentagem.



A CONJUNTURA NACIONAL

Discursos dos Senhores JOÃO DI PIETRO e
EDUARDO SAIGH, antigo e novo Presi-
dente da Associação Comercial de S. Paulo.

Ao transmitir a presidência da Associação Comercial de São Paulo, às hábeis e seguras mãos de Eduardo Saigh, algo mais precisa ser dito do que um simples discurso protocolar de saudação e despedida.

A entidade cuja presidência ora transmito ao meu ilustre sucessor, à custa de lutas ásperas e de perseverante determinação, conquistou lugar de destaque no seio da coletividade brasileira e hoje seu conselho pesa nas decisões dos corpos dirigentes nacionais.

Em oportunidades outras temos assinalado o sentido que tomou a evolução da mentalidade do homem de empresa deste Estado e que se reflete na ação de suas entidades representativas.

As muralhas do interesse pessoal ou de classe, foram, há muito, derubadas e hoje nossas vistas se espalham em todas as direções, devassam todos os horizontes da nacionalidade, focalizam todos os problemas da terra e da gente brasileira, na ansia de compreender o Brasil como totalidade, para melhor

podermos remover os entraves que obstruem sua marcha ascensional.

A visão mais profunda e global da posição do homem de empresa no contexto social fez com que se apagassem nossas vozes que clamavam por direitos e se alteassem as que plocamavam nossos deveres. Sentimo-nos, não mais como os beneficiários de um regime sempre a reivindicar novas regalias, mas como elite carregada de obrigações e responsabilidades perante o corpo social de que fazemos parte.

Estamos, pois, credenciados, para opinar sobre todos os problemas nacionais e para louvar ou criticar os governos, conforme seus atos nos pareçam adequados ou perniciosos à consecução dos ideais do povo brasileiro. E havemos de continuar opinando, seja ou não solicitado nosso parecer, sejam ou não ouvidas nossas vozes. Não reivindicamos o direito de opinar: sentimo-nos obrigados a fazê-lo, como um dever que nos é imposto pela nossa consciência moral e do qual não podemos e não queremos nos demitir.

COMPREENSÃO ENTRE AS CLASSES PRODUTORAS

É conveniente ressaltar, nesta oportunidade, que os vínculos que unem as classes produtoras do país se tornam cada vez mais vigorosos e mais perfeito o entendimento entre as diversas entidades de classe que as representam.

A compreensão melhor de que os problemas são comuns e o ideal o mesmo, reforçou a união entre os homens de empresa de todos os setores de atividades e de todas as regiões do país.

A antiga aspiração de um Conselho das Classes Produtoras de São Paulo, capaz de unificar nossas vozes e imprimir diretriz coerente aos nossos esforços, constitui hoje esplêndida realidade. A mim foi reservada a ventura de colaborar nessa obra de união e fraternidade entre a lavoura, a indústria e o comércio deste Estado. Graças ao Conselho, ao nos dirigirmos à Nação ou aos governos, pode agora cada um de nós dizer, como alguém dizia, "eu não sou eu: somos nós".

No que concerne propriamente ao comércio, é de justiça lembrar a atuação que vem sendo desenvolvida pela Federação das Associações Comerciais do Brasil, sob a presidência esclarecida e operosa de Ruy Gomes de Almeida, a quem queremos, de público, render nossas homenagens e manifestar nossa gratidão, pelo apoio e solidariedade que sempre dispôs à nossa entidade. O comércio brasileiro hoje se apresenta coeso, como um só corpo homogêneo, sem fraturas que lhe prejudiquem a força, graças às entidades nacionais, tanto no plano civil como no sindical, que o representam e que tanto têm feito pela união e pelo prestígio de nossa classe.

INFLAÇÃO

No vasto repertório de problemas que estão a desafiar nossa argúcia e que nos cumpre resolver sob pena de vermos malogrado o esforço de nossa geração, elejo um deles, como tema deste discurso, por ser o

em que quase todos os demais radicam: o problema da inflação.

Antes de abordá-lo, porém, cumpre projetarmos nossas vistas um pouco mais longe, de modo a alcançar a própria ideologia que nos inspira, sob pena de ficarem nossas afirmações desligadas dos fins almejados, soltas no espaço.

O povo brasileiro, como todos os povos, tem um destino a cumprir e um projeto a realizar. Mas é, no presente que se escreve a História do futuro. O amanhã, será aquilo que nós hoje quisermos que ele seja, à condição de o querermos firmemente, de lutarmos pelos nossos ideais.

Está na consciência de todos que a cada geração incumbe acrescentar algo mais à herança recebida, para que mais rico seja o espólio de valores morais, de conhecimentos, de segurança e de conforto que tocará às gerações vindouras. Nossa missão é a de construir um mundo melhor que não chegará talvez a abrigar-nos. Um mundo de abundância e de paz, em que os homens se hajam libertados da necessidade e do medo; em que os progressos da ciência e os aprimoramentos da técnica sejam a todos acessíveis; em que o homem seja o companheiro e o amigo do homem e não seu concorrente, seu adversário, seu inimigo, seu opositor: em que as nações convivam pacificamente e colaborem entre si para o progresso de todas.

Utópico, pode ser chamado esse ideal: mas o fato de o colocarmos na região onírica da esperança, de termos uma visão paradisíaca do fim da História, não nos impede de sermos objetivos, atuantes e realistas na luta pela sua consecução. Eu vos digo, mesmo que tão importante como o fim último, é muitas vezes o caminho que a ele conduz. Bem mais importante do que as esmeraldas de Fernão Dias foi o desbravamento dos sertões em sua busca.

PROGRESSO DESORDENADO

No plano material, especialmente no que diz respeito à vida econômica, enorme tem sido o progresso

do Brasil, mas êle se fêz por arrancos, desordenadamente, em tumulto febril.

A inflação se agrava e aos seus efeitos perniciosos no campo econômico, adiciona outros, talvez mais graves, de natureza psicológica e social. A "mentalidade de inflação" é bem conhecida para que sobre ela seja preciso insistir. A ela se devem os negócios miraculosos, versão moderna do legendário "El Dorado"; a especulação desenfreada; as empresas de aventura, destinadas a arrancar de uma oportunidade da conjuntura o máximo de lucro rápido: o gasto individual além das possibilidades do ganho, a corrupção, o descontentamento popular e o acirramento dos ânimos entre as classes sociais e entre estas e os governos, procurando cada um atirar sobre os outros as culpas pelos preços altos, quando é certo que todos são, simultaneamente, autores e vítimas do drama da inflação.

Distinguimos na inflação além dos efeitos que consideramos menores, por não contaminarem a totalidade da vida nacional, outros que se projetam, não só no campo econômico, como no social e no moral e que comprometem os próprios ideais da nacionalidade.

No campo econômico os efeitos sobre poupanças e investimentos e sobre a balança de pagamentos do Brasil já se fizeram sentir de um modo alarmante.

O índice de poupança nacional vem se reduzindo a partir de 1952, em consequência de maior propensão ao consumo. Agrava o fenômeno, sobremaneira, o fato de se dirigirem as poupanças disponíveis para setores de menor interesse para a economia nacional, por oferecerem condições melhores de segurança ou de rentabilidade.

Estão no primeiro caso, não só as inversões em imóveis que, embora proporcionando rendimento relativamente baixo, representam, tradicionalmente, o máximo de segurança com a compra de divisas e títulos estrangeiros, com as piores repercussões sobre nossa balança de pagamentos. O Brasil, país alta-

mente necessitado de capitais estrangeiros, se transformou em exportador de capitais, por temerem os possuidores de poupanças as consequências da progressiva desvalorização da moeda e seus efeitos remotos no campo social e político.

Outra das condições buscadas de preferência pelos detentores de poupanças disponíveis é a alta lucratividade. A economia brasileira oferece amplo repertório de possibilidades de aplicação de capitais, pôsto que as exigências do consumo são cada vez mais intensas e urgentes.

Assim, as poucas poupanças disponíveis em nada contribuem para eliminar os "pontos de estrangulamento" da economia nacional mas, ao contrário, as novas aplicações os agravam por implicarem em procura cada vez maior de serviços e produtores básicos, como energia, transportes e matérias-primas.

Os efeitos da inflação sobre nossa balança de pagamentos, nós os sentimos agudamente. Com as maiores disponibilidades monetárias em mãos do consumidor, crescem as exigências do consumo e, para atender a tais exigências, procura-se importar maior quantidade de bens, não só de consumo, destinados às classes mais favorecidas, como também máquinas, utensílios e matérias-primas.

A inflação — dado o controle cambial que o Governo é forçado a manter — não só incentiva as importações, como desestimula as exportações e o ingresso de capitais estrangeiros no país. Os produtores, contando com um mercado interno ávido de produtos e capaz de pagar altos preços, quase não dispõem de sobras exportáveis, a não ser quando se trate de produtos dos quais o Brasil é tradicional exportador. As limitações cambiais, por sua vez, juntamente com o espantoso formalismo burocrático, são fatores de desestímulo às exportações e de preferência pelo mercado interno.

Quanto aos capitais estrangeiros, mais do que o lucro elevado, buscam êles a segurança. E, inflação e segurança são termos contraditórios. A inflação oferece aos capi-

tais estrangeiros não só os riscos da desvalorização monetária, como riscos políticos e sociais de subversão da ordem pública ou de governos de tendências extremadas, socializantes ou nacionalistas.

EFEITO NO CAMPO SOCIAL

Os efeitos da inflação no campo social lamentavelmente já se fazem sentir entre nós.

A inflação, que Lenine considerava a grande aliada do comunismo, gera descontentamentos e animosidades entre as classes sociais e entre estas e os governos.

É bem sabido que a ascensão do custo de vida em confronto com a majoração por arrancos dos salários cria periódicos desníveis em detrimento das classes de ganhos mais baixos. Alguém, com muita propriedade, já disse que enquanto o custo da vida sobe pelo elevador, o nível de salários sobe pelas escadas. Pois bem: essa peculiaridade gera duas linhas de conflito: de um lado, entre o conjunto de consumidores e as classes produtoras, às quais são atribuídas, exageradamente, as responsabilidades pela alta de preços; de outro, entre os empregados e os empregadores, devido às pressões sociais e políticas exercidas por aqueles para obterem aumento de salários.

É bem de ver que os governos, longe de procurarem atender esses conflitos que, embora latentes, são de suma gravidade para a segurança de nossas instituições, contribuem para acirrar os ânimos e, no afã de alijar de si todas as culpas, atiram-nas sobre os ombros das classes produtoras e especialmente do comércio.

NO TERRENO MORAL

Finalmente, no campo moral, temos sido estarecidas testemunhas dos deletérios efeitos da inflação.

Os múltiplos órgãos de controle, por ela gerados, possibilitam aos que conseguem varar tais barreiras gozarem de situação privilegiada, proporcionadora de fartos proveitos. O

dinheiro é a palavra mágica que abre as brechas nas muralhas do controle estatal. A corrupção que se infiltrou em certos órgãos dessa natureza foi de tal ordem que o Governo se viu forçado a suprimi-los, numa lamentável demonstração de sua incapacidade e timidez em punir os culpados.

O exemplo dessa corrupção vindo de cima; o espetáculo de enriquecimentos rápidos e inexplicáveis e dos ganhos fabulosos dos aventureiros de toda espécie que se infiltraram na vida econômica e administrativa do país, vêm solapando todos os valores morais.

É urgente encetar uma cruzada nacional contra o aventureiro, o desonesto, o negociasta, o político sem escrúpulos, o funcionário corrupto. Persegui-los onde quer que se encontrem, extirpá-los do nosso meio, como se arranca a erva daninha que aos poucos vai extraíndo a seiva e matando a grande árvore venerável.

Mas precisamos, também, para que a erva daninha não renasça de suas cinzas, como a Fênix lendária, destruir sua fonte geradora: a inflação.

VERDADES SEDIÇAS

Não tenho dúvidas de que estou a repetir verdades sedicas que estão na consciência de todos mas, vez por outra, tais verdades precisam ser traduzidas em palavras e em duras palavras, eis que já se nota um ambiente de conformismo com a inflação, não faltando mesmo os que nela vislumbram elemento propulsor de nosso progresso, como se a prosperidade pudesse vir das máquinas impressoras de cédulas...

Estamos agora no limiar de um novo Governo, o qual sucede a um período de intensa agitação político-militar e de grande perturbação na ordem econômica.

Ingentes tarefas o esperam em todos os campos da vida nacional e, dentre elas, a de superar o problema crucial da inflação, sem o que, inútil será o esforço despendido e precária a obra construída.

É hora de nos darmos conta dos riscos de continuar erguendo o edifício sobre os frágeis alicerces da nossa infra-estrutura econômica. Prevemos e preconizamos um período de lutas e de sacrifícios, em que a mais áspere austeridade nos gastos substitua o esbanjamento e a prodigalidade atuais. Chegou a hora de poupar e de investir as poupanças em empreendimentos básicos para a economia nacional, mas não se poupa sem comprimir o consumo e não se investe em setores pouco lucrativos, sem adequados incentivos estatais.

A Nação exige do Governo uma política de austeridade e disciplina, tão impopular, mas também tão patriótica, como a de Campos Sales, pois que sem a drástica terapêutica preconizada, não havemos de sair do impasse em que nos encontramos.

O Governo está a serviço de algo mais alto que ele próprio, a Nação Brasileira está a exigir do Governo que atenda suas necessidades radicais e não que se perca no processo de autodefesa, relegando a plano secundário os interesses coletivos.

O combate à inflação implica em medidas impopulares e encontrará resistências, as mais sérias, em todos os setores da vida nacional, aos quais terão de ser impostos pesados sacrifícios. Estamos intoxicados pela droga inflacionária e dela não poderemos nos livrar sem sofrimento. Mas, ou dela nos libertamos enquanto é tempo, ou a História escreverá páginas negras no destino de nossa terra.

Considerando que a inflação consiste, essencialmente, em um excesso persistente da procura sobre a oferta de bens, aos preços correntes, com a consequente elevação contínua dos preços, as medidas de combate à inflação devem ter por escopo restabelecer o equilíbrio isto é, reduzir o excesso de procura, seja pela contenção desta, seja pela ampliação da oferta.

Esses objetivos imediatos implicam em dupla linha de esforços: uma visando maior austeridade no consumo; outra, visando maior esforço produtivo. Toda a coletivi-

dade nacional, indispensável, precisa estar engajada nesse duplo esforço, mas, ao Governo, cabe papel decisivo na tarefa de levá-lo a bom termo.

• •

No que diz respeito à redução da procura de melhorar a compressão do consumo, as medidas de combate à inflação, geralmente preconizadas, devem visar: a austeridade nos gastos governamentais e consequentemente equilíbrio orçamentário; a estabilização dos salários; a contenção e seleção do crédito e o desestímulo à expansão do consumo por medidas fiscais adequadas.

Os gastos governamentais excessivos e em desproporção com a receita pública, mormente quando de natureza administrativa, sobre propiciarem a toda a classe de funcionários e fornecedores do Estado, maiores disponibilidades monetárias com a consequente ampliação do consumo, levam os governos a emitir papel-moeda para a cobertura dos eventuais déficits orçamentários. Estes têm sido, no Brasil, uma das principais fontes da inflação, pois que os governos não têm sabido ou pedido resistir às pressões, principalmente políticas, para ampliação de seus gastos, e se lançam em empreendimentos adiáveis e não essenciais, elevam vencimentos de funcionários e aumentam seu número.

POLÍTICA DE SALÁRIO

A política salarial, por sua vez, oferece problemas sociais de suma gravidade.

A alta dos salários, que decorre das periódicas pressões exercidas pelas classes trabalhistas, e que se apresenta com caráter de compulsoriedade, tem duplo efeito inflacionário: de um lado, se reflete no custo de produção de todas as mercadorias e consequentemente, em seus preços de venda; de outro, cria a ilusão de um poder de compra maior, provocando uma euforia de gastos que só é contida pelo imediato aumento de preços das utilidades. Realmente: como não é o salário elevado que opera o milagre

de uma produção maior, o excesso de procura tem de ser eliminado pelo mecanismo de equilíbrio do mercado, isto é, pelo preço. O preço sobe até que a procura se equilibre com a oferta e a elevação de salários se apresenta como mera ilusão, qual miragem que se desfaz ante a realidade implacável da ausência de mercadorias em quantidades capazes de satisfazer todos os desejos de compra.

A contenção dos salários elimina a ilusão do poder de compra maior. Para as classes trabalhistas interessa menos o nome da quantia recebida a título de salário, do que com ela pode ser comprada.

Não é de hoje que as classes produtoras nacionais, especialmente as deste Estado, apontam a política salarial como grande responsável pelo agravamento do processo inflacionário. Em manifesto à Nação subscrito por entidades de classe de São Paulo, quando da promulgação dos novos níveis de salário mínimo, em maio de 1954, foram prognosticados os efeitos que se poderiam esperar de tal medida e, desgraçadamente, os fatos demonstraram que nosso prognóstico era exato. O custo da vida se elevou exageradamente, os déficits orçamentários se agravaram e piorou a situação de nossa balança de pagamento.

Precisamos, nesta altura, deixar bem claro que os interesses diretos das classes produtoras somente são prejudicados pela elevação dos níveis de salário mínimo, na mesma proporção, ou em proporção menor do que os de quaisquer outras classes sociais.

Elevado que seja o limite mínimo de salário, três consequências imediatas se seguem: a primeira, é a elevação dos salários de todas as demais categorias de empregados; a segunda, é o aumento imediato do custo da produção; a terceira, a maior intensidade na procura de todos os bens. Isso significa que os preços sobem e as mercadorias produzidas continuam a encontrar mercado comprador, mesmo aos novos níveis de preços. Prejuízo direto, portanto, não existe para as classes produtoras e os motivos de nossa

oposição a tal política salarial devem ser buscados em nosso zelo pela economia nacional em seu conjunto e pela paz social, mas nunca em nosso interesse como classe.

No manifesto a que aludimos, foi acentuado que "sempre proclamaram os empregadores a legitimidade do salário mínimo como princípio de justiça social, ao mesmo tempo que sustentaram que o que importa ao trabalhador é o valor real do seu salário e não apenas o nominal". E foi dito, ainda, que "não é com discursos nem com tabelas de salários elaboradas com intuítos demagógicos, que o povo brasileiro verá atenuadas as suas angústias ou resolvidos os seus problemas".

Essas palavras conservam sua plena atualidade e podemos nesta emergência repeti-las sem qualquer alteração.

Ocorre, ainda, ponderar, que o salário mínimo legal é medida indispensável, necessária em uma economia de subemprego, pois que a concorrência que entre si fazem os trabalhadores provoca uma baixa dos salários aquém do mínimo vital. Quando tal ocorre, é necessário que o Estado intervenha para compensar, com a força da lei, as condições adversas para o trabalhador decorrentes de um mercado concorrencial de trabalho em que há excesso de oferta em relação à procura. Mas essa não é a situação atual do Brasil. Muito ao contrário, vivemos em regime de alto nível de emprego e, para usar a pitoresca expressão de Cobden, é sabido que os salários sobem "quando dois patrões correm atrás de um operário".

Observe-se, finalmente, que os periódicos reajustamentos de salários decorrentes de acordos inter-sindicais ou de dissídios coletivos de trabalho, têm por efeito elevar os salários em proporção frequentemente maior do que a desvalorização da moeda e que o salário mínimo legal só é percebido pelos empregados recentemente admitidos e durante pouco tempo, pois logo são beneficiados pelos aludidos reajustamentos.

Em defesa do interesse da coletividade nacional e, em particular, daqueles que vivem de salário ou de

rendimentos não reajustáveis, cumpre que o Governo, de uma vez por todas, faça desaparecer o revoltante engodo da elevação dos salários nominais, que outra coisa não traz senão perturbações, na economia nacional, agravamento da inflação e a revolta no coração daqueles que se vêem ludibriados em seu legítimo anseio de uma vida melhor à custa do seu trabalho. O que lhe cumpre, é fazer com que o dinheiro valha mais, que com ele se possam comprar mais coisas, e não aumentar seu volume com sacrifícios de sua substância. O que lhe cumpre, é combater a inflação mas, como dissemos, tal não se consegue sem duras penas, mas que serão compensadas em prazo curto pela efetiva e real elevação do nível de vida do povo.

Na política de crédito, por sua vez, encontra o Governo armas eficazes de combate à inflação. Poucos têm presente que cada empréstimo concedido representa verdadeira emissão de poder de compra e gera, por conseguinte, maior procura de bens. Essa procura — quando se trate de crédito concedido às empresas — se precipita sobre o mercado de fatores de produção, máquinas, matérias-primas, instalações. Como, porém, vivemos em regime de alto nível de emprego, o principal efeito do crédito é desviar os fatores de um setor para outro, frequentemente com desvantagem para a economia nacional.

Tem-se, geralmente, a impressão de que o crédito concedido para inversões não é inflacionário. Mas, como disse em outra oportunidade, isso só seria exato, em primeiro lugar, se a totalidade do investimento novo fosse reprodutivo e, em segundo lugar, se o aumento de produção decorrente desse investimento, fosse imediato. Ora, nem uma circunstância nem outra se verifica. Grande parte do investimento novo se dirige para o setor de bens de consumo duráveis, como prédios de apartamento e outros, representando tais investimentos, aproximadamente um terço do total. Quanto à distância no campo que separa a emissão para investimentos da pro-

dução respectiva, o que é frequentemente esquecido, precisa ser posta em relevo. Se um grupo econômico obtém hoje créditos para realizar determinada produção, esses créditos desde já pressionam a procura de determinados bens, mas só meses ou anos depois o aumento da produção decorrente do novo investimento anulará seus efeitos.

Se é verdade que o crédito, mesmo concedido à produção, é inflacionário, também é verdade que ele traz em si, ao menos em parte, seu próprio antídoto, já que pode contribuir para o aumento da produção. O mesmo não ocorre, porém com o crédito concedido para operações especulativas, para compra de bens de produção já existentes e para aplicações em bens de consumo, duráveis ou não. Estes, agravam a pressão da procura e nem ao menos no futuro contribuem para aumentar a produção.

Essas considerações levam, logicamente, à conclusão da necessidade de uma disciplina governamental restrita e selecionadora do crédito.

PROCURA DE BENS

Ainda no campo da restrição ao consumo medidas diretas e indiretas podem ser adotadas pelo Governo, tendentes a reduzir a procura de bens.

A tributação pesada de certos artigos de consumo não essencial, inclusive de bens duráveis, pode contribuir para desestimular a respectiva procura e para comprimir as margens de lucro que sua produção e comércio proporcionam, desviando, assim, fatores de produção empregados nesses setores, para outros mais convenientes à economia nacional.

Por outro lado, intensa campanha de austeridade no consumo deve desenvolver o Governo com a colaboração das classes produtoras. "Não se pode intensificar a preparação de um melhoramento a longo termo sem que seja à custa de menor quota de recursos a serem distribuídos pela geração atual" — escreveu o Conselho Nacional de Economia. "Mesmo que a repartição de

vantagens e encargos fique limitada a períodos decenais ou quinquenais, não deixa de impor-se a necessidade de uma renúncia no momento, pois o consumo e a poupança são quantidades de sinais contrários. Uma política que visasse essencialmente o consumidor no presente, não seria compatível com qualquer forma de desenvolvimento econômico".

Essas sábias palavras do Conselho Nacional de Economia, lamentavelmente não encontram a receptividade que seria desejável encontrarem. O delírio dos gastos domina o Brasil. A ilusão do dinheiro abundante leva a população nacional a uma orgia de consumo incompatível com as limitadas possibilidades de nossa produção. Todos querem ter acesso aos novos bens criados pela técnica e ninguém admite protelações na consecução desse propósito. Veículos, aparelhos domésticos, artigos de luxo e de conforto, encontram mercado comprador, graças principalmente ao regime de vendas em prestações, por mais exagerados que sejam seus preços. Daí as pressões para elevação de salários, a majoração nas taxas de lucro, o inconformismo com o ganho digno, mas moderado.

É hora porém de honestamente nos perguntarmos: pode alguém, indefinidamente, gastar mais do que ganha? Pode uma nação consumir mais do que produz?

A austeridade no consumo é essencial ao combate à inflação e exige a deliberada e firme vontade de todos os brasileiros.

A segunda linha de esforços deve objetivar o aumento da produção.

A adoção de técnicas mais aprimoradas, a formação de operários especializados, a racionalização do trabalho nas empresas, o incentivo à produção de determinados produtos capazes de serem exportados ou que atendam a exigências básicas do consumo, são algumas das providências aptas a conduzirem a esse objetivo. Duas ordens de medidas, contudo, merecem referência mais precisa.

As primeiras dizem respeito à disciplina das poupanças e investimentos e, as segundas, à atração de capitais estrangeiros.

É bem sabido que a principal fonte de formação de poupanças, são os lucros das empresas, os quais, via de regra, se acumulam em sua maior parte sob a forma de reservas. Essas reservas constituem capital novo. Mas de toda conveniência seria que, ao menos parte desse capital novo se encaminhasse para os setores de maior interesse nacional, que são aqueles nos quais se manifestam os chamados "pontos de estrangulamento". A consecução desse objetivo depende fundamentalmente de ação estatal tendente a criar condições propícias a tais investimentos, inclusive pela eliminação de entraves de ordem legal, como ocorre atualmente, para exemplificar, com o Código de Águas.

Quanto à política de atração de capitais estrangeiros é ela indispensável para que a inflação brasileira seja debelada sem que haja riscos de desemprego em nosso país.

Não é, porém, apenas com palavras que se consegue atrair capitais estrangeiros, mas com atos positivos que revelem nosso propósito de realizar firme política de equilíbrio monetário, que indiquem não estarmos dominados por um nacionalismo temperamental e que mostrem serem estáveis as nossas instituições. Sem ambiente de segurança, sem que confiem em nós, nada é possível fazer-se nesse terreno.

TAREFA BÁSICA

Com esta longa exposição pretendi mostrar que a tarefa básica que a Nação Brasileira espera de seu Governo é a do restabelecimento da ordem monetária, sem a qual nada de duradouro e estável se pode construir. Confiamos no patriotismo e na capacidade dos nossos dirigentes e estamos certos de que nossa expectativa não será infundada. Abriremos essa esperança em nossos corações e ela nos dá ânimo para enfrentar as dificuldades atuais que nos tolham os passos. Sem a cer-

teza de dias melhores, nós, homens do povo brasileiro, nos deixaríamos abater pelo desalento. O Governo que ora se inaugura na administração do País é merecedor de nossa confiança e oxalá possamos exaltar daqui a um lustro: o povo brasileiro acertou em sua escolha.

TRADIÇÃO DE CIVISMO E OPEROSIDADE

A vós, Senhor Eduardo Saigh, quero dizer apenas que nesta Casa, desde Antonio Proost Rodovalho até nossos dias, longa tradição de civismo e operosidade se estende. Aqui estão presentes muitos dos que, em passado ainda recente, contribuíram com sua capacidade e labor para elevar a Associação Comercial de São Paulo aos pináculos em que ora se encontra. A atuação desses homens, que são credores da gratidão dessas classes produtoras de nosso Estado pelo muito que fizeram em seu prol, serve de guia seguro aos novos dirigentes da entidade e seu exemplo de dedicação, competência e espírito público está ainda vivo na memória de todos.

Vós sois, Senhor Eduardo Saigh, o depositário dessas tradições e melhor depositário não poderia ter escolhido o comércio paulista. As horas difíceis que esperam o Brasil exigem de todos nós e, especialmente, de quem ocupa posto relevante como o de Presidente desta Associação, uma série de predicações morais e intelectuais de que sois admirável síntese. A visão realista dos problemas e a objetividade nas soluções; o espírito público acentuado e a extraordinária capacidade de trabalho, são os traços de vossa personalidade que mais o credenciam para o honroso cargo que ora lhe passo às mãos.

Estou certo que nos dois anos de vosso mandato sabereis elevar o nome da Associação Comercial de São Paulo e lutareis sem desfalecimento pelo bem de nossa terra, de nossa gente e de nossa classe.

Uma palavra de gratidão e amizade, nesta hora melancólica de despedida, reservo para os meus leais

e dedicados companheiros nesta jornada de dois anos de lutas que ora chega a seu termo. Nêles, colegas de Diretoria e funcionários desta Casa, sempre encontrei sinceridade de propósitos e eficiente colaboração e, em sua amizade, estímulo para enfrentar os momentos adversos e entusiasmo para levar por diante as tarefas empreendidas.

Sem falsas modéstias eu o digo: à vossa diuturna cooperação, meus companheiros de Diretoria, se deve a obra realizada nestes dois anos de meu mandato como Presidente da Associação Comercial de São Paulo. Vossa ponderação e capacidade, vosso conselho nas horas de decisões difíceis, vosso espírito público, permitiram à Diretoria que ora encerra seu mandato, manter sem deslustre as honrosas tradições que recebi dos que me antecederam na direção desta Casa.

E aos dedicados funcionários, consultores e conselheiros técnicos da Associação, cuja incansável atividade e indiscutível competência, que é de justiça ressaltar, tanto contribuíram para o êxito dos nossos esforços comuns, quero deixar consignados meus agradecimentos pela colaboração valiosa que sempre me deram.

ETAPA DA HISTÓRIA

E a vós, homens de empresa de São Paulo, quero dizer, finalmente, que estamos vivendo uma etapa de nossa História em que não é lícito a quem quer que seja negar apoio à tarefa de superação das dificuldades econômicas e de recuperação moral que o Brasil exige. Mais uma vez eu vos lembro que, na medida em que nos consideramos uma elite, temos deveres e não direitos; obrigações perante a coletividade e não regalias a usufruir e, por isso, vos tenho conclamado a que cumprais o dever de participar ativamente da vida nacional, preconizando medidas, apontando necessidades, condenando soluções, apoiando ou repelindo a ação dos governos, mas que em vossa atuação outro interesse não exista que o da coletividade nacional, outra inten-

ção não vos mova que a de acertar, outros sentimentos não abriguem vossos corações que o amor à Pátria. Só assim, nossos filhos poderão dizer um dia: meu pai cumpriu seu dever!

DISCURSO DO SR. EDUARDO SAIGH

Há onze anos que me orgulho de merecer encargos nesta Casa. Tal circunstância, entretanto, longe de atenuar a emoção deste instante, torna-a mais tensa ainda. Dir-se-ia que o contato com a Presidência da Associação Comercial de São Paulo amplia os compromissos peculiares à chefia desta entidade, cujo lastro de tradições, de trabalho, de civismo, de vitalidade, justifica a sua projeção nacional.

Tanto a proximidade da Presidência intimida, quanto o convívio com os Presidentes encoraja. É admirável, com efeito, acompanhar de perto o devotamento de homens eminentes, com os quais tive a ventura de colaborar: Brasília Machado Neto — realizador dinâmico; Décio Ferraz Novais — habilidade e finura; Henrique Bastos Filho — o brilhante criador das sedes distritais; Horácio de Melo — patrimônio moral a serviço da classe. E é especialmente desvanecedor o ter como Presidente — e suceder-lhe — a João Di Pietro, síntese da atividade, do desprendimento, da clareza, da clarividência, que exornam a galeria ilustre de quantos passaram por este pósto.

De João Di Pietro recebo agora, além do acervo enorme que o mandato encerra, uma prebenda de amigo: sustentar o alto nível de realizações a que as forças produtoras se acostumaram em sua esplêndida gestão.

Sob a invocação desses exemplos, com a indispensável solidariedade dos companheiros que hoje se empossam e com o prestígio da classe, espero, confiante em Deus, não falhar.

EXPERIÊNCIA DO COMÉRCIO

E, bem precisa o Brasil que ninguém falhe.

Dentro do objetivo comum a todos, de progredir, prosperar, melhorar, com decência e equidade e pondo de lado outras cogitações, que corram o risco de confundir-se com a busca da pedra filosofal — seria negar a evidência não reconhecer que o País vem realizando grande esforço para afirmar-se política, social e economicamente.

O êxito alcançado, sujeito embora às apreciações do otimismo ou pessimismo de anseios individuais, é indiscutível. Progredimos. Talvez pudéssemos ter progredido mais. O fato é, porém, que, no conjunto, retomando ou prosseguindo o impulso que a República imprimiu à Nação, avançamos, beneficiando-nos mais recentemente de condições externas inexistentes no primeiro quartel do século.

A observação é singela, primária mesmo. Importa, contudo, fixá-la, no próprio interesse do nível de desenvolvimento a que todos aspiramos.

Politicamente, se as recentes crises ameaçaram comprometer instituições, delas estamos sabendo colher lições que contribuem para robustecer as franquias democráticas, cada vez mais enraizadas na consciência do povo. As fórmulas constitucionais que praticamos foram livremente escolhidas; o exercício dos direitos civis, ao lado do aprimoramento da educação popular, vai indicando defeitos de formação ou erros de aplicação e paulatinamente mostrando a maneira de corrigi-los. Em trinta anos governaram quatro diplomas constitucionais e utilizamo-nos de três sistemas eleitorais. Há seguramente muito que caminhar na meta do aprimoramento político, porém a velha sabedoria da História manda que não se confunda aperfeiçoamento evolutivo com o mero prazer de inovar, nem se espere de cada nova lei um novo milagre.

Quando o comércio fala de política — meus Senhores — fala com experiência de séculos. É de natureza das trocas o trato com os homens e as coisas públicas. Fisco, administração, governos, refletem

evidentemente instituições políticas, e aí estaria uma dentre muitas razões por que a vida pública interessa à nossa classe.

Ainda há poucos momentos ouvidos, na brilhante oração do Presidente João Di Pietro, que os governos estão a serviço da Nação e não esta a serviço dos governos. Há, entretanto, quem se esqueça dessa verdade e se oriente exclusivamente no sentido das conveniências partidárias, visando tão só cortejar determinadas classes, como se, guindados ao poder por uma fração do eleitorado, devessem apenas servir a essa fração e não a toda a coletividade.

Aos que estão no poder cabe agir com absoluta neutralidade, atendendo ao conjunto e não a determinadas parcelas de imediato valor eleitoral. A Nação transcende o indivíduo, o eleitor, o partido, a classe e sua idéia abrange o destino histórico da Pátria e das gerações futuras. É certo que acudir às autênticas necessidades nacionais, mormente em épocas de turvação, contraria interesses individuais imediatistas; mas é forçoso que em proveito da Nação e dos legítimos interesses do povo, os homens públicos sacrifiquem aquela popularidade fácil, que advém das táticas políticas demagógicas.

EVOLUÇÃO SOCIAL

É sabido que muito avançamos também no terreno social.

Quem observe a curva de nossa evolução no decurso do regime implantado em 89, quase não reconhecerá nela o mesmo país. Das tendências que arejaram o Velho Mundo filtramos as que nos pareceram saudáveis e aplicáveis. Daí haver quem entenda que nos adiantamos demais nessa trilha, sem embargo de vozes em contrário, que insistem por novas arrancadas, esquecendo-se de que já atingimos, nesse setor, uma fase de adiantada evolução.

Se esta evolução se realizou, em muitos de seus planos, com pleno e consciente apoio das forças econômicas, é bem de ver que até certo ponto se justifica o anseio, por vé-

zes manifestado, de um retardamento que permita reajuste da ordem econômica.

O comércio, esse conservador, nada tem de retrógrado. Os legítimos deveres sociais, ele os compreende, preconiza e pratica. Mas daí não se conclua que ele esteja a pique de desertar da objetividade, que lhe é peculiar, e se disponha a aplaudir, por insensatez ou pusilanimidade, os reclamos dos eternos insatisfeitos, que pretendem exagerados saques sobre o futuro da economia nacional.

A realidade é a seguinte: fiéis a um dogma de solidariedade humana, obediente aos mandamentos da paz social, os produtores foram dos primeiros a proclamar medidas para elevar o nível de vida da população. Não se arrependem dessa atitude; sustentam-na, confirmam-na, de bom grado. Acelerar, porém, o ritmo de determinadas aspirações, ou ampliar-lhes o campo, equivaleria, nem mais, nem menos, a comprometer fundamentalmente, irremediavelmente, a estrutura econômica do País, a pôr em risco nossa própria organização social, com prejuízo para toda a coletividade.

A demagogia é uma tentação de todos os dias. Atraídos por ela, não poucos políticos pretendem dar a impressão de estar ao ludo de algumas camadas, em oposição aos produtores, como se houvesse dois campos de luta, quando em verdade a nossa luta é, e deverá ser, uma só, num só campo, onde todos combatem o reacionarismo, a miséria, a corrupção, pagando pela paz social, pela elevação geral do padrão de vida do povo, pela decência, pelo prestígio moral e econômico do Brasil.

CONTRASTES ECONÔMICOS

Com a clareza, Senhores, com que a experiência nos permite descortiná-lo, vemos que o quadro da economia nacional oferece também impressionantes contrastes.

Enquanto se discute sobre a rigorosa classificação do País — pouco desenvolvido, subdesenvolvido, de economia primária, de economia dependente — o Brasil cresceu. Ati-

vidades produtoras nasceram, outras se expandiram. As transformações por que passou o mundo ocidental abriram-nos novos horizontes. Nossa economia está em regime de alto nível de emprego. Implantaram-se indústrias de base. O petróleo começa a sair da fase contemplativa, embora em rumos que não atendem à solução exigida pela economia nacional. Há sinais de prosperidade, capazes de estimular-nos no combate ao pauperismo que ainda impera em regiões pouco favorecidas.

O aspecto sem dúvida mais favorável do nosso desenvolvimento econômico é a industrialização.

Basta lembrar três setores essenciais, onde o volume físico da produção, só nos últimos sete anos, foi além do dobro: o cimento, do índice 100, em 1948, passou para 235, em 1955; a siderurgia, para 229; a borracha, para 201.

Por inesperados, esses níveis superaram o do aumento da produção de energia elétrica e acentuaram as deficiências do sistema de transportes. São dois elementos negativos, que sublinho desde logo, antes que me acusem de apresentar em cores excessivamente otimistas este instantâneo da formação da riqueza nacional.

O quadro revela, assim, falhas que dizem ser-nos peculiares; imprevidência, desorganização, carência de planos de conjunto, uma elevada dose de displicência oficial, ausência de estímulo à ação privada — o que tudo se resume, para ser mais exato, na inexistência de elementos para uma sólida e indispensável estruturação.

Soma-se a esse balanço a imaturidade de consciência econômica da nossa gente e se terá uma explicação para a desnoriente e contraditória conjuntura: o País em desenvolvimento acelerado, a produção de modo geral em fase de expansão, novos empreendimentos a indicarem que a ascensão econômica está distante da fase final; e no entanto, como contrapartida conflagradora, o inconstitucional desdobramento do potencial monetário, impedindo que do aumento quantitativo da produção resultem todos os

efeitos benéficos elevando-lhe o custo e impulsionando a subida dos preços. Numa palavra, encarecendo a vida, e portanto ameaçando destruir o próprio objetivo de um notável esforço coletivo.

Estamos crescendo desordenadamente. Lutando contra a ignorância de muitos, reclamando contra a interferência estatal onde ela não cabe, solicitamos, em vão, a sua assistência onde ela é necessária. Lutamos inclusive perante nós mesmos, que duvidávamos da capacidade ou possibilidade de determinadas regiões e setores se desenvolverem tanto e tão depressa.

Semelhante disparidade, porém, não constitui motivo para desespero. Quem chegou até onde nós chegamos não tem o direito de cruzar os braços.

Acreditamos que o momento é decisivo para o estabelecimento de um programa realista que, equacionando as questões básicas que interferem na política econômica, financeira e social, levem governantes e governados a diretrizes consentâneas com as imposições da conjuntura.

DESAJUSTAMENTO

Uma nova administração se instala no País. Dar-lhe-emos nosso concurso de órgão técnico e consultivo do Poder Público.

Ao oferecer esta colaboração, entretanto, não poderíamos deixar de fazer sentir nossas apreensões no que respeita a desajustamentos que, processados no passado, continuam a interferir em nosso organismo político, econômico e social.

Todas as atenções nacionais devem concentrar-se num objetivo primordial: o combate à inflação, inclusive promovendo o equilíbrio orçamentário, que ainda agora vemos mais distante, em face dos gigantesco encargos decorrentes do projetado aumento do funcionalismo federal. Há motivos para sérias apreensões quando, confirmando o acerto das constantes advertências contra a imoderação nos gastos públicos, é o próprio Senhor Presidente da República quem previne;

a pretendida majoração do pessoal representaria uma sobrecarga superior a vinte bilhões de cruzeiros, com tendência para tornar-se mais pesada ainda ante o crescimento quantitativo dos inativos.

Urge ainda impedir que continuem inflando os déficits das autarquias e empresas incorporadas ao patrimônio da União.

Essas medidas implicam em dar à administração pública bases racionais: não há exagêro em afirmar que existem órgãos em excesso, órgãos absolutos, outros inúteis, dispendiosos.

Se o ponto fundamental da administração é racionalizar, organizar, no setor da economia e das finanças a meta decisiva, obsedante mesmo, é — repetimos — combater a inflação.

O Governo da República apresenta-se com planos definidos acerca do desenvolvimento econômico. Do que até agora se conhece, é relevante o esquema de metas a atingir no aumento do potencial da energia elétrica, no aperfeiçoamento dos transportes, no incentivo à produção de gêneros alimentícios.

Quanto à energia elétrica, as próprias administrações estaduais vêm cuidando de construir novas usinas. Em São Paulo mesmo é-nos grato assistir a execução de largo programa, ao qual esta Casa deu integral apoio. Indispensável, contudo, ressaltar que o problema só será atacado a fundo no dia em que tivermos a reforma do Código de Águas.

Transportes e alimentação constituem itens pelos quais há anos se vêm batendo as classes produtoras. Ambos estão intimamente ligados. De sua parte, não é de hoje que o comércio aponta a absoluta necessidade de os poderes públicos sanarem, dentro daquilo que é da sua alçada, as deficiências do sistema ferroviário e marítimo, ao lado do progressivo aperfeiçoamento das rodovias. Já se disse que de nada adianta estimular a produção de cereais, quando as colheitas se amontoam nos pontos de embarque, em vão aguardando transporte para os centros de distribuição e de con-

sumo. Ao invés de solucionar o problema, fica-se lançando sobre o comércio a acusação injusta, para não dizer infamante, de forçar a alta dos preços.

Querer resolver o problema da alimentação, sem cuidar seriamente dos transportes, é pura fantasia. A equação completa, aliás, não é apenas transporte e alimentação: porém: financiamento, transporte, alimentação e armazenamento.

DESEJO DE COLABORAR

Não pretendemos abusar da facilidade de criticar nem da liberdade de aconselhar. Se dirigir a própria casa não é tarefa para qualquer um; se organizar e levar por diante um empreendimento econômico envolve problemas de toda sorte, bem podemos avaliar como é penoso presidir os negócios públicos. "Governar — escreveu o ex-Presidente Truman — é cavalgar um tigre".

Mas o comércio deseja colaborar e a Associação Comercial de São Paulo, como as suas congêneres de toda a produção nacional, quer ser ouvida, quer ajudar a construir, quer também aplaudir, como nos cumpre no tocante, por exemplo, ao seguro e elevado critério com que o Governo paulista vem gerindo as finanças. As rígidas normas, que a administração se impôs e vai executando, aliadas à unidade de comando no setor financeiro, permitiram resultados apreciáveis e auspiciosos.

PRIMADO DA INICIATIVA PRIVADA

Nesse mister de aconselhar, analisar, cooperar no que respeite aos interesses da comunidade — por certo a mais alta finalidade pública desta Casa — as classes produtoras se congratulam por verificar o quanto estava de seu lado a razão quando tenazmente prosseguiram na reafirmação constante do primado da iniciativa privada. Resistimos, a expressão adequada é essa, resistimos a todas as tentativas de socialização com que se experimentou orga-

nizar a economia brasileira. Congratulamo-nos com a energia, a teimosia, com que os produtores reagiram às tendências exageradamente socializantes.

Fincadas as classes produtoras no princípio da capacidade construtiva do livre empreendimento, prontas a contribuir no terreno da solidariedade social e proclamando sempre a conveniência, a necessidade mesma, da interferência estatal supletiva, o comércio não hesita em afirmar que começamos a assistir ao reconhecimento público, e mesmo oficial, do acerto dessa tese.

Homens de responsabilidade governamental são hoje dos primeiros a lamentar as demasias do intervencionismo econômico. Oxalá essa lucidez conduza em breve à pura e simples extinção de órgãos de controle inexplicavelmente ainda existentes. É por aí que terá bom começo o fim de uma experiência que, essa sim, nunca deixamos de ver com pessimismo, consciente de que muito mais favorável seria a conjuntura nacional se, no passado, a tentação demagógica não tivesse arrastado a ação estatal muito além dos limites do indispensável, do útil, do razoável.

A diretriz é "fazer, e deixar fazer". Faça o Estado algo do muito que tem pela frente, recrutando para execução de seus planos elemento humano de reconhecido valor, e deixe que a livre iniciativa produza e construa.

Não há negar, por exemplo, que dessa fonte poderá provir decisiva contribuição para que se anule o déficit de nossa balança de pagamentos.

Em verdade, o remédio definitivo para esse desequilíbrio não reside essencialmente neste ou naquele regime de trocas internacionais, nesta ou naquela modalidade de reforma cambial. Temos procurado, obviamente, extrair o maior rendimento das poucas divisas de que dispomos, seja através da licença-prévia, dos acordos de compensação, das taxas múltiplas e da Instrução 70. Os ensaios não produziram resultado satisfatório como, de resto, era inevitável. Alimentou-se a ilusão de

que o problema seria solucionado pelos simples racionamento na distribuição de nossas escassas divisas. Subvencionou-se o consumo, em vez de estimular-se a produção. Permanecemos na pesquisa de fórmulas ideais para gastar o pouco que temos, quando o problema é primário: produzir mais, exportar mais, caminhar para a liberdade de comércio e assim ter o que necessitamos adquirir.

Enquanto o processo normal de aumento da produção se desenvolve, parece acertado cogitar com mais premência de adequar o nosso regime aduaneiro às atuais circunstâncias. Ficou ele relegado a segundo plano, inexplicavelmente.

Os contrastes apontados ao configurar a situação econômica do país, repetem-se no comércio internacional. E se nem todas as medidas salvadoras dependem da administração pública, devido a conhecidas dificuldades externas, existem desacertos que reclamam urgentes providências. Nossa exportação cai; nossa importação é controlada; no entanto, utilidades que não podem entrar no mercado brasileiro pelas portas abertas do comércio regular, são entregues ao consumo, vindas não se sabe como, entradas não se sabe por onde. A clandestinidade se se iniciou no chamado comércio de artigos de luxo. Provou bem. E agora se alastra pelos mais variados setores, inclusive o dos bens de necessidade. É a própria população a maior prejudicada e não apenas o comércio; é a economia nacional, é o fisco, que têm aí fontes de sonegação. E é a administração que vê sacudido o seu prestígio, dentro e fora da terra.

Semelhantes fatores negativos tiraram qualquer estímulo ao contribuinte, já vergado ao peso de agigantados compromissos fiscais.

TÍTULO DE GLÓRIA E ROTEIRO DE AÇÃO

Empossando-se nesta solenidade, enriquecida com a presença prestigiosa de personalidades de singular expressão, estão a nova Diretoria

e Conselho Convictos de que são chamados a responder pelos sessenta anos de existência da Associação Comercial de São Paulo. Representam eles um título de glória e um roteiro de ação para os mandatários de hoje. Para mantê-los bem alto dedicaremos todos os nossos minutos.

De minha parte, bem sei que meu passado na entidade não me bastará para desincumbir-me da tarefa que hoje me é atribuída. Só com a solidariedade dos meus admiráveis companheiros, com o apoio da classe e das demais entidades, com a cooperação dos colaboradores da

Associação Comercial, que desejo e necessito, é que estarei apto para uma obra necessariamente impositiva.

Não esquecerei jamais a honraria nem a confiança que representa minha ascensão a este posto. Dêle terei para mim as responsabilidades, convencido de que presidir também é contrariar. A vós, do comércio, pertencerá toda a autoridade, todo o prestígio, que sempre foram vossos.

As glórias, que são desta Casa, todos nós as destinaremos, como nossos antecessores, a São Paulo e ao Brasil.

B. HERZOG COMÉRCIO E INDÚSTRIA S. A.

Rua Miguel Couto, 129-131

RIO DE JANEIRO

Telefone 43-0890

Rua Florêncio de Abreu, 353

SÃO PAULO

Telefone 33-4114

End. Teleg. "BEZOG"

Produtos Químicos, Industriais, Farmacêuticos
e Analíticos

Bicicletas, Motocicletas e Acessórios

FABRICA DE ARTIGOS PLÁSTICOS POR INJEÇÃO
E EXTRUSÃO

*As consultas são prontamente atendidas. Mantemos
grandes estoques para pronta entrega*

FABRICA DE FOGOS ARTIFICIAIS SÃO JOÃO

Tem sempre sortimento completo de fogos para festas públicas e religiosas.
Especialidade em fogos de sódio e magnésio para fotografia, marca "Eureka"

MARGARIDA FERNANDES SABINO

Rua Benedito Melretes, 25 — Nilópolis — Olinda

Residência : Rua Carlos de Sousa Fernandes, 232 — Divisa — Olinda — E.F.C.B.

GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA

ESTUDOS E ENSAIOS

Por DELGADO DE CARVALHO e
THEREZINHA DE CASTRO

GEOGRAFIA POLITICA

1 — HISTÓRICO

O conceito tradicional de "Geografia Política" vai se diversificando, à medida que visões especializadas de Geografia humana vão considerando aspectos novos das relações entre a Terra e as comunidades que a ocupam.

O mesmo fato se dá com outros ramos científicos como geografia física e geofísica, fisiografia e geomorfologia. Os neologismos são abundantes em geografia, como em qualquer outro setor de conhecimentos humanos. Quando cunhados para satisfazer um ponto de vista novo, nem sempre são estes neologismos acolhidos com o mesmo entusiasmo por todos os estudiosos da matéria. Pode isso servir de exemplo o termo "geopolítica".

Sob o ponto de vista didático, a geografia tradicional sempre compreendeu, pelo menos, duas divisões, uma "física" e outra "política".

Em 1790, o americano Jedidiah Morse escreveu uma geografia que dividiu em três partes: *Geografia Astronômica*, *Geografia Física* ou *Natural* e *Geografia Política*. O sentido primitivo de Geografia Política foi outrora muito mais rico: Morse não incluía alguma história, religião, governo, defesa, usos e costumes, navegação e comércio, manufaturas. Incluía, pois, o que hoje se chama *Geografia Econômica*.

Verifica-se, assim, como a geografia evolui não somente no conteúdo, como nas suas denominações.

No fim do XIX século, apareceu a necessidade, pode-se dizer, de agrupar um certo número de fatos e fenômenos relativos à vida dos grupos sobre a terra — foi então criada por J. Brunhes a expressão "Geografia Humana".

Esta conquista se fez à custa da *Geografia Política*. Mas a evolução foi rápida: os alemães criaram a *Antropogeografia*, e os franceses a *Geografia Social*. A primeira ficou ligado ao nome do seu fundador Ratzel; a segunda, prende-se ao nome de Vallaux.

É natural que reine ainda alguma imprecisão nos termos que variam segundo os autores, pois há grande riqueza de interpretações. A Geografia, sendo um patamar em que se encontram vários ramos científicos, recebe destes diversos setores, elementos que a transformam aos poucos. De fato, não há estudo social que possa dispensar uma base geográfica: é como o fundo do quadro em que se projetam os fatos, aí localizados no espaço.

A Geografia Humana é o estudo das relações entre as ciências naturais e ciências sociais.

2 — DEFINIÇÃO

A Geografia Política trata das relações entre os grupos humanos organizados e o espaço ou território que eles ocupam.

No caso das tribus nômades, já se pode falar em geografia política, mas à medida que os grupos vão se tornando mais importantes e que se estabelecem permanentemente em grupos sedentários em

posição favorável a seu gênero de vida, sob o controle de um governo, a sua geografia política vai tomando feições mais precisas e mais complexas. Frequentemente os grupos se unem para constituir unidades políticas maiores e mais fortes.

O fato das fronteiras e dos limites de países ter tomado especial importância em geografia política, explica-se pelo crescimento de grupos separados, ocupando espaços intermediários e tornando-se vizinhos uns dos outros. Territórios contestados surgem, assim como zonas de influência; e questões de limites determinam rivalidades políticas que envolvem episódios históricos do Passado e do Presente.

Assim torna-se cada vez mais necessária a *Geografia Histórica* como introdução e explicação da *Geografia Política*. Nela encontra-se a gênese da formação territorial e da constituição das fronteiras atuais. Exemplo brasileiro: a desigualdade dos nossos Estados é muito menos física, econômica ou cultural do que *Histórica*.

Em realidade, que vem a ser, em *Geografia Política*, um País? É uma região natural, mais ou menos perfeita e delimitada, com fronteiras fixas, ocupada por populações mais ou menos homogêneas, sob o domínio de leis. Um país pode ser formado de várias regiões naturais interdependentes e povoado de várias etnias. E, pois, uma unidade política complexa, historicamente temporária e cujas fronteiras, fixas em determinado período, desenham, no mapa geográfico, a sua forma característica.

Como resultado das condições geográficas, reina num país moderno um sentimento coletivo chamado patriotismo ou civismo que tende a consolidar a independência da Nação e a estender a sua esfera de atividades, de acordo com as melhores condições de vida possíveis. Por isso, a própria forma do país passa a constituir um símbolo geográfico de uma aspiração cívica: nas moedas, nos selos, nos escudos, em festas nacionais, o simples contorno do país é uma evocação patriótica, muitas vezes

aproveitada pelas autoridades do país.

Quanto aos esforços feitos para a proteção das fronteiras contra possíveis agressões, estes levam ao desenvolvimento de outro tipo de geografia política, a *Geografia Militar*.

Em 1926, P. Delfontaines definiu a *Geografia Política* "o exame crítico e comparativo dos fenômenos de superfície pelos quais se expressa a vida e se traduz a expansão das sociedades e dos Estados: antes de tudo, as capitais grandes e pequenas, centrais e regionais, assim como todas as aglomerações que merecem o nome de cidades; em segundo lugar, tudo que é disposto para circulação, para proteção desta circulação, para segurança — estradas e fronteiras — e tudo que permite irradiação destas mesmas coletividades além da fronteira propriamente dita, circulação marítima e aparelhamento de portos".

Em suma, neste conceito um tanto circunstanciado, Delfontaines focaliza três elementos que lhe parecem fundamentais em *Geografia Política*: Cidades, Fronteiras e Comunicações.

Arthur Dix é mais conciso quando diz que "*Geografia Política* é a ciência que estuda a morada e esfera de poderio dos Estados e, em seguida acrescenta que se ocupa "das relações das coletividades políticas com o espaço que habitam e a área de tráfego". Uma importância maior é atribuída por Dix às fronteiras quando declara: "A *Geografia Política* considera as fronteiras que separam os grupos políticos como um principal campo de observação, no aspecto que poderíamos denominar de permanência dos Estados". Lembra também o autor que as delimitações de grupos políticos inferiores, internos, ou divisões administrativas, constituem *Geografia Política Interior*.

Na prática, o manuseio diário dos Atlas, nos leva a reconhecer imediatamente um mapa físico de um mapa político. Na Cartografia moderna, o primeiro vem geralmente com as cores hipsométricas convencionais, do verde ao amarelo escuro. O segundo, em regra apre-

senta cores em contrastes, segundo os países que cabem totalmente ou em parte. (O ponto de vista artístico é muitas vezes discutível). Mais recentemente mapas ingleses e franceses têm organizado mapas políticos sobre um fundo de mapa físico simplificado para não sobrecarregar a folha. É evidente a vantagem de nunca perder de vista o meio físico em que se estende uma entidade política. Em escala muito reduzida, raramente podem coincidir os dois tipos de mapas; os países são separados apenas por *orlas coloridas*.

É inútil dizer que, muitas vezes, a compreensão clara de uma situação de geografia política depende da qualidade e precisão da carta observada.

2 — O PROBLEMA FUNDAMENTAL

A noção de Estado é, ao mesmo tempo territorial e jurídica: o domínio territorial é o que se chama soberania, isto é, um direito que não se confunde com a simples ocupação nem com a propriedade privada dos indivíduos; possui uma esfera própria de ação que é direito de regulamentar terras, homens e coisas.

O Estado se superpõe assim territorialmente e socialmente a uma área geográfica e a fração de humanidade. A Geografia Política fica, em consequência, ligada a três ordens de conexões: à Geografia Geral, à História e a uma Forma Jurídica, a soberania.

Mas na área geográfica ocupada pela coletividade humana, o Estado nem sempre comporta nos seus limites a totalidade de um povo, com homogeneidade perfeita; pois há grupos étnicos, linguísticos, religiosos que dele fazem parte por constrangimento imposto ou aceito. Surge aí a questão das minorias que existem em maior ou menor número em quase todos os países. Convém, nestes problemas de minorias étnicas, por exemplo, de fazer a distinção entre os "quistos" formados pelas circunstâncias históricas (húngaros, alemães e eslavos na Romênia) e as formadas pela

livre e espontânea imigração em países novos.

A Geografia Política pode ser considerada como termo último (se não definitivo) da História Política: é a sua forma presente e daí a sua importância refletindo, no Espaço, a evolução do Estado no Tempo. "Não se pode expulsar a geografia da História Política, e isso vem dar à geografia política uma nova legitimação" dizem Vallaux e Brunhes.

Como explicação desta "evolução" do Estado, espelhada pela geografia política, foram emitidas as mais diversas e extremadas teorias. Hegel, Gobineau, Gumplowicz negavam a ação do meio sobre as sociedades políticas, enquanto Taine e Buckle explicaram-nas pelos ambientes físicos em que vivem. Prova isso que as explicações não podem ser simplistas. É incontestável, entretanto, que ao progredir nas ciências e nas técnicas, os grupos humanos vão exercendo maior influência sobre as forças da Natureza e, em consequência, se tornando delas mais independentes.

Brunhes e Vallaux colocam do seguinte modo o problema fundamental da Geografia Política:

Quais as regiões terrestres onde, pelo fato de existirem causas devidas à Natureza física e ao povoamento humano, multiplicam-se oportunidades de conflitos ao ponto de criar meios favoráveis à eclosão e ao desenvolvimento do Estado?

Equivale esta pergunta a dizer que o Estado é criação de segurança coletiva, que existe para a defesa, para a luta. A esta interpretação se prende talvez o aspecto que tomou uma modalidade recente da geografia política, a Geopolítica, hoje reivindicada por certos setores militares como exclusivamente da sua esfera.

Na realidade, a resposta ao problema fundamental enunciado pelos dois geógrafos franceses é a "acumulação de fermentos de vida", isto é, regiões ricas em elementos vitais diferenciados, espaço, clima, relevo, solos, águas, recursos naturais, comunicações, população, etc.

Dai a classificação aceitável e lógica de *regiões ativas* e de *regiões passivas*.

Região ativa seria um espaço geográfico em que o grau de fermentação e de tensão vital se beneficiou de *fatores econômicos* e *fatores geográficos* como densidade demográfica suficiente, pontos estratégicos favoráveis, boas comunicações, condições e expansão de colonização.

Regiões passíveis seriam os espaços nos quais se projetam e ramificam as primeiras.

E o que explica, em parte, o fato dos Estados não serem perfeitamente fixos, mas sujeitos a deslocamentos e a estratificações. É também o que esclarece a existência de *zonas de contacto*, tão importantes na História da humanidade, espaços da transição entre *meios geográficos diferentes*: planícies e montanha, montanha e planalto, mar e litoral, deserto e estepe, matas e campos.

Numerosos são os exemplos que o estudo da posição geográfica, do espaço e dos contactos fornecem à interpretação histórica de *Estados Insulados* como a Grã-Bretanha e o Japão, de *Estados Peninsulados* como a Itália e a Grécia, de *Estados em faixa marinha* como Fenícia e Chile, de *Estado Montanhês* como a Suíça. O principal perigo de tais estudos é a tendência à generalização, simplificando a questão e omitindo fatores importantes. Não é apenas a geografia física dos Bálcãs e do Mar Egeu que explica a diferença entre a Grécia de Péricles e a Grécia de hoje.

Certas limitações são deste modo, impostas à Geografia Política, mesmo estribada em sólidos elementos de Geografia Física. Provêm estas limitações das inesgotáveis fontes da *Geografia Humana*: étnicas, religiões, instituições, estados da cultura, técnicas, gêneros de vida, etc. Procuremos sempre estudar a geografia para compreender a História e reciprocamente: a Noruega, a Grécia, a Fenícia.

4 — DIVISÕES

O histórico da Geografia Política e a enumeração de seus problemas

principais revelam a dificuldade de estabelecer uma *divisão definitiva* e *fixa* desta disciplina. A Geografia é, em si, um ramo científico em plena evolução.

Os elementos que, no momento atual, constituem a Geografia Política são: o *Espaço* e a *Posição*, os *Limites* e as *Fronteras*, as *populações*, as *capitais*, as *cidades* e as *divisões administrativas*.

O que torna precária a fixidez destes elementos é a tendência de cada geógrafo, Ritter, Ratzel, Penck, Reclus, Vidal de Lablache, Vallaux, Mackinder, Fleure, Morris, Davis, Boowman e tantos outros de insistir sobre os *pontos de vista individuais*.

Ratzel principalmente deu aos conceitos de Geografia Política explicações mais circunstanciadas — especialmente no que diz respeito à *Posição* diferenciando a *posição natural* da *posição política*.

Brunhes e Vallaux distinguem três fatores, ou ordens de fatores em Geografia Política:

a) O *Estado* e o *Território* — em que surgem as condições geográficas primárias, a discriminação entre regiões ativas e passivas, a pressão demográfica, megalocastismo e microcastismo.

b) O *Estado*, a *Estrada* e a *Fronreira* — em que a estrada é considerada obra principal do Estado, criada para fins políticos e segurança; em que também são estudados os diferentes tipos de fronteiras, naturais, artificiais, esboçadas, vivas ou mortas, e sua estabilidade relativa.

c) O *Estado* e a *Capital* — isto é, o órgão central, suas características, sua situação, suas condições de permanência ou de deslocamento.

Neste quadro tripartido há, de fato, lugar para todas as modalidades da Geografia Política, todos os pontos de vista, antigos e novos, sob os quais podem ser encarados os problemas.

Desta classificação ressalta bem que o Estado é a entidade que empresta nos fenômenos geográficos o *cunho político*. Não há Geografia Política sem ação mais ou menos direta do Estado.

A tendência atual, porém, em certos setores, é de estabelecer uma distinção entre os fatos de Geografia Política que refletem uma situação atual, mais ou menos fixa ou estática e os fatos que refletem situações em evolução, em mudança, em perpétuo vir-a-ser, ou situações dinâmicas. A este último modo de encarar a Geografia Política, dá-se o nome já popular de *Geopolítica*.

5 — OBJETIVOS

Estudo nenhum de Geografia Geral pode se limitar a apresentar o quadro físico de uma região considerada. Deixaria assim de ser um estudo social para ser um estudo de ciências naturais, localizado no espaço. Cabe à Geografia Política indicar o sentido da ocupação do solo pelo homem, seu aproveitamento e sua segurança.

A Geografia Política descreve e explica um Estado-nação. Para compreender certos fatos, devem ser analisados os elementos componentes de uma situação. Mesmo quando se trata, em aparência exclusivamente, de Geografia Humana, de Geografia Econômica, é, na realidade, com elementos de Geografia Política subentendidos que se definem as situações sociais em apêço.

O quadro geográfico é o quadro natural em que se desenrolam os acontecimentos humanos e são estes elementos que lhe dão a sua importância. O conhecimento das atualidades requer uma base geográfica, mas é a Geografia Política que lhes dá significação. Em suma, a Geografia Política é no Espaço o que a História Política é no tempo; ambas se prestam esclarecimentos e são interdependentes.

GEOPOLÍTICA

1 — Histórico: Nascimento e desenvolvimento da Geopolítica

Para muitos, a semente dos estudos geopolíticos foi lançada por Ratzel em sua obra "Antropogeografia"; daí o farto comentário só-

bre esse autor no livro "Geopolitique" de Jacques Ancel.

Ratzel lançou a sua famosa teoria dos Espaços Vitais onde pregava que — "o homem e a sociedade dependem do solo". Para Ratzel o estado era um organismo imperfeito, sujeito a determinadas conformações do solo e a situação do território.

Ratzel que era professor em Leipzig e Munich pregava sempre em seus artigos e obras a necessidade de uma concepção de espaço e adverteu a seus seguidores germânicos de que a decadência de cada estado, pode-se demonstrar que procede de uma complacência e satisfação com um espaço pequeno.

Ao formular suas sete supostas leis de expansão territorial chegou à conclusão de que este planeta é demasiadamente pequeno para a existência de mais de um grande estado.

Hitler adotou francamente este princípio e no Cap. XIV de Mein Kampf está expressa a seguinte idéia: não permitir nunca a formação de duas potências continentais na Europa. "Considerar como um ataque contra a Alemanha toda intenção de organizar uma segunda potência militar nas fronteiras alemãs, ainda que só seja a formação de um estado de poderio militar potencial, e considerar não só justo, senão um dever prevenir, por todos os meios, sem excluir o emprêgo das armas, a formação de tal estado ou destruí-lo em caso de que já exista".

Coube, porém, a Rudolf Kjellén criar o termo "geopolítica", dando um grande impulso a matéria.

Era Kjellén Professor de Direito Político na Universidade de Gotemburgo (Suécia) e também seguiu com entusiasmo as doutrinas de Ratzel.

Aceitando a teoria da evolução do Estado de Ratzel, dizia Kjellén: o Estado nasce, cresce e morre no meio de lutas e conflitos biológicos coadjuvado por duas essências principais — meio e raça e três secundárias — a economia, a sociedade e o governo.

Criou então termos para o estudo desses fatores:

Ecopolítica — "estudo dos fenômenos políticos decorrentes de fatores econômicos".

Demopolítica — "estudo político do povo como nação".

Sociopolítica — "exame da sociedade do ponto de vista de sua repercussão política".

Cratopolítica — "é o estudo da política de governo".

E, finalmente:

Geopolítica — "estudo dos fenômenos políticos influenciados pelo solo. É portanto a Geografia aliada à Política".

Na Inglaterra teve a Geopolítica, Mackinder, como seu representante máximo e criador da teoria do *Heartland*.

Ele defendeu a necessidade de se estudar as diretrizes políticas através dos estudos da Geografia.

Sua tese era a seguinte: "Quem dominar a Europa Oriental controlará o coração continental (*Heartland*); quem dominar o coração continental, controlará a Ilha Mundial; quem dominar a Ilha Mundial controlará o mundo".

Mackinder foi Conferencista de Geografia em Oxford, e mais tarde, Diretor da Escola de Ciência Econômica e Política de Londres.

Numa de suas conferências proferiu Mackinder através da história a inter-relação da Geografia e da Política não só no continente europeu, como também em outros pontos do mundo.

Considerava Mackinder a Rússia como o estado-eixo no equilíbrio do poder dos tempos modernos e os EE.UU. como o formador da divisão entre o Pacífico e Atlântico após ter se expandido para o oriente.

Esta conferência foi feita a 25 de janeiro de 1904 e seguida de uma discussão entre os assistentes, pôde ter de Wilkinson, estrategista naval, o seguinte elogio: "Enquanto estava escutando a leitura, vi com pesar certos assentos vazios aqui, e muito lamento que uma porção destes não estivesse ocupado pelos membros do governo".

Surgiam, então, vários admiradores deste estudo, quando Karl Haushofer que simboliza a geopolítica alemã, para atender às necessidades do regime nazista, leva para outro rumo tudo o que até então se havia feito.

Teria sido realmente Haushofer o único idealizador da geopolítica alemã? Para mim Haushofer foi o seu sistematizador.

De onde teriam surgido essas idéias que grupadas vieram a formar o nazismo?

Conta-nos a História que Napoleão vitorioso em Iena, desmembrou a Prússia criando ali uma série de pequenos ducados. Acontece porém, que um núcleo geográfico vivo começou a expandir-se e com Bismarck tivemos a concretização — a unificação da Alemanha.

Vejamos como isso se deu:

Em 1808 é fundada a Universidade de Berlim que se converteu logo na sede do nacionalismo prussiano.

Seu primeiro reitor foi Johann Gottlieb Fichte (1762-1814) que humilhado com o patrolhamento francês nas ruas de Berlim publicou "Discursos ao Povo Alemão", onde diz o seguinte: Todas as épocas, todos os sábios que respiram por sempre sobre a terra, todos seus pensamentos e instituições de algo superior, se mesclam com estas vozes e te rodeiam e levantam suas mãos implorando para ti; até pode-se dizer, a Providência e o plano Divino ao criar uma raça de homens... o plano Divino, digo, solenemente apela para ti para salvar sua honra e existência... Assim de todos os povos modernos tu és aquele no qual, de modo mais inconfundível jaz a semente da perfeição humana e a quem está encomendada a direção de seu desenvolvimento. Se tu perces nesta tua essencial natureza, então contigo perece cada esperança da espécie humana de salvação da profundidade de suas misérias... Não há, pois, saída; se tu te prendes se funde toda a humanidade sem esperança de recuperação.

São estas as primeiras sementes que conclamam o povo para a for-

mação de um Estado Alemão privilegiado com uma raça também privilegiada.

Hegel, foi o seu sucessor na cátedra de filosofia e continuou também sua obra. Foi mais além ainda fazendo ressurgir a Maquiavel dando o Estado como a corporação mais completa dos ideais éticos e sociais.

Foi assim que a juventude prussiana começou a endearar o Estado Prussiano, colocando-o "acima do Direito Internacional e o único juiz nas questões de moralidade inter-estadual (Walsh).

De posse destes ingredientes, Frederico Nietzsche preparou a receita que o incluiu no Panteon Nazista. Para ele "os indivíduos e nações inefficientes ou débeis" deveriam desaparecer da face da terra.

O trabalho prosseguiu porém com Treitschke, Professor de História da Universidade de Berlim que incitava os jovens alemães à guerra, instituição decretada por Deus para a glorificação da Rússia.

Imbuídos desta mentalidade teutônica dominante é que Haushofer e seus seguidores, reuniram os fatos, confeccionaram leis e deram a isto o nome de Geopolítica.

Haushofer surge quase que paralelamente a Hitler de modo que a Geopolítica pôde funcionar.

Já então unificada era necessário à Alemanha o espaço vital, e para isso Haushofer foi buscar a Ratzel.

A Geopolítica de Haushofer aspirava proporcionar "as armas para a ação política e os princípios que servem de guia para a vida política; é a arte da atuação política na Luta de Vida e de Morte dos organismos estatais pelo Espaço Vital" (A Geopolítica na Política Externa, do Cel. Ribeiro da Graça).

A Geopolítica alemã preconizada por Haushofer era essencialmente expansionista. Senão vejamos sua teoria sobre a Áustria: "A Áustria está situada numa posição extrema perigosa do ponto de vista militar, suas fronteiras não têm defesa contra o ataque de seus inimigos e ameaça converter-se, por sua própria culpa, em campo de batalha na próxima guerra mundial. A debilidade militar do território austriaco

é a razão deste perigo, que só pode ser evitado se uma grande potência ficar encarregada de defender a Áustria".

Foi este mesmo argumento que levou a Alemanha a invadir a Tcheco-Slováquia (para defender as populações do Sudeto), a Polónia, a Noruega e a França.

É a predominância do pensamento nietzschiano de que se deve acabar com estados débeis, associado ao pensamento de Ratzel de Espaço Vital.

Haushofer guiava portanto a Alemanha de acordo com a teoria de Ratzel, com a idéia de raça superior de Fichte, com o maquiavelismo de Hegel, e concluindo com a idéia de Treitschke de que a guerra é uma instituição decretada por Deus para a glorificação da Alemanha.

Porém Haushofer também seguiu de perto a teoria de Mackinder, o heartland. E a prova está que aconselhou a Hitler uma aliança com a Rússia.

A assinatura do pacto germano-russo (1939) veio satisfazer a este mandamento de Haushofer — "É de vital importância que a Alemanha e a Rússia unam suas forças".

De vitória em vitória enquanto a Alemanha estava na ofensiva, Hitler desejando cada vez mais seu espaço vital rompe o pacto de 1939 e invade a Rússia. É a derrocada de Haushofer, da Alemanha e da própria Geopolítica Alemã que pregava o seguinte: "Hoje a Alemanha nos pertence, amanhã nos pertencerá o mundo inteiro".

A Geopolítica, pode enobrecer ou corromper o povo que a usa.

O Brasil começa a dar os seus primeiros passos em busca da Geopolítica. E adotando esta ou aquela diretriz vários são os autores que tentaram abordar o assunto. Entre esses deve ser citado o Professor Everardo Backheuser que se dedicou com afincio à matéria.

2 — Definições e conceitos sobre Geopolítica

Nos diversos trabalhos por nós consultados, foram encontradas inú-

meras definições e conceitos, dos quais escolhemos as seguintes:

a) *Definições:*

Kjellén — "Geopolítica é a ciência do Estado como organismo geográfico e significativamente como soberania (Reich). O autor do termo geopolítica acha portanto que a ciência nasce da aliança entre a Geografia e a Política.

Haushofer — "Geopolítica é a ciência das formas de vida política, nos espaços vitais naturais, que se considera através do processo histórico, vinculado ao meio ambiente". Esta definição foi elaborada por Haushofer quando ainda não estava envenenado com o problema da expansão. Era necessário antes disso uma preparação psicológica.

Mais tarde temos a definição Hitlerista de Haushofer, que é a seguinte: "Geopolítica é a ciência das feições territoriais e raciais que determina o desenvolvimento dos povos e dos Estados". Vemos aí já nesta definição o efeito do trabalho de todos aqueles grandes vultos da Alemanha que desde 1893, escreviam e pregavam doutrinas, que reunidos vieram dar o nazismo.

Podemos sintetizar tudo numa frase do Padre Walsh quando diz o seguinte:

"Com Haushofer a Geopolítica se converteu numa espada embanhada para realizar o sonho germânico de revanche e dominação. Coube a Hitler desembanhar a espada e lançar para longe, por ser inútil a bainha".

b) *Conceitos:*

Entre os conceitos trazemos aqui os seguintes, que a nosso ver são os mais próprios e característicos.

Vicens Vives — "A Geografia é sempre vida e movimento, troca e transformação; a atualidade, geopolítica só interessa em função das forças que atuaram ontem, como plataforma dos sucessos que acontecerão amanhã. Aqui está expressada em duas palavras a essência íntima da Geopolítica "síntese e vida".

Weigert — "O domínio da Geografia engloba o conflito e a troca, a evolução e a revolução, o ataque

e a defesa, a dinâmica dos espaços terrestres e das forças políticas que lutam nêle para sobreviver".

Vemos nestes dois conceitos, a questão do *dinamismo e vida* sempre esboçados. Assim é que a Geografia deve estar sempre aliada à Política, para que haja dinamismo e vida. As diretrizes políticas de um país devem estar sempre em comum acôrdo com a Geografia da-quele mesmo país.

3 — *Onde se situa a Geografia?*

A Geografia Política e Geopolítica são a mesma coisa?

Essas são as dúvidas mais comuns que ocorrem, logo que se trata ou tenta tratar do assunto.

Convencionou-se para melhor sistematização dos assuntos geográficos dividir a Geografia em: Geografia Humana, onde estariam contidos todos os itens da Geografia que tivessem relação com a vida, enquanto que na Geografia Física teríamos todos os fenômenos da natureza propriamente dita. Entretanto, entre os diferentes ramos da geografia existe circunstancialmente um laço de parentesco.

Ao desenvolver-se, porém, uma ciência, a medida que se vai enriquecendo de elementos novos de valor cultural, passa a constituir setores que se vão diferenciando. Assim aconteceu com a Geografia. Suas divisões primitivas eram apenas duas: a Geografia Física e a Humana, muito embora esta última expressão seja um tanto recente, pois data da segunda parte do século. Porém no desdobramento desses ramos da Geografia, vamos ter na parte da Geografia Humana diversos setores, como: a Geografia Econômica, a Administrativa, a Comercial, a Militar, a Histórica, a Urbana, a Rural, etc.

Nesta filiação, porém, onde fica a Geopolítica? Eis o problema para o geógrafo que vê nesta especialização uma filha da chamada Geografia Política. Esta solução não nos parece porém clara, pois a Geopolítica ultrapassa um pouco o âmbito da Geografia propriamente dita.

A Geopolítica seria, pois reivindicada da Política mais do que da Geografia?

Assim como a Ciência Geográfica foi se diversificando e fazendo surgir das duas divisões primitivas uma série de setores, também seguiu o mesmo rumo de expansão a Ciência Política. Daí os estudos políticos sobre povos, nações, estados, constituições, regimes, soberanias, etc.

Esta ciência política, a princípio teórica, passou a visar a prática e necessitou para isso de aplicação. Porisso reivindicou uma base no espaço, isto é, território, áreas regionais, numa palavra, *Geografia*.

Assim, a Geografia avançando sobre o terreno da Política e a Política avançando sobre o da Geografia tivemos a Geopolítica.

Cabe-nos por conseguinte, estudar e determinar exatamente o papel que representa esta nova interpretação distinta da Geografia Política propriamente dita, mas a ela ligada pela semelhança dos elementos em jogo, embora vistos sob outro prisma.

E para meditarmos mais profundamente sobre a real diferença entre a Geopolítica e a Geografia Política, nada melhor do que a comparação de *Richard Henning*, da Universidade de Dusseldorf, que diz o seguinte: "A Geografia Política é um instantâneo fotográfico do momento temporal em circunstância especial determinada, enquanto que a Geopolítica, é a fita cinematográfica do mesmo processo geral".

Lautensach (da Escola Hitlerista de Haushofer) em afirmação a esta comparação, diz muito bem, que a atitude do geopolítico deve ser dinâmica, enquanto que a do geógrafo político deve ser estática.

4 — Conteúdo da Geopolítica e suas "zonas de fricção".

É comum, ao nascer uma criança ficarmos conjecturando: com quem vai se parecer? O que será quando crescer?

Sabe-se entretanto que esta criança pode-se parecer com um apenas ou vários componentes da fa-

mília, e que será influenciada por esses mesmos parentes, muito embora tenha mais tarde a sua personalidade, sendo um ser independente. O mesmo está acontecendo com a Geopolítica, ciência que está se formando e que porisso guarda estreitas relações com suas parentas mais próximas.

Assim é que a Geografia sendo dinâmica e estudando o Estado acima de tudo, guarda uma estreita relação com a Geografia Histórica que lhe mostrará a evolução do mesmo através dos tempos. Daí o livro de *Gordon East* "Geographie Historique de l'Europe" (Paris, 1939), ser em parte contribuinte da Geopolítica.

Muitas vezes, a diplomacia não consegue resolver alguns casos de fronteiras e a guerra se faz inevitável. São então empregadas táticas, para se resolver aquele caso no terreno e, aí, a Geopolítica vai precisar da *Geografia Militar*. Justifica-se assim, o grande impulso que a Biblioteca Militar vem dando à Geopolítica, em obras não só especializadas no assunto como na própria *Geografia Militar*.

A *Geografia Econômica* também está intimamente ligada à Geopolítica, assim é que a classificação dos Estados de acordo com as circunstâncias econômicas de *Arthur Dix* vai interessar ao nosso assunto. Um território rico, pode e muitas vezes tem feito, o deslocamento de fronteiras. Explica-se assim o deslocamento de Tordesilhas pelos bandeirantes em busca do ouro, a anexação da Alta Silésia rica em carvão, pela Polónia, a marcha para oeste nos EE.UU., etc.

A *Geografia Administrativa*, além de manter íntimas relações com a Geografia Política também se alinha ao lado da Geopolítica. Assim podemos estabelecer uma correlação: "a administração interessa ao Estado, assim como o Estado é a própria Geopolítica. A propósito podemos citar o livro de *Jean Gottmann* "La Politique des Etats et leur Geographie", onde é citada a frase oportuna de *Mackinder* que traz o auxílio da Geografia Administrativa à sua teoria geopolítica do "heartland" — "Aquele que

detém (no sentido de posse que implica a administração) a Europa Oriental comando a "heartland", detém a ilha do mundo, aquele que detém a ilha do mundo comanda o mundo".

A Geopolítica é portanto uma ciência do Estado, para o Estado e pelo Estado, interessando-se por tudo que a ele diga respeito. Abrange, por conseguinte, um estudo profundo de tudo que se enquadre numa área cercada de fronteiras por todos os lados.

São portanto essas as zonas de fricção da Geopolítica e nada melhor para explicar isso do que a transcrição das palavras de Backheuser no seu artigo "Rio Branco — Geógrafo e Geopolítico", publicado na Revista da Sociedade de Geografia, tomo LII, ano 1945: "A autonomia da Geografia, como ciência, é precedida de uma série de conflitos de fronteiras com ramos de conhecimentos afins. No âmbito da Geografia Física, são múltiplas as "zonas de fricção" com a geologia, a botânica, a hidrografia e a meteorologia. Especialistas dessas disciplinas embarafustam por dentro da Geografia e os geógrafos são tentados a se especializar em algumas delas. Da mesma sorte em Geografia Humana que tem, como sabido, estreitas relações com a História, Sociologia, com a Política e com vários ramos da ciência econômica.

Durante esse período de gestação da Geografia Científica há em to-

dos nós verdadeira perplexidade em definir, ao certo, quando se está pisando no terreno da Geografia propriamente dita ou no de uma de suas confrontantes".

5 — *Necessidade de averiguar a sua relativa importância para o Brasil.*

Olhando-se um planisfério, avulta-se logo a importância da Geopolítica para o Brasil.

Sem exagerarmos, podemos dizer que ao lado da posição estratégica do Estado, coloca-se a importância da Geopolítica, com relação aos seus quilômetros de fronteira.

A importância estratégica do Brasil com relação ao Atlântico Sul é inegável e a História da Segunda Guerra Mundial nos afirma isso, com a instalação da base aérea americana em Natal, que tornou o nosso nordeste geopoliticamente pertence aos Estados Unidos. (Problemas do Brasil — Cel Adalardo Fialho). Ao lado disso, a extensão de nosso território vai nos proporcionar quilômetros e quilômetros de fronteiras.

Argumentos primordiais como estes, atestam a importância da Geopolítica para nós brasileiros.

Ao lado da importância estratégica e fronteiras do Brasil interessa-nos também a Geopolítica com respeito ao nosso povoamento e colonização e aos nossos problemas econômicos em evolução.

FOGOS DE ARTIFÍCIO

VENDAS POR ATACADO E A VAREJO

ARMAS E MUNIÇÕES — PÓLVORA PARA CAÇA E ARTIGOS DE PESCA

Casa Serafim da Silva Ltda.

BICICLETAS E ACESSÓRIOS PARA ELAS — INSTRUMENTOS MÚSICAIS
CUTELARIA E ARTIGOS DO NORTE

Rua N. S. das Graças, 260 e 264 — São João de Meriti — Tel. P. S. 1
Filial: Rua Rocha Carvalho, 629 — Belford Roxo

RODOVIA PAN-AMERICANA

Pelo Engenheiro **PHILÓVIO DE CERQUEIRA RODRIGUES**, Diretor da DEP do DNER

A Rodovia Pan-Americana será o vínculo indissolúvel dos países da comunidade americana, estabelecendo entre os mesmos essa política da boa vizinhança, garantia da paz e da compreensão mútua, tão preconizada e largamente posta em prática pelo grande e inolvidável *Franklin Delano Roosevelt*, o "Cidadão do Mundo", como foi mui justamente cognominado.

Ligando entre si todas as Capitais dos países da comunidade americana, é essa sua função primordial: cortará o continente de Norte a Sul e de Leste a Oeste, apresentando-se assim, essa rodovia das Américas, como um sistema principal, de caráter internacional, onde se articularão os sistemas rodoviários nacionais de cada país.

A importância do Sistema Rodoviário Pan-Americano se caracteriza principalmente pela sua repercussão política e econômica em cada país.

Atravessará, sem dúvida, regiões ainda não desbravadas e outras pouco desenvolvidas, ligando-as a centros de população, permitindo assim a penetração das correntes migratórias de colonização que irão fixar-se ao solo, formando núcleos de população, conquistando o hinterland e fomentando a riqueza, quer com a agricultura, quer com a industrialização e, ainda, pela exploração dos produtos naturais.

REGIÕES ISOLADAS

As condições peculiares da maioria dos países da América Latina desprovidos de rodovias, ou tão deficientes que não permitem a circulação da riqueza, contribuem para um verdadeiro isolamento de re-

giões, cujas populações vivem quase fora da civilização.

Alberto Lleras, quando Secretário da Organização dos Estados Americanos, perante a assembléia anual da International Road Federation, em Washington, DC, a 12 de maio de 1953, focalizou muito bem esse problema dos países da América Latina, assim se expressando:

"Milhões e milhões de habitantes dessa parte do hemisfério são circuitos fechados, produtores precários de tudo o que eles consomem, incapazes para romper esse anel, e sujeitos, naturalmente, à vida mais miserável, ao nível mais baixo, onde as necessidades têm que reduzir-se forçosamente à capacidade pessoal para deixá-los sem auxílio, cooperação ou comércio algum com outras populações.

É o caso, por exemplo, de vastíssimos grupos indígenas. É o homem vivendo na pre-história, tecendo a lã de suas ovelhas, colhendo o que obtém pela sua própria lavoura, pescando e caçando. Esse estado não pode subsistir senão pelo isolamento, e quando as estradas chegam desaparece."

Moacir Silva, doublé de técnico e de literato, quando em bem elaborado trabalho preconizava a subdivisão do Brasil em muito mais Estados e Territórios, de modo a civilizar o seu hinterland, apreciou também esse mesmo estado que apresenta o sertão brasileiro e chegou a afirmar: "O Brasil é um vasto arquipélago".

Nós mesmos podemos surpreender em nosso sertão esse estado de verdadeiro isolamento em que vivem

suas populações, quando realizamos os estudos da ligação rodoviária entre Governador Valadares, na rodovia Rio-Bahia, e Bocaluva, na Estrada de Ferro Central do Brasil, próximo a Montes Claros, no Estado de Minas Gerais; e isto foi não faz muito tempo, em julho de 1948.

Foi uma dura jornada a que então realizamos e que nós, os técnicos do DNER, estamos acostumados a enfrentar.

Atravessando as densas matas virgens do rio Doce, passando por Chomim, Assa Peixe, serra dos Lourenços, Bananal, Ramalheite, Peçanha, São José do Jacuri, Jambeiro, transpondo aí a serra do Espinhaço, onde encontramos a notável travessia do rio Itamarandiba do Campo, que varou essa serra, aí com a denominação de serra Negra, em um boqueirão, e por onde também passamos, constatamos que suas nascentes, contrariando a carta de Minas Gerais, estão do lado da vertente Sul dessa serra e não na do Norte, pois ele atravessa a tão conhecida serra de Eschwege.

Encontramos, já na vertente oposta da serra, na Fazenda Medeiros, uma siderúrgica quase centenária, um forno catalão onde o minério de ferro que aí existe em abundância, e fica à mão, é fundido e transformado em ferraduras, cravos e utensílios rústicos. Vem essa indústria de pais a filhos, netos e bisnetos, utilizando até macaco-pilão movido a água para malhar o ferro, insuflando-se o ar na forja, por um artifício curioso (queda de uma coluna d'água num recipiente de madeira, que recalca o ar), tudo muito primitivo.

Atingida Itamarandiba, um povoado que nos deu a impressão de estarmos na época seiscentista (os lampeões de rua são ainda a querosene), atravessamos o chapadão de Itamarandiba, cruzamos o rio Arasuaí e atingimos Carbonita, assim denominada pela existência, na região, de carvão que, segundo análises feitas, é grafítico.

De Carbonita, para varar em direção a Bocaluva, tínhamos a atravessar uma região desprovida de estradas, devendo cruzar o rio Jequitinhonha num ponto vadeável, o

vau do Rabicho, e daí a Olhos D'água, Distrito de Bocaluva, apenas trilhas de animais existiam por onde passavam as tropas de burros carregados com os produtos de região em que sobressaem a rapadura, o algodão, a cachaça, o milho e o feijão.

O último ponto alcançado, em boas condições, pelos nossos jipes, saindo de Carbonita, foi a Fazenda de Joaquim Fernandes da Silva, na chapada dos Calumbis. Daí em diante foi o sertão bruto, varando-se, a machado e foice, léguas e léguas de agreste, semelhante ao do nosso Nordeste. Essa era a região, verdadeiro arquipélago, onde encontramos uma população isolada, lutando com a natureza e extraindo do solo o seu alimento para viver. Sem escolas, sem médicos, sem auxílio de ninguém. Nunca tinham visto um automóvel. Depois de dura luta no agreste, já ao entardecer, avistamos embaixo a Fazenda de Campo Belo, situada à margem do rio Jequitinhonha, próximo ao vau do Rabicho, de Pedro Rodolfo, descendente de um médico francês, *Arier Revet*, que veio há muitos anos para o Brasil e aí se estabeleceu. O casarão da fazenda assobradado denotava o seu antigo apogeu, cercada, como o costume antigo, de currais.

Ao defrontarmos a porteira do curral, os nossos jipes causaram pânico nos agregados, pois nunca tinham visto semelhantes monstros; um deles fugiu espavorido para o mato, pulando a cerca e só voltou altas horas da noite.

Confirmava-se o que *Moacir Silva* dissera: encontrávamos aí um verdadeiro arquipélago, como outros que também vimos pelo nosso Brasil agora.

Felizmente essa região vai ser atravessada por uma rodovia Nacional, a BR. 69, que segue o traçado que estudamos, já incluída no novo Plano Rodoviário Nacional aprovado ultimamente pela Câmara dos Deputados e em trâmite no Senado.

As estradas sempre produziram em nossos tempos verdadeiras revoluções sociais.

Se olharmos para o país mais progressista do mundo, os Estados Unidos da América do Norte, aí vere-

mos um exemplo da influência do seu sistema de transporte na vida do seu povo.

Por que tem esse povo o seu melhor padrão de vida?

O norte-americano alimenta-se bem, tem boa casa, educa bem seus filhos, tem bom ordenado, distrai-se mais do que qualquer outro povo; e isso porque tem a seu dispor um sistema de vias de comunicação, de entre o qual sobressai o rodoviário, o mais extenso do mundo, com 4.100.000 quilômetros de extensão, sendo sua extensão pavimentada de 2.340.000 quilômetros, e por ele circulam 58.000.000 de automóveis, dos quais 10 milhões são caminhões.

Toda a produção do país está ao alcance de cada cidadão, e são cerca de 162 milhões.

Há uma troca continua dos produtos de cada região, rodando sobre pneus ou trilhos de aço até a porta dos seus consumidores, desde que o preço do transporte não faça superar o preço do produto local.

Tivemos ocasião de verificar esse fato ao percorrermos as magníficas rodovias através do território norte-americano; onde quer que estivéssemos, encontrávamos filas de veículos de carga de variados tipos, alguns gigantescos, verdadeiros vagões de estrada de ferro, com chapas de vários Estados, transportando tudo, desde a torta, o pão, o leite, aos tecidos, quinquilharias, máquinas, cereais, frutas, etc.

Os caminhões transportavam, em 1953, nos Estados-Unidos:

51 % de todos os vegetais e frutas; 82 % de leite, manteiga e queijo; 99,7 % dos ovos; 99,8 % das aves. 79 % dos mercados são abastecidos pelo caminhão; 75 % da carne de gado, também, e a porcentagem aumenta em cada ano.

Os caminhões entregaram em 1953 às estradas de ferro 25.960.000 toneladas de carga.

Não há nesse país regiões isoladas que se assemelhem aos arquipélagos a que já nos referimos. Não há pauperismo e isso porque essas regiões são cortadas por estradas e têm comunicações que destroem a miséria e trazem a riqueza.

POTENCIALIDADE ECONÔMICA DA RODOVIA PAN-AMERICANA

A Rodovia Pan-Americana, ou melhor o sistema rodoviário pan-americano trará esse benefício, incentivando a produção com a conquista de regiões ainda por desbravar e, daquelas isoladas, com o encaminhamento das correntes de colonização para se fixarem ao solo fértil das Américas. Facilitará a implantação das indústrias, permitirá o acesso fácil aos depósitos de minerais, cruzando ainda em vários países regiões petrolíferas.

Com a sua penetração trará o professor e o médico, isto é, a instrução e a saúde.

Edwin W. James, um dos maiores técnicos rodoviários norte-americanos, do "Bureau of Public Roads", bastante conhecido em nossos meios técnicos, pois aqui esteve em 1948, fazendo parte da Comissão Técnica Mista Brasil-Estados-Unidos que elaborou um planejamento econômico para o nosso país, apresentou ao 6º Congresso Pan-Americano de Estradas de Rodagem, que se reuniu em Caracas, na Venezuela, em julho de 1954, um trabalho intitulado "Potencialidade econômica da rodovia Pan-Americana", no qual ele aprecia sua influência na América Central e no Panamá, e chega a compará-la ao maravilhoso projeto norte-americano do vale do Tennessee. Assim diz ele:

"Ao completar-se a rodovia Pan-Americana através da América Central e Panamá ficarão estabelecidas as bases físicas para o desenvolvimento econômico dessa região em uma forma comparável ao conhecidíssimo projeto da "Tennessee Valley Authority" dos Estados-Unidos. Não se trata de uma comparação forçada. No caso do vale do Tennessee o rio constituiu o canal principal para o transporte longitudinal através dessa região. Não existe um rio semelhante nas regiões da América Central. Pode-se desejar para esta geração, e a vindoura, a possibilidade de que uma via férrea constitua a linha central de comunicação.

Mas ao completar-se a Rodovia Pan-Americana, em futuro próximo e de forma adequada para o transporte comercial, conseguir-se-á um meio de comunicação por sua vez necessário e suficiente para a continuidade de um desenvolvimento econômico equitativo e progressivo que beneficia a toda a região."

E, aconselha, esse é o momento de se iniciarem em cada um dos países interessados o planejamento e os estudos necessários para tal desenvolvimento, apresentando sugestões muito interessantes, que constituem uma base para esses estudos e ajudarão cada país a desenvolver suas possibilidades econômicas já existentes e contidas em vantajosos projetos para a economia nacional.

O TURISMO E A RODOVIA PAN-AMERICANA

Se, como vemos, a influência da Rodovia Pan-Americana se exerce preponderantemente na própria economia de cada país, sem dúvida será essa via uma verdadeira artéria do turismo e a nosso ver, entre as demais características, é essa uma das principais.

Por ela se encaminharão, para os países da comunidade americana, correntes de turismo que serão sem dúvida fonte de renda inesgotável.

Cada um desses países tem atrações turísticas impressionantes, que trarão sem dúvida, permanentemente, as correntes de turistas seduzidos de apreciar as belezas naturais, as ruínas de civilizações antigas, os costumes de cada povo, suas cidades típicas, suas realizações, seu progresso.

Um exemplo marcante do turismo, em nosso Continente, é o do México.

Cerca de 300 milhões de dólares são arrecadados anualmente por esse país com o turismo, ocupando já em seu orçamento o 3º lugar, só abaixo do petróleo e algodão, como fonte produtora de divisas estrangeiras. Breve passará ao 2º lugar.

Cerca de 240.000 automóveis norte-americanos penetram mensalmente nesse país; daí a explicação

dessa extraordinária renda de divisas.

No Brasil já estamos tendo uma demonstração da influência da rodovia Pan-Americana sobre a penetração das correntes turísticas em seu território após a conclusão da rodovia Bagé-Aceguá, trecho da BR.76 que liga o Brasil ao Uruguai.

Pôrto Alegre recebeu durante o ano passado 20.000 automóveis uruguaios que atingiram essa cidade pelas estradas aí existentes.

Quando estivemos o ano passado em Bagé, pudemos apreciar essa corrente de turistas vindos do Uruguai em ônibus e em automóveis, desejosos de tudo ver e apreciar no Brasil, deixando em nosso país, a mancheias, seus valorizados pesos. Imagina! o que não seria se tivéssemos já concluídas nossas rodovias de interesse pan-americano para esses dois países do sul do continente: o Uruguai e a Argentina, único acesso atual para a rodovia Pan-Americana. Estariam ao dispor das correntes turísticas desses países, e de outros, as nossas maravilhosas águas medicinais, situadas no denominado Circuito das águas: Caxambu, São Lourenço, Lambari, Cambuquira, Campos do Jordão, Poços de Caldas; nossas magníficas cidades, nossas praias inigualáveis; nosso parque industrial; nossas belezas naturais; e, então, viríamos a receber divisas que hoje tanta falta nos fazem.

FATOR SEGURANÇA

A Rodovia Pan-Americana, já afirmamos, deverá ser um liame indissolúvel dos países da comunidade americana. Será ela sem dúvida a garantia da segurança das Américas.

A última guerra assim o demonstrou pela necessidade de defesa do Canal do Panamá e dos países das Américas que entraram nessa luta, com o eventual bloqueio das rotas marítimas.

Nosso próprio país sentiu os efeitos desse bloqueio das rotas marítimas, pois ainda não tínhamos uma ligação rodoviária para o Norte, somente conseguida em fins de 1949 com a conclusão da rodovia Rio-Bahia (BR.4).

Uma vez construída a Rodovia das Américas, os países da comunidade americana terão nela a garantia da sua segurança, pois por ela serão deslocados os auxílios tão necessários a esse fim.

COMO SURTIU A RODOVIA PAN-AMERICANA

A Rodovia Pan-Americana teve sua origem no projeto, que ficou relegado ao rol das coisas esquecidas, apresentado em 1880 ao Congresso dos Estados Unidos por *David Davis*, para unir os países do Novo Mundo por uma ferrovia-tronco.

O Congresso norte-americano aprovou um projeto, em 3 de março de 1884, pelo qual se autorizava o envio de uma Comissão especial que deveria consultar os demais países americanos sobre a possibilidade de se estabelecer "a comunicação ferroviária entre si e com os Estados Unidos da América do Norte", assim nos relata *Carlos P. Anesi*. Essa Comissão, após seu regresso, apresentou um relatório recomendando ao Congresso, entre outras coisas, a convocação de uma conferência de Estados Americanos, para estudar o projeto da mencionada ferrovia.

Só em dezembro de 1889, quando se reuniu em Washington a I Conferência Internacional Americana, a convite do Governo dos Estados Unidos, o projeto da ferrovia foi considerado, tendo sido criada uma Comissão Ferroviária Continental, que se transformou mais tarde no Comitê da Estrada de Ferro Pan-Americana, informa-nos *Alberto Lleras*.

Em reuniões interamericanas sucessivas no decorrer dos anos foi essa ferrovia-tronco objeto de considerações, sem que se chegasse de início a sua construção.

Com o advento do automóvel as rodovias tiveram seu grande surto nos Estados Unidos, que não foi acompanhado pelos demais países, entre outros fatores, por falta de estradas de rodagem.

Na V Conferência Internacional Americana, realizada em Santiago do Chile, em 1923, pela primeira vez as repúblicas americanas reconheceram oficialmente a construção de

estradas de rodagem e o transporte automotor como fatores de importância na solução de seus problemas comuns.

A Conferência, em uma série de resoluções sobre "Cooperação no Melhoramento das Comunicações", insistiu na idéia de se construir a Estrada de Ferro Pan-Americana, mas recomendou ao mesmo tempo: "Que se celebre na data e local que determine a direção da União Pan-Americana, uma conferência de Estradas de Rodagem, a qual estudará os meios mais adequados para pôr em prática um programa mais eficaz para a construção de estradas de rodagem nos diversos países das Américas e entre uns e outros desses mesmos países".

Assim surgiu a Rodovia Pan-Americana, ou melhor o Sistema Rodoviário Pan-Americano, que empolgou desde logo aos estadistas.

Coube ao Governo da Argentina dar guarda a essa Conferência, convidando aos países membros da União Pan-Americana para que a celebrassem em Buenos Aires.

A União Pan-Americana e a Junta de Educação Rodoviária assumiram então a responsabilidade de organizar os preparativos prévios para essa reunião, convidando eminentes engenheiros rodoviários para visitarem os Estados Unidos da América do Norte.

Constituiu-se, assim, em 1924, a primeira Comissão da Rodovia Pan-Americana, com 27 engenheiros e homens de negócios de 19 países das Américas que aceitaram o convite.

Fazia parte dessa Comissão o saudoso engenheiro paulista *Joaquim Thimoteo de Oliveira Penteado*, que iniciou com *Washington Luiz* a construção do sistema rodoviário paulista e que, ainda mais tarde, com esse eminente brasileiro então Presidente da República, deu início à execução do Sistema Rodoviário Nacional, construindo as rodovias Rio-Petrópolis e Rio-São Paulo, com a Comissão de Estradas de Rodagem Federais sob sua chefia, tendo como seus auxiliares diretos o nosso distinto colega *Anacleto Crosato* e o autor deste trabalho.

O percurso através dos Estados Unidos se fez em 4 semanas, estudando a Comissão o sistema rodoviário norte-americano e, ao regressar a Washington, convidada pela União Pan-Americana, organizou o programa oficial para a conferência de Buenos Aires, que se reuniu nessa cidade em outubro de 1925. Nela, uma das resoluções declarou permanente o Congresso Pan-Americano de Estradas de Rodagem, recomendando a criação, em cada país, membro da União Pan-Americana, de uma Secção Nacional de Estradas de Rodagem, que teria, entre outras incumbências, a referente à Rodovia Pan-Americana: "Apresentar de própria iniciativa todos os projetos ou proposições que concorram para o desenvolvimento e fomento das rodovias americanas".

A IV Conferência Internacional Americana, reunida em Havana em 1928, tomou a primeira ação positiva e oficial pela Rodovia Pan-Americana, quando recomendou aos países da Comunidade Americana: "Ourgar sua plena aprovação à iniciativa de construir uma estrada de rodagem inter-americana; e recomendar a todos os Governos, membros da União Pan-Americana, que cooperem de todos os modos para a pronta realização do dito projeto".

A Conferência autorizou ainda ao Congresso Pan-Americano de Estradas de Rodagem para que considere e adote: "Os acordos conducentes à execução de uma estrada de rodagem longitudinal através do Continente, abordando e decidindo todas as questões relativas a estudos, percursos, ramais de ligação, cooperação técnica e econômica dos distintos países, e as demais que compreendem a solução daquele problema".

A União Pan-Americana foi encarregada da tarefa de "acumular os elementos informativos e preparar os projetos que conduzam ao mais eficaz cumprimento da presente resolução".

A 4 de março de 1929 o Congresso Norte-Americano votou uma dotação de 50.000 dólares para custear os estudos do traçado da Rodovia Pan-Americana na América Central.

O II Congresso Pan-Americano de Estradas de Rodagem, que se reuniu no Rio de Janeiro em agosto de 1929, tomou uma recomendação de grande repercussão para a execução da Rodovia Pan-Americana, estabelecendo um plano geral para proceder ao projeto dessa grande via longitudinal e fazendo um apêlo a cada um dos países da comunidade americana para que realizem: "Um estudo completo do seu sistema rodoviário, a fim de satisfazer as necessidades de intercomunicação entre suas subdivisões políticas e efetuar as ligações mais convenientes com os sistemas rodoviários dos países vizinhos".

Recomendou ainda esse Congresso aos diversos Governos que "ao projetar ou ampliar seus sistemas de estradas de rodagem melhoradas deverão adotar o traçado mais conveniente às comunicações internacionais; que nas obras de construção deverão dar preferência, até onde for possível, às estradas de rodagem de ligação; e que, em relação com tais obras, "deverão ser identificadas como estradas de rodagem internacionais as que estabelecerem comunicação entre as Capitais dos países americanos, incorporando-as assim ao Sistema Pan-Americano de Estradas de Rodagem".

Ficou assim consagrado o conceito de uma rede rodoviária continental, em vez de uma só estrada de rodagem principal.

Medida de alto alcance para a execução da "Rodovia Inter-Americana", denominação dada ao trecho situado através do México, América Central e Panamá, foi a promovida pelo Governo do Panamá, com a reunião neste país, em outubro de 1929, a seu convite, da I Conferência sobre a "Rodovia Inter-Americana" que, entre outras resoluções, recomendou a execução de estudos de ordem técnica e financeira relativos à construção dessa rodovia nesse setor. Estabeleceu-se um prazo de cinco anos para que cada país construísse seu trecho, de fronteira a fronteira.

De 1930 a 1933 efetuou-se o reconhecimento do traçado da Rodovia Inter-Americana no Panamá, Costa Rica, Nicarágua, Honduras e Gua-

temala, que foi realizado pelos engenheiros de cada um desses países, com a cooperação de técnicos do "Bureau of Public Roads" dos Estados Unidos da América do Norte e custeado por esse Governo, com os 50 mil dólares votados pelo seu Congresso.

PASSO DECISIVO PARA O ESTABELECIMENTO DO SISTEMA RODOVIÁRIO PAN-AMERICANO

Sem dúvida o passo decisivo para o estabelecimento dessa ligação rodoviária continental foi o promovido pela I Conferência Inter-americana de Consolidação da Paz, realizada em Buenos Aires, em 1936, com o compromisso firmado pelas Repúblicas Americanas, em uma Convenção sobre a Rodovia Pan-Americana, que foi o primeiro ato formal, realizado coletivamente, para execução dessa importante via de comunicação, uma vez que até então havia simples pronunciamento de países que procuravam atender às recomendações das Conferências Internacionais Americanas e dos Congressos Rodoviários Pan-Americanos.

De acordo com o art. 3º, dessa Convenção constituiu-se uma Comissão Financeira, integrada pelos representantes do México, Nicarágua e Estados Unidos, a qual deveria estudar "Os problemas relacionados com a conclusão imediata da Rodovia Pan-Americana" e teria a incumbência de apresentar à consideração dos Governos um relatório pormenorizado, com um plano, a fim de solucionar esses problemas. Essa Comissão apresentou três relatórios, que foram enviados pelo Diretor Geral da União Pan-Americana aos diversos Governos.

O primeiro apresentava uma estimativa do custo de execução do trecho da rodovia até o Canal de Panamá, na importância de 78 milhões de dólares.

O segundo apresentava fórmulas para financiar a construção dessa rodovia e o terceiro recomendava a fundação de uma instituição financeira que deveria prestar auxílio aos Governos para a conclusão dos seus respectivos trechos.

A Convenção cogitava ainda, no seu art. 2º, de uma Comissão de trabalhos dos diferentes Governos, assim como de "Realizar os estudos e elaborar os projetos nos países que os não haviam ainda feito e que necessitavam da colaboração da Comissão, tarefa essa cometida à Confederação Rodoviária Pan-Americana, que tinha sua sede na União Pan-Americana em Washington".

O III Congresso Pan-Americano de Estradas de Rodagem, que se realizou em Santiago do Chile em 1939, procurou consolidar as medidas sugeridas nos outros conclave para estabelecimento dessa rodovia continental, ratificando a resolução que dava caráter de instituição permanente aos Congressos Pan-Americanos de Estradas de Rodagem, com um Comité Central em Buenos Aires e seções nacionais em cada país, ao mesmo tempo que reconhecia a Confederação Rodoviária Pan-Americana "como organismo valioso para auxiliar a pôr em prática as conclusões e recomendações dos Congressos Pan-Americanos de Estradas de Rodagem e para estimular, em geral, o princípio do desenvolvimento rodoviário".

Segundo nos relata a Secretaria Permanente dos Congressos Pan-Americanos de Estradas de Rodagem, em seu magnífico trabalho apresentado ao 6º Congresso realizado em Caracas, em julho de 1954, e intitulado "O Sistema Pan-Americano de Estradas de Rodagem", "O progresso observado na construção da Rodovia Pan-Americana no período de 1930 a 1940 foi extraordinário e até poderia ser qualificado de fenomenal, levando-se em conta os fatores geográficos e topográficos, bem como o alto custo de construção". É digno de salientar-se a conclusão em 1936 do trecho no México, de Nuevo Laredo à cidade do México. Em fins de 1940 haviam sido construídos 62 % do traçado dessa rodovia no México, América Central e Panamá, com trechos pavimentados ou transitáveis todo o ano.

Havia 16 % transitáveis em tempo de seca e os 22 % restantes foram constituídos de caminhos intransitáveis para automóvel. Na América

do Sul (é ainda o que diz o trabalho), o trecho dessa rodovia através da Colômbia, Equador, Chile e Argentina tinha 8.000 km pavimentados ou transitáveis todo o ano, em uma extensão total que incluíam apenas 330 km de caminhos inadequados ao tráfego automotor.

Nesse período o Brasil já havia construído a sua rota para o Sul, do Rio a São Paulo e Curitiba, que se avizinhava de 1.000 quilômetros; e já se delineava assim o primeiro lance para nos articularmos com o Sistema Rodoviário Pan-Americano no Uruguai e Argentina.

O IV Congresso Rodoviário Pan-Americano de Estradas de Rodagem, que se realizou na cidade do México em 1941, continuou a obra dos seus congêneres no que se refere à Rodovia Pan-Americana. Acontecimento de particular importância foi o do estabelecimento da Convenção sobre a Regulamentação do Tráfego Automotor Inter-americano, de 15 de dezembro de 1943, decorrente sem dúvida do incremento notável registrado no turismo automobilístico em nosso continente, que já vinha sendo observado e exigia uma regulamentação do trânsito através das fronteiras.

Outra medida de significação especial foi a inclusão, na rede geral do sistema rodoviário Pan-Americano, de uma ligação comunicando os países continentais com as ilhas do Mar Caribe, com o emprêgo do "ferry-boat" entre Cay Hueso e La Habana, Cuba e Haiti, e entre Cuba e a península de Yucatán, México.

IMPORTANCIA DA RODOVIA PAN-AMERICANA NA DEFESA DO CONTINENTE

Já havíamos salientado anteriormente a importância da Rodovia Pan-Americana para a defesa continental. Ela foi amplamente comprovada quando incluída nos planos da defesa do Continente a importância estratégica dessa rodovia, pela necessidade de se defender o canal do Panamá, na II Grande Guerra.

O Congresso norte-americano, tendo em vista a conclusão, mais do que urgente, dos trechos a construir na América Central e Panamá, de

modo a poder ser atingido o canal do Panamá ainda nesse período de guerra, votou, a 4 de dezembro de 1951, um crédito de 20 milhões de dólares para essa realização, o que foi levado a efeito, em cooperação com os governos interessados sob a direção do "Bureau of Public Roads" dos Estados Unidos da América do Norte.

Em 1943 um novo crédito de 12 milhões de dólares foi votado para o trecho dessa rodovia na Costa Rica, de construção bastante difícil.

Durante os anos de 1942 e 1943 os engenheiros do exército norte-americano trabalharam com esforço extraordinário para abrir ao tráfego a Rodovia Pan-Americana dos Estados Unidos ao Canal do Panamá, sendo os serviços custeados com fundos do Departamento da Guerra, no total de 35.773.000 de dólares.

Após a guerra continuou sem interrupção a execução do plano conjunto do "Bureau of Public Roads" e os governos centro-americanos, com dotações votadas respectivamente pelo Congresso norte-americano, em 1950 e 1952, de 8 e 16 milhões de dólares, para exercícios subsequentes.

O V Congresso Pan-Americano de Estradas de Rodagem, que se realizou em Lima, no Peru, em outubro de 1951, deu um realce todo especial à Rodovia Pan-Americana, pois grande parte de suas resoluções se referem a essa importante via continental.

Sem dúvida o caráter de urgência dado a todas as medidas recomendadas — entre as quais se salientam as do financiamento para execução dos trechos ainda não concluídos dessa rodovia e situados na América Central, Panamá e Colômbia, de modo a estabelecer comunicação imediata entre os países do norte e do sul, através dessa grande longitudinal — definiu bem o pensamento unânime dos países do continente de ver realizado quanto antes esse grande empreendimento.

Foi solicitado então à Organização dos Estados Americanos, que "por intermédio do Conselho Inter-americano Econômico e Social, com a maior urgência possível, promovesse

a criação de um Comité de Especialistas, integrados pelos representantes dos Estados Unidos da América do Norte, México, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicaragua, Costa Rica, Panamá e Colômbia, para que determine a forma mais eficiente e expedita que, sob o ponto de vista financeiro, se torne necessária para abertura ao trânsito dos trechos que faltam para completar a rodovia longitudinal pan-americana de comunicação entre as Américas do Norte, Central e Sul".

Apreciando ainda esse Congresso a situação existente, imprópria, com referência à organização futura e regime dos Congressos, resolveu-se convocar um Congresso Extraordinário Pan-Americano de Estradas de Rodagem para 1952, com o fim, entre outros objetivos, de considerar um projeto de estatuto que deveria elaborar o Comité Central, agora ampliado com representantes do Brasil, Chile e Estados Unidos, além dos do México e Peru, que já o integravam.

Foram criadas ainda duas Comissões adicionais com o objetivo de estudar os meios recomendáveis para o financiamento total da Rodovia Pan-Americana e os recursos econômicos que se devem destinar ao desenvolvimento interno dos programas rodoviários de cada país, dos Departamentos rodoviários e as normas de um planejamento rodoviário.

CRIAÇÃO DO COMITÉ PROVISÓRIO DOS CONGRESSOS PAN-AMERICANOS DE ESTRADAS DE RODAGEM

O Congresso Extraordinário Pan-Americano de Estradas de Rodagem, realizado na cidade do México de 26 de outubro a 10 de novembro de 1952, em sua resolução IV, para a qual serviram de base os relatórios das Comissões a que nos referimos e do Comité de especialistas, criou o Comité Provisório dos Congressos Pan-Americanos de Estradas de Rodagem com amplos poderes de direção, até à reunião do VI Congresso Pan-Americano de Estradas de Rodagem a realizar-se na cidade de Caracas, na Venezuela.

CRIAÇÃO DE TRÊS COMISSÕES DE TÉCNICOS ESPECIALISTAS

Por essa mesma resolução foram abolidos os organismos existentes, tais como a Instituição Permanente dos Congressos Pan-Americanos de Estradas de Rodagem e a Confederação Rodoviária Pan-Americana de Estradas de Rodagem, criando-se três Comissões Técnicas de Especialistas, com as seguintes atribuições:

1ª) Continuar os estudos já realizados sobre organização, financiamento e autorização legislativa de Departamentos de Estradas de Rodagem nos diversos países americanos, fazendo recomendações sobre as melhores formas de proceder para organizá-los e melhorá-los, quando for o caso; integrada pelos representantes dos governos da Argentina, Chile, El Salvador, Estados Unidos, Cuba, Venezuela, República Dominicana e Peru, presidida pelo representante do Governo deste último país;

2ª) Realizar os estudos relativos ao estabelecimento de princípios que rejam a seleção de Sistemas internos e internacionais de rodovias, bem como para recomendar e sugerir o traçado geral do Sistema Pan-Americano de Estradas de Rodagem, dedicando especial interesse em suas ligações nas fronteiras internacionais. Integrada pelos representantes de Bolívia, Brasil, Colômbia, Honduras, Panamá, Paraguai, Uruguai e Peru, presidida pelo representante do governo do Brasil;

3ª) Estudar e desenvolver recomendações mediante as quais os países interessados possam financiar, por todos os meios possíveis, os gastos que ocasione a construção, em forma satisfatória e rápida, como rodovias abertas ao público dos trechos da Rodovia Pan-Americana compreendidos dentro de seus respectivos territórios. Integrada pelos representantes da Bolívia, Costa Rica, Equador, Estados Unidos, Haiti, Guatemala, Nicaragua, Peru e México, presidida pelo representante do Governo deste último país.

Os trabalhos apresentados por essas Comissões, sugerindo recomendações de grande valor, foram de fato decisivos para o estabe-

lecimento da Rodovia Pan-Americana, no continente, notadamente da 2ª Comissão, que teve a seu cargo, a nosso ver, a parte mais importante, pois estabeleceu princípios para a seleção de sistemas internos e internacionais de rodovias, e bem assim para fixação do traçado geral do sistema pan-americano de estradas de rodagem.

RECOMENDAÇÕES DO VI CONGRESSO PAN-AMERICANO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Tivemos a honra de presidir os trabalhos dessa II Comissão de Técnicos Especialistas que se reuniu no Rio de Janeiro de 9 a 16 de novembro de 1953, como representantes do Brasil, por designação do nosso governo.

As recomendações apresentadas por essa Comissão foram sugeridas como contribuição do Brasil e tivemos a grande satisfação de vê-las aprovadas, por unanimidade, pelo VI Congresso Pan-Americano de Estradas de Rodagem, que se reuniu na cidade de Caracas, na Venezuela, de 11 a 23 de julho de 1954, ao qual comparecemos como Delegado do Brasil. Constituíram elas as recomendações VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII e XIII que são as seguintes respectivamente:

VI — Estabelecimento de princípios para a seleção de sistemas internos e internacionais de rodagem.

e) Econômico;

Impõe-se para esse sistema preferencial, a maior repercussão econômica, favorecendo, não só o fomento da produção, como a circulação da riqueza.

d) Da Segurança das Américas;

O sistema preferencial deverá possibilitar o menor tempo de percurso entre as Capitais dos países limítrofes, permitindo ainda, com rapidez e segurança, um tráfego permanente, a fim de garantir o intercâmbio de auxílios e favorecer assistência militar entre os países da comunidade americana, tendo em vista o bem estar e a defesa comum do continente.

Sistema preferencial é aquele que por suas características especiais reúne o maior número de vantagens no sentido de melhor satisfazer as condições necessárias ao estabelecimento do Sistema Rodoviário Pan-Americano. Essa definição consta da resolução XII.

VII — Traçado geral do sistema pan-americano de estradas de rodagem

Recomendar:

1. Que os países da comunidade americana indiquem os respectivos sistemas preferenciais de interesse internacional, que deverão obedecer aos critérios:

a) Tempo;

b) Custo;

c) Segurança;

d) Repercussão econômica.

e) Defesa.

f) Outros.

g) Outros.

h) Outros.

i) Outros.

j) Outros.

k) Outros.

l) Outros.

m) Outros.

n) Outros.

o) Outros.

p) Outros.

q) Outros.

r) Outros.

s) Outros.

t) Outros.

u) Outros.

v) Outros.

w) Outros.

x) Outros.

y) Outros.

z) Outros.

aa) Outros.

ab) Outros.

ac) Outros.

ad) Outros.

ae) Outros.

af) Outros.

ag) Outros.

ah) Outros.

ai) Outros.

aj) Outros.

ak) Outros.

al) Outros.

am) Outros.

an) Outros.

ao) Outros.

ap) Outros.

aq) Outros.

ar) Outros.

as) Outros.

at) Outros.

au) Outros.

av) Outros.

aw) Outros.

ax) Outros.

ay) Outros.

az) Outros.

ba) Outros.

bb) Outros.

bc) Outros.

bd) Outros.

be) Outros.

bf) Outros.

bg) Outros.

bh) Outros.

bi) Outros.

bj) Outros.

bk) Outros.

bl) Outros.

bm) Outros.

bn) Outros.

bo) Outros.

bp) Outros.

bq) Outros.

br) Outros.

bs) Outros.

bt) Outros.

bu) Outros.

bv) Outros.

bw) Outros.

bx) Outros.

by) Outros.

bz) Outros.

ca) Outros.

cb) Outros.

cc) Outros.

cd) Outros.

ce) Outros.

cf) Outros.

cg) Outros.

ch) Outros.

ci) Outros.

cj) Outros.

ck) Outros.

cl) Outros.

cm) Outros.

cn) Outros.

co) Outros.

cp) Outros.

cq) Outros.

cr) Outros.

cs) Outros.

ct) Outros.

cu) Outros.

cv) Outros.

cw) Outros.

cx) Outros.

cy) Outros.

cz) Outros.

da) Outros.

db) Outros.

dc) Outros.

dd) Outros.

de) Outros.

df) Outros.

dg) Outros.

dh) Outros.

di) Outros.

dj) Outros.

dk) Outros.

dl) Outros.

dm) Outros.

dn) Outros.

do) Outros.

dp) Outros.

dq) Outros.

dr) Outros.

ds) Outros.

dt) Outros.

du) Outros.

dv) Outros.

dw) Outros.

dx) Outros.

dy) Outros.

dz) Outros.

ea) Outros.

eb) Outros.

ec) Outros.

ed) Outros.

ee) Outros.

ef) Outros.

eg) Outros.

eh) Outros.

ei) Outros.

ej) Outros.

ek) Outros.

el) Outros.

em) Outros.

en) Outros.

eo) Outros.

ep) Outros.

eq) Outros.

er) Outros.

es) Outros.

et) Outros.

eu) Outros.

ev) Outros.

ew) Outros.

ex) Outros.

ey) Outros.

ez) Outros.

fa) Outros.

fb) Outros.

fc) Outros.

fd) Outros.

fe) Outros.

ff) Outros.

fg) Outros.

fh) Outros.

fi) Outros.

fj) Outros.

fk) Outros.

fl) Outros.

fm) Outros.

fn) Outros.

fo) Outros.

fp) Outros.

fq) Outros.

fr) Outros.

fs) Outros.

ft) Outros.

fu) Outros.

fv) Outros.

fw) Outros.

fx) Outros.

fy) Outros.

fz) Outros.

ga) Outros.

gb) Outros.

gc) Outros.

gd) Outros.

ge) Outros.

gf) Outros.

gg) Outros.

gh) Outros.

gi) Outros.

gj) Outros.

gk) Outros.

gl) Outros.

gm) Outros.

gn) Outros.

go) Outros.

gp) Outros.

gq) Outros.

gr) Outros.

gs) Outros.

gt) Outros.

gu) Outros.

gv) Outros.

gw) Outros.

gx) Outros.

gy) Outros.

gz) Outros.

ha) Outros.

hb) Outros.

hc) Outros.

hd) Outros.

he) Outros.

hf) Outros.

hg) Outros.

hh) Outros.

hi) Outros.

hj) Outros.

hk) Outros.

hl) Outros.

hm) Outros.

hn) Outros.

ho) Outros.

hp) Outros.

hq) Outros.

hr) Outros.

hs) Outros.

ht) Outros.

hu) Outros.

hv) Outros.

hw) Outros.

hx) Outros.

hy) Outros.

hz) Outros.

ia) Outros.

ib) Outros.

ic) Outros.

id) Outros.

ie) Outros.

if) Outros.

ig) Outros.

ih) Outros.

ii) Outros.

ij) Outros.

ik) Outros.

il) Outros.

im) Outros.

in) Outros.

io) Outros.

ip) Outros.

iq) Outros.

ir) Outros.

is) Outros.

it) Outros.

iu) Outros.

iv) Outros.

iw) Outros.

ix) Outros.

iy) Outros.

iz) Outros.

ja) Outros.

jb) Outros.

jc) Outros.

jd) Outros.

je) Outros.

jf) Outros.

gj) Outros.

gh) Outros.

gi) Outros.

gj) Outros.

prioridade, através de seus territórios, de modo a permitir a ligação entre países que não sejam limitrofes.

3. Que os países limitrofes da comunidade americana indiquem os pontos de conexão dos seus sistemas preferenciais e de interesse Pan-Americano;

4. Que os países da comunidade americana indiquem as ligações rodoviárias que constituem, em cada um deles, parte integrante do sistema Pan-Americano;

5. Que os países limitrofes da comunidade americana indiquem a ordem de prioridade das ligações que estabeleçam comunicação imediata entre as Capitais dos países limitrofes, ou com os pontos mais convenientes dos sistemas de interesse Pan-Americano desses países;

6. Que o sistema rodoviário Pan-Americano seja organizado de acordo com as indicações fornecidas pelos países da comunidade americana, acerca dos respectivos sistemas rodoviários de interesse Pan-Americano, tendo em vista a prioridade, reconhecida ao problema da comunicação imediata, cabendo, para tanto, especificarem-se as extensões por trechos existentes, em construção, em projeto, ou em estudos.

VIII — *Ligações rodoviárias alternativas de interesse Pan-Americano*

Recomendar que sejam consideradas parte do Sistema Rodoviário Pan-Americano as rodovias que constituírem ligação alternativa do sistema preferencial e de interesse Pan-Americano.

Ligação rodoviária alternativa é aquela que permite uma nova rota, unida por seus extremos à preferencial e que, por suas características especiais, pode ser também utilizada como via de interesse Pan-Americano. Essa definição consta da resolução XII.

IX — *Comunicação rodoviária Pan-Americana em Honduras, por Tegucigalpa*

Recomendar que seja considerada como parte integrante do sistema

Pan-Americano de estradas de rodagem a ligação São Miguel-Jocoaitique-La Paz-Tegucigalpa-Jicaró Galán, com uma extensão aproximada de 280 quilômetros, a saber:

San Miguel-Jocoaitique	58 km
Jocoaitique-La Paz	50 km
La Paz-Tegucigalpa	80 km
Tegucigalpa-Jicaró Galán	95 km

X — *Indicação uniforme dos sinais convencionais para a representação do Sistema Pan-Americano de estradas de rodagem*

Resolve:

1. Sugerir que os países da comunidade americana adotem sinais convencionais uniformes para a representação do Sistema Pan-Americano de Estradas de Rodagem, em roteiros, mapas rodoviários, cartas geográficas e nos sinais indicativos de percursos nas rodovias.

2. Solicitar da Organização das Nações Unidas que continui seus esforços para estabelecer uniformidade nos sinais de rodovias, e instar junto aos países do hemisfério ocidental que se manifestem a esse respeito o mais breve possível.

XI — *Identificação da rodovia Pan-Americana*

Sugerir que os países da comunidade americana adotem um sinal para a identificação das rodovias do sistema Pan-Americano, conjuntamente com os que identificam, em cada país, suas rodovias nacionais de acordo com o esquema anexo ao Relatório da Comissão Técnica de Planejamento Rodoviário que se reuniu no Rio de Janeiro em novembro de 1953.

XII — *Definições de sistema preferencial e ligação rodoviária alternativa*

Resolve:

Estabelecer as seguintes definições de "Sistema preferencial" e "ligação rodoviária alternativa" para facilitar sua interpretação:

SISTEMA PREFERENCIAL

É aquele que, por suas características especiais, reúne o maior número de vantagens no sentido de

melhor satisfazer as condições necessárias ao estabelecimento do sistema rodoviário Pan-Americano.

LIGAÇÃO RODOVIÁRIA ALTERNATIVA

É aquela que permite uma nova rota, unida por seus extremos à pre-

ferencial, e que, por suas características especiais, pode ser também utilizada como via de interesse Pan-Americano. Como podemos ver, essas recomendações tem uma grande importância para o estabelecimento do sistema rodoviário Pan-Americano e sua utilização.

TRAÇADO DA RODOVIA PAN-AMERICANA

A Rodovia Pan-Americana, como já tivemos ocasião de referir, ligará entre si todas as capitais dos países da comunidade americana.

Pela necessidade de ligar diferentes países que se situam fora de um eixo principal, como a Venezuela, o Brasil, a Bolívia, o Paraguai e a Argentina, surge a denominação de Sistema Rodoviário Pan-Americano, conceito esse já consagrado, como vimos, pelos últimos Congressos Pan-Americanos de Estradas de Rodagem.

Descendo do Norte da América, partindo de Washington, esse sistema se caracteriza por uma rodovia-tronco principal que atravessa os Estados Unidos da América do Norte e atinge a fronteira do México em Laredo. Há aqui uma particularidade interessante, é que de Washington se pode alcançar Laredo, por várias rotas, todas pavimentadas. Pessoalmente optamos pelo percurso: Washington - Lexington - Bristol - Chatanooga - Birmingham - New Orleans - Houston - San Antonio - Laredo, pois atravessa uma região norte-americana de grande atração turística e nos parece de menor percurso, pois a percorremos até Houston, no Texas. Apresenta essa rota uma extensão de 2.983 km.

De Laredo essa rodovia-tronco entra no México, em Nuevo Laredo, atravessa o país de Norte a Sul, passando pela cidade do México e atinge a fronteira da Guatemala, em Cuanhitemoc (El Ocotal). Este trecho está todo ele em tráfego e pavimentado, com a extensão de 2.582 km.

Penetrando na Guatemala, apresenta a "Rodovia Inter-americana" — aí assim denominada — a primeira interrupção na extensão de

40 km, até Colotenango, trecho esse em construção. De Colotenango essa rodovia atravessa a Guatemala de Norte a Sul e atinge a fronteira de El Salvador, entre Assunción Nita (Guatemala) e Candelária (Salvador), com um percurso neste país de 511 km, dos quais 59 pavimentados, 412 km transitáveis todo o tempo e 40 interrompidos.

Penetrando em El Salvador, atravessa esse país, de Norte a Sul, passando pela cidade de El Salvador, atingindo a fronteira de Honduras em Goascorán, com um percurso de 314 km, todo em tráfego, sendo 280 km pavimentados e 34 km transitáveis todo o ano.

Em Honduras, a Rodovia Pan-Americana ou "Inter-americana", como aí também é denominada, cruza este país de Norte a Sul e liga-se a Tegucigalpa, sua capital, com um ramal de 117 km, atingindo Jocoaitique próximo à fronteira da Nicarágua, apresentando um percurso todo em tráfego de 268 km transitáveis todo o ano.

Atinge a seguir a Nicarágua, em El Espino, e cruza esse país de Norte a Sul, passando por sua capital, Managua, e alcança a fronteira de Costa Rica, em Peña Branca, com um percurso todo em tráfego de 383 km, dos quais 211 km pavimentados e 172 km transitáveis todo o ano.

De Peña Branca, a Rodovia Pan-Americana penetra em Costa Rica, atravessando o país de Norte a Sul, passando por San José, sua capital, e alcançando San Isidro del General, onde surge o segundo trecho com interrupção, que vai daí até à fronteira de Panamá em La Unión, com uma extensão de 236 km. A extensão total do percurso em Costa Rica é de 634 km, dos quais 97 km



pavimentados, 331 km transitáveis todo o ano e os já citados 236 km de interrupção.

Entrando no Panamá, a rodovia-tronco continental atravessará o país de Norte a Sul, apresentando um primeiro trecho interrompido, entre a fronteira da Costa Rica (La Unión) e El Volcan. Dêsse ponto a estrada está em tráfego até à cidade de Panamá, capital do país, cruzando antes o canal de Panamá e daí prosseguindo até Chepo.

Dêsse local até à fronteira da Colômbia encontra a Rodovia Pan-Americana a sua maior interrupção. Segundo me relatou em Caracas o técnico norte-americano William James, que conhece a região, é um trecho que apresenta grandes dificuldades de execução, face ao traçado indicado, que segue os vales dos rios Chepo, Chucunague, Tuira e Paya e apresenta selva quase impenetrável, além de áreas de alagadiços até à fronteira da Colômbia e mesmo na travessia do território dêsse país, procurando Sautata, e daí a rodovia Medellín-Turbo, talvez em Chigorodó.

Tais são as dificuldades a vencer e tanto se prevê um prazo de muitos anos para se construir esse trecho, que várias correntes de opinião, já veiculadas pela imprensa, admitem uma rota de mais rápida execução, partindo de Turbo, na Colômbia, já ligada por estrada de rodagem a Medellín e ao sistema rodoviário Pan-Americano nesse país e, atravessando o golfo de Darien em *ferry-boat*, ganhará a costa colombiana, na vertente leste da serra de Darien; por ela entrará no Panamá, desenvolvendo-se entre a costa e a mencionada serra até atingir Chepo.

O traçado da Rodovia Pan-Americana neste trecho motivou até uma Resolução (a II) do VI Congresso Pan-Americano de Estradas de Rodagem, pela qual se sugere a constituição de uma Comissão de técnicos, não só de representantes dos países interessados, Panamá e Colômbia, como daqueles outros que quisessem cooperar, para estudar o traçado nessa região.

O Comitê Permanente dos Congressos Pan-Americanos de Estradas de Rodagem, que se reuniu na ci-

dade do México, de 21 a 28 de fevereiro do ano corrente, entre outras resoluções aprovou a que determina a constituição imediata de um "Sub-comitê de Darien", de três técnicos, cada um designado pelos Governos do Panamá, Colômbia e Estados Unidos da América do Norte, o qual apresentará o plano da expedição a essa região, com o seu custo provável e demais detalhes concernentes à sua execução.

A extensão total da Rodovia Pan-Americana através do Panamá é de 870 km, dos quais 121 km estão pavimentados, 425 km transitáveis todo o ano e 324 km de interrupção.

Na Colômbia é que temos a percepção do Sistema Rodoviário Pan-Americano, pois a rodovia-tronco principal, que vinha da América Central sob a denominação de rodovia "inter-americana" ou Pan-Americana, nesse país parte de Turbo, cruza-o de Norte a Sul, passa em Medellín, Murilo-Palmira e atinge a ponte internacional de Rumichaca, na fronteira do Equador.

Em Murilo entronca-se, a esta, outra rodovia-tronco pan-americana que passa pela cidade de Bogotá, capital do país e atinge a fronteira da Venezuela em Cucuta; daí prossegue até Caracas e La Guaira.

A extensão total do Sistema Rodoviário Pan-Americano na Colômbia é de 3.440 km, dos quais 654 km são pavimentados, 2.347 km transitáveis todo o ano, 352 km transitáveis em tempo seco, 87 km interrompidos (fronteira do Panamá).

De Cucuta prossegue a tronco Pan-Americana através da Venezuela para a cidade de Caracas e La Guaira, passando em San Cristóbal, de onde está sendo construída uma nova rodovia em direção a Sabana de Mendoza para substituir a existente e que, segundo informações recentes, está praticamente concluída; nela se inverteram grandes quantias.

O Sistema Rodoviário Pan-Americano na Venezuela apresenta uma extensão total de 992 km, dos quais 536 km pavimentados e 456 km transitáveis todo o ano.

A Rodovia Pan-Americana penetra da Colômbia no Equador pela

parte internacional de Rumichaca; atravessa o país de Norte a Sul, passando pela cidade de Quito e alcançando a fronteira do Peru pela rota preferencial em Macará.

O trecho dessa rodovia entre Cariamanga-Macará (Equador), até então com interrupção, permite agora passagem, embora precária, com a construção de uma estrada de rodagem pioneira.

Devido a essa interrupção o percurso para o Peru vinha sendo feito utilizando-se até a rota fluvial de Babahoyo a Guayaquil (8 horas de viagem) e de Guayaquil a Puerto Bolívar, por via marítima, 8 horas, e daí a Zarumilhas e Turibez. Ainda uma outra rota permitia a passagem para o Peru, de Loja a San Pedro, La Toma, Piedras e daí a Arenilhas por estrada de ferro.

O Sistema Rodoviário Pan-Americano do Equador apresenta assim uma extensão de 1.038 km, sendo 943 km transitáveis todo o ano, 45 km transitáveis em tempo de seca e 50 km de estrada pioneira, até há pouco tempo com interrupção.

Peneira o tronco continental Pan-Americano no Peru, em La Tina, depois de passar em Macará em sua rota preferencial e toca em Sullana, atingindo a costa no Pacífico em Chiclayo; daí desce sempre pela costa, até alcançar a cidade de Lima, prosseguindo para o Sul em direção ao Chile e à Bolívia, atingindo Repartición, de onde partem dois troncos; um para o Chile, em direção a Concórdia, na fronteira desse país, e outro para a Bolívia, em direção a Desaguadero, na fronteira desse país, à margem do lago Titicaca.

Há uma rota alternativa no Norte do Peru — que dá acesso ao Equador para evitar a interrupção de Macará — de Sullana a Aguas Verdes, passando por Tumbes e que está sendo muito melhorada pelo Peru.

O Sistema Rodoviário Pan-Americano do Peru apresenta uma extensão de 3.034 km, dos quais 1.799 km estão pavimentados e 1.275 km são transitáveis todo o ano.

Entra o tronco rodoviário Pan-Americano no Chile em Concórdia, passando ao Peru, continua descendo para o Sul, passa em Arica, Antofagasta e La Serena, alcançando a

cidade de Santiago, capital do país. Esse trecho da Rodovia Pan-Americana no Chile tem a denominação de *Presidente Roosevelt*, em homenagem a esse grande vulto das Américas.

De Santiago parte a tronco rodoviária continental para a Argentina, cruzando a fronteira no Cristo Redentor. Há uma rota alternativa passando de Quinquino por Zapallar, Viña del Mar e Valparaíso, para alcançar Santiago.

O Chile está construindo uma nova rodovia dotada de condições técnicas excelentes, que será a tronco Pan-Americana, de La Serena para o Sul, em substituição à existente, onde gastará 100 milhões de dólares, incluindo a pavimentação de 2.500 km da Rodovia Pan-Americana até à região austral.

O Sistema Rodoviário Pan-Americano do Chile apresenta uma extensão de 2.386 km, dos quais 367 km pavimentados, 1.813 km transitáveis todo o ano e 206 km transitáveis durante o tempo da seca.

A outra tronco rodoviária Pan-Americana que, como vimos, atinge a Bolívia em Desaguadero, depois de ultrapassar o Peru, atravessa o território boliviano e alcança a cidade de La Paz, daí prosseguindo em direção à Argentina, passando por Oruro, Potosí e Tupiza, alcançando a fronteira desse país em Villazón.

Há uma rota alternativa, que se articula com o Sistema Rodoviário Pan-Americano no Peru, em Puerto Acosta, no lago Titicaca, e que está ligada a Juliaca, no Peru, ponto de entroncamento desse sistema para Desaguadero.

De Puerto Acosta essa rota alternativa passa em Achacachi, La Paz, Chulumani, Cochabamba, Montepuncu, Sucre, Betanzos, El Puente, Tarija, Bermejo e Fortim Campero, na fronteira com a Argentina. A rota mais usada é a que de Desaguadero vai a La Paz e Villazón.

O Sistema Rodoviário Pan-Americano na Bolívia apresenta uma extensão de 2.861 km, sendo 144 km pavimentados, 2.315 km transitáveis todo o ano, 161 km transitáveis no tempo seco e 241 km de trecho interrompido, na nova rota oficial por

La Paz e Cochabamba, que pode ser desviada pela rota alternativa.

Do Chile a rodovia-tronco do sistema Pan-Americano que vem de Santiago, como vimos, penetra na Argentina, transpondo a fronteira na Cordilheira dos Andes, em Cristo Redentor; daí prossegue, passa em Mendoza, San Martín, San Luiz, Mercedes, Rio Cuarto, La Carlota, Venado Tuerto, Pergamino e Buenos Aires.

Da Bolívia a rodovia-tronco do sistema Pan-Americano penetra na Argentina em La Quiaca, em sua rota preferencial. Desce após para o Sul, atravessando o território argentino, passando por Três Cruces, Humana, Jupuy, Salta, Metán, Tucumán, Santiago del Estero, Córdoba, Vila Maria, Rosário, San Nicolás, Pergamino e Buenos Aires.

Da Argentina a rodovia-tronco do sistema Pan-Americano, que demanda o Paraguai, parte de Buenos Aires, vai a Pergamino, San Nicolás, Rosário, Santa Fé, San Justo, La Criolla, Reconquista, Resistência, El Zapallar, Formosa, Puerto Pilcomayo.

A rodovia-tronco do Sistema Rodoviário Pan-Americano, que da Argentina demanda o Brasil, tem um trecho comum com a rota para o Paraguai, de Buenos Aires a Santa Fé. Deste ponto atravessa o rio Paraná em balsa (1,40 horas), atinge a cidade de Paraná, passa pelo km 10 (de Paraná), Vila Federal, San Jaime, Entroncamento da Rodovia 14, Bonpland e Paso de Los Libres, onde atravessa o rio Uruguai pela ponte internacional General Justo, atingindo Uruguaiana, no Brasil.

O Sistema Rodoviário Pan-Americano na Argentina apresenta uma extensão de 4.805 km, sendo 2.538 km pavimentados, 861 km transitáveis todo o ano e 1.406 km transitáveis no tempo de seca.

O Paraguai é alcançado pela rodovia-tronco do sistema Pan-Americano através da Argentina, que atinge Puerto Pilcomayo, cruzando aí o rio Paraguai em balsa e atingindo Itá Enramada, já no Paraguai, e daí à cidade de Assunción, sua capital, que fica a 8 km.

De Assunción há uma rota alternativa para a Argentina, via-San Lorenzo, Paraguari, San Ignacio, Coronel Bogado, Encarnación, aí cruzando o rio Paraná em balsa e entrando na Argentina, em Posadas, onde encontra o sistema rodoviário desse país, que se articula com a tronco Pan-Americana Argentina para o Paraguai.

O Sistema Rodoviário Pan-Americano no Paraguai, que permite acesso a Assunción, apresenta uma extensão de 390 km, dos quais 73 km estão pavimentados, 232 km transitáveis todo o ano e 43 km transitáveis em tempo de seca.

O Uruguai tem acesso ao Sistema Rodoviário Pan-Americano através da Argentina e do Brasil.

Para a Argentina, pela tronco Uruguai-Colônia, aí atravessando o rio da Prata em *ferry-boat*.

Para o Brasil a rota preferencial é atualmente a que de Montevideu vai a Aceguá, na fronteira, passando por Pando, Soca, Solis de Matazojo, Minas, Pirarajá, José Pedro Varela, Trienta y Tres e Melo. De Melo há uma rota alternativa para Rio Branco, na fronteira do Brasil, atingindo Jaguarão.

O Sistema Rodoviário Pan-Americano no Uruguai apresenta uma extensão de 728 km, sendo 556 km pavimentados, 8 km transitáveis todo o ano, 64 km transitáveis durante o tempo seco.

O Brasil tem atualmente acesso ao Sistema Rodoviário Pan-Americano por Uruguaiana e Aceguá, que estabelece comunicação do Rio de Janeiro com todas as capitais dos países da América do Sul, depois da supressão da interrupção no Equador, em Macará.

O percurso do Rio de Janeiro para a Argentina, via Uruguaiana RS, é feito pela Rodovia Federal BR.2, que passa por São Paulo, Curitiba, Rio Negro, Lajes, Passo do Socorro, Vacaria, Caxias, São Leopoldo até Porto Alegre e que apresenta uma extensão de 1.640 km, 586 km pavimentados e 1.054 km transitáveis em todo o tempo.

Em Porto Alegre o rio Guaíba é atravessado em balsa motorizada, atingindo Guaíba; e daí pela rodovia federal que vai a Uruguaiana, a

BR. 37, utilizando o trecho já construído até Pântano Grande com 109 km de extensão. De Pântano Grande o percurso é feito por uma rota alternativa, aproveitando-se as estradas existentes, porquanto se acha em construção o trecho dessa rodovia federal até São Gabriel, e que se estenderá a Rosário do Sul e Alegrete, passando-se então pela cidade de Rio Pardo, Cachoeira do Sul, Santa Maria, S. Pedro do Sul, General Vargas, São Francisco de Assis, Alegrete e Uruguai, e que apresenta uma extensão de 726,5 km transitáveis todo o tempo.

O percurso do Rio de Janeiro ao Uruguai, via Aceguá, é feito seguindo-se o mesmo itinerário Rio-Porto Alegre até Cachoeira do Sul, de onde se vai a Caçapava do Sul e daí Lavras do Sul e Bagé, atingindo-se Aceguá, pela estrada General Artigas (trecho da BR. 76), já concluída, com 60 km de extensão.

De Porto Alegre alcançamos já o Uruguai e, por outras vias, entrando nesse país por Chul, passando por Pelotas, utilizando o trecho já construído da BR. 2, de Guaíba e daí a Quinta, Talm, S. Vitória do Palmar.

Entramos, ainda, por Jaguarão, que defronta Rio Branco no Uruguai, prosseguindo de Pelotas e passando por Arroio Grande.

Penetramos também no Uruguai pela cidade de Livramento, que está ligada à cidade uruguia Rivera, passando pelo mesmo itinerário de Bagé até à encruzilhada de Dom Pedrito e daí a Dom Pedrito e Livramento.

Outro itinerário é via-Caçapava do Sul, São Sepé, São Gabriel, Rosário do Sul e Livramento.

Dêsses pontos da fronteira uruguia atinge-se, pelo sistema rodoviário dêsse país, a Montevideu.

O Sistema Rodoviário Pan-Americano no Brasil, incluindo as rotas alternativas, apresenta uma extensão de 4.022 km, sendo 633,5 km pavimentados, 2.387,2 km transitáveis todo o ano, e 501,5 km transitáveis em tempo seco.

EXTENSÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO PAN-AMERICANO

Acabamos de ver assim a situação atual do sistema rodoviário Pan-

Americano, que apresenta uma extensão total, a partir de Washington, nos Estados-Unidos da América do Norte, até alcançar o Rio de Janeiro, de 32.311 km, sendo 13.733,5 km pavimentados, 14.829,20 km transitáveis todo o ano, 2.770,5 km transitáveis em tempo seco e 978 km de interrupção, dos quais 737 km impedem a passagem entre os países da comunidade americana.

Falta pouco para que se possa percorrer todo o nosso continente de automóvel. Tudo leva a crer que o esforço conjunto dos países da comunidade americana, com a cooperação da Organização dos Estados Americanos, faça desaparecer em breve prazo as interrupções que ainda se observam na Rodovia Pan-Americana.

Nota-se, aliás, um grande movimento entre os países no sentido de melhorarem as rodovias existentes e consideradas integrantes do Sistema Rodoviário Pan-Americano; e estão sendo construídas outras visando estabelecer comunicações entre os países vizinhos.

O BRASIL E O SISTEMA RODOVIÁRIO PAN-AMERICANO

As recomendações do VI Congresso Pan-Americano de Estradas de Rodagem, para que os países, como primeira medida para estabelecerem o Sistema Rodoviário Pan-Americano, indicassem os pontos de conexão nas fronteiras, já há muito foram previstas pelo Brasil.

Assim é que, ao estabelecer o seu Plano Rodoviário Nacional pelo Decreto n. 15.695, de 23 de março de 1944, previa ele rodovias de interesse Pan-Americano, ligando o sistema rodoviário nacional, que atinge a sua Capital, Rio de Janeiro, aos sistemas rodoviários dos países vizinhos, que já ligam entre si as suas Capitais, a saber:

- 1) *Ligações rodoviárias com o Uruguai:*
 - a) Rio de Janeiro-Montevideu (via Jaguarão);
 - b) Rio de Janeiro-Montevideu (via São Gabriel-Santana do Livramento).

- 2) *Ligação rodoviária com a Argentina* :

Rio de Janeiro-Pôrto Alegre-Uruguaiana.

- 3) *Ligações rodoviárias com o Paraguai* :

a) Rio de Janeiro-Curitiba-Foz do Iguaçu ;

b) Rio de Janeiro-Curitiba-Pôrto 15 de Novembro (Rio Paraná)-Rio Brilhante (ex-Entre-Rios)-Pôrto Murtinho ;

c) Campo Grande-Rio Brilhante (ex-Entre-Rios)-Dourados-Ponta Porã.

- 4) *Ligações rodoviárias com a Bolívia* :

a) Rio de Janeiro-Corumbá (em direção a Santa Cruz de la Sierra) ;

b) Rio de Janeiro-Cuiabá-Mato Grosso (em direção a Santa Cruz de la Sierra).

- 5) *Ligação rodoviária com o Peru* :

Rio de Janeiro-Cuiabá-Pôrto Velho-Cruzeiro do Sul.

O novo Plano Rodoviário Nacional, elaborado em 30 de outubro de 1947 e aprovado pelo Ministro da Viação e Obras Públicas, ampliou o anterior, estabelecendo outras ligações rodoviárias de interesse Pan-Americano, conforme a seguinte discriminação :

- 1) *Ligações rodoviárias com o Uruguai* :

a) Pelotas-Rio Grande-Taim-Santa Vitória do Palmar-Chuí ;

b) São Gabriel-Bagé-Aceguá ;

c) Pelotas - Bagé - Livramento - Quaraí - Uruguaiana.

- 2) *Ligações rodoviárias com a Argentina* :

a) Uruguaiana - Quaraí - Livramento - Bagé - Pelotas ;

b) Florianópolis - Lajes - Itapiranga.

- 3) *Ligações rodoviárias com o Paraguai* :

a) São Paulo - Sorocaba - Ourinhos - Pôrto Epitácio - Pôrto 15 de Novembro - Rio Brilhante (ex-Entre-Rios) - Pôrto Murtinho ;

b) São Paulo - Sorocaba - Ourinhos - Guairá - Pôrto Mendes - Foz do Iguaçu.

- 4) *Ligação rodoviária com a Bolívia* :

Rio de Janeiro - São Paulo - Matão - Frutal - Cuiabá - Mato Grosso.

- 5) *Ligação rodoviária com o Peru* :

Rio de Janeiro - Cuiabá - Pôrto Velho - Cruzeiro do Sul (em direção a Pucallpa).

- 6) *Ligação rodoviária com a Venezuela* :

Manáus - Caracará - Boa Vista - Fronteira da Venezuela (em direção a Caracará e Santa Elena).

A nova política rodoviária do Brasil, que teve sua origem no Decreto-lei n. 8.463, de 27 de dezembro de 1945, reorganizou o Departamento Nacional de Estradas e criou o Fundo Rodoviário Nacional, cabendo 40 % ao Departamento Nacional de Estradas e Rodagem e 60 % como auxílio financeiro rateados entre os Estados, Territórios e Distrito Federal para construção e conservação de suas redes rodoviárias ; instituiu também um programa de construção e melhoramentos de primeira urgência dos troncos do Plano Rodoviário Nacional, visando sua conclusão no prazo de cinco anos. Nêle estavam previstas as seguintes ligações rodoviárias de interesse pan-americano :

1) Rodovia Getúlio Vargas : construção do trecho Lajes a Curitiba (que estabelece a ligação com Pôrto Alegre, visando a ligação com o Uruguai e Argentina) ;

2) Rodovia Transversal do Paraná : construção do trecho Prudentópolis a Iguaçu, visando a ligação com o Paraguai ;

3) Rodovia Transversal do Rio Grande do Sul : construção do trecho Pôrto Alegre - Uruguaiana (visando a ligação com a Argentina) ;

4) Rodovia Getúlio Vargas : construção do trecho Jaguarão - Pôrto Alegre (visando a ligação com o Uruguai) ;

5) Rodovia Getúlio Vargas : reconstrução do trecho Rio a São Pau-

lo (primeiro trecho da Rodovia Pan-Americana no Brasil);

6) Rodovia Getúlio Vargas: melhoramentos do trecho Capela da Ribeira a Curitiba (visando garantir a ligação para Porto Alegre e portanto para o Uruguai e Argentina);

7) Melhoramentos do trecho Lajes a Porto Alegre (visando garantir a ligação para o sul e portanto para o Uruguai e Argentina);

8) Rodovia Transversal do Paraná: melhoramento do trecho Curitiba a Prudentópolis (visando a ligação com o Paraguai).

O Brasil procurou cumprir esse programa à risca, não poupando recursos, não somente do Fundo Rodoviário Nacional, como também da própria União.

Assim é que pôde concluir com êxito a construção da nova ligação rodoviária Rio-São Paulo, que teve a denominação de "Rodovia Presidente Dutra" e que tem características especiais, com pista dupla em grande extensão, toda pavimentada, na extensão de 405 km em concreto de cimento e de asfalto, que a colocam entre as primeiras do mundo.

Concluiu ainda o trecho Curitiba-Lajes, garantindo a ligação com Porto Alegre.

Está construindo, com intensidade, as ligações de Porto Alegre para Uruguaiana, para Jaguarão e Chuí e de Bagé-Aceguá (já concluída), que estabelecem as comunicações com o Uruguai e Argentina.

Ao mesmo tempo intensificou a construção da ligação para o Paraguai, de Curitiba para Foz do Iguaçu, que está em finalização, apesar de sua grande extensão de 720 km, achando-se em face de conclusão.

Para o estabelecimento das ligações com a Bolívia e Peru intensificou ainda a construção dos trechos de rodovias que garantem a comunicação entre São Paulo e Cuiabá e, desta cidade, em direção a Mato Grosso (para a Bolívia) e Porto Velho (para o Peru).

Para o estabelecimento de uma nova rota entre o Rio de Janeiro e Cuiabá, está sendo construída uma nova rodovia entre Rio e Belo Ho-

rizonte, que terá uma extensão de 465 km e apresentará uma redução de cerca de 70 km sobre a estrada atual; essa rodovia estará concluída talvez ainda este ano.

Cuida o Brasil de garantir o tráfego de veículos nesse sistema, não só revestindo o seu leito, como pavimentando a concreto de cimento e a asfalto.

Com os serviços já realizados as anteriores comunicações entre o Uruguai e Argentina foram muito melhoradas pelo estabelecimento de novas rotas com grande encurtamento e passagem garantida, aproveitando-se estradas existentes que dão acesso aos novos trechos construídos dessas ligações para esses países.

Com o estabelecimento das mencionadas ligações, conforme vimos, as rodovias brasileiras de interesse Pan-Americano, que constituirão o denominado Sistema Rodoviário Pan-Americano no Brasil, podem ser assim classificadas:

1ª. As que fazem parte da 1ª etapa de um programa de execução e que já permitem comunicação com o Sistema Rodoviário Pan-Americano existente nos países vizinhos, utilizando os trechos construídos das rodovias-tronco do Plano Nacional e as rodovias existentes estaduais que dão tráfego permanente;

2ª. As que fazem parte da 2ª etapa de um programa de execução e que ainda não permitem articulação com o Sistema Rodoviário-Pan-Americano nos países vizinhos, ou por não atingirem ainda as rodovias estrangeiras as nossas fronteiras ou devido às nossas estradas também ainda não alcançarem aqueles limites.

1ª. ETAPA DO PROGRAMA DE EXECUÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO PAN-AMERICANO NO BRASIL

Constituem esse sistema as seguintes rodovias do plano Rodoviário Nacional:

1) *Ligação rodoviária Brasil-Argentina:*

Rio de Janeiro - Uruguaiana — 2.350,5 km (Paso de Los Libres — Argentina).

2) *Ligação rodoviária Brasil-Uruguaí :*

- a) Rio de Janeiro - Jaguarão (Rio Branco-Uruguaí) — 2.023,5 km ;
- b) Rio de Janeiro-Chuí (Chuí-fronteira do Uruguaí) — 2.145 km ;
- c) Rio de Janeiro-Aceguá, por Pelotas (Aceguá-Uruguaí) — 2.119,6 km ;
- d) Rio de Janeiro-Aceguá, por São Gabriel (Aceguá-Uruguaí) — 2.156 km ;
- e) Rio de Janeiro - Livramento, por Pelotas (Rivera-Uruguaí) — 2.223 km ;
- f) Rio de Janeiro-Livramento, por Rosário (Rivera-Uruguaí) — 2.157 km.

O trecho da ligação rodoviária Rio de Janeiro-Pôrto Alegre é comum a todas essas ligações e apresenta a extensão de 1.640 km, sendo 586 km pavimentados e 1.054 km transitáveis em todo o tempo.

O trecho da ligação rodoviária Pôrto Alegre-Pelotas é comum a três ligações : via Jaguarão, via Chuí e via Aceguá.

A extensão total desse sistema da 1ª etapa do programa de execução é de 3.462 km assim discriminada :

- 1) Extensão pavimentada (a concreto de cimento, asfalto, paralelepípedos-PAV) — 633,5 km ;
- 2) Extensão revestida, leito estabilizado, com tráfego em todo o tempo-TTA) — 1.778,5 km ;
- 3) Extensão em construção — 145,5 km ;
- 4) Extensão a ser projetada ou a ser construída — 1.084,5 km ou seja :

- a) Extensão construída — 2.411,5 km ;
- b) Extensão a concluir e construir — 1.239 km ;
- c) Extensão a pavimentar — 3.008,5 km.

2ª. ETAPA DO PROGRAMA DE EXECUÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO PAN-AMERICANO NO BRASIL

Constituem esse sistema as seguintes rodovias do Plano Rodoviário Nacional :

1) *Ligação rodoviária Brasil-Argentina :*

Rio de Janeiro-Itapiranga (fronteira da Argentina) — 1.881 km.

2) *Ligação rodoviária com o Uruguaí :*

- a) Rio de Janeiro-Quaraí (via Harmonia-São Rafael) — 2.383,5 km ;
- b) Rio de Janeiro-Quaraí, fronteira do Uruguaí (via Pelotas) — 2.373,5 km.

3) *Ligação rodoviária Brasil-Paraguai :*

- a) Rio de Janeiro - Foz do Iguaçu — 1.643 km ;
- b) Rio de Janeiro - Pôrto Murtinho — 1.924 km ;
- c) Rio de Janeiro - Guaira — 1.361 km ;
- d) Rio de Janeiro - Ponta Porã — 1.662 km.

4) *Ligação rodoviária Brasil-Bolívia :*

- a) Rio de Janeiro - Corumbá (via São Paulo - Pôrto Presidente Vargas) — 2.267 km ;
- b) Rio de Janeiro - Mato Grosso (via São Paulo - São José do Rio Preto - Cuiabá) — 2.948 km ;
- c) Rio de Janeiro - Mato Grosso (via Belo Horizonte - Cuiabá) — 3.170 km.

5) *Ligação rodoviária Brasil-Peru :*

- a) Rio de Janeiro - São Paulo - Cruzeiro do Sul - Fronteira do Peru (em direção a Pucallpa) — 5.077 km ;
- b) Rio de Janeiro - Belo Horizonte - Cuiabá - Cruzeiro do Sul — 5.299 km.

6) *Ligação rodoviária Brasil-Venezuela :*

Manáus - Boa Vista - Fronteira da Venezuela (em direção a Santa Elena) — 1.088 km.

A extensão total desse sistema da 2ª etapa do programa de execução é de 12.483 km, assim discriminada :

- 1) Extensão pavimentada (a concreto de cimento, asfalto, paralelepípedo-PAV) — 574 km ;
- 2) Extensão revestida, leito estabilizado, com tráfego todo o tempo-TTA) — 6.015 km ;

3) Extensão em terra, transitável só em época seca — 1.769 km;

4) Extensão em construção — 266 km;

5) Extensão a construir, estudada e a estudar, incluindo trechos de estradas transitáveis em todo o tempo que exigem, entretanto, modificação de traçado — 7.674 km

ou seja:

a) Extensão construída — 8.358 km;

b) Extensão a concluir e a construir — 7.674 km;

c) Extensão a revestir — 9.445 km;

d) Extensão a pavimentar — 11.909 km.

O prazo provável para realização desse programa da 2ª época andará em torno de 10 a 20 anos, dependendo dos recursos que forem obtidos. Todavia, deverá ser observado um programa de prioridade de urgência de execução, mantendo-se sem dúvida a preferência para as ligações rodoviárias que já se aproximam com sua construção das fronteiras dos países vizinhos.

Vemos, assim, que o sistema rodoviário brasileiro, parte integrante do Plano Rodoviário Nacional e de interesse pan-americano, apresenta uma extensão total de 16.125 km, achando-se construídos 10.770 km, dos quais 1.207,5 km estão pavimentados; 7.793,5 km revestidos; tran-

sitáveis em todo o tempo, 1.769 km; transitáveis em tempo seco, 8.904 km; a construir e a concluir 5.355 km e 14.917 km a pavimentar.

Desde o ano de 1946, e até o fim do ano corrente, dispendeu o Governo somas consideráveis na execução do sistema de interesse Pan-Americano.

Na 1ª etapa do programa de execução desse sistema, que visa dar imediata comunicação ao Sistema Rodoviário Pan-Americano — o que já foi conseguido mediante a utilização de rodovias existentes, quer federais ou estaduais — essa importância atingiu a Cr\$ 2.358.328.584,60.

Na 2ª etapa do programa de execução do sistema rodoviário brasileiro de interesse Pan-Americano, que visa estender essas rodovias até às fronteiras dos países vizinhos, onde se articularão com suas rodovias também de interesse Pan-Americano, o Governo Federal também já dispendeu importância que atinge, desde 1946 até o ano de 1953, Cr\$ 896.921.883,00.

Assim, o Governo do Brasil dispendeu nas rodovias do seu Plano Nacional, de interesse Pan-Americano, desde 1946 até o ano de 1953, a importância de Cr\$... 3.255.450.467,00, pondo desse modo em prática a política de aproximação com os países irmãos por meio das rodovias, que constituirão sem dúvida o elo indissolúvel das Américas: a Rodovia Pan-Americana.

Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A.

Agência do Rio de Janeiro

RUA VISCONDE DE INHAÚMA, 134-C — CAIXA POSTAL, 1239
END. TEL. "RIOINCO"

Telefone: 23-5928 — (Rêde Interna)

Gerência: 43-1112 — Diretoria: 23-0556

RIO DE JANEIRO

ABRA UMA CONTA NO "INCO" E PAGUE COM CHEQUE

(N. 6)

O momento histórico que determinou a intervenção portuguesa na banda oriental do Uruguai, em 1811

Por F. CONTREIRAS RODRIGUES

A exposição dos acontecimentos que surgem dando corpo à intervenção portuguesa de 1811, na banda oriental do Uruguai, depende necessariamente, como todo fato histórico, do balanço de sucessos anteriores; pois que, não se tendo operado ex-âbrupto (*Natura non facit saltus*) não foi uma monstruosidade histórica, contra o que afirma o Sr. Alfredo Varela nos seus ataques a tudo quanto se refere à Monarquia da sua Pátria. Seu monumental trabalho histórico é uma tentativa de matricídio, negando aos nossos Soberanos qualquer virtude própria do cargo, como qualquer vantagem advinda de seus atos. Para o nosso ilustre e exuberante historiador de — *Dois Grandes Intrigas* e de *A Grande Revolução*. Eles aparecem sempre ditados por um conceito errado das coisas, quando não pela maldade. Mas nós, apoiados nos historiadores que apenas expõem os fatos sem opinar, somos forçados a reconhecer nessa intervenção, conquanto determinado por fatos históricos anteriores, seguindo um curso, se não lógico, pelo menos razoável da História, a preponderante influência pessoal de D. João VI, sem que tivesse quebrado a direção que iam tomando os acontecimentos ditados pelo passado e pelos impulsos coévos. Colocado entre o pró e o contra, resolveu deliberadamente invadir a *banda oriental* superando a pressão contrária de Lord Strangford, voluntarioso plenipotenciário inglês que nesse então dominava a Corte do Rio de Janeiro, e provando uma

força de caráter ainda não estimada devidamente pelos historiadores. Essa postura firme do nosso Príncipe deveria ter exasperado até a indignação o diplomata britânico, que enxergava somente um motivo para a política sul-americana — os *interesses materiais da Inglaterra conjurados com o fracionamento das colônias Ibéricas da América*. A indiscutível energia do nosso soberano devemos, pois, a presença de D. Diogo de Sousa, Capitão General da Capitania de S. Pedro, Capitão General da Capitania do Maranhão, futuro Conde de Rio Pardo, Governador de Moçambique e Vice-Rei da Índia, em Bagé como seu fundador, em Melo, em Maldonado e em Paissandu como dominador.

E quais os antecedentes do ato histórico de 1811?

1) Por um lado, a invasão Napoleônica na Península Ibérica, a qual influíu diretamente sobre o destino das colônias de Portugal e Espanha.

2) Por outro lado, a já longa História sesqui-secular da região antes conhecida pelo nome de Colônia do Sacramento, desde 1680 até a data que nos ocupa — 1811.

3) Por outro lado, a natureza física da região, a qual se identifica com a do extremo sul da colônia portuguesa, também abraçada pelo mesmo Rio Uruguai, inspiradora de ambições de potentados de uma e outra banda.

4) A solicitação formal de auxílio por Xavier Elio, Vice-Rei do Prata, nesse então com sede em

Montevideu, para estar a salvo das investidas da Junta Governativa de Buenos Aires, e a simpatia por todos os políticos ditos patriotas, disfarçadamente libertadores, em franca hostilidade com Elio.

5) A sedução da possibilidade de um império português dilatado até o Prata.

I

A INVASÃO NAPOLEÔNICA

A invasão napoleônica, de 1808, teve como resultados a retirada do Príncipe Regente de Portugal para o Brasil, com toda a corte, o que veio dar mais claridade e violência aos negócios desta Dinastia com o Vice-Reinado do Prata. Novas e graves complicações trouxe para a América do Sul o refúgio de Corte portuguesa nesta parte do mundo. Ao mesmo tempo que isso sucedia no Reino dos Braganças, coisa análoga acontecia no dos Bourbons da Espanha, cujos Reis, Carlos IV — o pai, e Fernando VII, o filho, se achavam prisioneiros do Imperador dos franceses, em Valençai. Fica, assim, vacante o trono da Espanha, preparado para o advento de outra dinastia. Foi o que sucedeu ao ser confiado o cetro espanhol a José Bonaparte, irmão do Imperador, mui a contragosto daquele removido do trono de Nápoles onde reinava. Acéfalas as colônias espanholas, que tampouco reconheciam o mando de Bonaparte, iniciaram imediatamente o sensato movimento de organização de um governo para si; a princípio contando com as possibilidades da própria Espanha, pois que o fizeram sempre proclamando a Fernando VII, seu soberano, apesar de prisioneiro; depois contando com a Junta de Regência, de Cadiz; mais tarde apelando para um príncipe estrangeiro ou para D. Carlota Joaquina, esposa de D. João VI, irmã de Fernando VII, princesa portuguesa, reinante pelo casamento, a qual deveria renunciar em favor de D. Pedro, seu filho, e futuro Imperador do Brasil; ou empenhando-se vivamente para que o cetro fosse ter à mão de outro dos filhos de Car-

los IV, o Príncipe Francisco de Paula.

Complicando a intriga, Alvear propunha que os povos do Vice-Reinado do Prata se submetessem a um protetorado inglês; e outros próceres pretendiam a elevação ao futuro trono de um descendente da dinastia dos Incas — o heróico Lautaro — Aquele dos descendentes que melhor personificavam a dignidade do homem americano e o amor à independência americana, a qual deveria consorciar-se com uma princesa, e adotar como idioma nacional o Quichua e o Guaraní. Até o General San Martín aderiu a este ideal. Este carimbo marcou os povos do Rio da Prata sob a pressão napoleônica na Espanha. A perturbação e a desorientação nos primeiros anos consecutivos da invasão francesa.

II

INFLUÊNCIA EXERCIDA PELA
HISTÓRIA DA COLÔNIA
DO SACRAMENTO

Discorramos um pouco sobre este fator histórico que havia gravado consideravelmente as relações políticas de Portugal com a Espanha. Desde os momentos mais agudos dos descobrimentos começou entre as duas nações. A pendência sobre qual o limite entre as terras descobertas por uma e outra, passaram anos discutindo (duas vezes em Badajoz). A exequibilidade da linha de Badajoz, como Tordesilhas e firmando tratados sucessivos, como esses mesmos, o Provisional de 1681, como de Utrecht, em 1713-15; o de Madri, em 1750, nos quais o próprio trono espanhol reconhecia a inconsistência dos termos do tratado de Tordesilhas de 1494, ditado pelo Papa Espanhol Alexandre VI — em Bula de 1493. Pelo artigo primeiro do tratado de Madri as duas Cortes reconhecem a impraticabilidade da linha de Tordesilhas; e a Corte de Madri não pôde contestar as declarações de Portugal, segundo as quais os espanhóis se haviam apoderado indebitamente das Filipinas, ao Ocidente da linha das Molucas, já em domínio português. Esta redação

do tratado de 1750 obedece ao espírito do de 1681 e do de 1713 a 1715, conhecido pela denominação de Tratado de Utrecht. Diante de tais dúvidas e com a conhecida ambição de estender o domínio sobre terras ainda não desbravadas, os portugueses, logo depois da descoberta do Brasil, enviaram várias frotas destinadas a percorrer-lhe a costa na direção do sul.

Foi uma dessas, ou a de Nuno Manuel ao a de João de Lisboa, pelo ano de 1514, segundo os últimos esclarecimentos trazidos por Capistrano de Abreu e pelos autores portugueses da obra monumental composta para o Brasil: "História da Colonização do Brasil".

Foi uma dessas que em primeiro lugar dobrou o cabo Santa Maria e sulcou as águas do Rio da Prata, dois anos antes que João Dias de Solis. Gaspar Correia, em *Lendas da Índia* — refere-se à descoberta do cabo Santa Maria por João de Lisboa em 1514; o piloto-mor de Fernando de Magalhães — João Lopes de Carvalho, português, ao passar a esquadra de circumnavegação pelo cabo, apontou-o dizendo que sabia que aquele era o cabo Santa Maria, por lhe ter sido relatado pelo piloto português João de Lisboa. Capistrano de Abreu, porém, em seu Prefácio à "História Topográfica e Bélica da Nova Colônia do Sacramento", entende que foi o piloto português da esquadra armada por Nuno Manuel, e enviada nesse mesmo ano de 1514, o descobridor do Rio da Prata. Com tais motivos de convicção não pôde surpreender o empenho português de fincar pé nesse ponto extremo dos seus novos domínios. E, por isso, o Rei Fidelíssimo pretendeu fazer-lhe forte aí, mandando que aí se estabelecesse Martim Afonso de Sousa, em 1530; o que não foi possível em consequência do mau tempo. Mas, como não tivesse desistido do seu intento, e tivessem as terras virgens de colonização, consumou o projeto em 1680, sob o Governo de Manuel Lobo. Este Governador do Rio de Janeiro funda, nesse ano, na foz do Rio da Prata a Colônia do Sacramento, com muito boa fé, segundo se co-

lige de documentos citados por Jonathan Rego Monteiro, na sua obra "A Colônia do Sacramento", V. 1^a, pág. 467. Tanto assim foi reconhecido que o Governador de Buenos Aires, D. José de Garros, foi punido por tê-la atacado e expugnado; e a colônia restituída aos portugueses. Em 1703, pelo tratado de Metuen, Portugal se desliga da Espanha, rompendo o tratado de amizade de 1701, e se liga, como aliado, à Inglaterra. Nova guerra estala; e a Espanha, com liberdade de ação, apodera-se da colônia pela força das armas. Novamente é restituída ao Reino de Portugal por força do tratado de Utrecht (1713-1715), com o seu território.

Mas a Espanha, tergiversa, alegando que o território a que se refere o tratado de 1713 é apenas o que cobre um tiro de canhão. Desta tergiversação decorre não só a continuação da lide como das lidas bélicas futuras. A Corte de Madri teve por fim ganhar tempo. E ganhou tempo e acabou ganhando a própria colônia. Em 1735, como repercussão de nova guerra, recomeçam os ataques contra a colônia, defendida pelo heróico Antonio Pedro de Vasconcelos, os quais se prolongam por dois anos, até o armistício, segundo o qual a praça continuaria em mãos portuguesas, esperando os acordos da futura paz. Esta chegou em 1750 pelo tratado de Madri, que manda trocar a Colônia do Sacramento pelo território das Missões, e indica a linha divisória dos dois territórios a partir de Castilhos Grande. Mas até lá o tipo de vida dos habitantes da colônia foi o da paz armada; pois os espanhóis executavam à risca o projeto de suprimir aos da colônia o território tanto de terra como o das águas territoriais, não permitindo aos portugueses que fizessem lenha, nem que semeassem terras para seu sustento, nem que arrebanhassem gados vacum e cavalos, cuja falta estrangulava os habitantes da praça. Razão teve Gomes Barbosa, um dos Governadores, quando disse que "Quem tivesse mais cavalaria seria o dono da campanha". E assim, nesse aperto vi-

veram os colonos portugueses do Prata de 1735 a 1763.

Ainda que Gomes Freire de Andrada, auscultasse a situação dentro dos muros da cidade durante meses, em nada melhorou-a, retirando-se desapontado para o Rio Pardo e o Passo do Jacuí, em 1754, para conter os índios, e onde se opera a prisão e a fuga espetacular do índio Sepé; e marchando, em 1756 para Santa Tecla, a reunir-se com Andoanegui para continuar a guerra contra os guaranis, e onde se dá outra vez a presença de Sepé, ainda combatendo heróicamente em retirada até cair nas imediações de S. Gabriel. Em vista desses acidentes e da demora na demarcação da fronteira entre o território oriental do Uruguai e o das missões, poucos anos depois (1761), é anulado o tratado de Madri, ficando as coisas como estavam antes — A Colônia do Sacramento com os portugueses e as missões com os espanhóis; mas estas arrasadas já pela guerra e dizimados os seus povos. Indignado com a presença dos portugueses, que odiava, em ponto tão cercão da Capital do Vice-Reinado do Prata, em território pertencente a este, segundo a opinião dos espanhóis, — D. Pedro de Cebalos; o futuro Vice-Rei — com forças poderosas ataca a praça e a destrói, fazendo prisioneiros os seus defensores; e leva de vencida as fortalezas que encontra no seu caminho — a de Santa Tereza, e a de São Miguel e a do Rio Grande de São Pedro, sempre fazendo prisioneiros. Era de presumir que ficasse liquidada a contenda sobre a Colônia do Sacramento, e sobre quase todo o território abrangido pelo Rio Uruguai sujeito à força das armas espanholas. Mas assim não sucedeu; porque em 1763, se estabelece a paz na Europa, e com ela a restituição da Colônia do Sacramento à Coroa de Portugal, a qual Cebalos foi forçado a entregar, mas estreitando sempre a faixa do território que deveria pertencer à praça, por meio de valos em terra e, de bloqueio cerrado nas águas do Prata.

Por causa disso e da continuação das forças espanholas no Rio Gran-

de, o seu solo era continuamente talado pela gente de Buenos Aires; e a existência, então, dos habitantes da fronteira uma insegurança constante. Assim se passaram 13 anos até começar a séria e decisiva reação portuguesa em 1776 com o General Bhom pela costa do mar, retomando a praça do Rio Grande, e Raphael Pinto Bandeira no interior que, depois de expulsar Vertiz desde Rio Pardo (1773), tomou e destruiu a fortaleza de Santa Tecla (1776) e a de São Martinho nas pontas do Ibicuí. Como represália à reconquista, Cebalos, já nomeado Vice-Rei (1777), voltando da Espanha com forte esquadra, apodera-se de Santa Catarina, manda Vertiz atacar novamente o Rio Grande; e ele mesmo vai atacar outra vez a colônia, de que se apodera em vista da impossibilidade da resistência. Estava assim a Colônia do Sacramento em poder dos espanhóis, quando chegam os termos do tratado de Santo Ildefonso, em 1777, fazendo tábuas rasas de todos os sacrifícios do povo português para manter-se dono da Colônia do Sacramento. Os termos deste tratado são os mais duros possíveis para o sul da colônia portuguesa na América. Por eles passam à Espanha todos os possíveis direitos de Portugal sobre estas conquistas ao sul do Brasil — A Colônia do Sacramento com todo o território do Rio Grande a partir do Jaguairão, a seguir pela Cochilha Grande até o forte de São Martinho, descendo pelo Ibicuí até a barra no Uruguai; e o território das Missões que estava destinado pelos tratados anteriores, a ser trocado pela Colônia do Sacramento. A Capitania do Rio Grande ficaria reduzida às bacias do Jacuí e Camacuan, ficando Piratini, como limite de um território neutro.

Ao fim de vinte e quatro anos, porém, opera-se nova reação portuguesa, encabeçada por Patrício José da Câmara, que teve por braços executores a José Borges do Canto e Manuel dos Santos Pedroso. Partindo de S. Pedro, na beira da Serra Geral, o primeiro, depois secundado pelo segundo, com 40 homens, foram atacando sucessiva-

mente os povos das Missões, engrossando suas forças, expulsando ou aprisionando as guarnições espanholas. Foi, assim, permutada a força, em 1801, a Colônia do Sacramento pelo território das Missões, conforme o que fora previsto desde os primeiros tratados entre Portugal e Espanha, e fora decretado pelo tratado de Madri, em 1750. Nesse pé andava a História cheia de glórias e de recordações amargas, quando chega o ano de 1811, em que mergulhamos hoje para esclarecer os motivos da intervenção portuguesa na banda oriental, quando seus habitantes ensaiavam os primeiros vãos de independência da dominação espanhola e da do próprio Vice-Reinado.

Movidos por tantos episódios, que enchiam de tradição século e meio de História, como não voltarem à carga os portugueses, encaprichados na reconquista daquilo que lhes pertencia por ocupação, por direito de tratados, por tradição. É indubitável que este impulso psíquico, ainda naquele tempo, bem vivo nos peitos lusitanos, tivesse movido com alvoroço os homens do Norte contra os do Sul, para reaverem ao menos a carcaça da sua caríssima Colônia do Sacramento com todo o território, ora rebatizado com o nome de Banda Oriental. Qualquer povo alimentaria esse sentimento de saudosismo colocado em situação análoga a do povo português, acalentado na infância pelos contos de velhos veteranos das últimas guerras. Poucas ações bélicas se iniciaram animadas por tanta simpatia, como essa de 1811. Nem se imagina que possam ser os portugueses alvo de ódio por tal ambição criada mais pelo amor ao lugar do que pela ogeriza dos habitantes.

III

A NATUREZA FÍSICA DA REGIÃO

Outra das causas que influíram poderosamente para a invasão da Banda Oriental em 1811 foi a natureza física da região. Capitania de São Pedro e Banda Oriental formavam e formam, por assim dizer, uma unidade ecológica, um país in-

tegral, delineado pela natureza, sendo um território a continuação do outro. Como fronteira tem o Rio Uruguai, que o abraça fortemente, paternalmente. Como topografia mostra o mesmo panorama de serras que não ultrapassam os mil metros de altura, grandes extensões de campos ondulados, de cochilhas alinhadas, as de Leste a Oeste e de Oeste a Leste, menos as três principais que se alinham de Norte a Sul — a *Cochilha Grande*, que nasce nos Aparadas da Serra do Município de Bom Jesus, e termina na rua principal de Montevideu; a *Serra do Herval*, que vem dos Tapes a Lavras; e a *cochila de Haedo*, que nasce em Bagé e termina na embocadura do Rio Negro, no lugar denominado — *Rincão das Galinhas*; e também extensas pastagens naturais. Como clima uma temperatura que tem por média 18°, com o mesmo sol, e o mesmo regime de chuvas e secas e os mesmos ventos. Como possibilidades econômicas uma capacidade produtiva de país que pode bastar-se a si próprio, com riquezas tropicais e subtropicais, e com o subsolo dotado dos mesmos minerais, como frutos da mesma formação geológica. Diante de tal natureza os conquistadores que passaram o Rio Uruguai, como os Jesuítas espanhóis vindos do Guaira, e os Bandeirantes vindos de S. Paulo, os portugueses da Colônia do Sacramento e os espanhóis de Montevideu, cada um desses invasores tinha razão de considerar-se o conquistador da região para seu Rei.

Não admira, pois, que através das décadas da nossa breve História oscilassem as nossas fronteiras desta parte da América entre os Mattos Português e Castelhanos e os muros da Colônia do Sacramento e de Montevideu. Foi inevitável uma guerra de século e meio (de 1680 a 1830) para que as fronteiras das duas nações ibéricas se fixassem de Leste a Oeste numa linha que divide a região mais ao meio. Nada mais justificável historicamente do que a ambição dos Jesuítas espanhóis a toda a região dos Tapes, do que a de Manuel Lobo à Colônia do Sacramento com seus

campos dilatados, do que o atropelo de Pedro de Cebalos e logo depois o de Vertiz ao território do Rio Grande, do que a contra-ofensiva de Raphael Pinto Bandeira, do que a investida de Gomes Freire de Andrade e de Patricio José da Câmara contra as Missões, do que as invasões de D. Diogo de Sousa e de Lecor, do que ser uma Província Cisplatina como pérola da Coroa portuguesa, do que ser a Banda Oriental uma Província do Vice-Reinado do Prata e, por fim, a República Oriental do Uruguai como estrêla de primeira grandeza da constelação das nações livres da América. Disputada a região por duas nações que contrabalançavam suas forças, a solução mais pacífica, para que uma delas não ficasse no tribunal da História com a pecha de conquistadora, foi a que se conseguiu, depois de muito heroísmo e muito sangue de parte a parte, — a Independência do Uruguai — já que os movimentos demográficos e políticos impossibilitaram a formação de um país de toda a região abraçada pelo Rio Uruguai e estruturada pela ossatura das cochilhas. Não há monstruosidade histórica na invasão da Banda Oriental de 1811, nem na de 1816, como não há na invasão de Artigas deste mesmo ano nem na de Rivera, em 1828, nem na pretensão da fronteira uruguaia pela Cochilha Grande até as pontas do Ibicui, e por este até a barra, nem na incorporação do Uruguai à Coroa Brasileira, nem na formação do Quadrilátero incluindo nele o Rio Grande do Sul. O panorama da região nos está segredando que algo se fixou sem alicerces suficientemente firmes contra as aspirações dos contendores.

Monumento assentado num pé só, sobre conveniências, demográficas e políticas, com exclusão da voz da terra, a situação desta parte da América se equilibra no alto grau de bom-senso ou de humanidade dos seus habitantes. O que temos hoje é obra puramente, excelsamente humana. Somente os historiadores que enxergam os fatos por um lado só, pelo do seu ideal ou de sua obsessão, solapam indigna-

dos os acontecimentos históricos desta parte da América do Sul. O que se deu entre os homens foi uma História operada acima da terra; foi a resultante do impulso de um ideal, como ideal ficou sendo a fronteira definitiva entre dois povos de línguas diversas, mas irmanadas pelo continente.

Hoje, a terra que nos separou até a cruel realidade das hecatombes, pela identidade mesma que nos despertava cobiças e ódios, é o elemento que nos irmana. Passado o momento da conquista, cabem-nos agora vivermos em paz. Tal, porém, não era o caso dos homens de 1811, cujo empenho foi identificar o homem e suas instituições à região que habitava. Dois países a Leste do Rio Uruguai era um absurdo político para aqueles indefesos batalhadores. E tinham razão.

IV

O PEDIDO DE AUXÍLIO PELO VICE-REI DO PRATA

Passemos a outro dos motivos para a invasão da Banda Oriental:

O pedido de auxílio formulado pelo Governo do Vice-Reinado, sediado e assediado então em Montevideu; e a simpatia que manifestavam os habitantes da campanha da Província Oriental, diante da perspectiva da desordem generalizada, e diante da possibilidade de ser esta evitada, se o território fosse ocupado por tropas portuguesas. Isto era sabido das autoridades portuguesas por informações expedidas da campanha, já nesse tempo habitada por muitos portugueses procedentes do Rio Grande e da Colônia do Sacramento.

Que a nossa Soberana — D. Carlota — prometeu recursos ao Vice-Rei, Elio — procurando substituir-se a ele no Governo do Prata para defender os interesses do seu irmão Fernando; e que Elio tenha aceitado essa oferta com pedido formal, é indubitável, porque todos os historiadores estão acordes. Diz Pereira da Silva, citado por Rocha Pombo, T. VII, pág. 260:

A pedido dos generais — Elio e Vigodet — reclamou ainda D. Car-

lota do Governo do Rio de Janeiro auxílios de dinheiro, de armas e munições para Montevidéu. Mas D. Rodrigo de Sousa Coutinho (Conde de Linhares) em uma memória confidencial foi de opinião que se lhes não prestassem armas dos arsenais, nem somas pecuniárias dos cofres públicos. Resolveu, então, a Princesa ceder algumas das suas jóias preciosas a fim de serem vendidas e aplicar-se o seu produto às necessidades da praça. Escolheu uma parte das pedras e diamantes de ornato, e remeteu-as a Vigodet com as precisas cautelas, autorizando-o a aliená-las e empregar a sua importância em defesa da causa da Espanha.

E Rocha Pombo acrescenta:

"Aproveitando-se dos oferecimentos da infanta espanhola, que naturalmente lá se tomavam como um bem justificado zelo e solicitude pela sorte da dinastia em perigo da Espanha, pediu o Governo de Montevidéu a D. Carlota que tornasse efetivos os auxílios que prometera."

Já estava tudo preparado, e com muita cautela e reserva expediram-se armas, munições e mesmo recursos pecuniários, destinados aos realistas de Montevidéu. Chegou D. Rodrigo a ceder prelo e tipos da Imprensa Régia, que foram remetidos para a mesma cidade, onde logo se começou a publicar um periódico, especialmente para rebater a propaganda revolucionária que estava fazendo a "Gazeta de Buenos Aires".

Estava bem claro que a causa espanhola no Rio da Prata seria perdida, nessa quadra, se não intervisse a seu favor a força portuguesa. Como a nenhum dos membros da Junta de Buenos Aires repugnava uma ação portuguesa sobre Montevidéu que apossasse a presença ali de D. Carlota, em favor de quem afanosamente intrigavam, os portenhos fecharam os olhos a essa iminente invasão, rogada pelo mesmo Governo espanhol. A todos ela conviria, não obstante se acharem os três interessados divididos em três partidos, cada um com a sua pretensão: O Governo do Vice-Reinado com a de manter a ordem submetendo os po-

vos rebelados à Coroa da Metrópole espanhola; o Governo da Junta de Buenos Aires com a de conseguir para substituta do Vice-Rei a Princesa espanhola ao mesmo tempo que Soberana de Portugal; o Governo português com a de firmar um pé no Rio da Prata, esperando as consequências de um acontecimento promissor de frutos opimos. A política sul-americana nesse momento consistiu em pescar em águas turvas. Só D. José Gervásio Artigas viu claro através da névua que empanava o horizonte. Por isso se atirou decididamente contra Vigodet em Las Piedras (18 de maio de 1811) derrotando-o e imprimindo aos acontecimentos uma direção mais desanuviada. Como consequência dessa vitória os povos do Prata se inclinaram com mais coragem para a independência, tendo tomado, de então para diante, a iniciativa o caudilho uruguaio Gervásio Artigas sem vacilação, contra os espanhóis, que se haviam reabilitado porque os argentinos haviam levantado o cerco de Montevidéu; contra os argentinos que o invejavam e ajudavam a persegui-lo; e contra os portugueses que o odiavam e eram odiados por eles. Mas nesta fase da vida de Artigas já D. Diogo de Sousa se havia assenhorado de toda a campanha uruguaia (julho e agosto de 1811). Se a invasão de 1811 foi desejada pelos povos invadidos, não aconteceu diversamente nas intervenções seguintes de 1816, de 1850, de 1855, de 1864. Nem a Coroa portuguesa nem a Coroa brasileira jamais usaram de brutalidade para mesclarem-se na vida política do Prata.

A) Para a intervenção de 1816, por exemplo, atuaram quase as mesmas causas que para a de 1811. Ainda não havia esmorecido a esperança do advento de algum príncipe português, e já se havia exasperado a hostilidade do Governo de Buenos Aires contra as campanhas de Artigas.

Em vista disso, para Buenos Aires a ocupação portuguesa deveria ser o sossêgo do Vice-Reinado, com a submissão do incômodo caudilho revel. A respeito diz Oliveira Lima,

Aguirre. Recomeçaram sob este presidente os mesmos processos de perseguição aos 40.000 brasileiros que moravam no Uruguai, muitos dos quais, por isso mesmo, enquadados nas forças do General Flores. O Partido Blanco, então, guiado pelo Presidente Aguirre, em vez de apelar ou para a Argentina ou para o Brasil — os países protetores por tratado, acerca-se de Solano Lopez, Governador despótico do Paraguai. Estimulado por esta disposição favorável de parte dos uruguaios, Solano Lopez se postava à porta da guerra com o Brasil e em seguida invade o Mato Grosso. Ao Império não ficava alternativa. Tinha que intervir *manu militari* na República do Uruguai, contra o partido que se declarava favorável ao seu inimigo e a favor do partido que o combatia. Isto foi ditado pela circunstância imperiosa de não deixar inimigo pelas costas, quando chegasse o momento de tomar a desforra contra o Paraguai. E, como interveio? Primeiro, a pedido do General Antônio de Sousa Neto, velho Farrou-pilha que vivia homisiado no Uruguai, por não querer submeter-se ao cetro do Império; mas que, apesar disso, concordou com entrevistar-se com o Imperador, para dar remédio às aflições dos seus patri-cios em terra estrangeira, sob pena de recomeçarem as *Califórnicas*. Segundo, porque Mitre, atrapalhado com a situação interna da Argentina, não podendo auxiliar na intervenção, contudo, simpatizava com ela e consentia tacitamente. Terceiro, porque o General Flores recebeu com agrado a intervenção que ia facilitar o seu triunfo, e soldou com o Almirante Tamandaré um acordo, que valeu por um tratado de aliança. Fortalecidos estes dois chefes pela coluna de cavalaria, de 1.300 homens, arregimentada e sustentada pelo mesmo General Netto, como um Gran Senhor medieval de "Pendão e Caldeira"; e pelo exército confiando pelo General Mena Barreto, em que ia Osório à frente da cavalaria, Mena Barreto, Flores e Tamandaré tomaram Salto e atacaram Paissandu, que resistiu sob o comando do he-

róico General Leandro Gomez, hoje havido como um dos mártires da sua Pátria, cruelmente fuzilado, depois de prisioneiro, por ordem do General Goyo Suarez, do exército de Flores. Novamente chefe do Governo uruguio, o General Flores, a quem se incorporou o General Neto, o impertérrito líder das cochilhas, marchou logo depois para o Paraguai, sendo os primeiros a vencerem uma força inimiga, em Jataí.

D) A intervenção no Paraguai em 1865 não precisa de outra justificação além da que decorre da defesa a que foi forçado o Imperador depois que os brasileiros viram o território pátrio talado intempestivamente pelos Paraguaiois. A pretexto de justificação chegamos até aqui convencido de haveremos deixado clara a posição do Brasil nas suas relações políticas e bélicas com as Repúblicas do Rio da Prata, as quais o Governo de Sua Magestade — D. Pedro II — tratou sempre com respeito e humanidade, preparando, assim, a paz e amizade dos nossos vizinhos e para com os nossos vizinhos, das quais destruíamos hoje, desde longas décadas, como precioso legado à nossa República.

Feita esta justificação, curial dentro do tema que nos ocupa, retomemos o fio da nossa tese, abordando o seu último parágrafo.

V

A SEDUÇÃO DE UM IMPÉRIO PORTUGUÊS DILATADO ATÉ O PRATA

Quanto às intrigas em torno da pretendente — D. Carlota —, que foram uma das causas mais próximas e incisivas da intervenção portuguesa no Prata, muito disseram e escreveram os políticos em evidência do Vice-Reinado: Belgrano, Sarrazen, Balcarce, Pueyredon, Rondeu, Alvear, Garcia; e até Artigas, o mais irredutível chefe do movimento de independência e república, em certo momento, esteve conformado com o projeto.

"Devo também comunicar a V. Excia., escrevia o Conde de Li-

nhares a D. Diogo de Sousa, em 18 de fevereiro de 1811, que "os habitantes e até os funcionários da campanha de Montevideu desejam tanto a nossa entrada que, passando o Coronel Tomaz da Costa a comprar nela mil cavalos de ordem minha, todos, e mesmo o comandante, lhe asseguravam que, se a compra era de passarmos aquele território, não se fazia preciso despendêr dinheiro em cavalos; que fôssemos e nos dariam gratis quantos quiséssemos; e o Capitão Artigas que comanda as tropas espanholas no Arroio da China (Argentina), sendo incumbido por ordem da Junta de Buenos Aires de reclamar ou invadir os terrenos por nós conquistados, disse ao Capitão de Dragões — Antônio Pinho, seu amigo, o qual comandava uma das nossas guardas da fronteira que entrava nessa diligência porque esperava que a Princesa, nossa senhora, fosse declarada com brevidade Regente dos domínios aquém do Rio da Prata; e depois concordaria com o Príncipe Regente de Portugal, nosso senhor, o que lhe parece acerca da linha de limites." (Rocha Pombo, VIII, Pág. 262).

Assim se teria manifestado Artigas, certamente em momento de desânimo, porque este chefe foi desde o início do movimento de independência o seu mais forte escudo. Tanto assim, que dele não se pode dizer que tivesse tomado parte nalguma intriga tendente a entronizar D. Carlota ou algum outro príncipe português, no Vice-Reinado. Não acontece o mesmo, entretanto, com os patriotas rebeldes em Buenos Aires. Alfredo B. Grosso, historiador argentino, em sua "História Nacional", página 225, citado por Rocha Pombo, descrevendo essa intriga diplomática, entre outras coisas escreve isto: "Ao Brasil mandou-se D. Manuel José Garcia, para que influísse junto do Governo português e conquistasse o apoio do ministro inglês residente no Rio de Janeiro. Chegou Garcia a propor a invasão do exército português na Banda Oriental, com o propósito de obter duas coisas: Primeiro — Sufocar no território oriental a ação da cau-

dilhagem, cujo chefe era Artigas. Segundo — Criar obstáculos ao desembarque e privar de base de operações a expedição dos 20.000, que se preparava em Espanha, permitindo-se a invasão portuguesa no território oriental".

Segundo Varnhagem, o Correio Brasiliense "aconselhava o Governo a mandar negociadores aos vizinhos américo-castelhanos, a fim de fazer valer os direitos de sucesso à soberania dos mesmos Estados em favor da Princesa do Brasil — D. Carlota, — irmã de Fernando VII, em caso que este soberano e toda a demais família da Espanha seguisse em cativeiro, direitos que eram, aliás, tão legítimos que as mesmas Cortes de Cadiz chegaram a reconhecê-los em relação ao próprio Governo da Metrópole" (Decreto de 13 de março de 1812).

Para os membros da Junta Provisória de Buenos Aires, qualquer acomodação serviria, desde que, diante do tumultuar dos acontecimentos que lhes perturbavam a casa, o Vice-Reinado caminhasse serenamente para a independência sem hiato no seu Governo. O que eles pretendiam era o evoluir até a sua autonomia do mesmo que o Estado do Brasil, sem barulho e sem sangue. Dai o seu quase desespero por conseguir um soberano, desde que esse não fosse Fernando VII, que aclamavam, apesar disso, contraditória e inexplicavelmente. Sarratea e Garcia foram os que mais a fundo entraram na intriga, propondo até que D. Carlota renunciasse, depois de estar em Buenos Aires, em favor de seu filho Pedro, então com 13 anos de idade. A propósito diz Zorrihela de San Martin na sua obra — "Epopéia de Artigas", pag. 204:

"A Junta de Buenos Aires, desde o mês de abril, antes da batalha de Pedras, negociava um arranjo com Portugal tendente a sacudir o jugo espanhol; mas atirando-se aos braços de D. Carlota de Bourbon, que presidiria no Prata um Governo monárquico constitucional. É claro que, neste caso, o Uruguai seria português. Para realizar esse plano se havia nomeado como agente a esse D. Manuel de Sarratea, cava-

lheiro cortezão, de prosápia, desejoso de fazer figura entre os grandes, o qual apresentou as suas credenciais a 22 de abril, e levava instruções duplas: ou pedir a mediação da Inglaterra e Portugal para a cessação imediata da guerra civil, admitindo a Junta a obrigação de fazer propostas para incorporar à Monarquia espanhola as Províncias rebeldes, ou negociar com Portugal a criação de uma Monarquia sob o cetro de D. Carlota, que resignaria a Coroa em favor do seu filho de 13 anos — D. Pedro de Bragança, o futuro Imperador do Brasil independente. Portugal entreviu mais uma vez, nesta última tentativa, a realização do seu sonho: O Rio da Prata como fronteira.

Sobre o mesmo assunto ainda noticia Rocha Pombo:

"Em Buenos Aires correram as coisas muito favoravelmente às pretensões de D. Carlota. Escrevera para ali o Dr. Saturnino Peña (Agente Secreto da Justiça), a personagens importantes no momento, expondo-lhes as vantagens que oferecia o Governo da Princesa, pintando-a como um tipo extraordinário, com sentimentos heróicos, e com todas as grandes virtudes da estirpe, e ainda como senhora de aprimorada educação e de qualidades muito apreciáveis. Seria ela o anjo salvador dos Estados americanos."

Para terminar a exposição desta causa de intervenção, de 1811, na Banda Oriental, a qual, sem dúvida, foi a mais direta e a principal, convém precisar que a Soberana portuguesa, ao manifestar frequentes vezes o seu irreprimível desejo de reinar no Rio da Prata, nunca deixou transparecer que sua posição aí fôsse em proveito próprio, mas no do seu irmão, enquanto estivesse prisioneiro dos franceses. Seria uma Regente. E isso era o que sobremodo agradava aos patriotas, cuja política consistia na dissimulação — até momento mais oportuno.

VI

CONCLUSÃO

Envolvido por tantos e tão poderosos motivos, seria sobre-humano

resistir a eles, submeter-se aos esforços contrários de Lord Strangford, e não invadir a Banda Oriental. Cabe admitir-se que essa invasão, como a seguinte de 1816, pelas razões expostas, estava na ordem natural das coisas. Foi pelo que esse ato histórico se consumou por ordem real passada a D. Diogo de Sousa, que nesse então se encontrava em Bagé, a 6 de junho de 1811, apesar das ponderáveis insinuações do ministro inglês, que sustentava que: "Se D. Carlota viesse a tomar conta dos Estados do Prata, formaria um poderoso exército, valendo-se então da sua força para arrancar-lhe a Coroa, como infrutiferamente já tentara fazê-lo em Lisboa". Não se pode duvidar de que Lord Strangford tivesse razão, em vista das péssimas relações íntimas entre marido e mulher. Mas o Príncipe agia desasombradamente guiado por sua visão pessoal.

E no mês de julho o Capitão-Mor de S. Pedro do Sul partiu buscando a praça forte de Melo e a Cochilha Grande, por onde marchou sem impecilios até alcançar Maldonado, em agosto desse ano. Acontece, porém, que Strangford, nesse meio tempo consegue aplacar a rivalidade entre o Vice-Rei, Elío, situado em Montevideu pelas forças da Junta de Buenos Aires, chefiadas por Belgrand e logo depois por Rondeau; e de D. João VI arrancar a embaixada de Rademacher, para que fôsse urgentemente a Montevideu e Buenos Aires selar a paz entre os três contendores — espanhóis, argentinos e portugueses, depois de ir ao acampamento de D. Diogo fazê-lo ciente do que se projetava. Mas esta parte da sua missão não foi cumprida, ficando o General português perplexo diante da nova ordem recebida — a de retirar o seu exército pacificador para o território do Rio Grande, já que Rondeau retirava o exército argentino dos muros de Montevideu, recolhendo-se a Buenos Aires. Tais eram os termos do acôrdo imposto por Strangford. Tinha-se atingido a finalidade da intervenção por um exército pacificador, ou tinha ficado frusta uma invasão, se

outra era a finalidade desse exército? A verdade é que à margem da invasão outros sentimentos nasceram na alma daqueles que precisavam dela e que a pediram — o da surpresa causada pela firme decisão do Monarca português e o do arrependimento de haver-se concordado com a invasão de forças que poderiam comprometer a sorte das nações espanholas da bacia do Prata. Dois descontentes resultaram desta convenção — Artigas — já vitoriosos em Las Piedras, a 18 de maio desse ano, impedido por Rondeau de expugnar Montevideu a golpes de arma a fim de consolidar a independência da Banda Oriental; e, por isso, em retirada para o Norte com sua força e todo o povo oriental que o quis acompanhar; e D. Diogo de Sousa, que não pôde ver brilhar seus gládios à luz da glória. Mas resultaram contentes outras duas partes — Os espanhóis, que se aliviaram da pressão argentina e da pressão portuguesa, e os argentinos, que se sentiram desembaraçados para continuar sua política tortuosa — de independência por um lado, ao mesmo tempo que aditos a Fernando VII, por outro. O mundo sul-americano estava evidentemente imbuído da necessidade de um reinado pela Princesa de Portugal e Espanha, ou por outro testa corada. Mas, diante da presença das forças portuguesas, percebeu o perigo ameaçador de seus intentos disfarçados; arrependeu-se e recuou. Isto ficou bem claro na conduta de Puyrredon, de Elío, e principalmente de Artigas. Se confrontarmos as palavras desde já referidas ao Coronel Tomaz Pinto, seu amigo, com seus atos posteriores, acharíamos contradição do mesmo, ou mentira de Tomaz Pinto, se a psique humana, excitada pelos acontecimentos, não nos autorizasse a convicção de que é certo o que disse nesse momento o Chefe dos Orientais e é admissível o que fez depois. Voltou atrás, arrependeu-se, raiocinou, já sabedor do grito de Ascensão (28 de fevereiro) já prestigiado por Buenos Aires e pela vitória de Las Piedras, em 18 de maio. Desse modo, com grande ha-

bilidade os habitantes do Prata esvaziaram de conteúdo a invasão de D. Diogo de Sousa, sem que por isso arrefecesse o empenho de dotar o Vice-Reinado de uma Dinastia que lhe viesse dar ordem e forma. Não resta dúvida: Os políticos do Prata se arrependeram a tempo da grave iniciativa que haviam tomado, apelando os patriotas para os nossos Príncipes; e o Vice-Rei, adverso aqueles, para as nossas armas. Este anseio se deveu, em parte, aos desastres bélicos do ano 10 em Catagaita e no Paraguai, e do ano 11 em Huaqui, onde foram derrotados os Generais da Independência; e, em parte, à iniciativa de Artigas que tomou a si só a campanha pela liberdade contra os espanhóis, contra os portugueses e contra os argentinos. Apesar de impotente para combater cada um dos inimigos separadamente, Artigas ainda guardou altivez ao responder ao agente da Junta de Buenos Aires, que vinha peitá-lo para aceitar os ajustes anteriores: "*Que se negava absolutamente a intervir naqueles tratados que considerava inconciliáveis com as fadigas do povo oriental*". Com sua defeção do Exército de Rondeau, em 1811, retirando-se com sua minguada força e com a cauda enorme de gente que o seguiu a cavalo, a pé e em veículos de toda a sorte, se fez verdadeiramente um *caudillo*, homem que guia uma cauda de gente, o chefe do povo uruguaio, o Pai da Pátria.

Se alguma glória se pôde ainda colher dessa seara chôcha de quatro retiradas, essa pertence a Artigas que, com o seu ideal plantado na mente e no coração, avançava enquanto os outros contendores recuavam. Mas a D. João VI e ao seu Lugar-Tenente D. Diogo de Sousa não se lhes pode negar a justiça de terem sido morigerados na execução da sua tarefa e de se terem retirado sem pretenderem indenização ou restituição dos auxílios que lhes haviam sido solicitados. Deuse a invasão, é verdade, quase por força maior; mas os invasores não se excederam em suas operações militares; de forma que, se ocultas intenções animavam a Soberana e

o Soberano português, não foram reveladas nem sequer insinuadas. Tudo passou como se não tivesse sucedido à Coroa portuguesa senão a demonstração do cavalheirismo do nosso Príncipe para com os povos vizinhos dos seus domínios.

Tal foi a imagem do momento histórico que precedeu e assistiu a invasão da Banda Oriental pelas forças portuguesas comandadas por D. Diogo de Sousa, futuro Conde do Rio Pardo e Vice-Rei da Índia.

Tão calmo é o semblante dessa fase histórica, que não podia provocar, como não provocou, aversão dos portugueses; nem sequer con-

traiu o sobressenho diante da continuação do processo histórico da independência dos povos do Prata, nos quatro anos que vão até 1816. Nesse intervalo o Príncipe português se restringiu à contemplação atenta da epopeia de Artigas na sua luta contra os argentinos; e nessa expectativa se conservaria, se não fôra a imensa ambição do caudilho revelada no ataque ao Continente de S. Pedro (1816), como meio de retomar os limites ditados em Santo Ildefonso. Mas, então, Portugal entra na luta, levando à cena briosamente o terceiro ato do drama guerreiro nas fronteiras do Sul.

COMEMORE SUAS VITÓRIAS

EXTERNE SUA ALEGRIA

COM

FOGOS ADRIANINO

à venda em toda parte e no Rio,

Praça Onze de Junho n. 291-A

TEL.: 43-9216

ALEGRIA É VIDA

CASA ADRIANINO

DE

DELFIM MAURICIO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

**Fogos para festejos em grande escala — Vendas por atacado e a varejo
Armas e munições — Pólvora para pedreiras — Dinamite e estopim**

**RUA MARCHEL FLORIANO PEIXOTO, 1684 — TELEFONES: 186 E 414
Nova Iguaçu — Estado do Rio**



SIGNIFICADO DO TRABALHO

LUCIANO LOPES

As transformações constantes da vida, e o eterno movimento das esferas claramente nos mostram que o Criador de todas as coisas até agora trabalha.

O trabalho assume assim uma significação nova, encerra uma filosofia profunda, digna de acurada meditação neste início de ano e de novo Governo.

Quer na vida do homem como indivíduo, quer na vida de um povo como nação, o trabalho exerce função educadora e vitalizadora de primeira ordem.

O Imperador Septímio Severo, que, por dezoito anos, governou Roma com energia e honestidade, adotara como lema da sua vida a palavra *Laboremus*. Hoje se reconhece que, não obstante as falhas da sua administração, muito concorreu para retardar a ruína definitiva do Império Romano decadente.

Para uma nação amenizada como o Brasil, coberta de parasitos que lhe sugam as últimas gotas de sangue agitado, só uma filosofia do trabalho amplamente difundida da imprensa, da cátedra e do púlpito é

que poderá produzir o milagre da sua reabilitação.

Na realidade não há prodígios que se não possam esperar do trabalho perseverante e inteligente. A confirmação desta verdade têm-na diante dos olhos: nações devastadas pela guerra ergueram-se dos escombros, reconstruíram as suas casas, reorganizaram as suas fábricas e estão exportando para o mundo inteiro o produto de suas indústrias.

Destarte, na regeneração moral do homem, indivíduo ou nação, o trabalho constitui elemento insubstituível.

O movimento trabalhista no Brasil terá significação mais ampla na vida nacional se, em vez de limitar suas atividades apenas ao campo das lutas partidárias e de reivindicações econômicas passar a promover intensa atividade de natureza cultural tendo como base uma profunda concepção da filosofia do trabalho.

DIGNIDADE DO TRABALHO

Em primeiro lugar convém tornar bem compreendida a verdadeira

natureza do trabalho. Numa sociedade que mal acabou de eliminar a escravidão, ainda conserva muito dos seus vícios e preconceitos. Entre estes o mais nefasto é o preconceito contra o trabalho. Como na antiga sociedade só o escravo trabalhava, e era signo de distinção social o não fazer nada, este modo de pensar, arraigado no espírito, continuou, de certo modo, até nossos dias. Não são poucos os que consideram aviltante o ocupar-se em qualquer atividade. Só lhes convém o ócio, e este ócio, *sine dignitate*, lhes embotou de tal modo o entendimento que não consideram nunca que o nosso Nilo Peçanha foi padeiro, James Watt foi fabricante de instrumentos, que Roberts Burns trabalhou no arado, Lincoln foi lenhador e que todas as grandes conquistas da humanidade vieram dos que heroicamente se dedicaram ao trabalho.

Convém que transformemos a nossa mentalidade. Não nos iludamos: nenhuma ocupação, ainda a mais humilde, avilta o homem.

É claro, entretanto, que, quando se fala em trabalho, não se há de pensar só no lavrador que cultiva os campos, no ferreiro que molda o ferro, no mineiro que arranca o carvão do seio da terra, no operário no interior das fábricas. Trabalho é todo esforço honesto e produtivo. Pensar é, também, trabalhar. E o esforço intelectual consome, por vezes, mais energia do que aqueles em que só se empregam as mãos.

O trabalho sempre enobrece. Jesus Cristo, o Filho de Deus, deixou-nos luminoso exemplo trabalhando numa obscura oficina de carpinteiro.

O SENTIDO RELIGIOSO DO TRABALHO

Creio na religião do trabalho. Não me é possível acreditar jamais na religião sem trabalho.

O próprio Deus trabalhou na criação do universo. E ainda trabalha na renovação de todas as coisas como nos diz o texto sagrado do livro de Apocalipse: "Eis que faço novas todas as coisas".

Aos olhos de qualquer observador é evidente que as massas trabalhadoras se estão afastando da religião. Da religião sistematizada, bem entendido. Os templos com os seus ritos, com os seus dogmas, com as suas pompas, não exercem já a mesma influência sobre as multidões. Só a religião do humilde carpinteiro de Nazaré, explicada na sua pureza e simplicidade, poderá apelar às massas. É a religião da oração e trabalho de que falou em palavras luminosas e acento profético Ruy Barbosa, grande educador do Brasil, na sua formosa *Oração aos Moços*.

Ouçamo-la:

"Mas, se a sociedade não pode igualar os que a natureza criou desiguais, cada um, nos limites da sua energia moral, pode reagir sobre as desigualdades nativas, pela educação, atividade e perseverança. Tal a missão do trabalho.

Os portentos, de que esta força é capaz, ninguém os calcula. Suas vitórias na reconstituição da criação mal dotada só se comparam às da oração. Oração e trabalho são os recursos mais poderosos na criação moral do homem. A oração é o íntimo sublimar-se da alma pelo contacto com Deus. O trabalho é o interior, o desenvolver, o apurar das energias do corpo e do espírito, mediante a ação contínua de cada um sobre o mundo onde lutamos.

O indivíduo que trabalha, acerca-se continuamente do autor de todas as coisas, tomando na sua obra uma parte, de que depende também dele. O Criador começa, e a criatura acaba a criação de si próprio.

Quem quer pois que trabalhe, está em oração. Oração pelos atos, ela emporelha com a oração pelo culto. Nem pode ser que uma ande verdadeiramente sem a outra. Não é trabalho digno de tal nome o do mau; porque a malícia do trabalhador o contamina. Não é oração aceitável a do ocioso; porque a ociosidade a desagra. Mas, quando o trabalho se junta a oração, e a oração com o trabalho, a segunda

criação do homem, a criação do homem pelo homem, semelha, às vezes, em maravilhas, a criação do homem pelo divino Criador."

"Quem quer que trabalhe está em oração". Eis a profunda filosofia do trabalho.

REGENERAÇÃO PELO TRABALHO

Um exemplo da história nos mostra eloquentemente o poder regenerador do trabalho ligado à oração.

Houve um tempo em que a igreja cristã correu grande risco na sua existência. Com a conversão de Constantino que a oficializou e lhe deu prestígio e riquezas, entrou para ela uma multidão de pessoas que não tinham verdadeira experiência da conversão.

Não tardou que o mundanismo por meio delas, invadissem a igreja. Por toda parte imperava a luxúria e o relaxamento da disciplina, ameaçando de ruína o cristianismo. Alguns espíritos mais fervorosos buscaram nos desertos uma vida de recolhimento e ascetismo. Outros se refugiaram nos mosteiros. Mas também estes não estavam isentos da influência maléfica do século.

São Benedito, cuja vida é tão significativa na história do Cristianismo, viu logo que é impossível a santidade sem o trabalho. Fundou, por isso, o mosteiro de Monte Cassino que havia de tornar-se tão famosos através dos séculos.

Na regra que escreveu para os monges, condenou a ociosidade como o grande inimigo da alma e estabeleceu a rigorosa divisão do tempo entre o trabalho, o estudo e a oração.

O artigo 48 das regras de S. Benedito condena a ociosidade como inimiga da alma e estabelece horas regulares de trabalho para os monges.

Como por encanto a agricultura começou a florescer. Os demais mosteiros da Europa começaram a adotar as famosas regras beneditinas, e destarte, o trabalho operou o milagre da regeneração do Cristianismo.

Vê-se, pois, que o trabalho que acorda, mobiliza e fortalece as energias físicas e morais do homem, é elemento insubstituível na sua regeneração e também na conservação da sociedade de que faz parte.

O TRABALHO E A ORDEM SOCIAL

O trabalho assume, como vemos, cunho eminentemente religioso. É sagrado. Quem trabalha imita a Deus. Mas o ocioso transgredir a lei divina. O seu castigo é terrível: o vício, a degeneração, o aniquilamento de todas as forças do espírito, a ferrugem que mata a alma.

O homem de fibra recusa viver à custa do trabalho alheio. Rejeita a vida fácil que prostitui. A vida fácil do parasitismo só produz crianças crescidas; jamais o homem no verdadeiro sentido da palavra.

Os ociosos, parasitas do organismo social, são elementos negativos da sociedade; os que só comem e nada produzem. Contra estes legistrou o apóstolo das gentes: Quem não trabalha, não come: Si quis non vult operari, nec manducet.

Os que engordam nas pingues sincuras, são verdadeiros inimigos da nação; e o homem que nada produz constitui perene ameaça às instituições democráticas. Isto claramente percebeu Solon, pois, quando quis reformar as leis de Atenas no sentido da democracia, sentenciou: "Aquele que não trabalha é um ladrão; seja levado aos tribunais".

Exprime, perfeitamente, a filosofia da malandragem a mui popular canção carnavalesca que diz: "trabalhar! eu não". Contra esta mentalidade cumpre reagir todos os que têm responsabilidade na orientação da sociedade.

Qualquer que tenha uma parcela de autoridade no governo da nação deve pôr o máximo empenho em prover trabalho para todos e educar o povo para o trabalho.

Os líderes das organizações religiosas deveriam exaltar perante os fiéis a dignidade do trabalho. Jesus mesmo, sendo filho de Deus, não trabalhou numa modesta oficina de

carpinteiro? Nada mais contraditório com a vida cristã do que uma sinecura. Não é o cinecurista um ladrão? Como pode ele ser membro de uma comunidade religiosa?

Que casa comercial, que empresa industrial deixaria de expulsar, como ladrão, o empregado que não quisesse trabalhar, o que fizesse do seu emprego uma sinecura?

Claro é que o crente não pode ser um sinecurista. A sinecura contradiz a vida cristã. É dever sagrado do cristão tornar-se em elemento de trabalho produtivo e útil à sociedade. Numa sociedade organizada, à luz da ciência, haverá variedade de ocupações de acordo com as oportunidades e as aptidões de cada um, mas não haverá lugar para ociosos. Os ociosos tornam-se incuráveis perturbadores da ordem social. "O trabalho é um dos melhores antídotos do crime", diz um pensador inglês.

O cruciante problema do menor abandonado, da delinquência infantil, jamais terá solução satisfatória sem este elemento regenerador do trabalho a serviço da Pedagogia. A recuperação do menor delinquente jamais se há de realizar sem a terapêutica do trabalho. O SAM devia saber disso.

A experiência de muitos anos no exercício do magistério nos tem ensinado que, numa sala de aula, os que perturbam a ordem são os alunos desatentos que não se esforçam. Na sociedade é a mesma coisa: os que não trabalham dão trabalho.

A polícia constitui hoje um pequeno exército ocupado exclusivamente em proteger a sociedade contra os desocupados. Ela sabe também que só dá trabalho quem não trabalha.

A MEDICINA DO TRABALHO

O trabalho atua com poder miraculoso na cura de muitas enfermidades do corpo e do espírito.

Em primeiro lugar ele nos imuniza contra o tédio, este grande mal do século.

Sabe-se que o crescente emprego da máquina está cada dia encurtando as horas de trabalho. Surge,

portanto, aqui o problema do tempo vazio.

Talvez não haja por aí quem, vez por outra, não tenha experimentado a infinita tristeza de uma tarde vazia, quando os ponteiros do relógio se movem com terrível lentidão, quando os minutos parecem anos e as horas séculos. É o tédio que invade a alma de quem não tem nenhuma ocupação para encher o tempo. E este surge, então, como espectro terrível que mete pavor.

Muitos procuram mil modos de matar o tempo: o jogo, as bebidas, os cassinos, os vícios elegantes na sua infinita variedade.

Matar o tempo!? Que crime inaudito! Castigo terrível sofrerá sempre quem o cometer. Terá sempre diante dos olhos o espectro pavoroso do tempo vazio que não morre nunca. O corpo e os nervos enfraquecidos que abrem caminho a uma infinidade de doenças.

Mas as numerosas moléstias nervosas encontram a sua cura mediante a terapêutica ocupacional que nos anos de após guerra tomou extraordinário desenvolvimento, constituindo um dos ramos mais interessantes da medicina.

Ora, o psíquico está intimamente ligado ao corpo; por isso os distúrbios nervosos refletem logo no organismo, dando origem a muita enfermidade. Isto quer dizer que, tanto um como noutro campo, o trabalho realiza curas maravilhosas.

Em entrevista publicada no "Jornal do Brasil" de 16 de maio de 1954, declarou o Prof. Henrique Roxo que "nos serviços de alienados do mundo inteiro, os doentes são colocados nas colônias a trabalhar e tem na terapêutica ocupacional a melhor de todas as terapêuticas".

Destarte, como já dizia Rousseau, o trabalho é o grande médico tanto do espírito como do corpo.

Os fatos parecem mostrar que o trabalho traz alegria e aumenta a longevidade.

Henry Ford, aos setenta e cinco anos, mostrava-se incansável nas suas atividades e nelas tanto se absorvia que quase se esquecia de comemorar o seu natalício.

Clemenceau, aos oitenta anos de idade, ainda trabalhava e nisto encontrava grande prazer. Ora empunhava a pena, ora a enxada, cultivando as belas letras e os roseirais do seu jardim.

Hoover, que nasceu na pobreza e chegou à presidência dos Estados Unidos, teve sempre uma vida laboriosa e, hoje, com mais de oitenta anos de idade ainda se mostra insaciável no trabalho.

Rockefeller, aos noventa anos, ainda trabalhava e certa vez declarou que o seu maior prazer não se encontrava nas riquezas que acumulara, mas na capacidade de trabalhar.

"Indubitavelmente" — dizia ele — "o trabalho é o segredo da felicidade".

Não nos seria possível falar aqui de Franklin, Edison, Oswaldo Cruz, Mauá, Santos Dumont, e tantos outros que pelo trabalho se imortalizaram.

É verdade que homens assim, com esta filosofia de vida, é que se enriquecem e fazem a prosperidade da nação. É este um dos fatores do engrandecimento da grande nação americana, como assinalou Viana Moog, da Academia Brasileira de Letras, no seu excelente livro "Bandeirantes e Pioneiros".

O progresso de um povo não se faz pelo jogo e pela loteria. Não é obra do acaso, mas resultado de trabalho inteligente.

O TRABALHO A LUZ DA CIÊNCIA

Como ser racional, inteligente, o homem põe o selo da sua inteligência em tudo quanto faz. Todo o progresso humano é produto da inteligência que descobre as leis da natureza e cria as ciências que melhora as condições do homem sobre a terra, que controla a filosofia que lhe ilumina e enobrece a vida e lhe dá nova e profunda significação aos seus esforços.

Nós, os crentes, não devemos ter medo da ciência. Val para mais de vinte anos que escrevi num opusculo — Educação do Homem, hoje esgotado: *Verdadeira ciência e verdadeira religião são duas irmãs que*

se beijam, mas não se mordem. Ainda hoje não tenho motivos para mudar de opinião.

Devemos, pois, recorrer sempre às ciências e empregá-las em todos os atos da nossa vida inclusive no estudo do problema do trabalho.

A Filosofia, por ser considerada a rainha das ciências, lança um poderoso raio de luz que ilumina o assunto. Ela mostra a dignidade do homem e a profunda significação do seu trabalho.

Em primeiro lugar cumpre considerar: o homem não é igual máquina, inconsciente do que faz, nem é como animal que não compreende a finalidade do seu esforço. Criado à imagem e semelhança de Deus, o homem é uma pessoa, isto é, tem uma personalidade que é sagrada e assim deve ser considerada em todas as circunstâncias.

A liberdade é atributo fundamental da personalidade. Por isso a liberdade é um direito natural e inalienável do homem como doutrinou Locke e confirmou Rousseau. A escravidão é flagrante violação deste direito natural.

Se o homem é livre, é dono do seu corpo, de suas mãos, conseqüentemente, daquilo que com elas produz. O trabalho de uma personalidade é superior ao do bruto e ao da máquina. Por isso o homem não pode estar sujeito a exploração de outro homem. Ele merece uma justa remuneração pelo trabalho que faz, pelo serviço que prestar à coletividade.

A Higiene é outra ciência que traz notável contribuição para a solução do problema do trabalho. Ela nos aponta as leis da saúde e nos mostra as condições em que o homem deve viver e trabalhar para manter em boa forma o seu organismo e prolongar na terra os seus dias felizes.

Não se deve nunca encarecer em demasia o valor do trabalho a ponto de desconhecer a necessidade do repouso. Um é tão sagrado como o outro. O esforço excessivo traz a fadiga. Nem as máquinas dispõem o repouso. A ciência nos

está mostrando que até os metais estão sujeitos à fadiga.

Em não havendo período de repouso e recuperação o organismo depressa se arruina e o homem encurta os seus dias. O domingo, que é o dia do Senhor, deveria ser reservado para descanso como preceituava a religião Cristã.

Graças à contribuição da Higiene já se tem encurtado as horas de trabalho, com um tempo determinado para as refeições. O trabalhador já não se vê obrigado a viver num ambiente confinado, sem ar e sem luz, como era comum nas fábricas. As modificações que se têm feito e se estão fazendo nas condições de trabalho devem-se ao reconhecimento dos direitos da personalidade humana.

A Psicotécnica, que tem por fim pesquisar e descobrir as aptidões do indivíduo para orientá-lo na escolha da profissão, está contribuindo extraordinariamente para aumentar a felicidade do homem na terra.

O homem sente-se feliz quando absorvido em fazer o que gosta. E só gosta de fazer aquilo para o que tem aptidão.

Passa a vida toda numa espécie de inferno o que erra na escolha da profissão e se vê obrigado ao exercício de uma atividade na qual não encontra prazer.

Variável ao infinito é a natureza humana, como infinita é a variedade de ocupações. Mas nem todas as ocupações servem para todas as pessoas. Ou para usar as palavras de Goethe:

"Nem todos os caminhos são bons para todos os caminhantes."

Esta frase do profundo pensador alemão eu a copiei de um quadro que se vê na sala de espera do Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) que funciona no n. 6 da Rua da Candelária, Rio — sob a direção do Prof. Mira y Lopez, em conexão com a Fundação Getúlio Vargas.

Submetendo a testes especializados os motoristas do Rio de Janeiro, Mira y Lopez descobriu muitos que não possuíam certos requisitos in-

dispensáveis para o exercício da profissão. Fêz que se lhes cassassem as carteiras de motoristas e com isso baixou consideravelmente o número de desastres de automóveis no Rio de Janeiro.

Assim acontecerá na sociedade toda quando a ciência for aplicada plenamente na escolha das ocupações e na organização geral do trabalho.

A sabedoria se resume nisso: cada qual no seu lugar segundo as suas aptidões. Ou como diz o inglês: *The right man in the right place*.

A Sociologia nos ensina que a sociedade é como um imenso organismo do qual cada um de nós faz parte integrante como a célula no corpo.

Como cada membro atua sempre em íntima solidariedade com o corpo de que faz parte, assim deve proceder o indivíduo em relação a sociedade em que vive.

Nun organismo nenhuma célula vive por si e para si. O princípio vital que governa o funcionamento de todas as partes do corpo é: "Um por todos e todos por um".

Há casos em que uma célula entra a se desenvolver desproporcionalmente, empurrando as outras, devorando-lhes o alimento e tomando-lhes o lugar: é o câncer que logo desarranja e mata o organismo. Assim faz o egoísta na sociedade. Ele quer tudo para si. Ele açambarca os gêneros de primeira necessidade e se alimenta do sangue dos pobres. Reune em suas mãos todas as riquezas, mas o organismo social adoece e morre.

O egoísmo é o câncer da sociedade. Como o câncer até hoje tem zombado do esforço dos médicos, também o egoísmo causador de tantas guerras, mortes e destruições não encontrou o seu médico. Só pode curá-lo o Médico Divino, Jesus Cristo, que o mundo materialista e ateu persiste em rejeitá-lo.

Darwin descobriu na luta pela vida, *Struggle for Life*, a lei da evolução das espécies pela sobrevivência dos mais fortes. Esta lei pode ser verdadeira para o reino animal e também em relação ao ser humano

enquanto simplesmente animal. Mas o homem não é apenas animal. Ele é um ser composto de corpo e espírito.

Assinala Leconte du Nouy no seu interessante livro *Human Destiny*, que nos últimos anos os cientistas, têm enfatizado sobremodo, no estudo dos seres vivos, as semelhanças entre os homens e os animais até o ponto de quase obliterar as diferenças.

Mas há também diferenças, profundas diferenças, que se devem tomar em conta. O homem não é simplesmente um animal. É uma personalidade composta de corpo e espírito.

Enquanto animal, isto é, enquanto nele predomina a animalidade, o homem é dominado pelos instintos, é impulsionado pelo egoísmo que gera o ódio, a competição, as guerras. Mas quando espiritualmente evoluido, nele passa a predominar o amor, o altruísmo, a solidariedade, a cooperação. O cristão, isto é, o que experimentou o novo nascimento em Cristo passa a viver segundo os princípios superiores do Reino de Deus, põe voluntariamente o amor em lugar do ódio, a cooperação em lugar da competição, a mordomia em lugar da propriedade.

Le Tournieu, o grande industrial americano procura ilustrar na sua vida o princípio da mordomia. Considera Deus como o dono de tudo e a si próprio como simples mordomo, ou administrador dos bens que Deus lhe colocou nas mãos para o bem de todos. Como se vê é um princípio espiritual, oposto ao da competição que governa a vida animal.

Dentro deste mesmo espírito surgiu o Cooperativismo que pratica o princípio de fraternidade na vida econômica. Surgiu há cento e dezenove anos, com vinte e oito teceções, em Rochdale, na Inglaterra, e hoje conta com mais de cento e vinte milhões no mundo inteiro.

"Um por todos e todos por um" é o princípio fundamental que rege todas as sociedades cooperativistas em perfeita consonância com os ensinamentos de Cristo. O Professor Maurer Júnior, da Universidade de São

Paulo, declara no seu excelente livro — *O Cooperativismo* — que este sistema é a aplicação prática dos princípios do Reino de Deus à vida econômica.

Declarou Toyohiko Kagawa ter sido um batista, de nome John Mitchell, o grande promotor do desenvolvimento do cooperativismo na Inglaterra.

Charles Gide, economista francês, cujas obras sobre Economia Política estão traduzidas em todas as línguas cultas do mundo e não de consulta obrigatória a todos os que se dedicam a este ramo de estudos, Gide, cristão evangélico, adotou os princípios cooperativistas e se fez o apóstolo da nova ordem social baseada no cooperativismo que traz, sem violência, uma solução cristã aos problemas econômicos.

É oportuno lembrar aqui quais as palavras de Gladstone, o grande estadista cristão da Inglaterra:

"Muito se fala sobre os problemas da atualidade. Só existe um problema que é o de aplicar os ensinamentos dos evangelhos a todas as circunstâncias e condições de vida. Eles podem corrigir e corrigirão todas as injustiças".

E também ao do grande economista belga Emilio de Laveleye: "O Cristianismo traz solução às terríveis questões sociais que põem em luta trabalhadores e capitalistas, porque, pela fraternidade que prega, conduz ao reino da Justiça. Entre patrões e empregados verdadeiramente cristãos, nenhuma dificuldade poderá surgir, porque a equidade presidirá a distribuição dos bens".

O Cooperativismo é, pois, a aplicação prática dos princípios de Cristo aos problemas econômicos. Ele é o mais poderoso estímulo a uma vida de atividade construtiva na sociedade, porque reconhece o valor da personalidade humana e dignifica o seu trabalho; porque condena a exploração do homem pelo homem; porque respeita a liberdade e procura estabelecer a democracia; porque põe em prática a solidariedade e fraternidade entre os homens alicerçado no princípio: Um por todos e todos por um.

O cooperativismo não é um sistema que se imponha pela violência, mas pela persuasão, pela criação de uma nova mentalidade de amor e altruísmo no homem. O seu crescimento é, por isso, necessariamente lento, como o fermento na massa. É um movimento profundamente educativo e teve como precursor Pestalozzi, o grande educador suíço, cujos princípios pedagógicos têm influenciado poderosamente na renovação das escolas do mundo inteiro.

É aconselhável, portanto, que os educadores e todos os amigos da educação procurem conhecer os princípios do cooperativismo que se acha intimamente ligado ao espírito e prática da Escola Nova.

EDUCAÇÃO E TRABALHO

Se um governo, escudado na disciplina da força, resolvesse arrastar perante os tribunais e mandar para as prisões os ociosos, como recomendou Solon; ou se decidisse a privar de alimento os que não trabalham, como requeria São Paulo; se decretasse tarefa diária obrigatória para cada cidadão, teria estabelecido um regime totalitário, de violência, que não resolveria o problema, pois, no fim havia de provocar a revolta íntima da personalidade ferida nos seus direitos mais sagrados.

Formar o homem com uma nova mentalidade, de amor ao trabalho, de espírito realista e realizador é tarefa da educação. Chegamos agora ao ponto de tocar com o dedo o magno problema do Brasil.

Infelizmente, a nossa educação amarrada à rotina e presa à tradição, não está em condições de cumprir a sua gloriosa missão de formar o novo homem de que a nação precisa.

A primeira vista o movimento da educação no Brasil apresenta um aspecto animador. O seu crescimento não encontra paralelo em nenhum país. Haja vista o crescimento do ensino médio. Segundo as estatísticas havia em 1933, 66.400 estudantes do curso secundário no

Brasil; hoje, este número se eleva a mais de quatrocentos mil.

E o crescimento continua no mesmo ritmo. Estabelecimentos de ensino secundário abrem-se por toda a parte e a necessidade de professores preparados torna-se cada dia mais premente.

Eleva-se cada ano o número de Ginásios no Brasil. No ano de 1955, deram entrada no Ministério de Educação mais 150 requerimentos pedindo inspeção prévia para novos Ginásios que pretendem abrir para funcionar em 1956.

Por isso mesmo as vantagens reais de tal crescimento são de, certo modo, precárias.

A nossa educação, em grande parte, continua a ignorar a realidade brasileira. Continuamos presos a teorias e práticas tradicionais. Temos até mesmo escolas superiores sem aparelhamento adequado, sem laboratórios, sem nenhum campo de experimentação. Há alunos que terminam o segundo ciclo sem nunca ter feito uma única experiência de laboratório. Sem jamais terem visto um microscópio. A maior parte dos alunos saem das escolas com uma cultura livreira, ilusória, que os habilita ainda que mal para o funcionalismo público. São poucos os que se dedicam a uma vida de realizações práticas, de trabalho produtivo que valoriza o homem e enriquece a nação.

O mesmo acontece nas escolas primárias e secundárias. As mãos paralisadas para o trabalho, os olhos abertos para os livros e fechados para a natureza.

Multiplicam-se por toda parte, é verdade, as escolas de todos os graus; mas diretores e professores (com raras e honrosas exceções), ainda não chegaram a acreditar que só o trabalho, a atividade criadora, coloca o aluno em contacto com a realidade. O saber puramente livreiro pode dar-nos uma ilusão de conhecimento de cultura, mas não forma personalidades fortes e saudáveis.

"O trabalho é o melhor dos educadores porque obriga o homem ao contacto dos outros homens e das

coisas gerais elas realmente são", diz um educador inglês.

Só a escola ativa, a escola do trabalho, é capaz de operar o milagre da regeneração do Brasil.

Já dizia Goethe, genial pensador alemão, que, sem trabalho, não pode haver o desenvolvimento da personalidade.

Destarte, as nossas escolas só estarão em condições de cumprir plenamente a sua missão quando inspiradas pela filosofia do trabalho, forem dotadas de laboratórios, de oficinas, ou, de acôrdo com a diversidade de circunstâncias, de terreno apropriado à jardinagem e pequena agricultura, que propiciem ao aluno o exercício de atividade criadora essencial ao pleno desenvolvimento das personalidades fortes e sadias.

É dever dos educadores, de todos os líderes políticos e religiosos, exaltarem perante o povo a dignidade do trabalho propiciando, ao mesmo tempo, condições que o estimulem.

Estamos vivendo um instante decisivo da nossa história. O grande surto industrial da nação é disso indício claro e positivo. Impõem-se novas reformas em todos os se-

tores da educação que tenham por fim preparar as novas gerações para o novo mundo que está surgindo. Urge que se tenha coragem para romper de vez com a rotina, com a educação teórica e livresca, inaugurando no Brasil a Escola do Trabalho, à semelhança do que fez Kerschensteiner na Alemanha, inspirado nos mesmos princípios da moderna educação americana. Graças a esse espírito de trabalho impregnando as suas escolas, a Alemanha, devastada pela guerra, ressurge, hoje, perante o mundo com magníficas realizações.

E com esta filosofia de amor e dignificação do trabalho, permeando toda a nossa vida, a começar da escola primária, que o Brasil, "gigante que dorme" há de despertar do "seu berço esplêndido" para marchar vitoriosamente na estrada da Ordem e do Progresso.

Todo o edifício da nossa República, com todas as suas leis, com todas as suas instituições, deve constituir-se numa vasta escola, escola-oficina, bem entendido, em cujo frontespício se leia como lema, em letras luminosas: AMA, ORA E TRABALHA.

FOGOS

CASA SANTO ANTÔNIO LTDA.

Brinquedos

ESTRADA RIO-PETRÓPOLIS, 1.605-1.609

Duque de Caxias — Estado do Rio

FOGOS CARAMURÚ

DISTRIBUIDORES EXCLUSIVOS

Discurso proferido na Esc. Com. Est.-Maior do Exército, por ocasião da entrega dos distintivos da Escola de Comando e Estado-Maior de Fort Leavenworth (E.U.A.), pelo Gen. F.L. Brayner, no dia 28 de maio de 1956

Sr. Embaixador dos EUA

Sr. Ministro da Guerra

O Gen. Chefe do EME designou-me, com o consentimento de V. Exa. Sr. Ministro, para agradecer, em nome dos Oficiais que acabam de receber a insígnia da Escola de Comando e Estado-Maior do Fort Leavenworth, a distinção que o Exército dos EUA entendeu de lhes conferir.

Bem sabemos a alta significação desse gesto que traz para a intimidade de nosso convívio, para o recasso de nossa consciência profissional, a lembrança viva desse escalão cultural que tanto nos honramos de ter frequentado.

Por uma coincidência feliz, aqui presentes se encontram cinco (Lott, Brayner, Castelo, Arruda, Magessi) dos doze integrantes da turma que inaugurou o Curso Brasileiro de Leavenworth, no 2º semestre de 1943 quando ia em meio a tragédia da II Guerra Mundial.

Naquele momento, chegara a nossa vez de tomar uma atitude mais ostensiva, mais positiva, ante a violência da agressão que o inimigo desencadeara contra as nossas fronteiras marítimas.

Certo era tremenda a responsabilidade com que iamos arcar, intervindo no conflito quando todos os contendores já haviam elevado ao mais alto grau a sua eficiência bélica e o adestramento no Campo de batalha.

Não possuíamos, nem uma coisa nem outra. E quando as negociações com os nossos valorosos aliados ainda se encontravam no Campo diplomático e no âmbito Governamental, foi lançada essa valiosa antena para o reajustamento da preparação doutrinária do alto Comando, nessa gloriosa Escola de Comando e Estado-Maior de Leavenworth.

Não foi, certamente, um Curso normal, o desse 1º escalão, nem na duração nem na seriação das matérias. Mas serviu, acima de tudo, pela sua dramática intensidade, para nos dar uma visão panorâmica de que estava ocorrendo nos quatro pontos cardiais, estabelecendo os elos de uma corrente que se fundava na unidade de doutrina e na comunhão de ideais.

Vinhamos de uma formação doutrinária em que os ensinamentos eram calculados na experiência da I Guerra Mundial, transmitidos por mestres franceses, escolhidos entre os mais brilhantes e capazes, de fama consolidada nos Campos de batalha europeus.

Entre os doze integrantes da 1ª turma se encontravam o próprio Comandante desta Escola e vários dos seus Instrutores-Chefes, além de outros que ainda eram ou haviam sido instrutores.

A esse núcleo de oficiais é que coube a organização da Força Expedicionária Brasileira e a constituição de seu Estado-Maior de Operações.

De sua dedicação e eficiência pode-se bem ajuizar se nos lembrarmos que nenhum dos Generais que compuseram o Comando da Força Expedicionária Brasileira havia passado por Leavenworth.

Todos os que me ouvem sabem perfeitamente que um Estado-Maior é um Conjunto, em que cada componente trabalha em determinado ramo, sob a coordenação de um Chefe.

Não há milagres individuais. Há trabalho de equipe. Este sentimento, que já possuímos em embrião, Leavenworth consolidou e desenvolveu, permitindo-nos conduzir a tarefa que nos foi imposta até o encerramento da Campanha, honrando os compromissos que os Chefes haviam assumido com os nossos aliados.

Certo, no decorrer da Campanha tivemos a prova provada dos ensinamentos de Leavenworth, trabalhando em perfeita harmonia e unidade de vistas com os demais estados-maiores, jamais se registrando qualquer desentendimento. Ao contrário, os Chefes americanos seguidamente exaltavam a ação eficiente do Estado-Maior da Força Expedicionária Brasileira, particularmente no apoio logístico das operações, assunto em que a nossa experiência era precária.

Devemos reconhecer que o preparo intelectual dos oficiais enviados a Fort Leavenworth, sempre os colocou em alto nível, no confronto com os seus camaradas de outras origens.

Com a 1ª turma, porém, a transição era muito brusca.

Em tudo, porém, tínhamos sempre presente, o ensinamento básico de Gamelin, quando nos advertia: "Uma doutrina de guerra, não é uma série de axiomas com força de lei, mas um conjunto harmonioso que compreende:

- uma concepção da guerra traduzindo a luta entre duas vontades;
- um método de raciocínio, traduzido numa estimativa que considera os problemas de guerra sempre sob um mesmo

ângulo: a missão, o inimigo, o terreno, os meios;

- um princípio fundamental: "o da Economia de Forças" que disciplina o emprego dos meios.

Foi com essa bandeira desfraldada e com a máxima receptividade que transpusemos os humbrais de Fort Leavenworth, para em seguida arcar com a dura realidade, reagindo sobre os ensinamentos que constituíam o arcabouço da nossa formação doutrinária.

O imenso potencial bélico que intervinha nos Campos de batalha, desfilava, então, diante dos nossos olhos atônitos. O teatro de operações que nos destinavam e que se caracterizava pelo terreno montanhoso, era a antítese perfeita do que predominava na nossa concepção de guerra continental, bem como as condições mesológicas que sempre serviram de base ao nosso raciocínio.

Leavenworth não nos iludiu, nem nos decepcionou.

Era acima de tudo uma Escola de Comando e Estado-Maior em plena guerra. Preparava os elementos para o Comando, por intermédio de instrutores oriundos dos Campos de batalha, inclusive ingleses, do 8º Exército, do Comando de Montgomery. Seus instrutores estagiavam nos Teatros de Operações do Norte da África, da Itália, ou do Pacífico, de onde voltavam trazendo no espírito as marcas da tragédia de Bataan ou da ferocidade da luta em Guadalcanal.

E para que melhor compreendêssemos o realismo inexorável daquele curso, fomos, ainda, levados a estagiar na Escola de Artilharia de Fort Sill, na imponente Escola de Infantaria de Fort Benning, na de Engenharia de Fort Belvoir, no Arsenal de Aberdeen e, por fim, no Estado-Maior da 100ª e da 108ª Divisão de Infantaria, concentrados em recesso, em Fort Jackson, já com a partida marcada para o Pacífico.

Era o trabalho objetivo e complementar da Escola de Comando e Estado-Maior de Fort Leavenworth.

preparando os elementos básicos para o Comando da Fôrça Expedicionária Brasileira, sem auras acadêmicas.

Posteriormente, o Curso Brasileiro de Leavenworth tomou a feição serena e bem ritmada, do tempo de paz, tendo se estabelecido um perfeito intercâmbio, cujos frutos, agora, podemos balancear com orgulho e satisfação.

Este distintivo, Sr. Embaixador, que tantas recordações traz ao nosso espírito, tem a virtude de chamar a nossa atenção para o atual panorama do mundo que, após 11 anos do encerramento do último conflito, ainda se apresenta conturbado e

ameaçador, com o fantasma, à vista, da luta ideológica que provocará, sem dúvida, o emprego de meios de destruição até hoje desconhecidos e a derrocada de uma civilização.

Agradeço a V. Exa. Sr. Embaixador, em nome dos agraciados, rogando seja V. Exa. o intérprete de nossos sentimentos de fidelidade à gloriosa Escola que continuará, através de seus valiosos ensinamentos, a consolidar a unidade espiritual e doutrinária entre os Exércitos dos Estados Unidos e do Brasil, para a diuturna vigília a que estarão incessantemente obrigados, os homens da nossa geração, na preservação dos destinos de nossas Pátrias.

TRAN-CHAN DE SÃO JOÃO

VENDAS POR ATACADO E VAREJO

Matos & Nadaes Ltda.

Matriz : RUA DOM LARA, 20-30 — Tel. : 29

Filial : RODOVIA PRESIDENTE DUTRA — Km 4

SÃO JOÃO DE MERITI — ESTADO DO RIO

FOGOS CARAMURU

ARMAS — MUNIÇÕES — PÓLVORAS — ARTIGOS PARA PESCA —
APARELHOS DOMÉSTICOS — ALUMINIÓS — PORCELANAS —
CERÂMICAS — VIDROS — CRISTAIS

Ron Montilla

MONUMENTO ÚNICO PARA O SOLDADO DESCONHECIDO

**JUSTIÇA PARA OS HERÓIS QUE PERDERAM A VIDA PELA
PÁTRIA EM TODAS AS GUERRAS DE QUE O BRASIL PAR-
TICIPOU**

**O Gen Floriano Peixoto Keller, lembra os casos do Arco do Triunfo,
em Paris, White Hall, em Londres, e Arlington, em Was-
hington**

Transcrevemos, aqui, a entrevista concedida ao DIÁRIO DA NOITE pelo General Floriano Peixoto Keller, na qual ele justamente advoga a conveniência de se perpetuar num só monumento a glória dos heróis que deram o seu sangue pela Pátria, em todas as guerras, de cujos entreveros participamos até hoje

Continua em pauta a idéia de se erigir, no Rio de Janeiro, um monumento em memória dos mortos brasileiros na 2ª Guerra Mundial.

Os povos adiantados e ricos fazem justiça aos seus heróis de todas as guerras, erguendo simplesmente um monumento ao soldado desconhecido. Esse é o exemplo que deveríamos de preferência seguir, ao invés de nos darmos ao luxo, pobres como somos, de dedicar monumentos especiais para os nossos patrícios, tombados nesta ou naquela guerra, considerada singularmente. Dentro das parcas possibilidades de nossos orçamentos, seria mais prático imitarmos, nesse particular, povos como o inglês, o francês e o norte-americano.

**POR QUE NÃO UM SÓ MONUMENTO
A TODOS OS MORTOS NO SER-
VIÇO DA PÁTRIA?**

Disse o General Floriano Peixoto Keller:

— O Brasil nação que nunca fez a guerra de conquista e que estabeleceu o arbitramento obrigatório na sua Constituição, para solução dos conflitos externos; que resolveu serenamente todas as suas questões de limites, sabendo o que tem de

seu, conhecendo o que lhe pertence de Direito e de Justiça, em três ocasiões diferentes aceitou o estado de guerra que governos estrangeiros lhe impuseram. A primeira vez foi entre 1865-1870. A zona de operações foi a América do Sul. O custo de guerra: Rs 600.000.000\$000. As perdas em mortos: 30.000 homens.

Os arquitetos F. de A. Caminhoe e P. Binard projetaram um monumento aos mortos da guerra, destinado a ser erigido no Campo da Aclamação, como marco atestante dos feitos gloriosos dos combatentes que perderam a vida em defesa da Pátria. A justa e nobre campanha pró-monumento não vingou.

A PRIMEIRA GRANDE GUERRA

— A zona de operações foi o Atlântico Sul e a Europa. Em 26 de outubro de 1917, às 18,00 horas, o Presidente da República, Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes, assinou o Decreto n. 3.361, que sancionou a resolução decretada pelo Congresso Nacional, reconhecendo o estado de guerra iniciado pelo Império Alemão contra o Brasil.

Em consequência foi mobilizada uma Divisão Naval composta dos "scouts" "Rio Grande do Sul" e

"Bahia" e dos destroyers "Paraíba", "Rio Grande do Norte", "Piauí" e "Santa Catarina", e do transporte de guerra "Belmonte", sob o comando do Contra-Almirante Pedro Max de Frontin.

Essa Divisão foi lançada para, em cooperação com as forças navais aliadas, que operavam no Atlântico Sul, dar combate à campanha submarina no auge do seu poderio.

No porto de Dakar a tripulação foi atacada pela epidemia de gripe, que grassava com terrível impetuosidade, fazendo avultado número de vítimas. O armistício de 11 de novembro de 1918 encontrou a Divisão Naval em plena zona perigosa, operando em águas européias; também o Brasil mobilizou com destino à França uma Missão Militar Médica, constituída por médicos e farmacêuticos, civis e militares, chefiada pelo Dr. José Thomaz Nabuco de Gouvêa, comissionado no posto de coronel.

Essa missão prestou relevantes serviços na zona de operações, oficiais do Exército que integravam a Comissão de Compras na Europa, foram incorporados nas unidades das diferentes armas do Exército francês, sendo alguns deles promovidos por atos de bravura. A Marinha Mercante também prestou valiosos serviços e sofreu baixas em material e vidas. Pelo Decreto número 3.875, de 11 de novembro de 1919, o Governo do Brasil sancionou as resoluções do Congresso Nacional que aprovou (Tratado de Paz), assinado em Versalhes em 28 de junho de 1919.

Quase todos os países aliados erigiram monumentos para perpetuarem os feitos dos que se imolaram ao serviço da Pátria. O Brasil não cogitou do assunto. Em Paris, Londres, Washington, respectivamente,

no Arco do Triunfo, em White Hall e no Cemitério de Arlington, artistas consagrados planejaram e erigiram os Túmulos dos Soldados Desconhecidos, ante os quais os mais altos dignatários rendem, publicamente, homenagem aos mortos da guerra em cerimonial da mais alta pompa.

A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

— Essa guerra feriu-se na Europa e no Atlântico Sul. Pela primeira vez na sua História Militar, o Exército brasileiro e a Força Aérea Brasileira participaram em ações de guerra extracontinentais, representados pela Força Expedicionária e o 1º Grupo de Aviação de Caça.

O armistício foi assinado em 8 de maio de 1945.

Regressaram à Pátria, em escalões sucessivos os combatentes que atuaram no "front" europeu.

Em Pistóia ficaram 453 cruzeiras brancas dos que partiram para nunca mais voltar. Acertadamente pensou o Governo, em reuni-los em solo brasileiro, sob um monumento que aponte à posteridade, a gratidão da Pátria. Ainda está em tempo de se fazer justiça a todos os mortos de guerra.

Lembremo-nos de que os símbolos artísticos valem tantas vezes por sínteses históricas do domínio do sentimento, que é a matéria donde os espíritos de eleição recebem a inspiração dos grandes pensamentos e a energia para os feitos elevados.

Os monumentos atuam sobre a coletividade, criando um comum estado de alma entre os mais cultos e os mais desletrados, irmanando-os numa comunhão que tem sido, tantas vezes, o ponto de concentração das nacionalidades em sofrimento.

GENERAL DE DIVISÃO ALCIDES GONÇALVES ETCHEGOYEN



Perdeu o Exército na pessoa do ilustre General Etchegoyen um dos seus chefes de maior prestígio e serviços.

Ingressando, na juventude, no Colégio Militar de Porto Alegre, cedo se impôs aos seus colegas por virtudes e qualidades invulgares.

Teve suas promoções todas por merecimento.

Destacou-se nas revoluções de 1924, 1930 e 1932.

Como Chefe de Polícia da Capital Federal se distinguiu pela energia com que combateu a fraude e a corrupção.

Outro grande serviço que prestou à Pátria foi na presidência do Clube Militar, onde evitou que elementos subversivos se apoderassem dessa instituição.

Sereno, austero, inflexível, mas bondoso, desaparece moço ainda mas aureolado pelo respeito das novas e velhas gerações.

COLÉGIO MILITAR

O 67º ANIVERSÁRIO DE SUA FUNDAÇÃO — AS FESTAS COMEMORATIVAS — DISCURSO DO SR. CORONEL DARCY LEAL DE MENEZES

O Colégio Militar do Rio de Janeiro comemorou festivamente, domingo último, o 67º aniversário de sua fundação, com um programa esmerado, do qual participaram todos os seus milhares de alunos. A sua sede foi visitada por altas autoridades civis e militares e jornalistas, bem como pelas famílias dos instruídos.

Ao seu fundador o Conselheiro Tomaz Celho, foram prestadas várias homenagens inclusive sendo colocada no seu monumento uma palmeira de flores naturais. O Comandante, Coronel Adalberto Pereira dos Santos, fez ler o seguinte boletim sobre a data, tendo o Sr. Coronel Darcy Leal de Menezes proferido o seguinte discurso.

"Festeja-se o 67º aniversário da fundação deste tradicional Colégio, criado pela imaginação fecunda e generosa do saudoso Ministro e Conselheiro do Império Tomaz Coelho, e mantido com desvanecimento pelo Exército Nacional.

Como se sabe, na época da sua instalação, polarizava esta casa de ensino a preocupação de dar acolhida aos órfãos de militares tombados na defesa da pátria.

Por ser iniciativa nobre e extremamente útil à coletividade, ocorreu mais tarde a abertura de outros três estabelecimentos similares, em Barbacena, Porto Alegre e Fortaleza que, passado algum tempo, foram fechados inopinadamente.

Hoje, ao se reverenciar a memória do patrono deste Colégio, achamos que um modo vibrante e sincero de fazê-lo pode consistir no

pedido que ora se formula aos responsáveis pela administração pública, para que se promova com brevidade, a maior difusão de casas como esta de Tomaz Coelho, por todo o território brasileiro, a exemplo do que em boa hora acaba de ser feito em Minas Gerais, com a recente fundação do novel Colégio Militar de Belo Horizonte, ato que se deve à visão patriótica do nosso eminente Chefe do Exército, Excelentíssimo Senhor Ministro General Teixeira Lott.

De um lado, parece-nos, isso não chegaria a representar pesado sacrifício para um Estado que, segundo depoimento de ilustre Ministro da Educação, participa ainda de maneira débil na instrução de grau médio, a ponto de suas atividades abrangerem apenas 20 por cento do que se realiza em tal setor, cabendo os 80 por cento restantes à abençoada, embora caluniada, iniciativa particular.

De outro lado, a multiplicação dos Colégios Militares constituiria contribuição magnífica do Governo da República para educação nacional que tanta falta vem fazendo na solução lógica e harmoniosa de todos os problemas difíceis deste país.

Cresce ainda mais de valor a criação de novos Colégios Militares, quando se tem presente que, à instrução secundária que aqui se ministra, também se alia ponderável contingente de educação cívica, de ordenação mental e de orientação moral, mercê da rigorosa disciplina militar vinculada a este Estabelecimento de ensino. Assim, fácil é

concluir que estamos em um Colégio onde, além de se ministrarem as bases do conhecimento humano, no recinto horizontal das ciências do mundo, também são cultivadas as bases da compreensão no departamento vertical da sabedoria da vida, como simples decorrência do exercício continuado de obediência esclarecida, de dominação dos impulsos, de coordenação das vontades, de disciplina da inteligência, enfim, de verticalização do pensamento.

Sem que se pretenda afirmar ser este Colégio o melhor de todos, já é ponto pacífico que esta casa de ensino tem preparado muitas gerações com bastante acerto para todos os mistérios da vida, incentivando-lhes equilíbrio físico e mental, através da disciplina que representa a sua viga mestra.

Recorrendo-se, ainda mais, à implacabilidade dos números, ter-se-ia outro apoio incontratável ao pedido que aqui está sendo feito. É que, há trinta anos passados, quando a população do Brasil beirava a casa dos trinta milhões de habitantes, eram quatro os Colégios Militares em pleno funcionamento atendendo às diferentes circunscrições territoriais do país, enquanto agora, em que marchamos para os sessenta milhões de almas, vinha funcionando apenas este Colégio, superlotadíssimo, quando, graças à clarividência do atual titular da pasta da Guerra, entrou em atividade mais outro Colégio, o de Belo Horizonte. Sob a tirania das promissões matemáticas, cumpriria ativessem abertos oito Colégios Militares, ao invés dos dois que agora existem.

Só assim seria aliviado, neste país, onde é muito acentuado o índice de analfabetismo, o espetáculo anual bastante melancólico do afluxo cada vez maior de jovens brasileiros que lutam desesperadamente por um lugar nos estabelecimentos considerados bons e economicamente mais acessíveis, após vencerem uma porção de dificuldades artificiais incrustadas atualmente nos questionários dos exames de admissão, como espécie de aliança tácita, e

quicá desfavorável aos destinos da nacionalidade, entre professores e administradores, visando conjurar a progressiva escassez de vagas.

Que Deus ilumine os homens públicos do Brasil, para que se dediquem à plantação de magníficas árvores frutuosas que são educandários como este de Tomaz Coelho, principalmente agora que se tem na Chefia do Executivo Federal o brasileiro eminente que teve a nobreza e a sabedoria de afirmar que o seu governo só cogitará de plantar jenipibás frondosos de que se beneficiarão diretamente apenas as gerações vindouras.

Caros alunos do Colégio Militar: Enquanto os nossos dirigentes certamente hão de meditar sobre esse que é um dos numerosos problemas que afetam a vida racional, no mesmo compasso de reverência ao saudoso criador desse educandário, proponho-vos excelente programa: o de sairmos dizendo a quantos nos encontrem nas cidades e nos campos, nas ruas e nas casas, que a nossa Pátria nunca esteve nem está à beira de qualquer abismo, como costumam assombrar alguns patricios sófregos e apaixonados.

Proclamemos bem alto, nas direções da rosa dos ventos que este país é um dos mais eloquentes testemunhos da eterna presença de uma inteligência infinita que nele nos fez nascer e dele constituiu patrimônio sagrado que se mantém uno e indivisível nestes quase cinco séculos que se escoaram depois do seu descobrimento afortunado.

Se tudo está rigorosamente certo na ordem universal, se a disposição dos corpos celestes obedece à exactidão de uma ciência que apenas balbuciamos na Terra, se a natureza ainda mal entrevista pelo homem é lição viva de uma limitada inteligência que a tudo preside, foroso é convir que também houve acerto inquestionável na outorga deste grande país que é o Brasil, ao povo brasileiro tal qual ele é apesar da calúnia de que somos pouco evoluídos.

Nestes 450 anos da nossa existência, principalmente durante o perío-

do remoto em que não passávamos de simples aglomeração humana, sem características de nacionalidade, operou-se a partilha do mundo através de sucessivas guerras de conquistas e campanhas de fracionamentos, em todos os continentes, nas quais se empenharam povos materialmente mais fortes, exercitando egoísmos ferozes e ambições desmesuradas.

Sem obscurecer de modo algum o alto valor do nosso patriotismo vigilante e do nosso espírito de sacrifício na defesa da pátria comum, sem querer negar por um instante sequer a bravura indômita dos que eram responsáveis pela integridade de nosso território, não é possível desconhecer que a excepcional unidade brasileira, abrangendo seus múltiplos aspectos de território, língua, formação moral, sentimento religioso e vocação espiritual, não podendo ser obra de acaso (simplesmente por que o acaso não existe e apenas serve de prova das restrições da mente humana na percepção do que nos cerca), certamente essa unidade, impar no mundo, faz parte de ritmos obrigatórios da vida, traçados pela mesma inteligência infinita que rege todas as leis e responde pela criação do Universo.

Existirá, sem dúvida, um elevado sentido ignorado pelos homens nos liames que nos preservaram da cobra dos povos de poucos escrúpulos e muita ferocidade, poderosamente organizados para os seus saltos quando o Brasil oferecia a impressão de um progresso material pouco veloz, de um avanço intelectual sem urgência e de uma ausência de herança cultural de natureza estritamente humana.

Teria sido fácil ao Poder Infinito que legou este belo e imenso território a um povo aparentemente fraco e desorganizado, promover com os seus recursos insondáveis a nossa melhor aptidão para o aproveitamento, à moda européia ou americana, de tudo quanto possuímos e que parece aguardar sinais de tempos que somente agora estão chegando.

Possivelmente, é nossa opinião pessoal, — esse retardamento que comumente é taxado de inação, representa antes benefício que malefício, pois que se a nossa capacidade de criar e produzir mais, já houvera alcançado o zenite, inegavelmente teria o nosso adiantamento material chegado ao nível do progresso da América do Norte, e rivalizaria a nossa expressão intelectual com a dos mais prestigiosos europeus. Em contraposição, porém, a nossa linguagem deixaria de ser tão faternal, como de fato o é, os nossos sentimentos já não seriam tão afetuosa como é tradição, o a nossa vocação para o bem não mais seria tão espontânea e sincera como agora transparece, pois que tudo isso já estaria maculado com os laivos do surdo rancor entre negros e brancos, do ódio invencível entre orientais e ocidentais, da desestima evidente entre desenvolvidos e subdesenvolvidos, embora sob disfarces de uma cultura convencionada para a legitimação da maldade organizada.

Ai está por que vemos no ar ingênuo do nosso povo o selo destrutivo de qualidades espirituais altamente honrosas, se bem que desconhecidas, ao alcance, de certo grupo de brasileiros inquietos que fazem muita questão de que o Brasil lhes pertença, mas nada sabem fazer para pertencerem ao Brasil.

Para afastar julgamentos errôneos de quem quisesse ver nestas nossas palavras uma pregação de conformismo ou da atitude de nada fazer pelo adiantamento do país, reiteramos que objetivo nosso é recordar a necessidade de uma permanente elevação do pensamento, uma vez que o pensamento é vibração que provém da mente, esse manancial vivo de energias que constroem ou destroem. Por oportuno, em socorro deste ponto de vista, reproduzimos o seguinte trecho de veemente lição recebida de mestre amado cuja modestia impõe silêncio sobre o seu nome:

"A humanidade atual, em seu aspecto coletivo, considerada mentalmente, ainda é a floresta escura po-

voadas de monstruosidades. Se nos fundamentos evolutivos da organização planetária encontramos os animais prehistóricos, oferecendo a predominância do peso e da ferocidade sobre quaisquer outros característicos, nos alicerces da civilização do espírito ainda perseveraram os grandes monstros do pensamento, constituídos por energias emanadas dos centros de inteligência que lhes oferecem origem. Temos, assim, os megatérios da usura, os iguanodontes da vaidade, os dinossauros da vingança, da barbárie, da inveja ou da ira. As energias mentais dos habitantes da terra tecem o envoltório que os retém à superfície do globo. Raros são aqueles cuja mente vara o teto sombrio com os raios de luz dos sentimentos sublimados que lhes fulguram no templo íntimo. O pensamento é o gerador dos infra-córpúsculos ou das linhas de força do mundo sub-atômico, criador de corrente de bem ou mal, grandeza ou decadência, vida ou morte, segundo a vontade que o exterioriza e dirige. E a moradia dos homens ainda está mergulhada em fluidos ou pensamentos vivos e semi-condensados de estreiteza espiritual, brutalidade, angústia, incompreensão, rudeza, preguiça, má vontade, egoísmo, injustiça, crueldade, discórdia, indiferença, ódio, sombra e miséria...

Meus jovens alunos:

Verticalizemos, pois, nossos pensamentos, sobretudo quando se trata de considerar a posição da nossa Pátria. Estejamos convencidos de que O Brasil progrediu muito nestes séculos da sua existência, e progredirá cada vez mais, apesar dos dardos mentais da negação, lançados contra a sua evolução por brasileiros apressados, utilitaristas ou dilacerados por uma espécie de delírio patriótico.

Fácil seria mostrarmos a esses aflitos de todos os tempos a razão de ser da segurança que temos na marcha ascensional desse progresso. Bastaria que lhes solicitássemos figurarem uma grande obra de engenharia, como por exemplo, o Estádio Municipal vizinho. Antes de

surgir tão imponente empreendimento de ferro, cimento, areia, pedra e água, tempo houve, durante a sua construção, em que, se alguém que lá nunca tivesse ido, comparasse ao local dos trabalhos em noite escura e tempestuosa, sem dispor de outra luz que não fosse o luzir de um relâmpago, guardaria penosíssima impressão do que lhe seria dado observar durante o clarão do raio. Tudo quanto teria percebido eram madeiras em profusão que lhes pareciam desarrumadas, dispostas ao acaso, desconexas, atravancando o solo. Evidentemente, sabemos nós, tratava-se do madeiramento que escorava as formas de concreto armado, mas o visitante noturno jamais suspeitaria que cada peça daquele madeiramento fazia parte de um sistema rigorosamente calculado e judiciosamente montado, com a finalidade superior de proteger as formas de concreto contra as rupturas por tração, compressão, flambagem, flexão, cisalhamento e torsão. E muito menos ainda poderia ele imaginar que, retirado o madeiramento, após o período do sazonalamento do concreto, haveria de surgir a obra grandiosa da engenharia nacional que todos admiramos.

Pois, bem: a duração da existência de um homem, comparada com a de uma nação, é como se fora o clarão de um raio. Assim, o que poderia parecer, no Brasil, ao observador incauto e fugaz, uma simples desarrumação ou disposições sem nexo com sinais de obstruções, desordens, atabalhoamentos, lembrando por vezes perigos de beira de abismo, não passaria de volumoso sistema de escoramento, minuciosamente calculado, de uma construção ciclópica que estamos realizando com entusiasmo. Cada um de nós, certamente representa aí uma peça do madeiramento que sustenta o material cuja consolidação só poderá ocorrer naturalmente no seu devido tempo, e nunca ao sabor da vontade dos aflitos e negativistas.

Eis porque não é possível descrever, em sã consciência, do evoluir

constante desta grande Nação que diariamente caminha para a frente e para o alto, sob as bênçãos da Inteligência Infinita que tem suas razões poderosas para confiá-la aos brasileiros.

Caber-nos-á desempenhar fiel e humildemente o papel de obreiros da coesão nacional, através do nosso labor silencioso, honesto e fecundo, proporcionando assim aos nossos governantes o clima propício à promoção do bem público.

Aos que, ainda assim, não quisessem aceitar esta imagem que nada tem de sublime, mas dá a justa

medida do que está acontecendo, seria o caso de lhes pedirmos que, então, fiquem pensando nos louvores que entoarão os brasileiros, daqui a 400 anos, acêrca do progresso efetuado pelo Brasil até lá, sem dúvida alguma superior em qualidade e quantidade ao notável progresso que temos agora diante dos olhos, quando comparamos o Brasil de hoje com o de quatro séculos atrás.

Esta é a nossa homenagem singela e sincera ao imortal patrono dêsse Colégio Militar, Conselheiro Tomaz Coelho."

FÁBRICA DE FOGOS CRUZEIRO DO SUL

FOGOS CRUZEIRO DO SUL e das melhores fábricas do ramo, atacado e a varejo, brinquedos, artigos para carnaval e de papelaria, armas e munições, pólvora para caça, etc.

Viúva Maria Barbosa Calçada

RUA DON LARA, N. 10 — TEL. S-1 — São João de Meriti

São João de Meriti — Estado do Rio

CASA SÃO JORGE

DE

EDUARDO DE SOUSA MARTINS

Fogos e Imagens : Fábricas Próprias — Seções completas : Armas, munições, material de caça, artigos religiosos, todos os produtos para Lei de Umbanda e Tipografia

Avenida Rio-Petrópolis, 1595/1599 — Duque de Caxias — Estado do Rio
(Em frente ao Jardim Municipal)

FOGOS SÓ RAMALHEDA

PIRÓTECNIA MODERNA

O MAIOR FORNECEDOR DE FESTAS OFICIAIS

TELEFONE : 73 — NOVA IGUAÇU — ESTADO DO RIO

PLANO DE EXPANSÃO DE NOVE BILHÕES DE CRUZEIROS NO SETOR ENERGIA ELÉTRICA

As Empresas Elétricas Brasileiras, em vésperas de completar a instalação de 170.000 kw de nova capacidade geradora, propõem ao Governo 410.000 kw adicionais nos próximos cinco anos

Companhias do grupo Emorêsas Elétricas Brasileiras, filiadas à American and Foreign Power Company, elaboraram e submeteram à apreciação do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica um gigantesco programa de expansão de suas instalações de geração, transformação, transmissão e distribuição de eletricidade, a ser executado entre 1956 e 1961, para cuja execução calculam gastar cerca de nove bilhões de cruzeiros.

Este programa proposto importa num acréscimo de 410.000 kw da capacidade geradora dessas companhias — o que representa cerca de 15 % da capacidade geradora total de que dispõe atualmente a nação. Com tal acréscimo, em 31 de dezembro de 1961 atingiria 867.000 kw a capacidade total das companhias do grupo, o que equivale a um aumento de 240 % no decênio 1951-1961.

As companhias do grupo Emprêsas Elétricas Brasileiras, que atualmente contam com 17.000 acionistas brasileiros, operam em 10 Estados, onde servem nove capitais, importantes parques industriais e zonas agrícolas em franco crescimento, com um total de 740.000 consumidores. Entre as cidades servidas incluem-se Recife, Salvador, Natal, Maceió, Vitória, Belo Horizonte, Niterói, São Gonçalo, Curitiba, Porto Alegre, Campinas, Ribeirão Preto, Bauru, Araraquara, Petrópolis e Pelotas.

Do custo do programa proposto, orçado em Cr\$ 8.770.970.000,00 aos preços vigentes, a quantia de Cr\$ 3.796.390.000,00, representa o equivalente em moeda nacional de cerca de 87 milhões de dólares para despesas a serem efetuadas no estrangeiro, principalmente equipamento e maquinária pesada. Os restantes Cr\$ 4.974.580.000,00 constituem despesas a serem feitas no país, em termos de mão-de-obra e os mais variados materiais de construção, inclusive várias centenas de milhares de toneladas de cimento.

O plano de financiamento deste programa prevê a obtenção de um empréstimo do Export-Import Bank of Washington para cobrir o custo em dólares acima referido, perto de quatro bilhões de cruzeiros; para este empréstimo não se fará necessária garantia do Governo brasileiro. Da parte em cruzeiros, que alcança quase cinco bilhões, metade seria levantada pelas companhias associadas e pela American and Foreign Power, lançando mão de seus próprios recursos, enquanto a outra metade seria obtida mediante um empréstimo do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, da ordem de 2,5 bilhões de cruzeiros, representando cerca de 29 % do custo total do programa.

A Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras já consultou o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico sobre se a referida instituição de crédito es-

taria disposta a conceder financiamento daquela importância. A Companhia teve o ensejo de expor ao Banco e ao Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica que o grupo da American and Foreign Power está pronto a comprometer-se ao financiamento da outra metade do custo em cruzeiros do novo plano, desde que as empresas subsidiárias consigam tarifas suficientes para manter a integridade do capital investido nos seus empreendimentos e para remunerar plenamente a sua capitalização em termos que, de futuro, lhes permita atrair o novo capital que se tornar necessário.

Vale ressaltar, em relação às modalidades de financiamento acima referidas, que contou com medidas similares de financiamento o programa de novas construções, iniciado em 1952 e ora em vias de conclusão, do grupo Empresas Elétricas Brasileiras. Ao lado de um empréstimo de 41 milhões de dólares do Export-Import Bank, verificou-se a aplicação de recursos próprios das companhias associadas — reservas, reinvestimento de lucros, novas emissões — num total aproximado de 2,1 bilhões de cruzeiros. Similarmente, uma das associadas, a Cia. Paulista de Força e Luz, obteve um empréstimo de 250 milhões de cruzeiros do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico; como ainda se torna necessário novo financiamento para completar a execução do programa atual, já foram solicitados ao Banco novos empréstimos no valor de 390 milhões de cruzeiros. Este programa representa a adição de 170.000 kw de capacidade geradora às empresas do grupo, ou seja um aumento percentual de 68% em cinco anos. Dentre as muitas obras importantes já completadas ou em vias de conclusão, destaca-se a construção do grande Aproveitamento Hidrelétrico de Peixoto, cujas duas primeiras unidades geradoras, de 40.000 kw cada, deverão entrar em serviço em princípios de 1957.

O novo programa proposto ao Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica e ao Banco Nacio-

nal do Desenvolvimento Econômico, para 1956-1961, viria entrosar-se harmoniosamente com o programa de construções que agora se aproxima, com pleno êxito, de sua fase final. Com efeito, destaca-se no programa proposto a instalação de seis unidades geradoras adicionais, de 40.000 kw cada, em Peixoto, assim como a construção do Aproveitamento Hidrelétrico de Praia, com uma instalação inicial de duas unidades geradoras de 40.000 kw cada. Tanto a usina de Peixoto como a de Praia, situadas à margem do Rio Grande, que faz divisa entre São Paulo e Minas Gerais, figurarão entre as maiores obras do gênero no Brasil e na América do Sul, já que cada um desses dois aproveitamentos foi projetado para uma potência final instalada de 400.000 kw.

A ser realizado o programa proposto, em 1961 estariam em serviço nas duas grandes usinas de Peixoto e Praia dez unidades geradoras de 40.000 kw cada. Desse total, 320.000 kw se destinariam aos 159 municípios servidos pela Cia. Paulista de Força e Luz, enquanto os outros 80.000 kw atenderiam às necessidades do sistema de Belo Horizonte, operado pela Cia. Força e Luz de Minas Gerais. Cumpre salientar, por outro lado, que esse programa acelerado de construção resultaria na disponibilidade temporária de grandes sobras de energia, das quais uma parte apreciável seria suprida ao sistema da Brazilian Traction (grupo Light) na cidade de São Paulo, contribuindo assim para atenuar as deficiências previstas nessa área.

Outrossim, o programa proposto inclui importantes obras nas zonas de concessão das companhias associadas que operam nos Estados de Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Alagoas, Rio Grande do Norte. O quadro abaixo discrimina as diferentes companhias associadas empenhadas em levar avante esse vasto plano, assim como os orçamentos previstos, em moeda nacional e estrangeira:

CUSTO TOTAL ESTIMADO, EM MOEDA NACIONAL E ESTRANGEIRA,
DO NOVO PROGRAMA DE EXPANSÃO SUBMETIDO AO CONSELHO
NACIONAL DE ÁGUAS E ENERGIA PELAS COMPANHIAS DO GRUPO
EMPRESAS ELÉTRICAS BRASILEIRAS

DISCRIMINAÇÃO	Moeda nacional (Custo em mi- lhões de cru- zeiros)	Moeda americana (Custo em mi- lhões de dóla- res)	Total (Equivalente em milhões de cru- zeiros)
Cia. Paulista de Força e Luz (159 municípios)	2.831.370	55.946	5.282.924
Cia. Força e Luz de Minas Gerais (Belo Ho- rizonte).....	678.390	10.678	1.146.300
Cia. Força e Luz do Paraná (Curitiba).....	417.000	6.598	704.810
Cia. Brasileira de Energia Elétrica (Niterói, Petrópolis, São Gonçalo).....	371.400	7.472	698.823
Cia. Central Brasileira de Força Elétrica (Vitória, Cachoeiro do Itapemirim).....	150.620	2.093	242.335
Cia. Energia Elétrica da Bahia (Salvador e Recôncavo).....	173.000	1.090	220.764
Cia. Força e Luz Nordeste do Brasil (Maceió, Natal).....	45.800	364	61.750
Cia. Energia Elétrica Rio Grandense (Porto Alegre).....	307.000	2.425	413.284
TOTAL.....	4.974.580	86.639	8.770.970

ASPECTOS DA GRANDE INDÚSTRIA BRASILEIRA

Em janeiro de 1955, os "Inquéritos Econômicos" do IBGE, até agora de tão pouca utilidade pelo atraso com que se divulgavam seus resultados e pelas limitações de âmbito geográfico, experimentaram uma transformação radical. A coleta, antes circunscrita aos 25 municípios das Capitais, foi estendida aos 115 maiores centros econômicos do país, nêles selecionando-se 5.133 estabelecimentos industriais de grande porte, em cada ramo de atividade da indústria de transformação.

Com isso, o número de informantes reduziu-se a menos de metade do primitivo, mas o valor da produção somado passou a representar mais de 80 % do total nacional. Por outro lado, os "Inquéritos Econômicos", nesta nova fase, oferecem interesse palpitante para as estimativas de Renda Nacional e — o que é de suma importância — vêm sendo publicado com o atraso de apenas dois meses, grau de atualização inédito entre nós, nesse gênero de estatística.

Pelo critério de escolha dos informantes, depreende-se que a amostra não é representativa da indústria brasileira em conjunto, isto é,

dos seus pequenos, médios e grandes estabelecimentos, mas unicamente destes últimos. Basta dizer que a média de operários por estabelecimentos é de 128, quase o duplo, portanto, da média nacional verificada no censo de 1950.

Outrossim, difere muito o grau de representatividade da amostra em cada um dos 18 extratos (os ramos principais de atividade industrial) em que se desdobra. Se em alguns dêles a proporção de mão-de-obra e de valor da produção alcança 80 % e mais dos totais correspondentes recenseados em 1950, em outros essa participação não chega sequer a 20 %.

Tendo tais ressalvas em mente, vejamos em que medida os novos "Inquéritos Econômicos", já apurados de janeiro a novembro de 1955, possibilitam a compreensão e a análise da indústria de transformação no Brasil, na sua estrutura e em suas tendências evolutivas.

ELEVADA CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL

Um primeiro exame dos dados brutos permite verificar que já é bem elevado o grau de concentra-

I — PRINCIPAIS RESULTADOS DOS "INQUÉRITOS ECONÔMICOS", NA PARTE DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

A) Dados brutos :

Número de estabelecimentos informantes.....	5.131
Número de operários ocupados.....	655.985
Número de operários-hora (milhares).....	125.470
Salários pagos aos operários (*).....	1.837.492
Despesas de consumo (*).....	7.641.730
Valor da produção (*).....	15.559.655
Valor dos serviços prestados a terceiros (*).....	128.731
Valor das vendas (*).....	17.079.174
Valor dos estoques no último dia do mês (*).....	14.003.412

B) Relações importantes :

Número de operários por estabelecimento.....	128,1
Número de horas trabalhadas ((3) + (2)).....	191,3
Salário médio mensal (**).....	2.800,7
Salário médio horário (**).....	14,6
Valor adicionado por operário-hora (**).....	63,1

(*) Em Cr\$ 1.000,00.

(**) Em cruzeiros.

ção industrial no Brasil: menos de 7 % do número de estabelecimentos, com a média de 128 operários cada um, controlam perto de 60 % da mão-de-obra e mais de 80 % da produção. O valor da produção por estabelecimento terá atingido, provavelmente, em 1955, a expressiva soma de 35 milhões de cruzeiros, e a cerca da metade o valor adicionado, ou seja, de transformação industrial (obtido por exclusão das despesas de consumo no valor total).

Nesses 5.133 estabelecimentos fabris de grande porte, o valor adicionado é, em média, o quádruplo do montante de salários pagos aos operários, relação essa inferior à média observada no recenseamento de 1950 para o conjunto da indústria de transformação. O lógico seria que se observasse o contrário, pois os grandes estabelecimentos têm, em regra, uma produtividade superior à média. Isso vem reforçar as nossas suspeitas de que, tanto nos recenseamentos, como em inquéritos especiais, pouca fé merecem os dados relativos a valor de produção.

Na amostra de que nos vimos ocupando, o salário médio em novembro último, já alcançava 2.963

cruzeiros por mês. É grande a variação em torno desse valor, conforme o ramo industrial, indo desde Cr\$ 2.414,00 na indústria têxtil (onde predomina o trabalho de mulheres e de menores, de mais baixa remuneração), até Cr\$ 5.289,00 na construção e montagem de material de transporte, em que 99 % do trabalho é realizado por homens adultos. Embora, como salientamos, a amostra não seja representativa de cada ramo de atividade industrial e haja em alguns deles uma proporção maior de operários especializados, a amplitude de variação mostra o quanto a produtividade pode influir sobre o nível de salários.

GRANDE PROPORÇÃO DE MULHERES E DE MENORES

Segundo se conclui dos Inquéritos Econômicos, cerca de 60 % da mão-de-obra da grande indústria brasileira é constituída de homens, 26 % de mulheres e os restantes 14 % de menores, nos quais — é curioso assinalar — preponderam os do sexo feminino (8 % contra 6 % do sexo masculino). Em síntese, 1/3 de operários são mulheres, o que evidencia o baixo nível de qualificação da nossa mão-de-

II — NÍVEL DE OCUPAÇÃO (*)

MESES	NÚMERO DE OPERÁRIOS OCUPADOS			
	Em 115 Municípios		Distrito Federal	
	Total	Índice Jan = 100	Total	Índice Jan = 100
Janeiro.....	656.154	100,0	102.994	100,0
Fevereiro.....	654.088	99,7		
Março.....	656.999	100,1	101.687	98,7
Abril.....	655.362	100,5		
Maior.....	659.509	100,5		
Junho.....	657.747	100,2	101.791	98,8
Julho.....	655.929	100,0		
Agosto.....	654.284	99,7	101.571	98,6
Setembro.....	654.770	99,8		
Outubro.....	654.126	99,7	101.874	98,9
Novembro.....	652.574	99,3		

(*) Na amostra utilizada pelos Inquéritos Econômicos (cerca de 5.100 estabelecimentos nos 115 municípios e 920 no Distrito Federal).

obra industrial, pois sabidamente elas, de modo geral, não frequentam quaisquer cursos de aprendizado ou aperfeiçoamento profissional.

Em três ramos industriais o trabalho feminino é quase igual ou superior ao masculino: fumo (48 %), têxtil (57 %) e vestuário (59 %); e em três tem expressão quase nula: mecânica (0,5 %), construção e montagem de material de transporte (0,7 %) e borracha (1,4 %).

Quanto ao trabalho de menores, chega ele a representar 19 % nas industriais têxtil e de vestuário e 14 % na indústria editorial e gráfica.

ESTACIONÁRIO O NÍVEL DE OCUPAÇÃO

A despeito do número de informantes variar um pouco de mês a mês (em janeiro de 1955 eram 5.133 e em novembro, 5.104), é lícito afirmar que se manteve praticamente estacionário o nível de emprego, pois a amplitude máxima de variação não excedeu 1/2 %. Mesmo no Distrito Federal, cujos dados sobre ocupação nos foram gentilmente cedidos pelo Conselho Nacional de Estatística, o número de operários ocupados em 920 estabelecimentos caiu apenas de 102.994 a 101.874, entre janeiro e outubro último, isto é, 1 %.

HORAS TRABALHADAS

Uma apuração nova e importante dos "Inquéritos Econômicos" em sua fase atual é a relativa ao número total das horas trabalhadas pelo pessoal ocupado (inclusive as de serviço extraordinário). De janeiro a novembro, o número médio mensal de horas trabalhadas (obtido pela divisão do número de operários-hora pelo número de operários) variou desde o mínimo de 175, em fevereiro, até o máximo de 200, em agosto. A falta de estatística do número de horas perdidas por efeito de greves e de horas de serviço extraordinário não permite que se investigue a intensidade do absenteísmo ao trabalho.

Em alguns ramos de atividade, como, por exemplo, (1) produtos alimentares, (2) bebidas, (3) papel e papelão, o número de horas trabalhadas por mês excede quase sempre o limite de 208, que corresponde ao máximo teórico num horário normal de oito horas em mês de 30 dias sem feriados, nem dias santificados. Tal fato significa que as indústrias citadas trabalham super-utilizando a mão-de-obra e o equipamento disponíveis. Pelo visto, a procura dos bens por elas produzidos é grande, sendo-lhes mais econômico pagar horas extraordinárias, que admitir maior número de operários, e arcar com o conseqüente ônus dos encargos sociais.

BAIXA DO SALÁRIO REAL

No decurso dos onze meses analisados, o salário mensal efetivo da mão-de-obra industrial (nêle computadas as horas extraordinárias) ascendeu em média, de Cr\$ 2.634,00 a Cr\$ 2.963,00, o que significa um incremento de 13 %. Como, no mesmo período, o índice de preços ao consumidor terá crescido de uns 20 %, é forçoso convir que o salário real do operário da grande indústria sofreu uma redução aproximada de 8 %. De modo geral, o aumento foi mais sensível nos ramos industriais de altos salários (construção e montagem de material de transporte, borracha, editorial e gráfica).

Quanto ao salário horário, o panorama teve outra evolução. De janeiro a setembro, ele subiu lentamente de Cr\$ 14,20 a Cr\$ 14,80, saltando a Cr\$ 15,20 no mês subsequente e a Cr\$ 15,80 em novembro. A este aumento nominal de 11 % no período corresponde, devido à carestia da vida, uma diminuição efetiva de 8 % no salário real.

MAIOR PRODUTIVIDADE

A produtividade média da grande indústria brasileira, se medida em valor de transformação industrial por operário-hora ocupado, teve em 1955 um crescimento nominal expressivo, pôsto que se elevou de 30 %. Em termos reais, deflacio-

III — SALÁRIO MÉDIO MENSAL E HORÁRIO

MESES	MENSAL		HORÁRIO	
	Cr\$	Índice Jan = 100	Cr\$	Índice Jan = 100
Janeiro.....	2.634	100,0		
Fevereiro.....	2.517	95,6	14	100,0
Março.....	2.762	104,9	14	100,0
Abril.....	2.756	104,6	15	107,1
Maió.....	2.789	105,9	14	100,0
Junho.....	2.809	106,6	15	107,1
Julho.....	2.857	108,5	14	100,0
Agosto.....	2.894	109,9	14	100,0
Setembro.....	2.888	109,6	15	107,1
Outubro.....	2.941	111,7	15	107,1
Novembro.....	2.963	112,5	16	114,3

nando-a pelo índice de preços industriais, seu incremento terá sido de 10 %.

A falta de consistência dos dados de valor a que fizemos menção inicialmente nos leva a acolher com reserva essa conclusão.

COMENTÁRIO FINAL

O desejo natural de analisar uma estatística tão rica de dados e de informações úteis levou-nos a publicar o presente estudo, sem aguardar os resultados de dezembro, que

completam o primeiro ano de existência dos novos "Inquéritos Econômicos", nem as apurações especiais que o Conselho de Estatística promete, nas quais se divulgarão os mesmos dados referidos a um número constante de estabelecimentos. Com isso é fácil compreender, os valores unitários e índices terão maior homogeneidade, pois a variação do número de informantes de um para outro mês, como ora ocorre, poderá eventualmente distorcer os resultados, tanto mais quanto as fábricas que compõem a amostra de grande tamanho.

BRASILIANAS

● Conselho do Desenvolvimento

Regulamento aprovado pelo Senhor
Presidente da República

O Senhor Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira assinou decreto, aprovando o Regulamento do Conselho de Desenvolvimento.

Pelo decreto assinado, compete ao referido Conselho :

I — estudar as medidas necessárias à coordenação da política econômica do país, particularmente no tocante ao seu desenvolvimento econômico ;

II — elaborar planos e programas visando a aumentar a eficiência das atividades governamentais e fomentar a iniciativa privada ;

III — analisar relatórios e estatísticas relativas à evolução dos diferentes setores da economia nacional ;

IV — estudar e preparar anteprojeto de lei, decretos ou atos administrativos julgados necessários à consecução dos objetivos mencionados acima, nos incisos I e II ;

V — manter-se informado da implementação das medidas cuja adoção haja aprovado.

O Conselho poderá solicitar aos Ministérios e demais órgãos do Poder Executivo a elaboração de estudos, projetos e relatórios que se tornem necessários ao desempenho de sua finalidade.

● Produção de asfalto

Não se pode deixar de levar a crédito da PETROBRAS mais um empreendimento de alto interesse para a economia nacional. Referimo-nos à montagem de uma fábrica de asfalto, junto à Refinaria de Cubatão, que se acha em funcio-

namento desde o dia 22 de dezembro do ano passado. Para que se avalie a significação dessa nova iniciativa industrial, basta atentar-se para os seguintes dados estatísticos : o consumo anual de asfalto, nos anos anteriores, nunca ultrapassou, no Brasil, de 80 mil toneladas anuais. A capacidade da unidade industrial que vem de ser incorporada ao sistema da PETROBRAS será de 116 mil toneladas de asfalto por ano. Em primeiro lugar, isto significa uma economia de divisas de 7 milhões de dólares por ano. Em segundo, permitirá que seja sensivelmente aumentado o consumo de asfalto pelo país. Um aspecto altamente expressivo, relacionado com este empreendimento, é o que se refere ao preço do asfalto produzido em Cubatão : ele será vendido ao consumidor por preço superior à metade do que vigora atualmente no mercado. Esta fábrica de asfalto, que foi construída e posta em funcionamento em oito meses apenas, custou 900 mil dólares, devendo produzir, somente em economia de divisas, 7 milhões de dólares por ano. O asfalto agora produzido pela PETROBRAS é obtido de um tipo especial de petróleo venezuelano, que é carregado até Santos por uma unidade da Frota Nacional de Petroleiros, sendo daí levado para Cubatão em vagões-tanques de propriedade daquela organização. Sendo de 300 toneladas por dia o consumo da fábrica, uma viagem mensal do petroleiro, que tem capacidade para 16 mil toneladas, supre a nova unidade industrial com matéria-prima suficiente para operar ininterruptamente durante 30 dias.

● Refinação de petróleo

Possui o Brasil, atualmente, oito refinarias cuja capacidade nominal de processamento de petróleo totaliza 111.800 barris por dia.

As refinarias Presidente Bernardes e Mataripe pertencem à Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS, e as demais a empresas particulares, de capitais nacionais.

Sendo o consumo atual previsto de derivados do petróleo, no Brasil, de 180.000 barris por dia, observa-se que o parque nacional de refinação de petróleo está capacitado a suprir 58% de consumo de destilados. É interessante observar-se que a maioria das nossas refinarias está operando acima da capacidade nominal, o que implica em maior participação da produção nacional em relação ao consumo.

REFINARIAS e LOCALIZAÇÃO

	Capacidade nominal de carga
Manaus (Amazonas).....	5.000
Mataripe (Bahia).....	5.000
Manguinhos (Distrito Federal).....	10.000
Presidente Bernardes (São Paulo).....	65.000
Capuava (São Paulo).....	20.000
Matarazzo (São Paulo).....	500
Uruguaiana (Rio Grande do Sul).....	300
Ipiranga (Rio Grande do Sul).....	6.000
TOTAL	111.800

Fonte: Petrobrás.

● Interiorização das linhas da Usina de Paulo Afonso

Montagem de Subestações

O Presidente da República determinou à Companhia Hidrelétrica do São Francisco, ativasse no corrente ano o programa de expansão de Paulo Afonso, notadamente no setor de distribuição da energia elétrica. Deceia o Chefe do Governo que a CHESF promova a interiorização, pelo Nordeste, das suas linhas de transmissão, de modo a que a energia de Paulo Afonso venha a beneficiar a região tributária desse empreendimento.

Com os recursos da própria empresa, deverão ser atacados, em 1956, as seguintes obras — conclusão das linhas de transmissão de circuito duplo, entre Recife e Goiânia, com 68 quilômetros de extensão e outra de 27 quilômetros, entre Goiânia e Campina Grande, na Paraíba; construção de uma linha de 25 quilômetros, entre Goiânia, Goiana e Morro do Carapicho e uma derivação para Mi-

rueira, de 15 quilômetros, para fornecimento de energia elétrica a Olinda, Beberibe, Companhia de Têxteis Paulista e Fosforita. Serão, ainda, construídas linhas entre Itabiana, Propriá e Carrapicho, com 116 quilômetros, entre Carrapicho e Penedo, e entre Carrapicho e Neópolis, com 10 quilômetros, e mais a derivação da linha de Itabiana a Aracaju, para fornecimento de energia a São Cristóvão e Estância, com 42 quilômetros. Do Recife partirá uma linha para Jaboatão e Aracará, de 45 quilômetros e desta última cidade as linhas se irradiarão para Escada, Cabo e Vitória de Santo Antão, num total de 55 quilômetros. Ainda do Recife partirá outra linha para São Lourenço da Mata, Carpina e Limoeiro, com 55 quilômetros. No setor de distribuição de energia consta, ainda, do plano de trabalho, instalação de linhas entre Pesqueira e Belo Jardim, com 35 quilômetros entre Caruaru, Bezerros e Gravata, 55 quilômetros, e mais duas, partindo de Rio Largo para São Miguel dos Campos, de 45 quilômetros.

lômetros, e de Rio Largo para Pilar, com 15 quilômetros.

Quinze subestações serão construídas e montadas nas seguintes cidades: João Pessoa, Campina Grande, Mirueira, Rio Largo, Estância, São Cristóvão, Carrapicho, Propriá, Jucará, Jaboatão, Carpina, Limoeiro, São Miguel dos Campos, União dos Palmares e Oratório.

● Duplicado em dez anos o nosso potencial elétrico

Importante é o suprimento abundante de energia elétrica para o desenvolvimento econômico de uma nação. Convém acentuar que, nos dois últimos anos, houve sensível aumento na potência instalada, conforme se pode verificar dos dados estatísticos elaborados pela Divisão de Águas, do Ministério da Agricultura, e constantes do relatório das atividades dessa divisão, apresentado ao titular da pasta.

DOBRAR DA POTÊNCIA EM DEZ ANOS

Aponta o mencionado relatório que, em 1945, o país possuía a potência elétrica instalada correspondente a 1.341.633 KW; em 1950, 1.883.007; em 1954, 2.760.000; e em 1955, 3.016.920.

No ano de 1954, o acréscimo, no que diz respeito à instalação hidro e termo-elétrica, de capacidade geradora superior a 3.000 KW, foi de 658.000 KW, representados pelas centrais de Paulo Afonso (CHESF); Nilo Peçanha e Piratininga (grupo Light), e Carioba, Americana, Jaguarí e Curitiba (Empresas Elétricas Brasileiras).

EMPREENHIMENTOS EM 1955

Em 1955, houve, também, substancial aumento de capacidade instalada, concorrendo para o total, de modo sensível, os empreendimentos das Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG).

O acréscimo, em 1955, foi de 256.920 KW, destacando-se, acima de 3.800 KW, as seguintes centrais elétricas: Cubatão subterrânea (Light), 130.000 KW; Paulo Afonso

(3ª unidade) 60.000 KW; Itutinga e Piau (CEMIG), 25.300 KW, respectivamente; Mucuri (Serivilux-Ceará) 12.500 KW e Tronqueiras (CEMIG), 4.470 KW.

CAUSAS DO "DEFICIT"

Ainda assim, é deficitária a situação do país em matéria de energia elétrica. As causas que concorrem para esse estado de coisas são múltiplas, devendo-se entre outras, citar as seguintes: a) Dificuldade de financiamento para a indústria de eletricidade; b) Impossibilidade ou desinteresse da iniciativa privada em acompanhar o desenvolvimento de suas zonas de concessão; c) Obsolescência parcial do Código de Águas, promulgado em 1934; d) Fraco investimento do capital privado, devido à remuneração estabelecida em lei; e e) Desaparelhamento do órgão governamental executor das leis sobre águas e energia elétrica.

VENCER OBSTACULOS

A política governamental relativa à eletrificação do país, segundo diz o relatório da Divisão de Águas — se orienta no sentido de vencer os obstáculos que têm sido a causa do deficit, para que o mesmo possa ser superado em prazo adequado ao vulto das realizações programadas.

● Produção de carvão nacional em 1955

A produção de carvão não realizou grandes progressos em 1955, montando a 2.160 milhares de toneladas, sobretudo tendo-se em vista a sua baixa qualidade. O Plano Nacional do Carvão vai sendo executado vagarosamente, o que implica no retardamento dos resultados previstos.

A utilização do carvão nacional como matéria-prima de outras indústrias, é, ainda, a meta mais objetiva que se pode ter em mira. É oportuno registrar o passo dado no sentido da instalação de uma usina termelétrica, à boca da mina de Charqueadas, no Rio Grande do

Sul, que assim possibilitará a transformação da moinha em energia elétrica, economizando-se as onerosas operações de lavagem e britamento, concorrendo ainda para o descongestionamento dos meios de transporte na região. A usina, que conta, já, com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, produzirá energia elétrica para suprir futura região do Rio Grande do Sul e assim o carvão pobre, transformado em energia, terá curso pelas redes de alta tensão.

Há informações sobre um projeto de usina para produção de gasolina sintética, partindo do carvão e que estaria sendo executado na Alemanha. A produção de enxofre, com a utilização dos carvões sulistas, traria importante alívio ao balanço cambial e daria ensejo ao mais rápido desenvolvimento de outros setores da indústria química.

● Vão ser construídas no Brasil mais três usinas siderúrgicas

Produzirão 2.500.000 toneladas

A "Comissão Pró-Siderurgia em Vitória e Laguna", vem se reunindo no Senado Federal, para estudar a instalação, no país de mais três grandes usinas siderúrgicas, que seriam "três novas Volta Redonda".

A primeira usina será construída em Laguna, no Estado de Santa Catarina, ao lado das minas de carvão, com a capacidade de 450.000 toneladas de aço, anualmente, visando atender às necessidades do sul do país, e, bem assim à exportação, para a Argentina, para o Uruguai e para o Paraguai, de laminados e outros subprodutos acabados.

A segunda usina, de dupla capacidade (900.000 toneladas), ficará instalada em Vitória, no Estado do Espírito Santo e atenderá às necessidades do centro do país. Com o desenvolvimento da energia elétrica nessa região, outras importantes indústrias ali surgirão, inclusive uma fábrica de cimento, com a capacidade de produção anual de 7.000.000 de sacos.

Finalmente, a terceira usina será construída no planalto mineiro, ao lado do minério de ferro ali existente, com a capacidade também de 900.000 toneladas de aço.

Essas três usinas, de acordo com os cálculos dos técnicos fabricarão anualmente, 2.250.000 toneladas de aço, quase o dobro, portanto, do que o Brasil fabricou em 1935.

Assim, se somarmos essa produção futura com a atual e mais os aumentos previstos, teremos, em 1960, aproximadamente, um total de 4.500.000 toneladas, produção essa que supera às do Canadá e Itália.

INDÚSTRIA SIDERÚRGICA E AGRICULTURA

O Presidente da Confederação Rural Brasileira, falando, a propósito da instalação dessas indústrias no Brasil, em regiões diferentes, lembrou, inicialmente, que o desenvolvimento fabril do país está intimamente ligado ao progresso agrícola, ao bem-estar do homem do campo, fornecendo uma área maior do consumo dos produtos de agricultura e da criação.

GUSA E LAMINADOS

Depois de apontar o exemplo da instalação de Volta Redonda, no Vale do Paraíba, a realçar sua produção, o Presidente da CRB esclareceu:

"O mercado interno tem grande necessidade de gusa e laminados, de modo que a produção, em face do déficit atual na siderurgia nacional, e da necessidade crescente que o nosso desenvolvimento exigirá no futuro e cada vez mais, encontraria mercado dentro do próprio país.

Por outro lado — esclareceu — a lavoura lucra muito com os subprodutos fabricados pelas novas usinas, dentre os quais os corretivos e adubos, já que o hábito de plantar somente em terras virgens está cedendo lugar à agricultura racional, ao aproveitamento das terras, mesmo cansadas. Afinal, o método colonial de exploração pura e simples dos elementos naturais da ter-

ra virgem, afastando a produção dos centros consumidores, é assunto já superado, pela convecção de que o homem tem de restituir pela adubação os elementos tirados da terra pela lavoura continuada.

Somos, por isso francamente a favor de um plano de industrialização sem atrofia da agricultura, pois que, sem esta, a alimentação da população brasileira, em franco crescimento, ficaria prejudicada, bem como a própria indústria, que se supre, em grande parte, para sua atividade, na produção rural."

● Transporte rodoviário

Movimento da Presidente Dutra

Pela rodovia Presidente Dutra, que liga os dois mais importantes centros econômicos do país — Distrito Federal e São Paulo — transitam cerca de 1.500 veículos cada 24 horas, de acordo com o inquérito especial realizado pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e divulgado no último "Boletim Estatístico" do IBGE. Quase 70% desses veículos pertencem a particulares, 27,4% são de propriedade de empresas de rodovição e 2,7% são de carros oficiais. No dia da coleta de dados (sexta-feira) foi mais intenso o tráfego no sentido São Paulo-Rio do que na direção contrária, pois 42% dos veículos inqueridos tinham como ponto de partida a Capital paulista, enquanto que apenas 25% procediam do Distrito Federal.

Pode-se supor que uma parte importante da carga transportada pela BR-2, por sua natureza e pela longa distância percorrida, chega ao seu destino em condições anti-econômicas. Basta ver que os gêneros alimentícios e muitos produtos primários, de peso elevado e custo baixo, ocupam espaço considerável no conjunto das mercadorias enviadas por caminhão. O café (9,0), os cereais (8,8), os combustíveis (8,0), os materiais de construção (6,2) e as bebidas (5,3) são os itens principais e formam 37% de toda a carga.

Do café destinado ao Distrito Federal, 24,1% procediam da Capital paulista, 11,4% de São José do Rio Preto, 7,6% de Três Corações e 7,6% de Varginha. Dos cereais, 36,7% vinham de São Paulo, 7% de Rezende, 5,2% de Três Corações, 5,2% de Taubaté e 3,9% de Curitiba. São ainda embarcadores paulistas que figuram em primeiro lugar nas cargas de bebidas (36,7%) de combustíveis (37,2%) e de materiais de construção (18,5%) despachados por caminhão para a Capital da República.

● Nasceram 2.400.000 brasileiros por ano

Calcula-se que tenha sido de 2.400.000 o total dos nascidos vivos, no Brasil, em 1953. Se os cronistas sociais pudessem noticiar, um a um, todos esses nascimentos, teriam que acompanhar a visita da cegonha, diariamente, em cerca de oito mil lares, gastando nos seus jornais espaço equivalente a 1.000 páginas por ano. Aquêlê número, porém, não surge nas estatísticas como um produto das declarações individuais, principalmente em países como o nosso, com grandes lacunas no registro civil. Ele resulta de uma estimativa baseada em um método cuja aplicação prática enfrenta dificuldades não pequenas.

Partindo das apurações do recenseamento de 1950, o Laboratório de Estatística do CNE teve em conta as pesquisas antes efetuadas sobre a mortalidade das populações naturais de vários Estados para chegar àquêlê resultado, que deverá aproximar-se razoavelmente, da realidade. O total obtido situa o Brasil entre os de mais alta natalidade do mundo. Estimativas divulgadas pelas Nações Unidas mostram, por exemplo, que na França, Itália e no Reino Unido, com efetivos demográficos pouco menores que os do nosso país, o número de nascidos vivos, no ano de 1951, fica em volta dos 800.000. Nos Estados Unidos, que têm praticamente o triplo de nossa população, o total foi estimado, nessa mesma época, em 3,8 milhões.

O Brasil aparece, portanto, nos confrontos internacionais, com uma taxa de natalidade muito mais alta (43,05) que a de dezenas de nações européias e americanas, apenas superada em raros casos, como o do México (44,2) ou da Venezuela (44,3). Contudo, esses elevados níveis são de muito ultrapassados em alguns Estados brasileiros, como no Piauí e no Ceará, onde a taxa de natalidade alcança o máximo de 48 por 1.000 habitantes. No Distrito Federal, ao contrário, ela desce a 25, mantendo-se, mesmo assim, bem acima da de vários países europeus, como a França (19,4), Itália (18,1) e Reino Unido (15,9).

• Japoneses no Brasil

Vivem atualmente no Brasil cerca de 130.000 japoneses, número que corresponde, de forma aproximada, a dois terços do total recebido até hoje. O início da imigração japonesa para o nosso país remonta a 1908, ano em que acolhemos os primeiros 830 imigrantes dessa nacionalidade. O afluxo iria acentuar-se de 1912 a 1914 e de 1917 a 1919.

Mas foi no decênio 1924-1933 que essa corrente migratória ganhou corpo: durante esse período vieram para cá 110.191 nipônicos. Nos cinco anos subseqüentes, chegaram mais 41.929. Dai por diante o movimento começou a declinar, cessando praticamente de 1942 a 1950. Até 1954, o número de japoneses vindos para o Brasil em primeiro estabelecimento ascendia 194.074.

Dos quatro principais grupos de imigrantes português, italiano, espanhol e japonês, este último é o que manifesta maior tendência a concentrar-se em determinados pontos do território nacional. No censo de 1940, 91,5 % dos japoneses residiam no Estado de São Paulo e 5,6 %, no Estado do Paraná. Em 1950, a proporção em São Paulo descera para 84,3 % (108.912 japoneses), tendo a do Paraná subido para 11,9 % (15.393 japoneses). Vinte e seis municípios paulistas e cinco paranaenses possuíam núcleos nipônicos superiores a mil pessoas. Contingentes menores localizavam-se em Mato Grosso (1.172), Estado do Rio (1.088) e Minas Gerais (917).

ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL

VIAJE COM CONFORTO E SEGURANÇA

Estão circulando entre Rio-São Paulo e Rio-Belo Horizonte os trens de luxo, dotados de tôdas as condições de conforto moderno. As composições são de aço inoxidável, com amortecedores hidráulicos, dispoñdo de carros-salões, dormitórios, etc., providos de ar condicionado. O preço do leito nos trens "Vera Cruz" e "Santa Cruz" é de Cr\$ 120,00 para os inferiores e de Cr\$ 100,00 para os superiores — nas cabines de dois leitos. Para as cabines individuais o preço é de Cr\$ 150,00. Poltronas Cr\$ 30,00. Nos trens "Noturnos" comuns o preço do leito é de Cr\$ 90,00 para os inferiores e Cr\$ 70,00 para os superiores. O percurso reduzido de uma hora e vinte minutos, obedecerá ao horário abaixo:

HORARIOS (Com as últimas alterações)

1) Ramal de São Paulo

TREM DE LUXO "SANTA CRUZ" (DP-3)

IDA

Estações	Chega	Parte
D. Pedro II	—	22,40
Barra do Piraí	0,41	0,48
Cach. Paulista	3,47	3,49
Roosevelt	8,00	—

TREM DE LUXO "SANTA CRUZ" (DP-4)

VOLTA

Estações	Chega	Parte
Roosevelt	—	22,50
Cach. Paulista	3,09	3,12
Barra do Piraí	6,06	6,15
D. Pedro II	8,15	—

2) Linha do Centro

TREM DE LUXO "VERA CRUZ" (D-3)

IDA

Estações	Chega	Parte
D. Pedro II	—	20,10
Barra do Piraí	22,21	22,34
Três Rios	0,24	0,29
Juiz de Fora	2,17	2,27
Santos Dumont	3,25	3,35
Barbacena	4,54	4,57
Cons. Lafaete	6,51	6,56
Belo Horizonte	11,00	—

PREÇOS DAS PASSAGENS

1) Ramal de São Paulo

De D. Pedro II para as Estações abaixo

TREM DE LUXO "SANTA CRUZ" (DP-3)

Estações	PASSAGENS	
	Simplex	Ida e Volta
	Cr\$	Cr\$
Barra do Piraí	142,00	285,00
Cach. Paulista	224,00	403,00
Roosevelt	299,00	599,00

TREM DE LUXO "SANTA CRUZ" (DP-4)

De Roosevelt para as Estações abaixo

Estações	PASSAGENS	
	Simplex	Ida e Volta
	Cr\$	Cr\$
Cach. Paulista	210,00	377,00
Barra do Piraí	266,00	479,00
D. Pedro II	299,00	599,00

2) Linha do Centro

De D. Pedro II para Estações abaixo

TREM DE LUXO "VERA CRUZ" (D-3)

Estações	PASSAGENS	
	Simplex	Ida e Volta
	Cr\$	Cr\$
Barra do Piraí	142,00	285,00
Três Rios	201,00	381,00
Juiz de Fora	228,00	410,00
Santos Dumont	245,00	441,00
Barbacena	263,00	473,00
Cons. Lafaete	289,00	520,00
Belo Horizonte	341,00	614,00

TREM DE LUXO "VERA CRUZ" (D-4)

VOLTA

Estações	Chega	Parte
Belo Horizonte	—	19,50
Cons. Lafaiete	23,53	0,01
Barbacena	1,59	2,01
Santos Dumont	3,05	3,10
Juiz de Fora	4,15	4,22
Três Rios	6,07	6,13
Barra do Piraí	8,03	8,12
D. Pedro II	10,15	—

TREM DE LUXO "VERA CRUZ" (D-4)

De Belo Horizonte para Estações abaixo :

Estações	PASSAGENS	
	Simplex	Ida e Volta
	Cr\$	Cr\$
Cons. Lafaiete ..	188,00	337,00
Barbacena	223,00	400,00
Santos Dumont ..	244,00	435,00
Juiz de Fora	258,00	464,00
Três Rios	283,00	502,00
Barra do Piraí ..	308,00	555,00
D. Pedro II	341,00	614,00

Para outras informações, os interessados poderão dirigir-se à Agência de D. Pedro II, diretamente ou pelos telefones : 43-2000 e 43-3360. Nas seguintes Agências : Roosevelt telefones : 9-3222 e 9-2939 e Belo Horizonte telefones : 2-7950 e 2-7267.

A Administração da Central do Brasil, empenhada no aperfeiçoamento dos seus serviços, comunica ao público em geral, especialmente ao Comércio, Indústria e Lavoura, que acaba de criar trens rápidos diretos, especiais, de carga entre Rio-São Paulo, Rio-Juiz de Fora, Rio-Belo Horizonte e vice-versa, a fim de melhor atender suas inúmeras clientes, que a têm distinguido com a sua honrosa preferência.





Noticiário de Interesse Militar

Autorizado o empréstimo de submarinos ao Brasil

APROVA A CAMARA DOS REPRESENTANTES O PEDIDO DE EISENHOWER

A Câmara dos Representantes aprovou o projeto de lei pelo qual se autoriza ao presidente Eisenhower a emprestar ao Brasil dois submarinos pelo espaço de cinco anos. O projeto foi aprovado por unanimidade e foi enviado ao Senado para que o considere e complete sua tramitação legislativa. O Brasil havia solicitado o empréstimo dos dois submersíveis "para cumprir sua missão na defesa comum do hemisfério ocidental". Também dizia em sua solicitação que tinha necessidade "urgente" dessas duas naves. A Comissão de Forças Armadas da Câmara Baixa informou que o Brasil só possui três submarinos construídos na Itália, em 1937. Acrescentou em seu informe que por sua antiguidade e falta de acessórios para manter em boas condições de funcionamento a esses três submarinos, sua segurança de operação era escassa, ainda à profundidade de periscopio. O custo para deixar em boas condições aos dois submersíveis que se emprestarão ao Brasil será de 2.600.000 dólares. Ademais, o governo dos Estados Unidos gastará anualmente uns 37.000 dólares para fornecer peças sobressalentes para os submersíveis. O Brasil deseja os submarinos para dedicá-los essencialmente à instrução.

Em seu informe a citada Comissão Legislativa declarou também que o Brasil é tradicional aliado dos Estados Unidos e que "todos os indícios" são que continuará sendo.

"Se facilitamos ao Brasil os submarinos solicitados — acrescentou — os poremos em mãos de um aliado com o qual podemos contar que lutará junto a nós em caso de outra grande emergência."

Anticarrros "SKODA" G-13

O anticarr tcheco-eslovaco "SKODA", modelo G-13, é um engenho blindado, sobre lagartas, armado com uma peça de 75 mm e uma metralhadora antiaérea de 7,5 mm.

Suas dimensões são 6,27 m de comprimento, por 2,65 m de largura e 2,17 m de altura, tem um peso, completamente equipado, de 16 toneladas e pode alcançar uma velocidade, em estrada, de 43 km/h.

Seu canhão de 75 mm tem um setor de pontaria vertical de 15° (-5° a $+10^{\circ}$) e um setor horizontal de 15° ; sua tripulação se compõe de três homens, sendo um deles o motorista.

A proteção do G-13 é variável, tendo sua espessura máxima de 62 cm, na frente, e somente 21 mm nos lados.

O G-13 é material utilizado em diversos exércitos, entre os quais está o suíço.



75 sans recul sur scooter ACMA (vospa)

1º Grupo de Aviação de Caça

Comemorada a passagem do 11º aniversário do maior feito da FAB na campanha da Itália — As solenidades na Base Aérea de Santa Cruz — Os discursos dos Srs. Ministro Henrique Fleiuss e Presidente Juscelino Kubitschek

Na Base Aérea de Santa Cruz foi comemorada a passagem do 11º aniversário do maior feito da FAB na Campanha da Itália, realizada pelo 1º Grupo de Aviação de Caça. Um grande programa foi elaborado, entretanto, devido ao mau tempo, não foi possível cumprir a parte mais importante, que seria as demonstrações aéreas por esquadrilhas de caça a jato.

As festividades tiveram início com a chegada do Presidente da República, que foi recebido pelo Ministro Henrique Fleiuss, perante toda a tropa da Base formada em sua honra. Depois de prestadas as continências de estilo, o Chefe do Executivo Federal, acompanhado do titular da Pasta da Aeronáutica dirigiu-se ao palanque a fim de assistir às demonstrações aéreas por uma esquadrilha de F-3, organizada para homenageá-lo. Em seguida o Presidente da República realizou um voo em um dos aparelhos F-7, após o que foi recebido no Cassino dos Oficiais, onde lhe foi

oferecido um coquetel. Nessa ocasião o Ministro Henrique Fleiuss pronunciou o seguinte discurso :

DISCURSO DO SR. MINISTRO HENRIQUE FLEIUSS

"A honrosa presença de V. Excia., Sr. Presidente, dá a esta solenidade maior e merecido relevo.

Festeja-se uma data em que prevaleceu a bravura, em que a gente brasileira lutou gloriosamente pelo ideal cristão, ao qual se deve a restrição aos homens aquilo de que tanto precisavam : paz e felicidade.

Tem assim V. Excia. ensejo, que se me afigura e me permito considerar um privilégio, de homenagear, como Chefe de Estado, a coragem brasileira que se bateu pela liberdade, pelo direito e pela justiça, aspirações permanentes que definem os povos livres.

Mas, também, é um privilégio para nós, seus comandados, Sr. Presidente, vê-lo aqui, vivendo conosco recordações que a História do Brasil já incorporou às suas páginas imorredouras.

O 22 de abril de 1945, Sr. Presidente, foi o dia do esforço máximo do 1º Grupo de Caça, em operações de guerra.

O que exigiu dessa unidade brasileira foi cumprido e "San Benedetto" assistiu à capacidade de uma força de libertação que, pela fé e razão da causa por que combatia, dava exemplos ao mundo de nitida e corajosa compreensão de dever. "22 de abril" é nacional, é um farol que aponta o caminho também, senhores, uma data de afirmação do entendimento entre brasileiros, porque assim dispõe o passado com tantos sacrifícios construídos. O facho luminoso há-de penetrar nas consciências, há-de invadir corações, há-de afugentar amarguras e há-de por fim, conduzir-nos à felicidade que aspiramos e o destino nos reserva.

Não será esta a hora, Sr. Presidente, para falar-lhe dos problemas da Aeronáutica. Ficaremos nas mensagens do espírito, agradecendo sua presença, neste culto de saudade daqueles que não voltaram !

Encontrarei tempo para tratar de nossas necessidades, nas 15 ou 16 horas de trabalho diário que V. Excia. dá de sua vida para a vida do Brasil, sem um gesto de agressão, sem ofensas a quem quer que seja, com tolerância, energia serena, entusiasmo e dedicação, tentando a todos unir para melhor vencer as dificuldades que assoberbam a Nação.

Agradecemos a V. Excia. o seu esforço, vindo do interior, para onde em seguida regressará, com o só intuito de demonstrar a sua solidariedade e apreço à Força Aérea Brasileira.

Estamos certos, Sr. Presidente, que caminharemos sob sua segura direção para dias melhores porque, além do mais, suas palavras ditas em Pistoia valem por solene segurança da realização de suas nobres intenções :

"Prometo e juro resistir, sem recuar diante de nenhum obstáculo ou perigo, sempre que for necessário servir ao nosso país.

Prometo e juro resistir, a fim de que o Brasil seja preservado e honrado como merece.

Prometo e juro que não me anima nenhum sentimento que não seja o do devotamento pela causa pública e pela harmonia da família brasileira."

O destino do Brasil reservou-lhe histórico papel e V. Excia. com o auxílio de todos os brasileiros, poderá cumprir sua elevada missão."

Respondendo à oração do Ministro Henrique Fleiuss, o Presidente Juscelino Kubitschek, proferiu o seguinte discurso :

ORAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA REPUBLICA

"É com o maior e mais alto sentimento de solidariedade patriótica que interrompi a minha viagem a Minas Gerais e venho participar destas comemorações de 22 de abril, na Base de Santa Cruz, e passar alguns momentos de convivência com os bravos da Força Aérea Brasileira.

O que hoje se relembra aqui e se celebra, é a prova máxima de decisão, de disciplina e capacidade, dada pelo 1º Grupo de Caça a 22 de abril de 1945, frente ao inimigo, na última guerra que participamos. Nossos aviadores militares não deram apenas, nos céus da Itália, provas de coragem, de espírito de luta, mas, também, surpreenderam os nossos aliados pela disciplina, pelo poder ofensivo tecnicamente conduzido por tudo o que os levou a vencer nessa operação de vulgar eficiência, orgulho da jovem história de nossa Força Aérea, assinalada no entanto por tantas e belas páginas em defesa do Brasil e de nossa unidade.

Não havia nenhuma dúvida sobre a coragem e arrôjo, o ímpeto da mocidade que atuou nos combates aéreos no estrangeiro, no ano de 1945. O que constituiu surpresa aos olhos dos observadores militares de outros países integrados na mesma causa aliada, foi a harmonia, o espírito de equipe, o sentido de obediência às ordens de comando, as virtudes dos nossos soldados do ar, virtudes tão mais fortes quanto baseadas na noção de independência, no altivo sentimento do valor da vida do homem, que a arma solitária por excelência ensina aos que a ela fazem, por vocação, o dom do seu próprio destino.

Se é possível tirar-se uma lição de grande momento vivido pela FAB em 22 de abril de 1945 — creio que a essência desse sucesso militar repousou na obediência a uma noção de ordem e cumprimento de dever. O próprio boletim de informações da Força Aérea Tática Aliada do Mediterrâneo traçou em palavras simples mas expressivas, o retrato de nosso aviador militar. Quero reler, por expressivas, algumas palavras desse boletim que valem na sua simplicidade, mais de que quaisquer outros elogios:

"Nenhum piloto brasileiro faltou ao cumprimento de dever, em face do fogo inimigo e muitos dos seus atos foram acima e além do previsto. Aceitaram e executaram todas as missões designadas sem questionar.

Uma das suas características admiráveis é a completa falta de egoísmo e a sua modéstia. Pequenos em número, limitados em substituições, frequentemente, estiveram exaustos, mas se animaram no heróico acabamento da campanha, demonstram cabalmente que as duras pelejas em campanhas são, invariavelmente, vencidas pelos soldados cansados."

Sentimento do dever, modéstia, espírito de disciplina, ausência de egoísmo, estas são as grandes e nobres virtudes militares, estas são as virtudes permanentes, que fizeram com que as Forças Aéreas Brasileiras conquistassem, em tão pouco tempo de existência, uma posição de que se orgulha todo o Brasil.

A Nação necessita consolidar definitivamente o seu poder militar, embora seja o desejo continuar sempre na ação pacífica num continente pacífico: o poder militar de um país é o lastro de sua estabilidade uma garantia da liberdade de seu povo, um elemento fundamental de sua civilização. O poder militar no Brasil e em toda parte será uma resultante da unidade, do espírito de cooperação, de harmonia das três armas; não há poder militar efetivo, sem que haja poder marítimo, terrestre e aéreo. Os três poderes são independentes e distintos mas identificados, pois se completam e se irmanam pelo objetivo a que se destinam, que é o de servir e proteger a Pátria contra o possível inimigo externo.

O Brasil precisa para a garantia da continuidade da paz de que hoje desfruta, para a consolidação das instituições democráticas, que reine nas suas Forças Armadas um só espírito, uma só compreensão, uma só alma, um único e inquebrantável sentimento de família.

Foi graças, principalmente, à unidade e a identidade fraterna da classe militar brasileira que devemos o desempenho correto da nossa Força Expedicionária na Itália. No cemitério de Pistóia dormem os que deram sua vida pela Pátria. Estão reunidos no sono definitivo os jovens que combateram nos ares e em terra no exterior. No seio da morte, deixaram eles de pertencer às armas em que combateram; todos são soldados do Brasil para a eternidade.

Saúdo hoje particularmente os veteranos do 1º Grupo de Caça, heróis de 22 de abril. E voltando para a memória dos que deram a sua vida pelo engrandecimento da Força Aérea Brasileira, quero prometer-vos, mais uma vez, como o fiz em Pistóia, que nada me deterá na tarefa de fundar uma era de paz e entendimento para que o nosso país possa realizar nobre e alto destino."

Subordinação do 1º Grupamento de Engenharia e da Comissão Construtora do Nordeste à Diretoria de Engenharia

A 17 de abril último, pelo Decreto n. 39.030, assinado pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da República, referendado pelo Exmo. Sr. Ministro da Guerra, o 1º Grupamento de Engenharia e a Comissão Construtora do Nordeste passaram à subordinação direta da Diretoria de Engenharia na parte referente ao seu emprego e aos trabalhos de construções que realiza, nas mesmas condições das unidades rôdo-ferroviárias empenhadas na construção do TPS.

O recente decreto, publicado no "Diário Oficial" n. 89, de 17 de abril de 1956, visa estabelecer a necessária dependência do Grupamento à Diretoria especializada do Ministério da Guerra, de forma a se obter melhor entrosamento e harmonia entre os interesses a cargo das unidades do Grupamento e dos demais órgãos da administração federal empenhadas em serviços públicos na região Nordeste, especialmente os ligados às obras contra as secas.

O Decreto n. 39.030, que a seguir transcrevemos, tem o seguinte teor:

Passam à subordinação da Diretoria de Engenharia o 1º Grupamento de Engenharia e a Comissão Construtora do Nordeste.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. O 1º Grupamento de Engenharia e a Comissão Construtora do Nordeste, e as Unidades de Engenharia de Construção que o integram, ficam diretamente subordinados à Diretoria de Engenharia, na parte referente ao seu emprego e, conseqüentemente, aos trabalhos de construção de vias de transporte e de obras contra as secas, previstos no convênio e termos aditivos assinados entre o Ministério da Guerra e o Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 2º. São conferidas à Diretoria de Engenharia, no que se refere às construções de vias de transporte e de obras contra as secas, em relação ao 1º Grupamento de Engenharia e à Comissão Construtora do Nordeste, as mesmas atribuições previstas no art. 2º do Decreto n. 36.266, de 3 de setembro de 1954.

O exercício de militares em função do serviço público

LEI SANCIONADA PELO SR. PRESIDENTE DA REPUBLICA

Considerando de efetivo serviço o tempo que o militar passou ou vier a passar afastado de suas funções, em conseqüência de exercício de cargo

público temporário, o Sr. Presidente Juscelino Kubitschek promulgou a seguinte lei:

"Art. 1º. É considerado de efetivo exercício o tempo que o militar da ativa ou do magistério militar passou ou vier a passar afastado de suas funções em consequência do exercício de cargo público temporário, eletivo ou não.

§ 1º. Na hipótese de afastamento de que trata este artigo, o militar será agregado ao respectivo quadro e contará tempo de efetivo serviço para os seguintes fins:

a) promoção, por antiguidade, de acordo com a legislação especial;

b) transferência para a inatividade, inclusive para os efeitos de que trata o art. 54 da Lei n. 2.370, de 9 de dezembro de 1954, que regula a inatividade dos militares;

c) gratificação de tempo de serviço, prevista na Lei n. 1.316, de 20 de janeiro de 1951 (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares).

§ 2º. Além do tempo de afastamento de que trata esta lei, todo e qualquer tempo de efetivo serviço público federal, estadual ou municipal, é considerado como de efetivo exercício para os fins previstos nas alíneas b) e c), do parágrafo anterior.

Art. 2º. O disposto na presente lei aplica-se aos militares inativos que contem tempo de acordo com a legislação citada no art. 1º.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário."

ATOS OFICIAIS

Leis, Decretos, Portarias e Avisos, de interesse geral para o Exército, publicados durante o mês de abril de 1956 no "Diário Oficial"

LEI N. 2.750 — DE 4 DE ABRIL DE 1956

Cria, no Exército, o Quadro Auxiliar de Administração (Q.A.A.). ("Diário Oficial" n. 79, de 4 de abril de 1956.)

* *

LEI N. 2.751 — DE 4 DE ABRIL DE 1956

Considera de efetivo serviço o tempo que o militar passou ou vier a passar afastado de suas funções em consequência de exercício de cargo público temporário, eletivo ou não.

O Presidente da República :

Faço Saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição Federal, a seguinte Lei :

Art. 1º. É considerado de efetivo exercício o tempo que o militar da ativa ou do magistério militar passou ou vier a passar afastado de suas funções em consequência de exercício de cargo público temporário, efetivo ou não.

§ 1º. Na hipótese de afastamento de que trata este artigo, o militar será agregado ao respectivo quadro e contará tempo de efetivo serviço para os seguintes fins :

- a) promoção por antiguidade de acordo com a legislação especial ;
- b) transferência para a inatividade, inclusive para os efeitos de que trata o art. 54, da Lei n. 2.370,

de 9 de dezembro de 1954, que regula a inatividade dos militares ;

c) gratificação de tempo de serviço, prevista na Lei n. 1.316, de 29 de janeiro de 1951 (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares).

§ 2º. Além do tempo de afastamento de que trata esta lei, todo e qualquer tempo de efetivo serviço público federal, estadual ou municipal é considerado como de efetivo exercício para os fins previstos nas alíneas b) e c) do parágrafo anterior.

Art. 2º. O disposto na presente lei aplica-se aos militares inativos que contam tempo de acordo com a legislação citada no art. 1º.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de abril de 1956 : 135º da Independência e 68º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

("Diário Oficial" n. 79, de 4 de abril de 1956.)

* *

AVISO N. 427-D-2-B — DE 4 DE ABRIL DE 1956

Diretrizes para a elaboração dos Estatutos dos Círculos Militares

1. Tendo em vista estabelecer um critério uniforme para elaboração dos Estatutos dos Círculos Militares, complementando o que está determinado no Capítulo XVII do

RISG (R-1), de acordo com o artigo 443 do mesmo Regulamento, aprovo as "Diretrizes para a elaboração dos Estatutos dos Círculos Militares".

2. O presente Aviso torna insubstituível o Aviso n. 1.029-D-2-D, de 31 de dezembro de 1954 e a Portaria n. 197, de 30 de novembro de 1955.

("Diário Oficial" n. 80, de 6 de abril de 1956.)

* *

PORTARIA N. 654 — DE 7 DE ABRIL DE 1956

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, tendo em vista o que dispõe o Decreto n. 39.839, de 8 de março de 1956, e de acordo com o que propõe o Estado-Maior do Exército, resolve alterar o artigo 114, da Portaria n. 7.822, de 10 de fevereiro de 1945, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 114. Para maior regularidade na execução dos movimentos conjuntos, o momento destes será assinalado por bandeiras (lanças) de cores diferentes, colocadas, num mesmo alinhamento, à direita (esquerda) ou de ambos os lados da pista destinada ao desfile e continência à autoridade (ou símbolo).

A direita da tropa se apoiará numa risca, sempre que possível, traçada no chão, para melhor assegurar a cobertura do conjunto.

As bandeiras serão colocadas da seguinte forma:

1) Uma primeira de cor branca, será plantada a uns 100 passos antes do lugar ocupado pela autoridade (ou símbolo).

2) Uma segunda, preferentemente de cor vermelha, será colocada a 20 passos antes do local onde fica a autoridade (ou símbolo).

3) Uma terceira, de cor azul, indicará que faltam 5 passos para atingir a autoridade (ou símbolo).

4) Uma quarta, da mesma cor da anterior, será colocada a 5 passos além da autoridade (ou símbolo).

5) Uma quinta, de preferência vermelha, será colocada a 30 passos adiante da autoridade (ou símbolo).

6) Uma sexta, finalmente, de cor igual à primeira e também a igual distância da autoridade (ou símbolo) — 100 passos.

("Diário Oficial" n. 84, de 11 de abril de 1956.)

* *

AVISO N. 444-D4 — DE 9 DE ABRIL DE 1956

Considerando que o Aviso número 612-D4, de 1 de agosto de 1955, com base no art. 1º, da letra d), do Decreto n. 1.246, de 11 de dezembro de 1936, proibiu a fabricação de determinados tipos de fogos de artifícios por conterem substância tóxica (fósforo branco ou amarelo) capaz de ocasionar casos fatais;

Considerando que, em face da mencionada proibição, não mais se justifica a importação daquelas substâncias com a finalidade de atender à fabricação de fogos de artifício, resolvo proibir a importação do fósforo branco ou amarelo para fins pirotécnicos.

("Diário Oficial" n. 85, de 12 de abril de 1956.)

* *

DECRETO N. 39.030 — DE 17 DE ABRIL DE 1956

Passam à subordinação da Diretoria de Engenharia o 1º Grupamento de Engenharia e a Comissão Construtora do Nordeste.

("Diário Oficial" n. 89, de 17 de abril de 1956.)

* *

AVISO N. 497 — DE 25 DE ABRIL DE 1956

De acordo com o objetivo fixado no item 1, do Aviso n. 351, de 7 de março de 1956, resolvo autorizar a concessão de férias regulamentares correspondentes a 1955 aos oficiais e praças das Unidades pertencentes ao Grupamento "B" de incorpo-

ração, que não hajam gozado outro período de férias no corrente ano, observadas as seguintes condições:

a) coincidência das férias com o período entre a desincorporação do contingente de 1955 e a incorporação do novo contingente;

b) prioridade para a concessão das férias relativas a 1954.

As férias concedidas a oficiais na forma deste Aviso só pode-

rão ser gozadas fora das respectivas guarnições mediante autorização prévia dos Exmos. Srs. Comandantes das Zonas Militares para os deslocamentos dentro das Zonas e do Ministro da Guerra, para os deslocamentos de uma para outra Zona. Quanto às praças, em qualquer caso, a autorização será concedida pelos Exmos. Srs. Generais Comandantes das Zonas Militares.

("Diário Oficial" n. 98, de 28 de abril de 1956.)

Porque se deve anunciar em "A DEFESA NACIONAL"

1 — A vida de um anúncio, nesta Revista, é maior do que em outra publicação qualquer, porque :

- a) Ela circula em todos os Estados do Brasil ;
- b) Seus exemplares passam por muitas mãos e são lidos, pelo menos, por dez vezes mais do que o número de seus assinantes ;
- c) Depois de lida, constitui fonte permanente de informações, porque, sendo uma Revista técnica é colecionada por todos, o que não acontece com as revistas puramente mundanas ;
- d) Vive num meio de ponderável capacidade aquisitiva, a que o anúncio, muitas vezes, não chega senão através desta Revista.

2 — Se sua existência de 42 anos não fôsse bastante como prova de seu sólido prestígio, melhor atestado não haveria que o Aviso de 22 de janeiro de 1947, em que o Exmo. Sr. General Ministro da Guerra, recomenda "A Defesa Nacional" ao interesse do Exército em face de sua utilidade incontestável para as classes armadas.

PREÇO DOS ANÚNCIOS

PARA TODO O BRASIL

Por publicação :

	Cr\$
Capa externa.....	4.000,00
Capa interna.....	3.000,00
Página inteira.....	2.000,00
Meia página.....	1.000,00

ATENÇÃO — Os agenciadores de anúncios devem apresentar os respectivos cartões de identidade.